

MESTRADO
ESTUDOS MEDIEVAIS

A Nobreza no Território de Lamego-Viseu: Retratos de um espaço no tempo de D. Afonso III

Rui Miguel Rocha

M

2017



Rui Miguel Lourenço Batista dos Santos Rocha

**A Nobreza no Território de Lamego-Viseu:
Retratos de um espaço no tempo de D. Afonso III**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

A Nobreza no Território de Lamego-Viseu: Retratos de um espaço no tempo de D. Afonso III

Rui Miguel Lourenço Batista dos Santos Rocha

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro.

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Carlos Amaral
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Cristina Cunha
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor José Augusto Sottomayor-Pizarro
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

*“Da Lusitana em o meio está assentada
Uma Cidade antiga, populosa,
De serras, e altos montes rodeada,
E de rios, que a fazem mais fermosa,
Torres, muralhas, alta fortaleza
Publicam sua antiga e grã nobreza.”*

*“E diz: eu sou aquela preminente
Cidade, que Viseu por nome tenho,
no sitio fertil de ares excelente
antiga na nobreza e raro engenho”*

João de Pavia,
Descrição da Cidade de Viseu
1638

Aos meus pais

Ao meu irmão

À minha avó

À Cátia

Sumário

Agradecimentos.....	10
Resumo.....	13
Abstract.....	14
Índice de gráficos.....	15
Índice de mapas.....	16
Índice de tabelas.....	16
Índice de figuras.....	16
Abreviaturas e Siglas.....	17
Introdução.....	18
Capítulo 1 - O Espaço.....	27
1.1. Definição do espaço.....	27
1.2. Enquadramento natural.....	30
1.3. Enquadramento económico.....	35
1.4. Enquadramento administrativo.....	40
Capítulo 2 - As Inquirições de 1258.....	49
2.1. Definição; história(s) e contexto(s).....	49
2.2. A 3ª alçada: alguns dados, características e problemas.....	54
Capítulo 3 - A Nobreza no Território de Lamego-Viseu.....	63
3.1. A implantação nobre no território de Lamego-Viseu: dinâmicas espaciais.....	63
3.1.1. Património.....	67
3.1.2. Direitos de Padroado.....	81
3.1.3. Honras.....	90
3.2. As Linhagens.....	93
3.2.1. Origens, categorias e relações com o território de Lamego- Viseu.....	93
3.2.2. Percursos Familiares.....	115
3.2.2.1. Linhagens internas.....	120
3.2.2.1.1. Almeida.....	120
3.2.2.1.2. Alvelos.....	122
3.2.2.1.3. Amaral.....	123
3.2.2.1.4. Azevedo – Bofinho – Gondufe.....	126

3.2.2.1.5. Barreiros.....	127
3.2.2.1.6. Bigas.....	129
3.2.2.1.7. Boi Alvo.....	130
3.2.2.1.8. Calde.....	131
3.2.2.1.9. Cambar.....	132
3.2.2.1.10. Cantim.....	133
3.2.2.1.11. Chã.....	134
3.2.2.1.12. Ferreiros.....	135
3.2.2.1.13. Matela.....	135
3.2.2.1.14. Matos.....	136
3.2.2.1.15. Oleiros.....	137
3.2.2.1.16. Ortigosa.....	138
3.2.2.1.17. Palaiol.....	139
3.2.2.1.18. Penongel.....	140
3.2.2.1.19. Pinho.....	141
3.2.2.1.20. Portugal.....	142
3.2.2.1.21. Rabelo.....	145
3.2.2.1.22. Ribeiro.....	146
3.2.2.1.23. Ruvós.....	149
3.2.2.1.24. S. Cosmade.....	149
3.2.2.1.25. Sás.....	150
3.2.2.1.26. Sarracins.....	151
3.2.2.1.27. Tabuadelo.....	152
3.2.2.1.28. Távara.....	153
3.2.2.1.29. Tonda.....	154
3.2.2.1.30. Travassos.....	155
3.2.2.1.31. Vaiões.....	156
3.2.2.1.32. Vilharigues.....	157
3.2.2.1.33. Viseu.....	157
3.2.2.2. Linhagens secundárias.....	158
3.2.2.2.1. Cerveira.....	158
3.2.2.2.2. Coreixas.....	160
3.2.2.2.3. Soverosa.....	162

3.2.2.2.4. Tabuado.....	164
3.2.2.2.5. Tavares.....	165
3.2.2.2.6. Vale.....	167
3.2.2.3. Linhagens externas.....	167
3.2.2.3.1. Aguiar-Alcoforado.....	167
3.2.2.3.2. Bravães.....	172
3.2.2.3.3. Correias.....	174
3.2.2.3.4. Dade.....	176
3.2.2.3.5. Espinhel.....	181
3.2.2.3.6. Espinho.....	183
3.2.2.3.7. Melo.....	186
3.2.2.3.8. Seabra.....	187
3.2.2.3.9. Urgezes.....	189
Considerações Finais.....	191
Fontes e Bibliografia.....	198
Fontes.....	198
Bibliografia.....	199
ANEXOS.....	209
I – Património Nobre no território de Lamego-Viseu (por família).....	210
II – Circunscrições administrativas no território de Lamego-Viseu em 1258.....	280
III – Circunscrições administrativas no território de Lamego-Viseu em 1288.....	288
IV – Reprodução gráfica, transcrição e tradução de excerto das Inquirições Gerais de 1258.....	294
V – Forais no território de Lamego-Viseu (1065-1279).....	297
VI – Juízes no território de Lamego-Viseu.....	301
VII – Tenentes no território de Lamego-Viseu.....	306
VIII – Direitos de Padroado no território de Lamego-Viseu.....	311
IX – Episcopologio do território de Lamego-Viseu (1147-1505).....	316

Agradecimentos

E como manda a praxe, para a primeira página fica a última “tinta”!

Um poeta inglês disse sabiamente que nenhum homem é uma ilha... e não sendo eu exceção, tive a felicidade de estar rodeado - fosse à mesa de um café ou na secretária de uma biblioteca – por várias pessoas que muitas vezes sem saberem, deram os maiores contributos para as páginas que se seguem, materializados nas mais diversas formas, tanto numa sugestão atenta, como simplesmente numa gratificante palavra amiga, a meu ver, igualmente profícua. A todos eles, família, professores, colegas e amigos, destino a mais profunda e sincera gratidão por toda a generosidade e apoio demonstrado ao longo deste período de profunda aprendizagem... e por vezes algum desespero!

Mas alguns, e considero-me um sortudo ao constatar que se forma uma extensa lista de indivíduos, merecem ser destacados nestas páginas, demasiado breves para lhes fazer justiça.

Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, ao Professor Doutor José Augusto Sottomayor-Pizarro. Estou certo que rapidamente nos dispensaria de uma tarefa tão árdua que é a de agradecer tudo o que lhe devemos. Conscientes que não existem palavras suficientes para o fazer, ousamos em tentar uma tarefa condenada *a priori* ao falhanço, pela incapacidade de colocar em palavras todas as qualidades e excelência que lhe reconhecemos enquanto pessoa e professor. Foi um verdadeiro privilégio aprender lições de história (e tantas outras) com o professor, e não podemos deixar aqui de referir a amizade e a paciência que sempre nos reservou, bem como a tão característica liberdade de traçarmos o nosso próprio caminho, e claro, os inúmeros empréstimos de livros. Enfim, tanto o irrepreensível rigor científico como a sensibilidade e humanidade com que sempre pautou a sua conduta ao longo dos últimos seis anos em que nos ensinou sobre história (e em particular os últimos dois em que orientou o nosso trabalho!) elevam-no para nós à mais fina nobreza da espécie humana.

À Professora Doutora Cristina Cunha, que também muito me honrou pelos vários conselhos e palavras de amizade. Se eu fui uma surpresa, como aliás escreveu nas minhas fitas azuis mar profundo, o mesmo não se pode dizer de volta. O profissionalismo, a dedicação, a paixão e a entrega ao ofício de historiadora foram uma constante e um exemplo desde o primeiro dia, na primeira aula, na primeira vez, da fatídica cadeira de licenciatura de História Medieval de Portugal I.

Não posso deixar aqui de referir a importância que os Professores Doutores Luís Miguel Duarte, Luís Amaral e Paula Pinto Costa assumiram para o meu percurso e para o cultivo da paixão pela Idade Média. Estou-lhes grato por tudo o que me ensinaram desde o começo da licenciatura até ao fim desta etapa.

À Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e em especial às funcionárias Laura Gil e Marlene Borges, não só pela prontidão e celeridade com que sempre atenderam às minhas constantes solicitações, mas também por fazerem daquele espaço uma segunda casa.

Ao Dr. Miguel Nogueira, da Oficina do Mapa, agradeço todo o tempo e trabalho que me despendeu. Várias páginas desta investigação são um evidente testemunho do seu esforço e dedicação.

Aos colegas do Mestrado em Estudos Medievais, não só pelas questões que me colocaram, sugestões que me deram e discussões científicas que esgrimimos, mas também por fazerem das fatídicas sextas-feiras à tarde um autêntico recreio. Também foi bom voltar a ser criança nos momentos mais sérios. Espero sinceramente que os nossos caminhos se voltem a cruzar.

Aos meus pais, Tó e Belinha, dedico-lhes tudo o que conquistei e conquistar na vida. Como aludiu um conhecido historiador, falar de pais é falar de autores, e eles são os meus. Tudo o que é meu é deles. Estou-lhes grato pela paciência, compreensão e amizade que me dedicaram sempre. Digo-o poucas vezes, mas aqui fica escrito para compensar a minha frequente ausência e negligência. Perdoem-me apenas não o saber expressar tantas vezes quantas as que deveria.

Se os meus pais foram os autores, o meu irmão João foi o revisor. Se tantas vezes nego as evidentes semelhanças entre nós, é porque acho que não as mereço. Não é costume dizê-lo a ele, mas digo muitas vezes aos outros, que o seu sentido ético, perseverança, disciplina e capacidade de trabalho são o meu maior exemplo, e uma grande fonte de inspiração. À Renata, a minha irmã emprestada, por tornar o meu irmão mais humano. Porque até os seus defeitos são mestres.

À minha avó Ana Rosa, exemplo de vitalidade, que naqueles momentos em que me via mais fustigado pelo cansaço, nunca cessou de me sugerir que uma boa noite de sono resolveria os problemas, ou melhor, a ausência de soluções. Porque os primeiros,

felizmente nunca desaparecem, ou de outra forma não aprendíamos nem evoluíamos, os segundos tentei resolver o melhor que soube.

Para a Beatriz Poulson, dedico um agradecimento especial, não só por colocar ao meu dispor as suas qualidades artísticas e técnicas, tão úteis no desenho das árvores genealógicas, mas sobretudo as suas inesgotáveis qualidades enquanto ser humano. A amizade que nos une já é longa, e julgo que o sabe, valiosa para a minha pessoa. À outra menina das artes, Mia Sousa, pelo mesmo tipo de amizade, ficaremos sempre gratos

Aos meus caros e ilustres companheiros de muitas aventuras, envoltas no negro da noite e da capa velhinha – Wilson Silva, João Santos, Rui Pereira, Joel Aguiar e Pedro Veloso – por algumas das maiores lições que levo da faculdade, lições de amizade, generosidade e altruísmo, que sempre despenderam para mim sem pedir nada em troca.

Há outros amigos, que embora não partilhem o nosso interesse pela época medieval, ou de todo pela história, nunca deixaram de demonstrar apoio nas horas de maior solidão. A sua amizade foi para nós um refúgio bem-vindo nos momentos em que precisávamos de “voltar ao presente”. Também eles merecem ser lembrados nestas páginas. Ao Sérgio Oliveira, Fábio Costa, e Rui Meira pelas conversas à volta da mesa do café, a falar sobre tudo, sobre nada, ou sobre o Lopes...

Por fim, a quem conhece o melhor e o pior de mim. É aqui, tão perto de terminar, que me faltam as palavras. Perdoa-me o uso abusivo das palavras de outrem... mas os poetas e os filósofos exprimem e pensam o que um homem vulgar não consegue exprimir nem pensar. Séneca disse “quem acolhe um benefício com gratidão, paga a primeira prestação da sua dívida”. Não me atrevo a discordar, mas também não concordo totalmente. A dívida de gratidão não é como as outras dívidas. Não se paga o que não tem paga. Não se paga o que é inquantificável. Não se paga algo que é infinito; e a minha gratidão é infinita. Esta dívida apenas se reconhece e se aceita, como algo indivisível de nós, que nos marca, que nos transforma, e que nos acompanha sempre. A dívida de gratidão não me diminui. Antes pelo contrário, completa-me. À Cátia por me completar e me ajudar a completar o texto que se segue...

Resumo

A presente investigação, assente primordialmente no estudo das *Inquirições de 1258*, tem por objetivo estabelecer um quadro de análise global da presença da nobreza no território de Lamego-Viseu em meados da centúria de duzentos.

Na primeira parte, à luz de uma perspetiva eminentemente introdutória, optámos por apresentar o espaço do nosso estudo. Para isso, além da necessária definição concreta do conceito de território de Lamego-Viseu, procedemos ao enquadramento natural, económico e administrativo do espaço.

A segunda parte é inteiramente dedicada à análise das *Inquirições de 1258*. Neste capítulo procuramos sintetizar os contextos de produção desta importante fonte histórica, bem como apontar as suas principais desvantagens, relacionadas não só com a indefinição do espaço, mas também com os problemas de transmissão, e posteriormente, com a edição dos inquéritos régios.

Por fim, o terceiro e último capítulo destina-se a caracterizar e estudar a presença da nobreza no território de Lamego-Viseu sob duas perspetivas diferentes. Num primeiro momento, analisamos a implantação espacial do grupo aristocrático como um todo, procurando identificar polos de atração, e portanto, segmentos territoriais privilegiados por este grupo senhorial; e por outro lado, espaços onde a nobreza não se conseguiu fixar durante o nosso arco cronológico. Apenas num segundo momento, identificamos as linhagens medievais que se estabelecem no espaço, e reconstituímos os seus percursos familiares, como passo essencial para a caracterização efetiva da nobreza do território de Lamego-Viseu.

Palavras-Chave: Nobreza medieval; território de Lamego-Viseu; século XIII; Inquirições de 1258.

Abstract

The present investigation, based primarily on the study of the *Inquiries of 1258*, aims to establish a global framework for the analysis of the presence of the nobility in the territory of Lamego-Viseu in the middle of the 13th century.

In the first part, guided by an introductory approach, we chose to present the space of our study. For this, besides the necessary concrete definition of the concept of territory of Lamego-Viseu, we proceeded to the establishment of the natural, economic and administrative framework of the space.

The second part is devoted entirely to the analysis of the *Inquiries of 1258*. In this chapter we attempt to synthesize the production contexts of this important historical source, as well as to point out its main disadvantages, related not only to the lack of definition of the space, but also to the problems of transmission, and later, to the editing process of the royal inquiries.

Finally, the third and final chapter aims to characterize and study the presence of the nobility in the territory of Lamego-Viseu under two different perspectives. In a first moment, we analyze the spatial implantation of the aristocratic group as a whole, trying to identify poles of attraction, and, therefore, territorial segments privileged by the manorial group; and on the other hand, spaces where the nobility could not penetrate during our chronology. Only in a second moment, we identify the medieval lineages established in the region, and reconstruct their family routes, as an essential step for the effective characterization of the nobility of the territory of Lamego-Viseu.

Keywords: Medieval nobility; Lamego-Viseu territory; 13th century; *Inquiries of 1258*.

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução administrativa do território de Lamego-Viseu (1258-1288).....	46
Gráfico 2 - Tipologia de mutações no mapa administrativo do Território de Lamego-Viseu (1258-1288).....	47
Gráfico 3 - Distribuição geográfica do património nobre no Território de Lamego-Viseu.....	68
Gráfico 4 - Distribuição geográfica do património nobre no Entre Douro e Vouga.....	69
Gráfico 5 - Distribuição geográfica do património nobre no Douro-Sul (por concelho).....	70
Gráfico 6 - Distribuição geográfica do património nobre no Entre Vouga e Mondego.....	78
Gráfico 7 - Tipos de Padroado no Território de Viseu.....	84
Gráfico 8 - Tipos de Padroado no Entre Douro e Vouga.....	84
Gráfico 9 - Tipos de Padroado no Entre Vouga e Mondego.....	85
Gráfico 10 - Direitos de Padroado no Território de Lamego-Viseu.....	86
Gráfico 11 - Direitos de Padroado no Entre Douro e Vouga.....	86
Gráfico 12 - Direitos de Padroado no Entre Vouga e Mondego.....	87
Gráfico 13 - Distribuição geográfica das Honras.....	90
Gráfico 14 - Distribuição das Linhagens pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu.....	108
Gráfico 15 - Categorias das Famílias nobres detetadas no Território de Lamego-Viseu.....	108
Gráfico 16 - Distribuição das Linhagens nobres com património no Território de Lamego-Viseu.....	109
Gráfico 17 - Categoria nobiliárquica das Linhagens internas.....	110
Gráfico 18 - Categoria nobiliárquica das Linhagens secundárias.....	111
Gráfico 19 - Categoria nobiliárquica das Linhagens externas	112
Gráfico 20 - Distribuição da Nobreza de Corte pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu.....	113
Gráfico 21 - Distribuição da Nobreza Regional pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu.....	113

Índice de mapas

Mapa 1 – Enquadramento administrativo da área em estudo (atual distrito de Viseu)	29
Mapa 2 – Território de Lamego-Viseu: enquadramento natural.....	34
Mapa 3 – Enquadramento administrativo do Território de Lamego-Viseu segundo as Inquirições de 1258.....	43
Mapa 4 – Enquadramento administrativo do Território de Lamego-Viseu segundo as Inquirições de 1288.....	45
Mapa 5 - Dinâmicas administrativas do Território de Lamego-Viseu entre 1258 e 1288.....	48
Mapa 6 - Património nobre no Território de Lamego-Viseu segundo as Inquirições de 1258.....	79
Mapa 7 - Território de Lamego-Viseu: Direitos de Padroado segundo as Inquirições de 1258.....	89
Mapa 8 - Honras no Território de Lamego-Viseu segundo as Inquirições de 1258.....	92

Índice de tabelas

Tabela 1 - Percorso de edição das Inquirições Gerais Portuguesas (1888-2015).....	56
Tabela 2 – Categorias (relacionamento com o Território de Lamego-Viseu).....	114

Índice de figuras

Figura 1 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Amaral.....	126
Figura 2 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Portugal.....	144
Figura 3 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Cerveira.....	160
Figura 4 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Aguiar-Alcoforado.....	171
Figura 5 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Bravães.....	174
Figura 6 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Correia.....	176
Figura 7 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Dade.....	181
Figura 8 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Seabra.....	188
Figura 9 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Urgezes.....	190

Abreviaturas e Siglas

CAIII	Chancelaria de D. Afonso III
DSV	Diplomatário da Sé de Viseu
ELBC	Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura
GEPB	Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira
LV	Livro Velho de Linhagens
LD	Livro do Deão
LL	Livro de Linhagens do Conde D. Pedro
PMH-Inq	Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones
PMH-Inq. 1288	Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones 1288
PMH – LC	Portugaliae Monumenta Historica – Leges et Consuetudines

coord.	coordenação/coordenado
dir.	direção/dirigido
doc.	documento
ed.	edição/editado
fasc.	fascículo
liv.	livro
nº	número
p.	página/páginas
séc.	século
vol.	volume

Introdução

A Historiografia portuguesa, já desde os anos 80/90 que se tem ocupado com a investigação sobre a nobreza, e respetivos comportamentos, enquanto grupo social estruturante da sociedade medieval portuguesa¹, dando o impulso vital a uma tendência de estudos que ainda hoje perdura, embora apresente atualmente alguma desaceleração ou reconfiguração. Reconfiguração esta que passou pela maior incidência em estudos de carácter regional, nos quais a presente dissertação se pretende inserir².

Neste sentido, no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais propusemos estudar a nobreza medieval no território de Lamego-Viseu, durante o reinado de D. Afonso III. Este projeto resulta não só da vontade de identificar quais as linhagens nobres que se movimentavam neste espaço, mas também da necessidade em compreender quais as estratégias delineadas pelos seus elementos, os polos da ação de cada família e, num plano global, perceber qual a sua expressão no território.

No entanto, há justificações que por vezes ignoram motivos científicos, e prendem-se com gostos pessoais. O fascínio pelo século XIII e as raízes familiares que ligam o autor à região Beirã conduziram inevitavelmente a este estudo. Também o desafio de contribuir para o conhecimento de uma região, que apesar de tudo continua a ser das menos estudadas, pode ser considerado um dos grandes catalisadores da investigação em curso.

Existem então dois vetores essenciais na construção de qualquer trabalho desta natureza: a cronologia e espaço geográfico. Começamos pelo segundo.

Olhando para o objetivo primordial de caracterização da nobreza do território de Lamego-Viseu no reinado de D. Afonso III, ficamos esclarecidos até certa medida quanto a estes aspetos. Mas vejamos com maior pormenor. Na verdade, quando nos deparamos com a tarefa de apresentar o espaço do nosso estudo, tivemos alguma dificuldade em cristalizar um termo adequado que definisse o território que queríamos estudar, em grande parte por não o haver. Começamos por falar em Beira Alta, mas rapidamente nos foi apontado que as reformas administrativas do início do século passado atribuíram a esse

¹ MATTOSO, José - *The Medieval Portuguese Nobility*. In ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo de Vasconcelos; BRANCO, Maria João (eds) - *The historiography of medieval Portugal: (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-3-7. p. 404. (Doravante indicaremos obra como: MATTOSO, José - *The Medieval Portuguese Nobility* (...), p.).

² José Mattoso clarifica que a nova tendência de estudos, focada na observação dos percursos nobiliárquicos a nível regional, surgem para testar a operabilidade das teses e modelos formulados nos anos 80. (MATTOSO, José - *The Medieval Portuguese Nobility* (...), p. 413).

termo um significado mais lato do que era pretendido. O grande objeto de estudo é de facto o distrito de Viseu, cuja utilização poderia induzir em erro, pois as fontes não permitem um estudo equilibrado e igualitário para a totalidade do território, mas fundamentalmente porque nos pareceu que o uso da palavra “distrito” poderia despertar alguma confusão, devido ao anacronismo implícito entre a palavra de índole administrativa e os estudos sobre a Idade Média. Da mesma forma, poderíamos recorrer a termos como *Terra* ou *Julgado*, que estariam certamente a responder às dificuldades anteriormente enunciadas. No entanto, o espaço pretendido é demasiado extenso para remeter apenas para uma Terra ou para um Julgado. Optámos no final pela utilização da palavra “*território*”, não por resolver todas as questões, mas por ser um termo suficientemente abrangente e menos sujeito a interpretações erradas, podendo adequar-se de acordo com as necessidades do autor. Em suma, ao utilizar a terminologia “*Território de Lamego-Viseu*”, queremos então delimitar o espaço de acordo com o atual distrito de Viseu, por considerarmos que este é suficientemente amplo para a demonstração de uma realidade regional com características muito próprias. Além disso, é importante não esquecer que desta forma damos o ênfase necessário ao papel articulador de Viseu, “uma cidade que representa o exemplo típico de um centro rural, suficientemente bem localizado”³, mas também de Lamego, centro episcopal concorrente ao primeiro.

Deve-se ainda ter em conta que a escolha deste espaço é suportada pela existência de fontes que o retratam de forma detalhada e aprofundada. Referimo-nos, sem sombra de dúvida, às *Inquirições de 1258*, mais propriamente à terceira alçada que abrange precisamente a região seleccionada, e que representará o eixo estruturante da nossa dissertação.

Genericamente definido o espaço de que nos ocuparemos, deixaremos a sua apresentação, mais rigorosa e detalhada, para a primeira parte da presente dissertação.

Quanto à cronologia, surgiram dificuldades diferentes, mas igualmente inibitórias. Partindo da referida fonte, procedemos à caracterização do grupo nobiliárquico no século XIII, mais exatamente durante o reinado de D. Afonso III. Nesse sentido, importa dizer que seria imprudente depreender uma compreensão pormenorizada dos comportamentos nobiliárquicos para a totalidade da centúria de duzentos, baseados na fonte de 1258. De igual forma, seria também injusto reduzir o tema ao contexto de

³ GASPAR, Jorge – *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993. ISBN: 973-9352-15-1. p. 93. (Doravante indicaremos obra como: GASPAR, Jorge – *As Regiões Portuguesas* (...), p.).

uma década, dado que nas Inquirições se fornecem informações que remontam também aos reinados anteriores. É com muita frequência que encontrámos registadas as seguintes respostas: “*Interrogatus de tempore, dixit quod tempore Domini Regis Sancii frater istius regis*”⁴ ou “*quod tempore Domini Regis Alfonsi patris istius Regis*”⁵. Por essa razão, este estudo incide de facto no reinado de D. Afonso III (balizando assim o estudo em 1249-1279), mas não deixa de tentar avaliar a origem e a continuidade da propriedade e comportamentos senhoriais durante a 1ª metade do século XIII. Por tudo isto, é essencial lançar alguns alertas. Após as *Inquirições de 1258*, o reinado do *Bolonhês* prolongar-se-ia por mais 21 anos, até à data da sua morte em 1279⁶. Apesar do inquérito régio conferir uma perspetiva abrangente, não deixa de ser limitada. Tentamos suprimir estas dificuldades com a consulta de outras fontes editadas.

Estamos por isso cientes das limitações do presente estudo, e o primeiro passo para as tentar ultrapassar no futuro é plasmá-las nestas páginas. Sem dúvida, que o estudo das *Inquirições de 1288* enriqueceria a presente investigação, preenchendo as lacunas existentes, e possivelmente favorecendo uma perspetiva mais abrangente e total do tema, apresentando-se assim a sua ausência como uma das maiores falhas. No entanto, atendendo à estrutura do Mestrado, e ao limitado tempo que dispomos, seria muito difícil, senão mesmo impossível, dedicar a atenção necessária a esta fonte, sem descurar da análise das *Inquirições de 1258*, que por si só se revelaram um verdadeiro desafio.

Compete-nos também definir com maior rigor os objetivos que irão pautar toda a investigação. Pretendendo conhecer os contornos da presença da nobreza no espaço e cronologia definidos, o presente estudo passou necessariamente pela identificação concreta das famílias e principais intervenientes com implantação e propriedades no território lameco-viseense. Da mesma forma, procuramos fazer um levantamento de todo o património nobre, sem o qual não seria possível concretizar o passo anterior. Deste modo, foi possível cartografar e perceber a forma como a nobreza se distribuiu no espaço. Nesse sentido, desenhamos também o trajeto de um conjunto assinalável de linhagens identificáveis no espaço em estudo, e acima de tudo tentamos demonstrar uma predominância no espaço de ramos secundários de famílias como os Riba Douro e os Baiões.

⁴ PMH – Inq. 1052a

⁵ PMH – Inq. 1053b.

⁶ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-75998-3-7. p. 191-192.

Tentaremos, portanto, não só traçar um quadro geral da implantação nobre em Lamego e Viseu, como averiguar as categorias nobiliárquicas e as formas de relacionamento entre si. Não podemos olhar para este grupo social como uma força auto-estruturante e homogênea, sendo crucial a distinção entre os vários tipos de nobreza, dos quais a regional será claramente dominante. Além da distinção tradicional das categorias da nobreza⁷, tentamos criar as nossas, que exprimissem o comportamento e a implantação patrimonial das famílias em causa no espaço em estudo.

Em paralelo com os objetivos anteriores, uma das ambições da investigação foi traçar de forma sintetizada um retrato económico e natural, do território de Lamego-Viseu, esperando apenas conseguir dotar o leitor de uma perceção sólida e clara do espaço à medida que o fomos percorrendo. Com o intuito de salientar este enquadramento, e com recurso a elementos cartográficos, apontamos as transições na malha administrativa entre 1258 e 1288⁸.

Por fim, o grande objetivo da presente dissertação foi analisar a densidade e expressão da implantação nobre no território de Lamego-Viseu, bem como averiguar a possível existência de um espaço que privilegia a implantação senhorial, e um outro, as estruturas concelhias.

Ainda no presente capítulo introdutório, necessariamente sucinto por definição, reservamos algumas linhas para a descrição do processo metodológico adotado para a elaboração da investigação. Globalmente, o primeiro passo consistiu na seleção de fontes e bibliografia adequadas ao tema, aspetos estes que iremos elaborar mais à frente.

A vastidão do espaço selecionado obrigou a certos cuidados na abordagem da fonte. Nas palavras de José Mattoso, ao “alargar o âmbito dos inquéritos régios a zonas mais vastas, será necessário privilegiar os fenómenos globais (...). A abundância de pormenores excessivos prejudica, evidentemente, as possibilidades reais de chegar a bom

⁷ Referimo-nos às categorias cunhadas por José Augusto de Sottomayor-Pizarro, que divide o grupo social em nobreza de Corte (Alta e Média) e nobreza Regional (Média e Inferior).

⁸ Para esta análise é fundamental clarificar que a recente edição das *Inquirições de 1288*, levada a cabo pelo Professor Doutor José Augusto Sottomayor-Pizarro, foi crucial para a sua execução (*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*, Nova Série, vol. IV/2 - *Inquisitiones. Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Inquisitiones: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sottomayor Pizarro). Lisboa: Academia das Ciências, 2015.)

termo”⁹. No caso específico do nosso tema e espaço, logo se tornou evidente a necessidade de prescindir de análises pormenorizadas, por exemplo sobre produção agrícola e recursos económicos do território, em detrimento de outras análises que nos parecem mais pertinentes.

Depois de selecionadas, procedemos então ao tratamento e análise das fontes identificando o património nobre (proprietário; tipologia patrimonial; forma de aquisição; localização; e outras observações que achamos pertinentes); os direitos de padroado (detentor e localização da paróquia); e as referências a circunscrições administrativas (terras; julgados; e honras).

A análise de fenómenos de concentração e dispersão do património nobre, o estudo dos direitos de padroado e a contabilização de honras foram instrumentos particularmente úteis para definir a identidade do território. Partindo destes vetores, cremos que foi possível aferir uma certa heterogeneidade no distrito viseense, como iremos demonstrar ao longo da investigação.

Para a caracterização da nobreza e dos processos sofridos por cada linhagem no território de Lamego-Viseu, inspiramos o nosso modelo de análise no trabalho de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, considerando então três vetores distintos: o património e implantação geográfica, alianças matrimoniais, e o exercício de cargos administrativos, bem como os níveis de proximidade ao rei e à corte¹⁰. Partindo da articulação destes elementos, esperamos conseguir demonstrar alguns comportamentos modelares das linhagens que se fixaram na região.

Após a recolha de todos estes elementos, construímos três bases de dados, para as quais transposemos toda a informação, facilitando assim a análise gráfica e cartográfica. Neste ponto, é importante salientar as vantagens deste tipo de análise. Em estudos de carácter regional, como em muitos outros, a investigação beneficia sobejamente da observação dos dados através de componentes gráficos, permitindo uma análise mais apurada, e suscitando novas perspetivas de investigação. A primeira base de dados, bastante simplificada, permitiu organizar todas as freguesias que encontramos nas respetivas circunscrições administrativas, quer para 1258 como para 1288, e

⁹ MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa. In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. nº 9 (1982). p. 18.

¹⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: CEGHFHHF, 1999. Vol. 1, p. 159. (Doravante indicaremos esta obra como: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Linhagens medievais portuguesas* (...), p.).

consequentemente perceber as transições. A segunda, um pouco mais complexa e sujeita a mais variáveis¹¹, é uma base patrimonial que reúne todos os dados sobre a propriedade detida por elementos nobres no território de Viseu. Por fim, a terceira incide sobre os padroados e respetiva localização. Para todo o processo, utilizamos a freguesia como unidade espacial de base.

A última fase do nosso trabalho foi a interpretação dos dados, e posterior redação, na qual tentamos além de propor ideias, provar as hipóteses que aqui lançamos.

Reconhecidos os eixos orientadores e limites da presente investigação, torna-se imperativa a inventariação das fontes. Como foi ficando exposto, o estudo assentou maioritariamente na análise das *Inquirições de 1258*. No seu conjunto, embora não cubram a totalidade do território nacional, “incidem particularmente nas regiões onde a nobreza tem implantação mais antiga e mais densa¹²”. Nesse sentido, a terceira alçada, que cobre a região da Beira Alta, e portanto o distrito de Viseu, será o eixo estruturante da dissertação. Por essa razão, reservamos o segundo capítulo¹³ para a caracterização mais rigorosa da fonte.

As Inquirições, sendo basilares neste projeto, não serão as únicas fontes objeto de estudo. Aproveitando as vantagens de uma fonte editada, trabalharemos ainda com os *Livros de Linhagens*¹⁴, com a *Chancelaria de D. Afonso III*¹⁵, com o *Diplomatário da Sé de Viseu*¹⁶, e com as *Inquirições de 1288*¹⁷. No primeiro caso, esperamos um precioso

¹¹ A base de dados patrimonial contempla um número bastante considerável de campos a preencher, e cada um deles com as suas próprias variáveis. Além dos campos da fonte e cronologia, reservamos espaço para o proprietário (nome; categoria social; linhagem, etc.); tipologia de património (casal, herdade, vinha, etc.); modos de aquisição (doação, herança, compra, etc.); e a localização dos bens.

¹² MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 978-972-33099-3-5. p. 12 (Doravante indicaremos a obra como: MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p.).

¹³ Veja-se o capítulo 2, no qual incidimos de forma mais detalhada as questões em torno das *Inquirições de 1258* e, em particular, sobre a 3ª alçada.

¹⁴ *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (ed. por PIEL, Joseph; MATTOSO, José). Vol. II, Tomo 1-2. Lisboa: Academia das Ciências, 1980. / *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro de Linhagens do Deão*. (ed. por PIEL, Joseph; MATTOSO, José). Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980. / *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro Velho de Linhagens*. (ed. por PIEL, Joseph; MATTOSO, José). Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso III: Livro 1. Vol. I e II*. (ed. por VENTURA, Leontina; RESENDE DE OLIVEIRA, António). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. ISBN 978-989-26-0411-4. / *Chancelaria de D. Afonso III: Livros 2 e 3*. (ed. por VENTURA, Leontina; RESENDE DE OLIVEIRA, António). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. ISBN 978-989-26-0221-9.

¹⁶ *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. (ed. por VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Medievais; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN: 978-989-97066-0-6.

¹⁷ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edit, Nova Série, vol. IV/1 e IV/2 - Inquisitiones. Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. - Inquisitiones: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de*

auxílio para a elaboração de genealogias e compreensão das relações internobiliárquicas; nos três últimos, mais um instrumento para recolha e confrontação de dados.

No que concerne à estrutura formal da investigação, ficou decidido dividi-la em três capítulos principais, cada um deles subdividido em número variável de alíneas. O primeiro capítulo é inteiramente dedicado à definição e apresentação do espaço que designamos por território de Lamego-Viseu. Terá, portanto, num primeiro momento, a apresentação do espaço e respetivo enquadramento natural e económico; e um segundo momento, em articulação com o anterior, o enquadramento e evolução administrativa.

No segundo capítulo, além do devido enquadramento histórico e político dos inquéritos de 1258, e da respetiva caracterização, é dedicado à exposição das especificidades e fragilidades da terceira alçada, que se detém precisamente na região em estudo. Assim sendo, nesta parte teceram-se alguns comentários acerca da organização da alçada, ou aparente falta dela, bem como se arriscaram algumas justificações para este facto. Um dos elementos mais intrigantes desta fonte é a forma como está organizada, o que suscita inúmeras dúvidas. Em suma, a leitura das inquirições aponta para uma certa indefinição administrativa do espaço em meados da centúria de duzentos, especialmente quando comparadas com as *Inquirições de 1288*.

O terceiro e último capítulo, o núcleo da dissertação, dedica-se exclusivamente ao estudo do grupo nobiliárquico. No primeiro subcapítulo detemo-nos na análise global da implantação nobre, identificando as famílias e os espaços densamente ocupados por este grupo. No segundo subcapítulo traçamos o percurso de muitas das famílias que deixaram a sua marca no território de Lamego-Viseu.

No decorrer da investigação, foi-se tornando cada vez mais clara a perceção de que o território em estudo não se apresenta de todo como o espaço homogéneo, que prevíamos inicialmente, pois albergava dentro de si realidades distintas, com alguma mobilidade, e aparentemente sem uma fronteira bem definida. No entanto, é seguro afirmar que os concelhos da margem esquerda do Douro, nomeadamente Cinfães, Resende e Lamego, apresentam uma estrutura de forte cunho senhorial, com mais profusão de nobres, quase como se falássemos de uma extensão talvez menos expressiva e com menos saturação, do *Norte Senhorial*. Já nos concelhos mais para o interior e Sul, parece não haver tanta penetração de nobres, e esta forma de organização é substituída por estruturas concelhias, nas quais o Rei conseguia exercer, muito naturalmente, maior

1290 e Execuções de 1291 (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2012-2015.

controle e influência. José Mattoso tinha já chamado a atenção para esta tendência ao afirmar que “mais para o interior, na Beira Alta, os senhores parecem ser muito menos numerosos. Aí situam-se as regiões concelhias, onde as populações rurais se organizam em comunidades que não excluem a hierarquização social, mas tentam resistir à penetração da aristocracia de sangue, com os seus privilégios e isenções”¹⁸. Prevalece alguma ambiguidade se o autor se referia à totalidade da região, ou apenas a uma parte considerável dela, que nos parece uma proposta válida. Como aludido anteriormente, através da dispersão dos direitos de padroado, por várias categorias, consoante a zona territorial, pela expressiva concentração de propriedade nobre na zona norte do distrito viseense, e pela maior frequência de territórios honrados no mesmo segmento territorial, tentamos demonstrar a existência dessa realidade dicotómica.

Esta será então uma das propostas da dissertação. Contudo, sendo um dos propósitos a identificação objetiva das famílias que se movem neste espaço, passo a adiantar alguns nomes. Primeiramente, será necessário esclarecer que se verifica uma predominância de segmentos da conhecida linhagem dos Ribadouro, que através de Egas Moniz e de seu irmão Mem Moniz adquire vastos domínios na Beira Alta. Pelo menos na região duriense é incontestável a importância política e social desta família¹⁹, como provou frequentemente Almeida Fernandes na sua extensa obra sobre a família em questão. Neste contexto, no qual a estirpe mais antiga e poderosa dá origem a outras linhagens (que frequentemente acabam por adotar como apelido os nomes de honras pertencentes ao *Aio*) surgem as famílias dos Lumiares, Alvarenga e Fonseca. Com o mesmo comportamento surge a linhagem dos Resende, importante ramo dos Baiões que se fixa na Beira Alta, nomeadamente na importante honra de Resende. Outras famílias que podem ser encontradas no território são os Cunha, Paiva e Amaral.

¹⁸ MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 978-972-66530-3-5. p. 56. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros* (...), p.).

¹⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: a senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014. ISBN 978-989-97769-6-8. p. 96. (Doravante indicaremos esta obra como: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico* (...), p.).

Terminados todos os aspetos de carácter introdutório, é essencial sintetizar agora as hipóteses e as questões, à volta das quais a presente dissertação se estruturou: 1) Quais as famílias nobres com implantação no território de Lamego-Viseu, e qual o nível dessa implantação? 2) Qual a origem dominante (linhagem) das estruturas senhoriais encontradas em meados da centúria de duzentos no mesmo espaço? 3) Existe de facto uma fronteira, dentro do território, entre um espaço de forte cunho senhorial e outro no qual as estruturas concelhias surgem em sua substituição, e se existe é possível definir essa fronteira com precisão?

Colocadas as questões essenciais, avançamos agora cautelosamente na tentativa de responder, e acima de tudo, de contribuir, ainda que pouco, para o maior conhecimento da região que tanto nos encanta.

Capítulo 1 – O Espaço

1.1. Definição do espaço

Como ponto de partida tornou-se imperativo definir com rigor, ainda que de forma breve, o espaço de que nos ocupamos. Tendo em conta as fontes e a limitação de tempo seria impossível abordar a totalidade da Beira Alta²⁰, e por questões de organização decidimos circunscrever o nosso espaço de análise ao atual distrito de Viseu (composto por 24 concelhos que por sua vez se subdividem em 372 freguesias²¹). Naturalmente, não encontramos dados nas *Inquirições de 1258* para todas elas, e mais exatos seremos, se dissermos que o volume de informação varia muitíssimo, mediante o concelho que nos encontramos. Isto pode ser explicado pela maior ou menor noção do espaço no século XIII, ou mesmo pelas realidades históricas que atribuíam naturalmente maior importância a certos espaços, como será certamente o caso do concelho de Viseu e Lamego, por albergarem as respetivas sedes de dioceses²².

Assim sendo, em suma, a presente investigação irá incidir exclusivamente sobre o território correspondente ao distrito viseense, que é certamente um espaço suficientemente amplo para a demonstração de uma, ou várias realidades históricas. Correndo o risco de anunciar um projeto demasiado pretensioso, o grande objetivo deste capítulo é traçar um retrato do espaço de Lamego-Viseu.

E qual é a importância de um estudo desta natureza e de uma caracterização efetiva das condicionantes naturais, geográficas e históricas de um espaço? José Mattoso sintetiza bem esta ideia, afirmando que “há uma História nacional que só se compreende devidamente quando se tem presente a diversidade de comportamentos próprios das regiões”²³.

²⁰ A partir de 1936, a região administrativa denominada de Beira Alta passou a compreender a quase totalidade do distrito da Guarda, e o distrito de Viseu. Também será importante notar que entre 1835 e 1936 a Província da Beira Alta correspondeu apenas ao distrito de Viseu.

²¹ As freguesias estão naturalmente de acordo com as divisões administrativas antes da reforma de 2013 (denominada de RATF – Reforma Administrativa do Território das Freguesias). Essa reforma conduziu à agregação de um elevado número de freguesias, o que condicionaria a presente investigação. Quanto maior o filtro (maior o número de divisões administrativas) maiores são as possibilidades de análise, sem falar das vantagens a nível cartográfico, cuja a atual divisão administrativa adulteraria os resultados.

²² A propósito das dioceses de Viseu e Lamego vejam-se a recente obra “PAIVA, José Pedro (coord.) – *História da Diocese de Viseu*. Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. ISBN: 978-989-98269-1-5” e a coletânea “SARAIVA, Anísio Miguel (coord.) - *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UNL), 2013. ISBN: 978-972-8361-57-0”.

²³ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo e Leitores e Temas e Debates, 2011. ISBN: 978-989-

Para isso será então necessário, partindo não só de dados históricos, mas também daqueles atributos que se consideram naturais e geográficos, procurar as principais características que definem a identidade regional, ou melhor, a identidade do distrito de Viseu (e aferir se se trata de uma realidade homogénea e bem vinculada), pois elas determinam a forma como o Homem se fixou na terra e interveio dentro dela. Como tal, é importante caracterizar a Terra (de um ponto de vista natural e geográfico), porque a Terra é o elemento constante e sempre presente através do tempo, e que dentro das alterações paradigmáticas, é na sua essência sempre imutável. Considera-se então o Homem como elemento móvel, origem e finalidade das mutações.

Comecemos então pela definição mais rigorosa do espaço. Dado o vasto leque e longa abrangência geográfica do distrito, quer no âmbito da extensão territorial (5007 km^2)²⁴, como na variedade das condições de solo, relevo e hidrografia, é possível afirmar que o distrito de Viseu apresenta alguma heterogeneidade entre os vários concelhos. Estamos perante uma unidade territorial muito pouco coesa, em quase todos os aspetos. Deste modo, os 24 concelhos distribuem-se em três sub-regiões: Dão-Lafões, Douro e Tâmega. Os concelhos de Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela fazem parte da divisão de Dão-Lafões. Por sua vez, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca integram a sub-região do Douro, caracterizada pela “personalidade mais vinculada, que se define essencialmente pela identificação da paisagem com um rio, o Douro”²⁵. Por fim, os concelhos de Cinfães e Resende pertencem à circunscrição administrativa do Tâmega. Como podemos verificar, cerca de 2/3 do território pertencem à primeira sub-região.

Por sua vez, o distrito de Viseu é limitado a Norte pelos de Vila Real e Porto; a Sul pelo de Coimbra; a Oeste por Aveiro; e a Este pela Guarda. Rapidamente verificamos que é um espaço “estrangulado” por outras circunscrições administrativas.

Lamego e Viseu, num conjunto de circunstâncias únicas, ligam o litoral ao interior, estendendo-se também num eixo longitudinal entre a zona Norte e a zona Centro

644-099-2. p. 6. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra* (...), p.).

²⁴ www.gov-civil-viseu.pt

²⁵ GASPARD, Jorge – *As Regiões Portuguesas* (...), p. 48.

do País. Logo aqui verifica-se um carácter de transição, um território de passagem entre realidades mais bem vincadas e homogéneas. Repetindo a ideia, este território é a ponte entre o litoral e o interior; e entre o Norte e o Sul. Será possível que esta condicionante geográfica tivesse já alguma interferência no século XIII? É possível afirmar que aquele território apresentasse já algum regime transitório entre duas identidades? Deixamos aqui a questão que tentaremos responder ao longo da presente investigação.



Mapa 1 - Enquadramento administrativo da área em estudo (atual distrito de Viseu)

1.2. Enquadramento natural

Definido o espaço de que nos ocuparemos, debruçamo-nos agora sobre a análise das respetivas condições naturais, exercício essencial para a compreensão da estrutura económica do território. Deste modo, sem qualquer pretensão de esgotar o tema, esperamos traçar as bases essenciais que condicionaram de forma direta a fixação do homem no espaço.

A nossa análise irá então assentar naquilo que podemos chamar de indícios de permanência: o regime hidrográfico, o clima, o relevo, e a composição dos solos, abordando também alguns pontos-chave sobre a demografia e posteriormente sobre a produção económica.

Repare-se que muitas destas observações para a Idade Média são puramente conjunturais. Ao abordar aspetos de longa duração praticamente imutáveis, é relativamente seguro arriscar certas afirmações, como por exemplo, que o relevo de hoje foi o relevo de há oitocentos anos atrás, salvaguardando alguns desvios que na globalidade não teriam grandes efeitos ou consequências na análise que agora procedemos.

O território de Lamego-Viseu, e a região beirã onde se insere, é descrito por Amadeu Ferraz de Carvalho como “na sua maior extensão, um planalto que se inclina para sudoeste e que sendo principalmente tributário do Mondego, também lança as suas águas para o Vouga e para o Douro”²⁶. Outros autores, de uma forma ou de outra, dizem todos exatamente o mesmo sobre a região²⁷.

Parece então haver algum consenso na descrição do espaço do nosso estudo, sempre descrito da mesma forma – um vasto planalto.

No que concerne à rede hidrográfico do espaço estamos perante um território interflúvio de grandes dimensões, ou seja, limitado a norte pelo rio Douro, e a sul pelo Mondego. Os restantes cursos fluviais são comparavelmente menores do que aqueles que desenham as suas fronteiras. Não obstante observamos alguns afluentes que vale a pena mencionar. O rio Paiva, principal afluente da margem esquerda do Douro, nasce na Serra de Leomil, no concelho de Moimenta da Beira. Percorre uma longa distância que cobre

²⁶ CARVALHO, Amadeu Ferraz de - *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela: esboço histórico e toponímico*. Coimbra: Câmara Municipal de Tondela, 1981. p. 7. (Doravante indicaremos esta obra como: CARVALHO, Amadeu Ferraz de - *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela* (...), p.).

²⁷ Como exemplo, Orlando Ribeiro descreve a região viseense como um “... planalto rodeado de montanhas.”; “...uma plataforma com os cimos abrangidos pelo mesmo plano, abaixo do qual se abrem os sulcos do Mondego e seus tributários... (Dão, principalmente) ...” (RIBEIRO, Orlando - *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: João Sá da Costa, 1995. p. 319-320).

os concelhos de Moimenta da Beira, Vila Nova de Paiva, Sátão, Viseu, S. Pedro do Sul, Castro Daire, e por fim, desenha a fronteira entre Cinfães, no distrito de Viseu, e Castelo de Paiva, onde desagua, no distrito de Aveiro.

Por sua vez, o rio Dão, principal afluente do Mondego, nasce no distrito da Guarda, e passa pelos concelhos viseenses de Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas, Viseu, Carregal do Sal, Tondela, desaguando por fim no cruzamento entre S. Pedro do Sul, Mortágua, e Penacova, já no distrito de Coimbra.

Resta-nos falar do único curso fluvial de grande caudal e extensão, que nasce no distrito viseense, mais propriamente na Serra da Lapa, no concelho de Sernancelhe – o rio Vouga. Este curso de água, tal como os anteriormente referidos, deve ter sido determinante na fixação dos homens, e na economia desenvolvida, no espaço do nosso estudo, atravessando grande parte da região.

Não esquecer que falamos apenas dos principais rios, que caracterizam a região, não deixando este de ser cortado por numerosos cursos de água, afluentes do Paiva, Dão e Vouga.

Em suma, os rios, a sua dispersão, e as suas trajetórias, conferem novamente um grau de heterogeneidade ao espaço, no qual somos capazes de encontrar um variado número de casos diferentes no que toca ao regime hidrográfico. Essas variantes, naturalmente também tiveram interferência na ocupação da terra, na qual, historicamente, as comunidades sempre se desenvolveram preferencialmente junto a grandes massas de água. Na ausência de litoral, as gentes deste espaço deveriam ser atraídas e desenvolver-se em torno das redes fluviais. Por isto, queremos apenas demonstrar, que apesar de os grandes ajuntamentos populacionais não serem exclusivos da proximidade do Douro ou do Mondego, a presença de rios potenciava e era um fator atrativo para o desenvolvimento de comunidades, e seria determinante no modo de vida e no aproveitamento económico.

Quanto ao solo, segundo José Mattoso, “as modalidades de ocupação e de organização do solo que o homem pisa e lavra dependem de três fatores: a altitude, o modelado, e a natureza podológica”²⁸. No primeiro fator, genericamente, não há nenhum fator distintivo entre o nosso espaço, e todo aquele disposto a norte da cordilheira central da serra da Estrela, atingindo uma altitude média de 400 metros²⁹. Por outro lado, quanto

²⁸ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra* (...), p. 34.

²⁹ MATTOSO, José – Os Concelhos. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. Vol. II. p. 205. (Doravante indicaremos esta obra como: MATTOSO, José – Os Concelhos (...), p.).

ao modelado, o território é já bastante mais diferenciado, particularmente em relação ao Entre-Douro-e-Minho. Neste ponto o nosso espaço caracteriza-se por um solo essencialmente rochoso e acidentado, que não favorece a formação de concentrações demográficas de grande escala.

Este modelado adverso, articulado com o regime hidrográfico, é a grande causa de um povoamento denso, mas disperso por grande número de núcleos populacionais durante a Idade média³⁰. Naturalmente não podemos observar este fenómeno apenas de acordo com as características geográficas e temos que o inserir num contexto histórico³¹, que atribuiu durante algum tempo à região um estado permanente de guerra, e, portanto, um clima instável³². Importa ainda reparar, que os “centros de concentração humana (...) situam-se obviamente, nas terras de média altitude”³³.

Por fim, ainda quanto ao solo, e porventura o fator que mais condiciona a produtividade da terra, a composição podológica é pobre sendo dominada por rochas graníticas³⁴ e xistos pouco ou nada cristalinos³⁵.

Em suma, o vasto planalto de que falamos inicialmente para definir o nosso espaço “está comprimido entre dois imponentes alinhamentos montanhosos: à cordilheira da Estrela que o limita a sueste, contrapõe-se a poente e ao norte um conjunto notável de serranias constituídos pelas serras do Caramulo e de S. Macário, e depois pelo extremo oriental a serra do Montemuro”³⁶, como podemos verificar no mapa 2.

Em relação às condições climáticas, existe pouco a dizer sobre o nosso espaço, dado que, no contexto português, o clima não se apresenta como um fator determinante na implantação e organização do espaço à escala regional³⁷. De um modo geral, durante as estações frias, a continentalidade é sinónimo de temperaturas baixas, enquanto que nas

³⁰ MARQUES, António H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais*. Lisboa: Palas Editores, 1978. Vol. I, p. 130. (Doravante indicaremos esta obra como: MARQUES, António H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais* (...), p.).

³¹ A propósito do enquadramento do homem no Entre-Douro-e-Tejo durante o século XII e XIII veja-se a obra incontornável DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*. Paris: FCG – Centro Cultural Português, 1982.

³² MATTOSO, José – Os Concelhos (...), p. 206.

³³ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra* (...), p. 332.

³⁴ Aliás, facto que evidencia a predominância de rochas graníticas no território de Lamego-Viseu também no período medieval é, como reparou Mário Barroca, a coincidente predominância de inscrições medievais desse mesmo tipo de mineral na região (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. ISBN 972-31-0872-0. Vol. 2, p. 132).

³⁵ SOUSA, Armino de – Condicionamentos básicos. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. Vol. II, p. 316.

³⁶ CARVALHO, Amadeu Ferraz de - *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela* (...), p. 7.

³⁷ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra* (...), p. 39.

estações quentes processa-se precisamente o inverso³⁸. Quanto à pluviosidade, mais uma vez, o espaço apresenta pouca disparidade do que se passa a norte, atingindo valores médios superiores a 1000 mm.

Não existem, portanto, transições bruscas que vinculem um tipo de clima à região. Ao invés disso, é observável uma evolução gradual do clima ao longo do território: aumento constante das temperaturas no sentido sudeste durante o Verão; e correspondente diminuição durante o Inverno. Naturalmente, percebe-se que a presente descrição é uma clara simplificação do assunto, sujeita a outros fatores como a altitude.

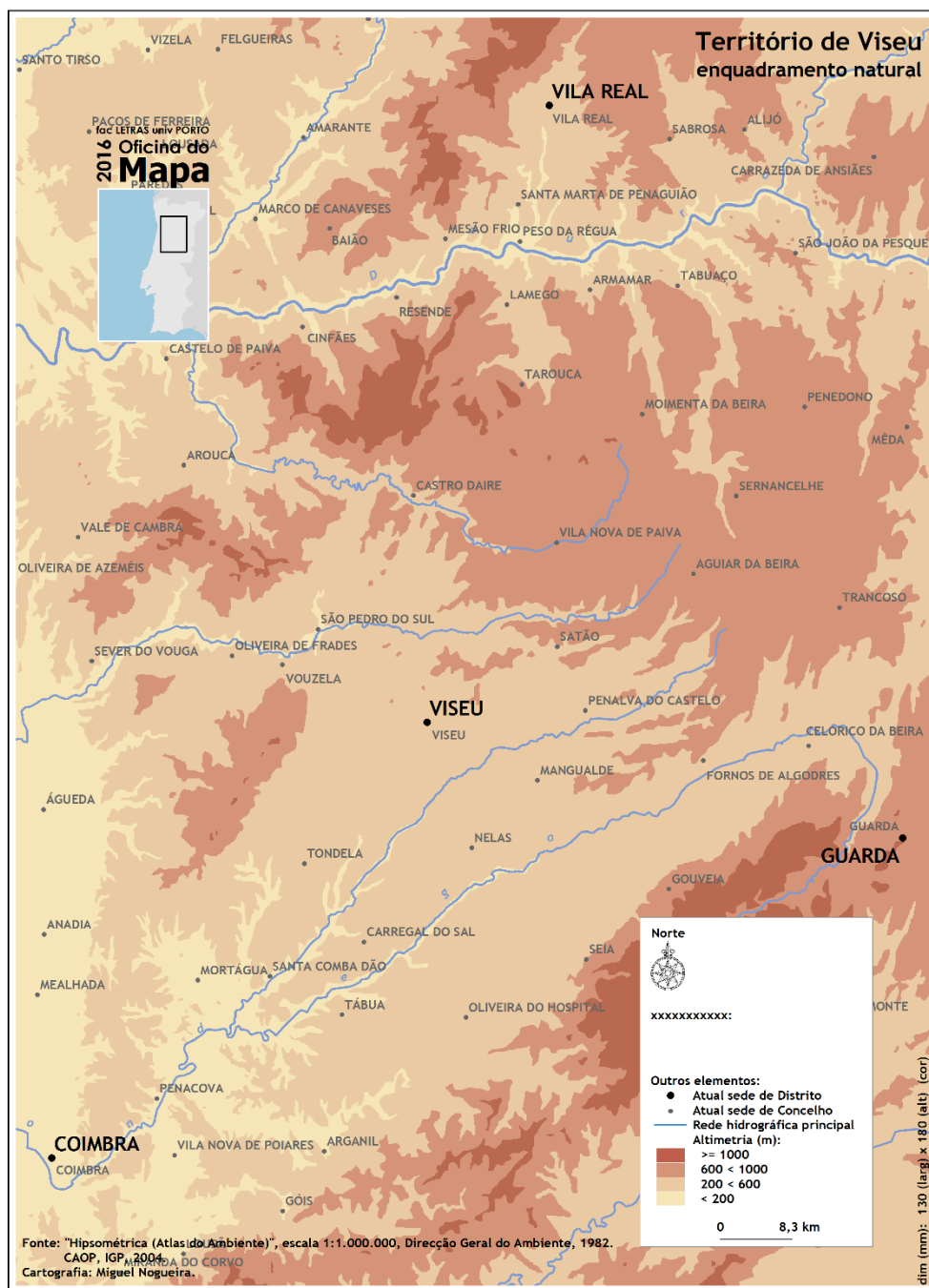
Terminadas as considerações sobre a geografia do terreno uma coisa parece certa. O substantivo que melhor qualifica o território de Lamego-Viseu é a diversidade. Quer pelas características do seu solo, clima ou rede hidrográfica, é praticamente impossível isolar cada uma das sub-regiões que o compõe. Até mesmo dentro de cada uma dessas sub-regiões encontramos oposições notáveis, na conjugação de paisagens tão diferentes e ao mesmo tempo tão cúmplices. Exemplo disso é o Douro-Sul que articula as águas do Douro com as serranias de Montemuro e Leomil.

O espaço do nosso estudo é então marcado por uma heterogeneidade “espantosa”, que lhe confere, ou pelo menos acentua, um carácter transitório, decorrente também da sua evolução histórica medieval. Regime transitório este que “nem sempre é espacialmente convergente nos diversos domínios”³⁹ aqui tratados.

A identidade do território de Lamego-Viseu, pela sua complexidade, resulta na verdade da conjugação de um conjunto muito diversificado de sub-identidades que se articulam de forma pouco subtil.

³⁸ LOURENÇO, Sandra Clara Alves - *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2007. p. 7.

³⁹ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra* (...), p. 338.



Mapa 2 - Território de Viseu: enquadramento natural

1.3. Enquadramento económico

Terminada a análise dos aspetos geográficos, cuja resolução global é conseguida através de indicadores mais claros, sentimo-nos agora preparados para examinar a estrutura económica, incidindo genericamente nas capacidades produtivas e formas de exploração da terra. Tarefa esta que exige maior esforço interpretativo, dada a escassez e complexidade das informações desta natureza.

Dada a amplitude do espaço e o principal propósito da investigação, não pretendemos agora proceder a uma análise eminentemente quantitativa. Ao invés disso, queremos apenas traçar o quadro geral das principais características da atividade económica do território de Lamego-Viseu.

Globalmente, o espaço caracteriza-se por uma economia rural, pobre e monótona assente principalmente na agricultura cerealífera e vinícola e na pecuária. Este era um reflexo claro das suas capacidades produtivas, que na maioria dos casos no Portugal medievo servia apenas para suprimir as necessidades. Era, portanto, uma economia de subsistência de “carácter puramente local”⁴⁰, no qual “cada *villa* ou pequeno grupo tendia a ser autossuficiente”⁴¹.

Uma das dificuldades desta análise decorre do “uso quase generalizado dos termos pão e frutos em detrimento dos nomes dos respetivos produtos”⁴².

Comecemos então pelo sector cerealífero, por constituir a base da alimentação medieval⁴³. Embora o enquadramento natural do espaço não favorecesse a sua produção, não existem dúvidas nenhuma de que os cereais ocuparam, de norte a sul, todo o tipo de terra⁴⁴, e, portanto, um lugar cimeiro na economia nacional, e também regional do

⁴⁰ MARQUES, António H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais (...)*, p. 82.

⁴¹ MARQUES, António H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais (...)*, p. 82.

⁴² SISTELO, Vasco – *A Nobreza e o Processo de Senhorialização no Vale do Neiva: Séculos XIII e XIV*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de Mestrado, p. 34. (Doravante indicaremos esta obra como: SISTELO, Vasco – *A Nobreza e o Processo de Senhorialização no Vale do Neiva (...)*, p.).

⁴³ FERREIRA, Nuno – A Alimentação Portuguesa na Idade Medieval. In *Revista da SPCNA*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação. ISSN 0873-4364. Vol. 14, nº 3 (2008) p. 105.

⁴⁴ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Culturas e Técnicas de Cultivo. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-2039-4. Vol. III. p. 404. (Doravante indicaremos esta obra como: MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Culturas e Técnicas de Cultivo (...), p.).

território em estudo. Segundo Oliveira Marques, com base nos forais concedidos no decorrer do século XII e XIII, o nosso espaço deveria apresentar uma produção sensivelmente equivalente de trigo, milho e centeio, havendo também o pagamento de foros, numa escala menor, em cevada⁴⁵. As *Inquirições de 1258* parecem confirmar essa hipótese, traduzindo também uma igualdade entre os três tipos de cereal. Na freguesia de S. Pedro de Queimada, no concelho de Armamar, os habitantes pagam de foro régio ¼ do milho, do trigo, e do centeio produzido nos casais reguengos⁴⁶. Por sua vez, em Gulfar⁴⁷, o concelho deve pagar de foro ao rei, por alturas do Natal, 75 alqueires de trigo e 105 alqueires de centeio⁴⁸. Em Cinfães, na pequena povoação de Joazim, o rei recebe anualmente, de uma fogueira que aí tem, 90 alqueires de milho e 90 alqueires de centeio⁴⁹. Em S. Pedro de Samodães, no julgado de Lamego, o rei recebe 15 alqueires de trigo, 15 alqueires de milho, e 15 alqueires de centeio⁵⁰. Na vila de Moinhos, no couto da Sé de Viseu, os povoadores pagam ao rei 15 alqueires de trigo, 37,5 alqueires de centeio, e 37,5 alqueires de milho⁵¹. Por fim, por cada casal que o rei tinha em Vila Meã, no julgado de Oliveira do Conde, recebia 10 alqueires de segunda (milho e centeio) e 3 alqueires de trigo⁵². Encontramos também, embora raramente, alguma produção de aveia⁵³ e de cevada⁵⁴.

Nota-se então uma produção conjunta das várias espécies cerealíferas com algumas variações locais. Na região do Douro Sul, pelos casos de Lamego e Armamar, verifica-se mais facilmente uma produção equivalente dos vários tipos de cereais. A sul do território as variações são mais evidentes, como por exemplo em Viseu.

Apesar de tudo, o centeio apresenta uma ligeira supremacia sobre os demais, constando praticamente em todos os pagamentos de foros no território. Este facto não surpreende se tivermos em conta que se trata de “um cereal bem menos exigente que o

⁴⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. 2ªed. Lisboa: Edições Cosmos, 1968. p. 69.

⁴⁶ “*Interrogatus quod forum faciunt Regi, dixit quod dant Regi annuatim (...) quarta pars de de tritico et quarta de centeno et quarta de milio*” (PMH-Inq. 1092b).

⁴⁷ Julgado medieval correspondente a três freguesias atuais do concelho de Sátão (Ver Anexo 3).

⁴⁸ “*debent dare, in festo Natalis Domini (...) V quartarios de tritico et VII de centeno* (PMH-Inq. 794ab).

⁴⁹ “*quod dant Regi annuatim de foro (...) tres modios de milio et centeno*” (PMH-Inq. 973a).

⁵⁰ “*dant Regi annuatim de foro (...) unum quartarium de de tritico et unum quartarium de milio et unum quartarium de de centeno*” (PMH-Inq. 1005b).

⁵¹ “*de villa de mollinis dant Regi (...) I quartarium de tritico et quinque quartarios de centeno et de milio mediatum*” (PMH-Inq. 852a).

⁵² “*Dominus Rex habet, in villa Mediana, termino de Ulvaria de Conde, VI casalia (...) et dat quilibet de eyradiga I sextarium de secunda (...) et III alqueires de tritico*” (PMH-Inq. 815a).

⁵³ “*debet dare de jugata I modium et sextarium de avena*” (PMH-Inq. 817a).

⁵⁴ “*et collecta est unum sexteyro de cevada*” (PMH-Inq. 917a).

trigo”⁵⁵, que se dá bem em “terrenos pobres e de clima áspero e irregular”⁵⁶. Por sua vez, o trigo aparece um pouco menos, mercê da sua fraca adaptabilidade às terras hostis da Beira.

Acreditamos que um estudo mais aprofundado do assunto revelaria maior disparidade produtiva entre o norte e o sul do território de Lamego-Viseu. No entanto, nenhuma das observações aqui feita assigna a qualquer tipo de cereal uma distribuição geográfica específica.

Apesar dos diferentes géneros cerealíferos exigirem condições de produção diferentes, não se distribuem geograficamente, pelo menos à escala regional, segundo nenhum tipo de condicionante natural. A diversidade do território não exerceu, portanto, uma grande influência na cultura cerealífera, pois independentemente do cenário ou paisagem com que nos deparámos, os foros raramente eram pagos num único tipo de cereal.

Outro componente imprescindível da dieta do homem medieval era o vinho, e como tal, a vinha conheceu “um largo incremento em todo o Centro e Sul de Portugal”⁵⁷. Novamente, os testemunhos dos inquéritos régios de D. Afonso III dão-nos conta disso mesmo. Raros são os proprietários que não exigiam o pagamento em vinho nos seus contratos agrários. Tudo aponta para que o território de Lamego-Viseu fosse uma região caracterizada por uma boa produção vinícola durante o século XIII, dado que nos contratos agrários de D. Dinis, conforme observou Rosa Marreiros, a “quota de meio, a mais gravosa de todas elas para os colonos aparece-nos aplicada a terras situadas nas áreas dos atuais distritos de (...) Viseu”⁵⁸. Uma proporção desta dimensão só é admissível à luz de um nível produtivo correspondente. Em suma, devido às condições do solo e adequação ao clima, a vinicultura deveria ocupar um lugar de destaque na economia do nosso espaço.

Fora do âmbito alimentar, outro produto agrícola que desempenhou um papel relevante na economia nacional foi o linho. As condições agroclimáticas da zona norte e centro do país propiciaram o seu desenvolvimento. Por essa razão encontramos na nossa fonte diversas referências a esta fibra, sem apresentar uma distribuição geográfica

⁵⁵ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Culturas e Técnicas de Cultivo (...), p. 406.

⁵⁶ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Culturas e Técnicas de Cultivo (...), p. 406.

⁵⁷ GONÇALVES, Iria - A Alimentação. In MATTOSO, José (dir.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) - *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2010. ISBN 978-989-644-144-9. Vol. I. p. 228. (Doravante indicaremos esta obra como: GONÇALVES, Iria - A Alimentação (...), p.).

⁵⁸ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Culturas e Técnicas de Cultivo (...), p. 414.

específica. Tanto a Sul do território, junto ao Mondego, no julgado de Oliveira do Conde⁵⁹, como no julgado de Viseu na parte meridional⁶⁰, ou no julgado de S. Salvador a norte⁶¹ é possível detetar produção de linho. O único fator que parece ser transversal a todas as produções é a proximidade de cursos fluviais. A hidrografia surge, portanto, como um elemento organizador da cultura do linho.

Chegamos finalmente à cultura da oliveira⁶². De acordo com Rosa Marreiros, até finais do reinado dionisino, o cultivo desta árvore não se encontrava generalizado no país, e era inclusive “praticamente desconhecida a Norte do rio Mondego”⁶³. Este dado não causa estranheza se observarmos que esta cultura beneficia sobejamente de um clima seco e de largos períodos de exposição solar⁶⁴. No entanto, nas *Inquirições de 1258*, foi possível encontrar várias referências a esta produção na área de Lamego, podendo estas constituir claros indicadores de uma produção com alguma preponderância numa economia de âmbito local, mas sem qualquer visibilidade à escala regional. Entre vários exemplos, destacamos a posse de um olival pelo mosteiro de S. Pedro das Águias na freguesia de Cambres⁶⁵.

A par da agricultura, a pecuária foi também um elemento essencial da economia regional do território em estudo. O clima húmido e os vales apertados da Beira setentrional tornavam aquele espaço atrativo para a atividade⁶⁶. Na nossa fonte, mais uma vez, detetamos alusões a gado bovino⁶⁷, caprino⁶⁸, suíno⁶⁹, e a aves de capoeira⁷⁰, bem

⁵⁹ “*Dominus Rex habet, in Villa Mediana de Ulvaria de Conde, VI casalia de sexta de vino lino*” (PMH-Inq. 815a).

⁶⁰ “*Interrogatus de de foris (...) debent dare sextamde vino et de lino*” (PMH-Inq. 866a).

⁶¹ “*dat inde annuatim Regi de foro três varas et mediam de bragal*” (PMH-Inq. 962a).

⁶² A propósito deste tema veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade média: estudo de história rural*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983. Dissertação de Doutoramento. p. 172-181.

⁶³ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Culturas e Técnicas de Cultivo* (...), p. 415.

⁶⁴ Iria Gonçalves notou que a “oliveira encontrou aí ainda maiores dificuldades e até aos finais da Idade média não conseguiu vencer as terras húmidas do norte e só muito timidamente aí foi fazendo alguma aparição” (GONÇALVES, Iria - *A Alimentação* (...), p. 228).

⁶⁵ “*quod monasterium Sancti Petri de Aguias tenet et habet unam vineam bonam et olivetum regalengos*” (PMH-Inq. 1015b).

⁶⁶ MARQUES, António H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais* (...), p. 82.

⁶⁷ “*si carnifex vendit, debet dare inde lumbum de vaca*” (PMH-Inq. 891a).

⁶⁸ “*et dant in die privicarnii de qualibet focaria unum cabritum*” (PMH-Inq. 1017a).

⁶⁹ “*quod dat Regi (...) duos porcos (...) et unum leyton*” (PMH-Inq. 930b).

⁷⁰ Quanto ao gado aviário encontramos uma diversidade de termos para designar esta espécie animal: capões “*dant Regi de foro (...) caponem*” (PMH-Inq. 962b); frangos “*dant de qualibet focaria unum franganum*” (PMH-Inq. 991a); e galinhas “*dant Regi de foro annuatim (...) de quolibet focari singulas gallinas*” (PMH-Inq. 1002a).

como a produtos secundários, como ovos⁷¹, e até manteiga⁷². A frequência destes elementos no pagamento de foros traduz perfeitamente a importância do setor na alimentação, e, portanto, na economia. Genericamente, as referências a gado bovino são raras, enquanto que o gado suíno e aves de capoeira, aparecem com alguma frequência.

No contexto espacial alargado, o influxo da atividade piscatória fluvial⁷³ na economia é demasiado residual quando comparado com as restantes atividades produtivas. No entanto não esquecer que tanto na fronteira norte (rio Douro) como na fronteira sul (rio Mondego) esta atividade deveria desenvolver-se e assumir alguma importância sub-regional. É, portanto, natural que, nestes espaços, a tributação régia incidisse também nos produtos que advêm da pesca. Exemplo disso é o pagamento de foro ao rei de 1/5 dos sáveis e de 1/3 das lampreias pescadas no rio Douro, no Julgado de S. Martinho dos Mouros⁷⁴ (c. Resende). Na fronteira Sul, este tipo de ocorrências nas *Inquirições de 1258*, parecem ser mais raras, pelo facto de o rio Mondego ser apenas navegável entre Penacova e a sua foz e somente por pequenas embarcações⁷⁵, dificultando o transporte dos pagamentos para fora do espaço, o que não significa que a atividade não se desenvolva. Na orla dos restantes rios e ribeiros do território, a pesca provavelmente desenvolvia-se num âmbito fechado, de pouca peso e sem grande produtividade.

Tudo isto significa que, nas proximidades de rios de grande caudal, como é natural, encontramos este tipo de atividade. Mas no âmbito da totalidade do território, a pesca não parece ostentar grande influência na economia do espaço.

Com efeito, e concluindo este ponto, a economia do espaço depende quase exclusivamente das necessidades alimentares, como aliás seria de esperar. Ou seja, como constatamos inicialmente, a cultura cerealífera, vinícola, e a pecuária são determinantes na vivência económica do território de Lamego-Viseu, mas não apresentam um enquadramento geográfico distinto. Todas estas atividades produtivas, consideradas principais, são praticadas transversalmente por todo o território, apresentando ocasionalmente, pequenas variações locais. Em última análise, falamos de uma economia

⁷¹ “*Rex habere de jugata (...) V ova*” (PMH-Inq. 841a).

⁷² “*caballari de Travanca dant, annuatim, de manteiga unum almude Regi* (PMH-Inq. 816a) e “*quod dat Regi (...) unum alqueire de manteyga*” (PMH-Inq. 930b).

⁷³ A propósito da Pesca na Idade Média veja-se CASTRO, Armando - *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália Editora, 1964-1980. Vol. IV. p. 94-132.

⁷⁴ “*quod omnes illi, qui miserint barcum et rete in Dorio in termino de Sancti Martini et filiaverint savalos et lampreas, dent Regi quintam partem de savaes et terciam partem de lampreas*” (PMH-Inq. 998b).

⁷⁵ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Pesca e Salicultura*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-2039-4. Vol. III. p. 444.

rural, de fraca mobilidade, que se compreenderá muito melhor no âmbito local, e não à escala regional.

1.4. Enquadramento administrativo

Para encerrar o primeiro capítulo, dedicado à definição e caracterização do espaço do ponto de vista geográfico, natural e económico, debruçamo-nos agora sobre o enquadramento e evolução administrativa em meados da centúria de duzentos. Como consequência, perante a possibilidade de uma análise diacrónica permitida pelas fontes⁷⁶, a primeira tarefa conduziu-nos à capacidade de apurar as eventuais transformações no mapa administrativo, e a extensão dessas mesmas mutações, no tempo decorrido entre 1258 e as inquirições seguintes, já em pleno reinado dionisino, no ano de 1288. Em suma, neste subponto, iremos abordar objetivamente a organização administrativa de Lamego-Viseu durante o governo de D. Afonso III, mas também perceber se a postura enérgica e possante de D. Dinis, na continuação do processo de centralização régia, acarretou modificações profundas na administração do território, no curto intervalo cronológico de trinta anos.

Em 1258, como é possível atestar pelas *Inquirições de D. Afonso III*, a divisão do espaço em unidades administrativas de dimensões mais pequenas do que as *terras*, tão típicas dos séculos XI e XII, estava já generalizada. Neste contexto, o mapa administrativo do reino surge com uma configuração muito mais fragmentada, organizada sobretudo por julgados, coutos e honras, acompanhados de um número muito residual de terras. José Augusto de Sottomayor-Pizarro esclarece este assunto de forma muito clara:

“Depois, e conforme a autoridade régia se ia impondo gradualmente e a própria organização do reino também evoluiu, aquelas «terras» desmembraram-se em unidades de área mais reduzida, os *Julgados*, constituídos por um número muito variável de freguesias, com um juiz nomeado pelo monarca, ou então outras unidades, os *Coutos* e as *Honras*, com jurisdição senhorial própria, eclesiástica ou laica, que também podia englobar uma ou mais freguesias”⁷⁷

⁷⁶ Esta tarefa não seria possível sem o estudo crítico e a cartografia elaborada por José Augusto de Sottomayor-Pizarro na edição das *Inquirições de 1288*, cuja comparação com os nossos próprios resultados para a organização administrativa de 1258, tornou possível uma análise diacrónica dos dados.

⁷⁷ ROSAS, Lúcia; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – Território senhores e património na Idade Média. In *Marco de Canaveses: Perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2009. ISBN 978-972-95492-7-4. p. 84.

Quer isto dizer que a transição gradual que se verificou na organização administrativa, ordenada primeiro por terras e depois por julgados, emanou de uma crescente autoridade régia. Como tal, embora se verifique uma tendência das terras em evoluírem para um conjunto de julgados de dimensões mais reduzidas, estes dois tipos de circunscrições não se distinguem apenas pelas dimensões. A grande diferença reside sobretudo na orgânica política, ou seja, no comando/chefia daqueles espaços: “se a autoridade máxima numa Terra é exercida por um nobre – o Senhor da Terra ou Tenente, o mesmo não acontece no Julgado, em que são os juízes, oficiais de nomeação régia, a desempenhar o exercício do poder”⁷⁸. Com esta alteração paradigmática na forma de administração, o monarca tinha maior alcance e a garantia de um poder efetivo numa rede geográfica muito mais apertada. A figura do rei torna-se assim, através dos seus representantes, mais próxima dos seus súbditos.

Contudo, de um ponto de vista metodológico, tendo em conta a conjuntura evolutiva que acabamos de referir, estabelecer com precisão um quadro administrativo de Lamego-Viseu, com base nas *Inquirições de 1258*, conduziu-nos a uma série de dificuldades e obrigou-nos a certos cuidados. A falta de organização da 3ª alçada não facilitou em nada a tarefa. As separações entre paróquias ou freguesias durante o inquérito nem sempre significavam uma transição de circunscrição administrativa no território. Para suprimir esta dificuldade, as referências a juízes, diretas⁷⁹ ou indiretas⁸⁰, foram imprescindíveis para perceber a transição entre julgados. Tentamos ir mais além, e nos casos em que uma freguesia não era referida diretamente, mas que um grande número de lugares e aldeias (atualmente abrangidos pelos limites dela) era inquirido, consideramos para efeitos cartográficos que essa freguesia pertencia efetivamente ao julgado em questão, mas que, provavelmente, foi de fundação posterior a 1258.

Posto isto, no que concerne ao território em estudo, é possível verificar uma distribuição muito desequilibrada das freguesias pelos vários tipos de circunscrições. Terão porventura existido julgados de grandes dimensões, que eram na realidade um resultado evidente de divisões administrativas herdadas das antigas «*terras*», congregando assim mais de uma dezena de freguesias, como será certamente o caso de Azurara, Besteiros e Lafões. Por outro lado, também é possível encontrar um grande

⁷⁸ SISTELO, Vasco de Andrade - *A nobreza e o processo de senhoriação no Vale do Neiva (...)*, p. 19.

⁷⁹ Veja-se, a título de exemplo, “*Laurencius Nuniz, judex de Ulvaria de Conde, juratus super Sancta Evangelia et interrogatus*” – *PMH-Inq.* 815a.

⁸⁰ Veja-se, a título de exemplo, “*Johannes Petri, de Sancto Johanne, juratus et interrogatus, dixit quod de Tavares debet Rex habere collectam, et mittere et confirmare judicem in Tavares*” – *PMH-Inq.* 805b.

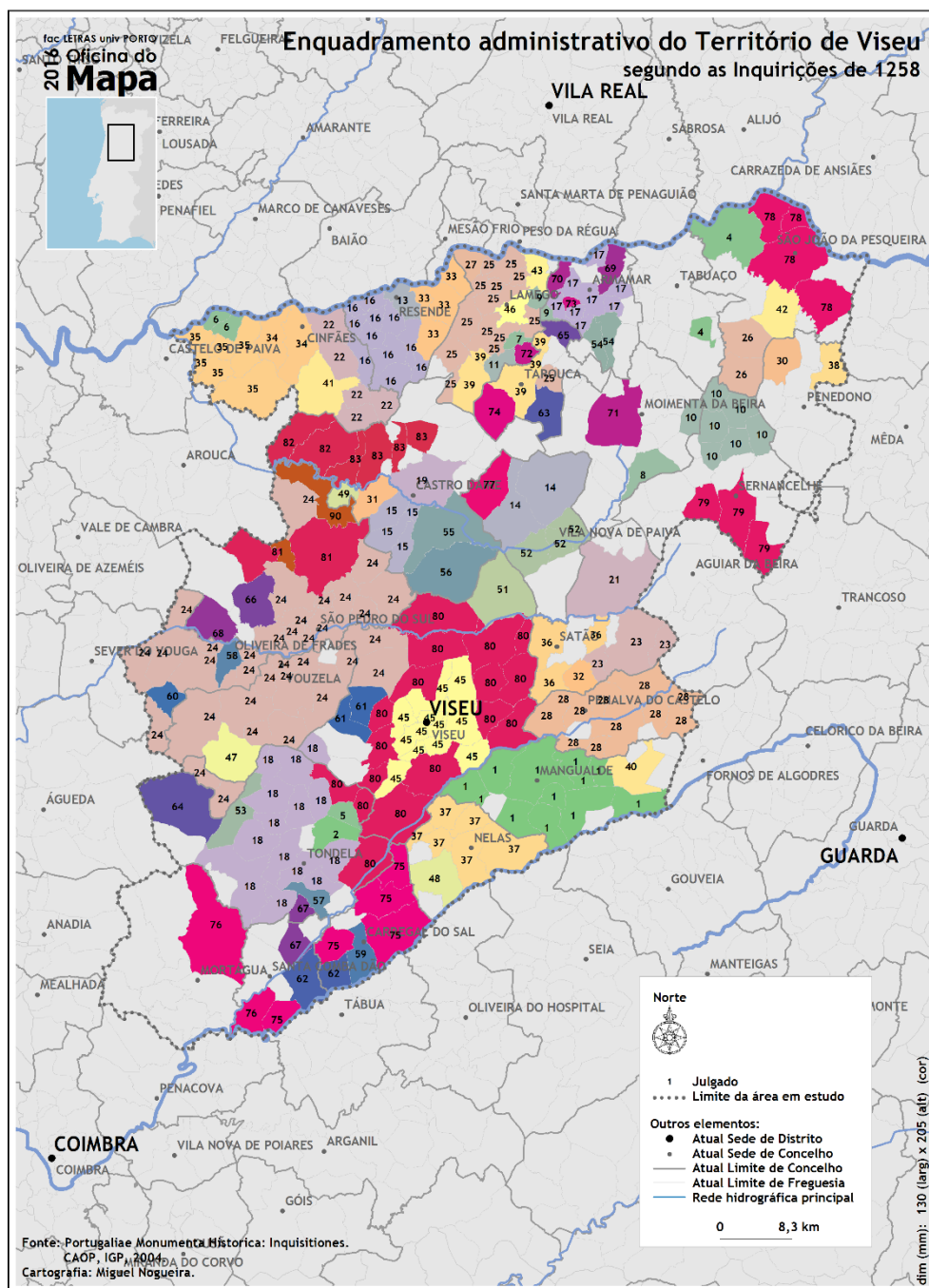
número de julgados de dimensões extremamente exíguas, correspondentes sensivelmente a uma, ou duas freguesias, que resultaram de uma divisão em unidades facilmente administráveis, nomeadamente os julgados de Reriz (c. Castro Daire), de Paredes (c. São João da Pesqueira) e de Tendais (c. Cinfães), entre muitos outros.

Depois, num segundo plano, encontramos as *Honras* e os *Coutos* que, excluindo os casos das jurisdições das Sés catedrais e alguns casos verdadeiramente excepcionais como o de Resende, tendem a manter-se com dimensões mais restritas.

Muito sucintamente, de acordo com a fonte, o território de Lamego-Viseu esteve dividido em aproximadamente 78 unidades administrativas⁸¹, com uma extensão territorial muito variável. Em síntese, temos notícia: de 35 julgados, que compreendiam 189 freguesias; 12 honras com 20 freguesias; 29 coutos com 48 freguesias; e, por fim, 2 terras com apenas 6 freguesias. Nota-se, portanto, como seria de esperar, uma preponderância dos julgados, reflexo claro da crescente autoridade régia. De qualquer das formas, são perfeitamente visíveis as assimetrias, também no plano administrativo. Tal como é possível apurar no mapa seguinte, o território, ou seja, o atual distrito de Viseu, apresentava-se em meados do século XIII como uma “*manta de retalhos*”, marcada pela elevada quantidade de transições entre diferentes jurisdições e autoridades, contribuindo assim para a diversidade identitária do espaço.

Suspeitamos que a própria “confusão” encontrada durante a leitura da 3ª alçada, sem esquecer os problemas de transmissão e de edição, pode também ser justificada pela parca organização do território no final da década de 50 do século XIII.

⁸¹ Importa salientar que este número é apenas uma aproximação sujeita a vários desvios. Além das *Inquirições de 1258* não inquirirem o espaço total do distrito de Viseu, denotando especialmente a ausência de várias freguesias da região do Távora, várias honras e coutos não chegam a abranger uma freguesia, não sendo por isso consideradas para a análise do mapa administrativo da região.



Mapa 3 - Enquadramento administrativo do Território de Viseu segundo as Inquirições de 1258

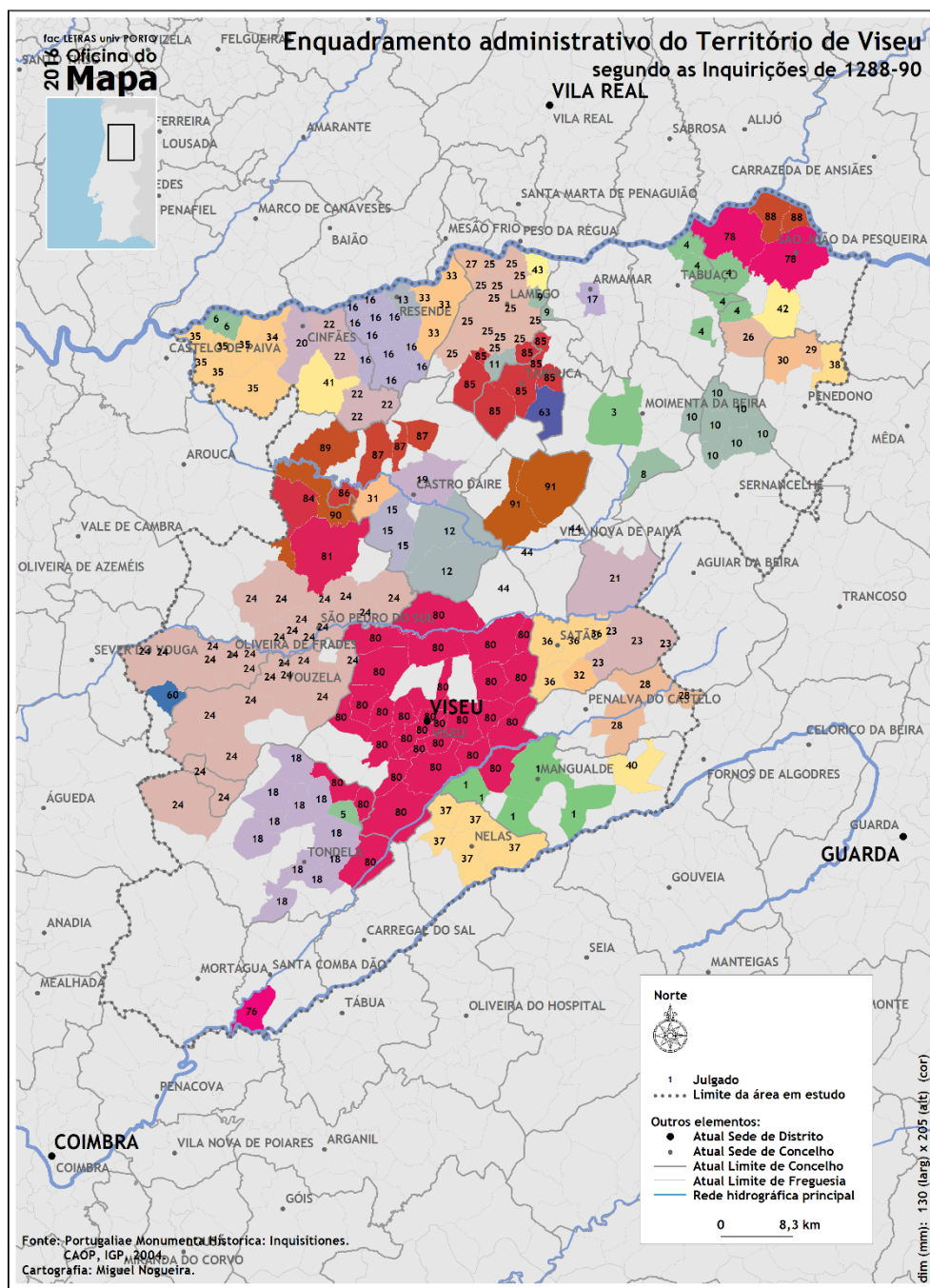
As *Inquirições de 1288*, embora mais organizadas, não nos fornecem informações tão detalhadas sobre o enquadramento administrativo do território de Lamego-Viseu como as anteriores. Por essa razão, o quadro evolutivo que nos propomos agora tratar é limitado, e tem que ser analisado à luz de algumas reflexões.

Primeiro, como se vê no mapa seguinte, existe uma série de freguesias que aparecem nas *Inquirições de 1258*, mas que trinta anos mais tarde não temos informação sobre a que circunscrição administrativa pertencem. O contrário, naturalmente, também acontece, mas com uma frequência visivelmente menor. Não obstante, estes casos não podem ser contabilizados como alterações no mapa administrativo, pois correspondem apenas a omissões das fontes. Quer isto dizer, a ausência de informação acerca de uma freguesia, ora em 1258, ora em 1288, não significa necessariamente que tivesse existido uma transição, fundação ou desaparecimento de julgado. Assumimos, portanto, que nessas situações não temos informações suficientes para apontar qualquer tipo de evolução.

Noutros casos, quando parecem existir de facto transições, devemos também ter certos cuidados na análise, pois muitas vezes nada mais há além da alteração da designação da unidade administrativa. É o caso do julgado de Tarouca, que em 1288 passa a designar-se julgado de Castro Rei; do couto de Cavalão, que aparece três décadas depois como couto de Gafanhão; e da honra de Touro, que surge mais tarde como honra de Vila Cova.

Existem ainda alguns casos em que, embora o nome e configuração se mantenham, o estatuto administrativo altera-se. Como exemplos temos a Terra de Moção e a Terra de Parada de Riba de Paiva, as quais, mantendo as designações, aparecem como julgados nas *Inquirições de 1288*.

Em todos estes casos, apesar de existirem alterações, não se verificam transições no âmbito cartográfico, ou seja, as circunscrições administrativas mudam de nome ou de orgânica, mas os limites e a geografia parecem manter-se rigorosamente os mesmos. Existe, portanto, uma certa permanência administrativa. A identidade geográfica não muda. Por estes motivos, consideramos que não devemos contabilizar estas situações como transições, pois revestem-se sobretudo de uma certa continuidade.



Mapa 4 - Enquadramento administrativo do Território de Viseu segundo as Inquirições de 1288-90

No que concerne à evolução do território de Lamego-Viseu, na segunda metade do século XIII, é possível afirmar que 61% das freguesias mantêm-se na mesma circunscrição administrativa entre 1258 e 1288, o que não quer dizer que as restantes situações se modifiquem. De facto, apenas 12% transitam com toda a certeza de unidade administrativa, sendo que para os restantes 27% das freguesias não temos informações que permitam este tipo de conclusões. Isto significa que, numa perspetiva eminentemente global, o mapa administrativo de 1258 e 1288 permanece, ao que nos é possível apurar, o mesmo.

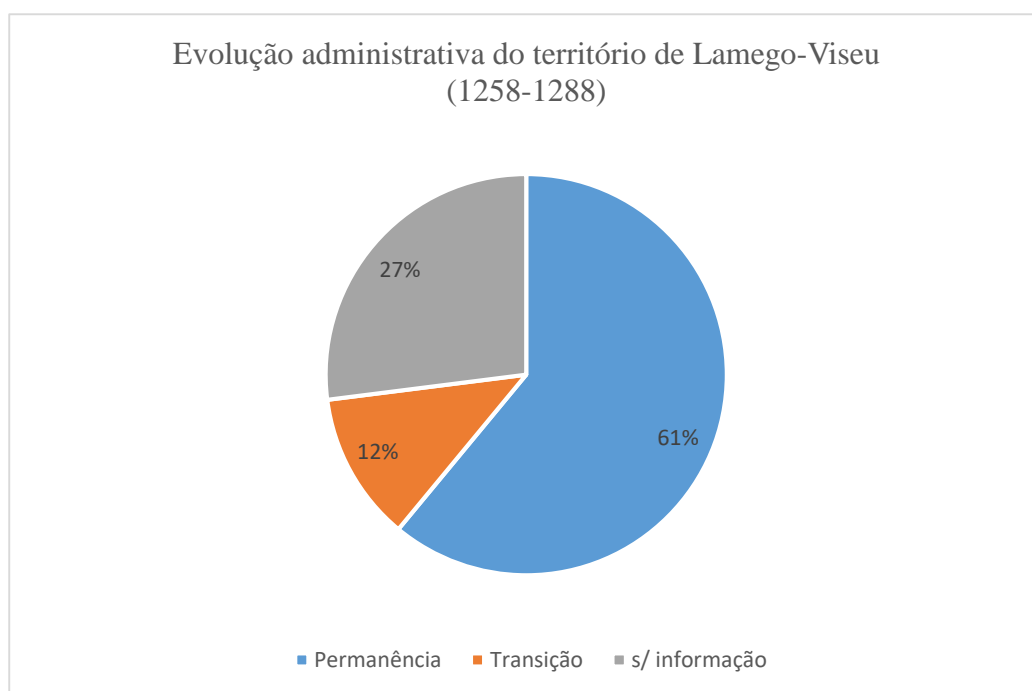


Gráfico 1 - Evolução administrativa do Território de Lamego-Viseu (1258-1288)

De qualquer das formas, as transições adquirem também diferentes contornos, e não correspondem todas ao mesmo tipo de evolução administrativa. Neste sentido, note-se que 67% das transições que detetámos correspondem efetivamente a freguesias que nas *Inquirições de 1258* aparecem ligadas a terras imunes (coutos e honras), mas que três décadas depois, de acordo com a organização dos inquéritos régios de D. Dinis, estão anexas a julgados. É o caso de muitas freguesias que aparecem, durante o reinado de D. Afonso III, no couto da Sé de Viseu, mas que em 1288 estão ligadas ao julgado de Viseu. Por sua vez, o julgado de Lafões parece também absorver um grande número de terras imunes, como os coutos de Alcofra, Oliveira, S. João do Monte e Santa Cruz de Trapa. Em suma, este pode também ser um sintoma do processo de centralização régia.

Em segundo lugar, com 15%, surgem as transições efetivas de julgados, ou seja, os casos em que freguesias transitam, no curto intervalo cronológico de trinta anos, para a jurisdição de um juiz de um julgado vizinho que já existia em 1258. São os casos das freguesias de Bodiosa, Ribafeita (c. Viseu) e Fornos de Maceira Dão (c. Mangualde) que transitam do julgado de Lafões e Azurara, respetivamente, para o de Viseu; e de Mondim da Beira (c. Tarouca) que nos primeiros inquéritos parece pertencer ao julgado de Lamego, mas nos seguintes já se insere seguramente no julgado de Castro Rei.

Em terceiro, é importante sublinhar uma situação que nos parece importante, embora residual: a fundação de julgados. Quanto a isto temos certezas de apenas um caso, o que corresponde a 3%. Em 1258, a freguesia de Cinfães (c. Cinfães), em conjunto com a de S. Cristóvão (c. Cinfães), formam o julgado de S. Salvador de Nogueira. Ora, trinta anos depois, a primeira freguesia adquire independência e forma autonomamente uma nova circunscrição, o julgado de Cinfães. É, portanto, uma evolução assente na formação de novas unidades administrativas de menores dimensões.

Por último, também com 15%, consideramos algumas ocorrências “atípicas”. Primeiro a de dois coutos da região de Vila Nova de Paiva (Fráguas e Cota), constituídos por três freguesias, que desaparecem no governo de D. Dinis e passam a formar a Terra de Cocha. E em segundo, os coutos de Mões e Moledo, que são durante os primeiros inquéritos independentes um do outro, mas que em 1288 formam a grande Honra de Mões e Moledo.

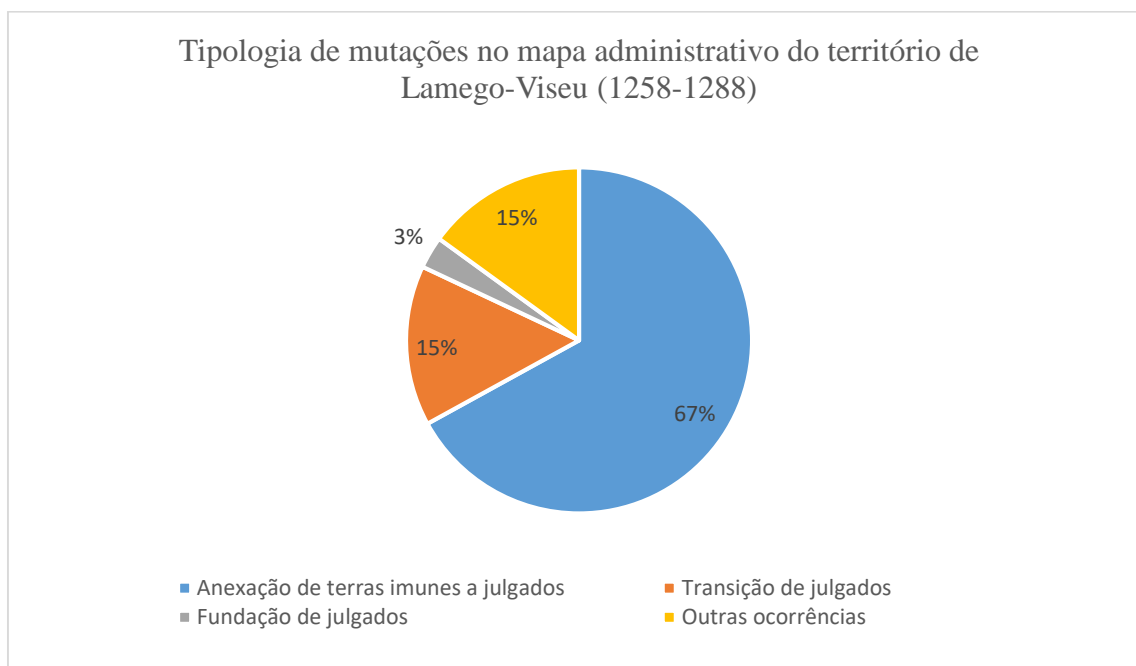
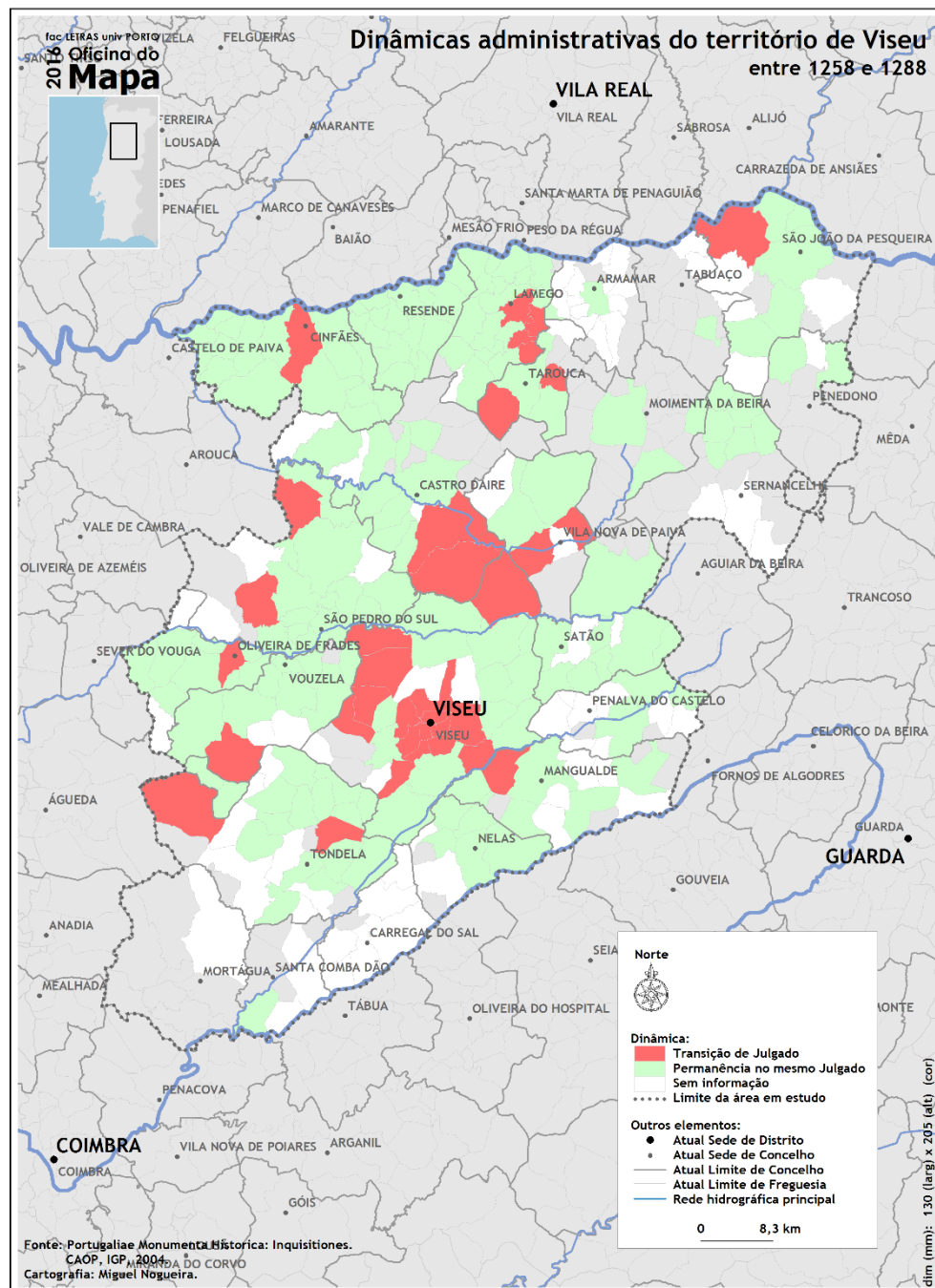


Gráfico 2 - Tipologia de mutações no mapa administrativo do território de Lamego-Viseu (1258-1288)

Em suma, parece-nos legítimo afirmar que, em grande medida, a estrutura administrativa global do território de Lamego-Viseu no final do século XIII já estava definida, pelo menos desde meados da mesma centúria. Neste eixo, a parca influência de D. Dinis deu-se sobretudo na erosão, ou anexação de terra imunes, sendo que as restantes tipologias de transições são residuais, salvaguardando sempre que desconhecemos a evolução administrativa de um número significativo de freguesias.



Mapa 5 - Dinâmicas administrativas do território de Viseu entre 1258 e 1288

Capítulo 2 - As Inquirições de 1258

2.1. Definição; história(s) e contexto(s)

Conforme cremos ter deixado claro na **Introdução**, a presente investigação centra-se sobretudo no estudo das *Inquirições de 1258*. Por outras palavras, os Inquéritos régios ordenados pelo monarca D. Afonso III são a “espinha dorsal” do presente trabalho. Com efeito, desde o início que imaginamos um segundo capítulo dedicado à análise desta fonte, que funcionasse metaforicamente como uma ponte entre o Espaço e a Nobreza que se movia dentro dele.

Comecemos então pela pergunta mais básica: o que são as Inquirições? Para responder, incapazes de qualquer originalidade para definir uma fonte tão bem aproveitada (sem, no entanto, estar perto de se esgotar), servimo-nos das palavras de Luís Krus, um dos seus maiores estudiosos⁸²:

“Inquéritos realizados por ordem régia em diversas regiões do Reino, mais ou menos localizadas (inquirições gerais ou particulares), com a finalidade de inventariar os bens detidos pela coroa (propriedades, terras, rendas padroados e direitos), ao mesmo tempo que procurava averiguar hipotéticas usurpações contra eles cometidas, aquilatando o correcto fundamento das honras e coutos nelas existentes. Utilizadas sobretudo pelos monarcas dos séculos XIII e XIV, funcionam como sucessivas tentativas para o estabelecimento de um cadastro da propriedade régia e privilegiada, desenvolvendo-se em conjunturas políticas caracterizadas por um desejo de afirmação do rei em face da crescente subida dos poderes regionais senhoriais, sendo por isso especialmente confinadas às áreas em que estes se mostram mais implantados e agressivos”⁸³

⁸² Luís Krus era um profundo conhecedor desta fonte, o que justificou em grande medida o congresso internacional de homenagem a este historiador, que se realizou em 2007, intitulado «*Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*». Muito recentemente, em 2015, foi editada uma obra com o mesmo título, que reúne uma parte considerável dos trabalhos apresentados nesse colóquio, entre outros (ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês (ed.) - *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes: séculos XII-XIV: tributo a Luís Krus*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2015. ISBN 978-989-98749-7-8). Não deixa de ser muito interessante verificar dois aspetos nesta obra, a nosso ver, dignos de nota. Primeiro, que este autor marcou profundamente a historiografia dos Inquéritos Régios, sendo consensual os avanços consideráveis (dir-se-ia mesmo “*os passos de gigante*”) na sua compreensão enquanto acontecimento e fenómeno social, comprovados pelo seu artigo de folgo, ainda hoje incontornável, intitulado “Escrita e Poder: as Inquirições de 1258” (KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III. In KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-2-0. p. 41-58). E segundo, a quantidade de medievalistas de renome, especializados nas mais diversas áreas, que não só reconhecem o valor inestimável das inquirições para a historiografia, como se servem delas nos seus próprios estudos sobre os mais diferentes temas.

⁸³ KRUS, Luís – Inquirições. In PEREIRA, José Costa - *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Publicações Alfa, 1985. Vol. II. p. 343.

Tendo em conta a definição apresentada, fica bem patente a amplitude e potencial da fonte em análise, que suscita um conjunto de abordagens muito diversificado⁸⁴. Aliás, Sottomayor-Pizarro vai mais longe e destaca as inquirições no seu conjunto tanto pela sua singularidade, “verdadeiramente excecional, dentro das fontes disponíveis para o estudo da História Medieval portuguesa”⁸⁵, como pela sua precocidade no quadro geral europeu⁸⁶. Todavia, o seu valor excecional não constitui de todo uma novidade, nem sequer uma realização recente, dado que os estudos em torno desta fonte remontam aos finais do século XVI⁸⁷, passando por João Pedro Ribeiro⁸⁸ e Alexandre Herculano⁸⁹ já em pleno século XIX, e prolongando-se até aos dias de hoje. Não vale a pena, no entanto,

⁸⁴ Apesar do vasto leque de temas que esta fonte permite abordar, desde a evolução das estruturas administrativas até ensaios que versavam a toponímia medieval, é importante destacar uma certa primazia dada às inquirições no que toca a estudos sobre nobreza, potencial este devidamente valorizado num artigo de Mattoso, Krus e Bettencourt em 1982 (MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa. In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. nº 9 (1982). p. 17-74) e mais recentemente num outro artigo que retomava esse mesmo tema, de Sottomayor-Pizarro (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica - breves apontamentos. In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 1645-4936. nº 12 (2013). p. 275-292). Esta consciência viria a manifestar-se num conjunto de estudos incidentes no mesmo tema, mas aproveitado num âmbito eminentemente mais regional, que permitia e permite análises comparativas de grande detalhe.

⁸⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica - breves apontamentos. In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 1645-4936. nº 12 (2013). p. 276. (Doravante indicaremos esta obra como: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - As inquirições medievais portuguesas (...), p.).

⁸⁶ Não podemos deixar de referir aqui fontes como o “*Domesday book*”, de Inglaterra, ou os “*enquêteurs royaux*” franceses, que embora possuam contornos vincadamente diferentes, estão naturalmente sujeitas ao estabelecimento de alguns paralelismos com as Inquirições Gerais portuguesas.

⁸⁷ Falamos naturalmente da Monarquia Lusitana dos Brandões (BRANDÃO, Frei António - *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego). Lisboa: IN-CM, 1974. / BRANDÃO, Frei Francisco - *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego). Lisboa: IN-CM, 1976. / BRANDÃO, Frei Francisco - *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego). Lisboa: IN-CM, 1980).

⁸⁸ João Pedro Ribeiro, “o qual, nos primórdios do século XIX, tinha fixado criticamente o corpus documental das inquirições e estabelecido as primeiras reflexões paleográficas e diplomáticas sobre a transmissão dessa documentação” (ANDRADE, Amélia Aguiar - Luís Krus e as Inquirições Régias Medievais: percurso através de uma reflexão inovadora. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês - *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes: séculos XII-XIV: tributo a Luís Krus*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2015. ISBN 978-989-98749-7-8. p. 15). A este propósito veja-se então RIBEIRO, João Pedro (dir.) - *Memórias para o Estudo das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal. Colligidos pelos discípulos da Aula de Diplomática no anno de 1814 para 1815 [...] dir. dos lentes proprietário e substituto da mesma Aula*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

⁸⁹ Atentemos no papel de Herculano para a promoção das Inquirições régias. Apesar da sua edição, póstuma a este historiador, ter sido um processo moroso, e aparentemente penoso pela concomitante alteração do editor responsável, foi ele mesmo que a idealizou (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - As inquirições medievais portuguesas (...), p. 277).

perder muito tempo no elencar da vastidão de obras e autores que se debruçaram sobre esta fonte, em virtude de alguns estudos recentes que já o fizeram exaustivamente⁹⁰.

Por esta razão, e pela plena consciência da relevância das inquirições no âmbito da historiografia portuguesa, passamos de imediato à sua própria história, para apenas depois avançar para a história que ela nos conta. Apesar do nosso estudo se focar nas *Inquirições de 1258*, é importante perceber que os inquéritos desse ano não devem ser observados de forma isolada, e inserem-se num conjunto mais alargado de iniciativas régias com os mesmos contornos, tanto anteriores como posteriores. Quer isto dizer, que os inquéritos de meados da centúria de duzentos foram precedidos pelos de 1220, ordenados por D. Afonso II, e caracterizados por uma amplitude geográfica mais restrita, circunscrevendo-se maioritariamente ao arcebispado de Braga, em virtude dos conflitos que o monarca mantinha com o arcebispo D. Estevão Soares⁹¹. Por outro lado, não sendo uma diligência inovadora por parte da Coroa, também não seria a última, repetindo-se continuamente por seis vezes até finais do século XIV: 1284, 1288 (complementadas pelas sentenças de 1290⁹²), 1301, 1303-1304 e 1307-1311 durante o reinado dionisino; e 1343, promovidas por D. Afonso IV. A prática das Inquirições Gerais, e em particular durante os reinados de D. Afonso II até D. Dinis, foi por isso um instrumento eficaz de centralização administrativa, aplicado desde os primórdios desse processo, e simultaneamente um sintoma da forte oposição entre os sucessivos monarcas e outras forças políticas, bem como uma tentativa de travar o “alastramento abusivo da jurisdição senhorial sobre terras do rei”⁹³. Entre umas e outras existem algumas diferenças significativas, quer na extensão geográfica, como na forma de atuação e organização no

⁹⁰ A este propósito vejam-se as extensas listas em SISTELO, Vasco – *A Nobreza e o Processo de Senhorialização no Vale do Neiva* (...), p. 16-18 e SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *As inquirições medievais portuguesas* (...), p. 278.

⁹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Inquirições*. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999 – 2000. Vol. III. p. 329.

⁹² Este inovador acréscimo demonstra sobretudo a utilidade e a vertente prática das inquirições, cujos registos, para grande ameaça dos grupos senhoriais, serviram não só para esgrimir argumentos, mas também para justificar a aplicação de certas sanções. O processo de inquérito por si só poderia na realidade ser dotado de um poder intimidatório, mas era sobretudo, como o próprio nome indica, um procedimento de averiguação. Posteriormente, durante os Inquéritos de 1343, esta natureza prática ficaria novamente demonstrada, mas de outra forma completamente diferente, já que um dos inquiridores de D. Afonso IV se fez acompanhar pelas *Inquirições de 1258*, com praticamente um século de antiguidade, possivelmente como instrumento de consulta (COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Poder e a Sociedade ao Tempo de D. Afonso IV*. In *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto. ISSN 0870-4511. Vol. VIII (1988). p. 41.).

⁹³ MATTOSO, José - *Identificação de um País «Oposição-Composição»: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2015. ISBN 978-989-64435-8-0. p. 628 (Doravante indicaremos a obra como: MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p.).

processo de inquirição. Mas no mais importante revelaram um fio condutor comum, pois todas elas foram um passo essencial à demonstração de força da Coroa, e acima de tudo na alteração paradigmática do “*modus operandi*” medieval, no qual a *lex scripta* impunha-se cada vez mais perante o direito consuetudinário⁹⁴.

Mas foquemos então aquelas que mais nos interessam. As *Inquirições Gerais de 1258*, também conhecidas por Inquéritos Régios de D. Afonso III, integraram claramente, tal como acabamos de referir, um processo alargado de centralização (iniciada de forma rudimentar pelo seu pai), e cuja *praxis* política estava assente na concentração dos poderes na Coroa e no fortalecimento da imagem do rei.

Surgiram sobretudo como uma reação agressiva ao clima caótico e de instabilidade política dentro do reino, decorrente do conflito que opusera o rei D. Sancho II ao seu irmão D. Afonso III. Com a morte do primeiro no ano de 1248, em Toledo, finda a crise política decorrente das lutas pelo trono, mas não sem antes deixar as suas marcas. D. Sancho II, imbuído de um espírito verdadeiramente liberal, talvez ingénuo ou pouco astuto politicamente, em relação às outras forças política, deixou-se guiar por uma passividade de tais dimensões, que ameaçou a alienação de património e rendas da Coroa, vitais à sustentação de um ideal de monarquia forte e estável.

O *Bolonhês* rapidamente se apercebeu que, durante o reinado do seu irmão, na ausência de um quadro organizacional que permitisse a fiscalização e tributação regular do património da Coroa, teriam sido oportunas e frequentes a usurpação de rendas e territórios por parte do sector nobre e eclesiástico. Retenha-se, no entanto, que é preciso estudar esta fonte, sempre à luz de resquícios da mentalidade de uma nobreza antiga, cujo entendimento da extensão do seu poder e autoridade ultrapassava largamente o conceito de uma nova nobreza que se estabelecia no reino.

D. Afonso III, que sobe ao trono pela morte do irmão sem descendentes, percebe a necessidade de averiguar por todo o seu reino o património detido pelo Coroa. Nesse sentido, no ano de 1258 ordenou as inquirições. Por estes inquéritos pretendia averiguar, sem deixar margem para dúvidas, a dimensão das terras regalengas e foreiras, os direitos de padroado, os coutos, as honras, as herdades dos cavaleiros e das Ordens religiosas, e

⁹⁴ VENTURA, Leontina – Afonso III e o Desenvolvimento da Autoridade Régia. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. III. p. 138.

todos os tributos que lhe eram devidos. Em suma, o grande objetivo destas inquirições era “a elaboração de um cadastro da propriedade régia”⁹⁵.

Terminadas as *Inquirições de 1258*, inovadoras pela complexidade e alcance, D. Afonso III passaria a dispor de todos os elementos necessários “para saber de que forma conduzir uma reforma nos planos da administração, justiça, e legislação”⁹⁶.

Para isso, o monarca ordenou cinco comissões de inquérito, a que chamou de alçadas, que percorrerem entre a Primavera e o Inverno daquele ano as regiões de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, e parte das Beiras⁹⁷. A cada uma delas, constituídas por um conjunto eclético de indivíduos composto de eclesiásticos, cavaleiros, juizes e cidadãos, escolhidos pelo próprio monarca (perfazendo um corpo total de 23 inquiridores⁹⁸ ao serviço do rei, dos quais 6 desempenhavam as funções de escrivão) correspondia um espaço geográfico bem definido. Ao Entre-Douro-e-Minho, destinou três comissões (entre Cávado e Minho, entre Cávado e Ave, entre Douro e Ave)⁹⁹. Não podemos justificar o elevado número de comissões neste espaço, apenas pela extensão territorial ou pela maior densidade populacional. Temos também que contemplá-lo à luz da existência de uma nobreza tradicional, ligada à própria fundação do reino e cujos membros estariam certamente poucos dispostos a imposições e interferências régias. Esta nobreza mais antiga, como chama a atenção Luís Krus, desprezava os inquiridores não vendo entre si e o Rei “necessidade de intermediários”¹⁰⁰. O rei ordenou ainda uma comissão para inquirir a região de Trás-os-Montes (Entre-Douro-e-Tâmega, Terras de

⁹⁵ SISTELO, Vasco – *A Nobreza e o Processo de Senhorialização no Vale do Neiva* (...), p. 8-9.

⁹⁶ SISTELO, Vasco – *A Nobreza e o Processo de Senhorialização no Vale do Neiva* (...), p. 11.

⁹⁷ KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III. In KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-2-0. p. 42. (Doravante indicaremos a obra como: KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p.).

⁹⁸ A 1ª alçada era constituída por cinco indivíduos: o Prior do Mosteiro da Costa; o Prior do Mosteiro de S. Torcato; Afonso Gonçalves de Maçada, cavaleiro; Pedro Fernandes, copeiro; e Paio Martins, escrivão (*PMH-Inq.* 74a). A 2ª alçada era constituída por quatro indivíduos: Godinho Godins, cidadão de Coimbra; João Martins, prior do Mosteiro de Pedroso; Tomás Fernandes de Cabanões; e Vicente Peres, escrivão (*PMH-Inq.* 457a). A 3ª alçada era constituída por quatro indivíduos: Simão Peres de Espinho; Pedro Martins, de Porta de Guarda; Pedro Arteiro, juiz de Bouças; e Fernão Soares, outrora juiz de Vouga e escrivão (*PMH-Inq.* 753a). A 4ª alçada era constituída por 6 indivíduos: João Estevão, cavaleiro de Santarém; Pedro Martins; Abril Anes; Paio Soares; João Domingues e Estevão Soares, escrivães. Por fim, a 5ª alçada era constituída por 4 indivíduos: João Martins, prior da Igreja de S. Bartolomeu de Coimbra; Domingos Peres do Átrio, cidadão de Coimbra; Martim Mendes, cónego da Igreja de S. Vicente de Fora; e Paio Martins, escrivão (*PMH-Inq.* 1409a).

⁹⁹ MATTOSO, José – O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política. In *Revista de Análise Social*. ISSN 977-000- 325-733. Vol. XXXV, nº157 (2001), p. 907.

¹⁰⁰ KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p. 54.

Barroso, e Chaves); e outra para a região das Beiras, ou seja, aquela que, em última análise, nos interessa.

Mas, antes de prosseguir, sublinhe-se que na sua grande maioria as *Inquirições de 1258* estão redigidos em latim mas, pela natureza prática da própria documentação, surgem com fortes interferências do galego-português. Neste âmbito, note-se ainda que apenas uma parte da 4ª alçada passou à língua vernacular, tradução esta datável do reinado de D. Afonso IV¹⁰¹.

Vejamos então o que há a dizer sobre a comissão responsável pelas Beiras, designada por 3ª alçada, e os principais problemas que dela nos surgiram, bem como as suas principais características.

2.2. A 3ª alçada: alguns dados, características e problemas

Ao falar das atas dos inquéritos realizados na Beira Alta em 1258, é necessário abordar um assunto em que temos evitado entrar com grande detalhe, mas que nos parece de suma importância, em particular para esta alçada, pelas grandes dificuldades que implicou. Referimo-nos naturalmente ao processo de edição desta fonte¹⁰². No preâmbulo que inaugura o fascículo VI dos *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, Anselmo Braamcamp Freire, um dos três responsáveis pela publicação da primeira parte da 3ª alçada (concretizada apenas em 1917 sob a tutela de Pedro de Azevedo), deixa bem explícito, num texto de cunho extraordinariamente pessoal, algumas das contrariedades sentidas para levar a “bom porto” a publicação das Inquirições Gerais do Reino:

“Infelizmente não pôde dar cumprimento à sua promessa [referindo-se ao falecimento de Costa Basto], mas estabeleceu a norma a seguir na publicação das subseqüentes alçadas e a essa regra não me quero furtar. Tê-la-ia observado, é provável, o Académico que me precedeu na direção desta publicação; mas, se êsses eram os seus desígnios, a morte também não lhos deixou executar [falando desta vez de Sousa Monteiro]. Não posso contudo abster-me de lastimar, sem idea de censura, a falta de

¹⁰¹ É possível datar o códice traduzido pela curiosa anotação do copista Martim Anes, abade do Mosteiro de Borvela, na qual declara que o “*livro foy traladado per outro livro da chancelaria per mandado de nosso senhor El Rey Don Affonso o quarto per mão de mim Martim anes Abbade da igreja de Sancta Maria de Borvela o qual os VIII. Sexternos de latin em l[i]ngua torne e foy acabado no mes de mayo e na vila de Sanctaren (...) na Era de mil trezentos e sassenta nove anos*” – *PMH-Inq.* 1266.

¹⁰² Note-se que o processo de edição da série *Inquisitiones* dos *Portugalia Monumenta Historica*, encomendado pela Academia das Ciências de Lisboa, e iniciado em 1888 por Costa Basto, permanece em grande medida inacabada, embora mais adiantada com a recente edição das *Inquirições de D. Dinis* por Sottomayor-Pizarro. Desde esse ano inaugural, além dos dois supramencionados, as Inquirições Gerais Portuguesas já estiveram a cargo de Sousa Monteiro, Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo, António Baião, Laranjo Coelho e Rui de Azevedo. A propósito deste percurso veja-se a tabela seguinte.

lembrança do meu predecessor que, encontrando-se em face de um tómo já de 752 páginas, o qual nem sequer abrangia um quarto da matéria, não mandou abrir novo volume. Os inconvenientes resultantes desta precipitação são tão óbvios que não carecem de indicação.”¹⁰³

O signatário destas linhas revela-se então visivelmente transtornado, não poupando esforços na exposição dos problemas encontrados na incumbência de edição dos inquéritos realizados pela comissão responsável pelas Beiras. Nesse âmbito faz alusão também a inestimáveis perdas documentais, lamentando o desaparecimento de um códice de que tem conhecimento, com as anotações dos próprios inquiridores, resultante da falta de critério na reorganização do Arquivo da Coroa, ordenada por D. Manuel I, já no século XVI. O certo é que as dificuldades sentidas repercutir-se-iam no número de anos necessários para completar a publicação da 3ª alçada. Sendo que a alçada anterior foi publicada no ano de 1897 por Costa Basto, levaria quase quatro décadas para que os textos dos inquéritos realizados pela terceira comissão vissem a luz do dia na totalidade. Em traços muito gerais, a responsabilidade pela edição da 3ª alçada, caracterizada por uma série de contratempos, pertenceu a nada menos do que quatro indivíduos diferentes. Esteve então a cargo de “Sousa Monteiro, primeiro, de Anselmo Braamcamp Freire, depois, e finalmente, de Pedro de Azevedo (fascículo VI), só concluída em 1936 por António Baião (fascículo VII)”¹⁰⁴. Esta intermitência e instabilidade, embora não seja necessariamente problemática, certamente que não beneficiou o planeamento e uniformização da referida publicação.

¹⁰³ *PMH- Inq.* fasc. VI; p. VII.

¹⁰⁴ *PMH-Inq.* 1288 - Vol. III; p. V-VI.

Percurso de edição das Inquirições Gerais Portuguesas (1888-2015)

NOME	FUNÇÃO	VOLUME	PARTE / TOMO	FASCÍCULO	INQUIRIÇÕES	ANO
Alexandre Herculano	Projetou a edição da série <i>Inquisitiones</i>					Antes de 1877
João Pedro da Costa Basto	Editor responsável	Volume I	1ª Parte	Fascículo I	Inquirições de 1220	1888
				Fascículo II		
				Fascículo III	Inquirições de 1258 (1ª alçada)	1891
				Fascículo IV	Inquirições de 1258 (2ª alçada)	1897
				Fascículo V		
Sousa Monteiro	Editor responsável		2ª Parte	Fascículo VI	Inquirições de 1258 (3ª alçada)	1917
Anselmo Braamcamp Freire	Editor responsável					
Pedro de Azevedo	Editor responsável			Fascículo VII	Inquirições de 1258 (4ª alçada)	1936
António Baião	Editor responsável			Fascículo VIII		1961
Possidónio Mateus Laranjo Coelho	Editor responsável			Fascículo IX		1977
José Augusto de Sottomayor-Pizarro	Editor responsável	Volume III			Inquirições de 1284	2007
		Volume IV	Tomo 1		Inquirições de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291	2012
			Tomo 2			2015

Depois disto, existem ainda os problemas de transmissão textual a que já fizemos referência. As atas da 3ª alçada podem ser consultadas no Livro I das Inquirições de D. Afonso III, desde o fólho 11 até ao fólho 185v; e no Livro III das mesmas, desde o fólho 1 até fólho 163. Ao que João Pedro Ribeiro apurou, e que nós mencionamos anteriormente, existiu também um terceiro exemplar, entretanto perdido, em papel¹⁰⁵. É o licenciado Gabriel Gil, comissionado por D. Manuel no século XVI, que nas notas¹⁰⁶ que toma enquanto concerta o Livro I das Inquirições de D. Afonso III nos dá conta da existência deste terceiro códice “que por ser muy caduco em algumas partes e se nam poder ler e falecerem no fim dele certos cadernos foy loguo Roto e outro ficou pera sse dele vsar”¹⁰⁷.

Devido a estas declarações, e outras, transpostas para o Livro I durante o século XVI, os sucessivos responsáveis pela publicação das referidas atas serviram-se continuamente dele para as transcrições, recorrendo ao Livro III apenas para anotar as variantes.

De qualquer das formas, independentemente dos pergaminhos que entenderam aproveitar, assumiu-se desde o início que “estes livros correspondem a cópias (...) organizadas sobremodo debaixo da chancela de D. Dinis, em especial entre finais da década de 1280 e inícios da de 1300”¹⁰⁸, não às atas originais das *Inquirições de 1258*.

Por tudo isto, somos obrigados a perguntar: seria o tal terceiro exemplar em papel mais rico em informação que os dois que sobreviveram às marcas do tempo? Seriam os copistas ao serviço do *Lavrador* responsáveis por um crivo, aplicado à documentação, de dimensões equiparáveis ao que se verificou nas reformas do tempo quinhentista? Reconhecemos que é provável que nunca seja possível confirmar estas suspeitas. O que se pode dizer com toda a certeza é que, como em qualquer processo de publicação de fontes, existem escolhas a ser feitas, nem sempre consensuais e muitas vezes condicionadas por outras feitas no passado, mas que sempre deixam marcas indeléveis nos testemunhos que consultamos. Não queremos por isto retirar qualquer mérito ao

¹⁰⁵ RIBEIRO, João Pedro (dir.) - *Memórias para o Estudo das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal. Colligidos pelos discípulos da Aula de Diplomática no anno de 1814 para 1815 [...] dir. dos lentes proprietário e substituto da mesma Aula*. Lisboa: Impressão Régia, 1815. p. 51.

¹⁰⁶ Nas palavras de Saúl António Gomes, estas anotações “demonstram o quanto os manuscritos medievos deste género documental sofreram pela aplicação, por parte de oficiais ao serviço da Leitura Nova patrocinada pelo rei D. Manuel, de critérios de eliminação de acervos documentais” (GOMES, António Saúl - Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. ISSN 1645-2259. n.º. 12 (2012). p. 158. (Doravante indicaremos a obra como: GOMES, António Saúl - Inquirições, confirmações e registos (...), p.).

¹⁰⁷ *PMH- Inq.* fasc. VI; p. VIII.

¹⁰⁸ GOMES, António Saúl - Inquirições, confirmações e registos (...), p. 153.

trabalho dos editores, ou contestar o grau de fiabilidade das informações a que temos acesso, mas apenas sublinhar que, muitas das formas como percecionamos um certo tempo ou acontecimento, estão sempre sujeitas aos problemas de transmissão e conservação da documentação original. Como refere Saul António Gomes, os testemunhos mais antigos que temos das Inquirições são na realidade “testemunhas de si próprias, isto é, devem ser vistas primeiramente na sua realidade documental e arquivística de composições textuais codicológico-diplomáticas, resultantes de uma cópia que resultou de uma organização escriturística controlada a partir da chancelaria real dionisina”¹⁰⁹.

Posto isto, em que consistiu exatamente a 3ª alçada? A 22 de Maio de 1258 D. Afonso III nomeou quatro indivíduos da sua confiança para inquirirem toda a terra de Seia, de Gouveia, com todos os seus termos, e no Bispado de Lamego, e de Viseu, até Trancoso, e daí subir direto ao Douro¹¹⁰. Foram eles Simão Peres de Espinho, Pedro Martinho de Porta de Guarda, Pedro Arteiro, juiz de Bouças, e Fernando Soares, outrora juiz de Vouga, escrivão. Excluindo o primeiro, pouco ou nada sabemos sobre os restantes. Todavia, de acordo com as reflexões de Luís Krus, e pela própria natureza das suas funções, nenhum deles deveria ter grandes interesses patrimoniais na região que inquiriam¹¹¹. O único inquiridor que detém algum tipo de património na região é Simão Peres de Espinho, nobre de origem, e que ainda assim conta apenas com duas cavalaria, adquiridas por via matrimonial, na área de Tarouca¹¹².

Na sequência da determinação régia, cerca de uma vintena de dias depois, no dia 10 de Junho do mesmo ano, a uma segunda-feira, este grupo de homens parte do Castelo de Seia em missão¹¹³. Daí, passando por Gouveia e Aguiar da Beira, chegariam à fronteira leste do território de Lamego-Viseu, onde entrariam pelo julgado de Gulfar¹¹⁴ (c. Sátão). Entrados no espaço da nossa análise, contornariam todo o território passando pelos concelhos de Penalva, Mangualde e Nelas até à terra de Lafões. Desta terra, inflétririam para Viseu, na qual se deteriam por algum tempo (dado o volume de inquéritos aí realizado), e donde sairiam para inquirir todo o espaço compreendido entre o Vouga e a margem sul do Douro, num sentido contrário à corrente deste último rio, até penetrarem

¹⁰⁹ GOMES, António Saul - Inquirições, confirmações e registos (...), p. 153.

¹¹⁰ *PMH-Inq.* 752.

¹¹¹ KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p. 44.

¹¹² *PMH-Inq.* 1071a; 1085a/b.

¹¹³ “*Et ipsi inquisitores inceperunt facere istam inquisitionem in terra de Sena, videlicet, in Castro de Sena*” – *PMH-Inq.* 753b.

¹¹⁴ *PMH-Inq.* 797a.

de novo no distrito da Guarda. Embora os inquiridores sigam, globalmente, um percurso bem ordenado e lógico, se aumentarmos o crivo sobre o itinerário seguido, temos testemunho de um trajeto em muitos aspetos pouco exequível. Por exemplo, atentando à última parte da 3ª alçada, logo após inquirirem a honra de Fonte Arcada, parecem ter seguido as margens do rio Távora até à aldeia de Cunha (ambas no concelho de Sernancelhe). Até aqui não existem problemas, mas depois voltariam para Norte, percorrendo sensivelmente a mesma distância de 25 km para inquirir o couto de Leomil, apenas para voltarem novamente para Sul, uma distância ainda maior, até Sebadelhe da Serra¹¹⁵ (c. Trancoso). Pior ainda, que os inquiridores não ficariam por aqui, e dirigir-se-iam novamente para Norte, onde terminariam os inquéritos na antiga vila de Caria de Cima (atualmente na fr. Rua; c. Moimenta da Beira)¹¹⁶, junto ao couto de Leomil, no qual já haviam realizado as inquirições. Este tipo de situação é recorrente ao longo da alçada. Como tal, se nos dias de hoje este procedimento já seria pouco prático, somos forçados a supor que para o homem medieval, embora possível, seria altamente improvável de ser realizado nestes moldes, ao longo de vários meses. cremos, mais uma vez, que esta conjuntura nos chega devido às perdas, reescritas e mutações a que as Inquirições estiveram sujeitas, no âmbito do projeto reformador da chancelaria régia dionisina¹¹⁷, ou seja, aos problemas de transmissão.

Fazendo um ponto de situação, respondemos a um questionário constituído por: o que foram as *Inquirições de 1258*? Quem ordenou e constituiu a terceira comissão? E qual foi o espaço inquirido pela 3ª alçada? Falta, no entanto, responder à pergunta “como?” Ou seja, falta dar o conhecer o “*modus operandi*” deste conjunto de homens que, tanto quanto sabemos, deve ter sido transversal às outras quatro comissões. Em traços gerais, os inquiridores, provavelmente “portadores de uma carta passada pelo rei em que, além de se pedir cooperação dos funcionários régios, se assegurava aos

¹¹⁵ Parece-nos que a vila de Sebadelhe que figura nas *Inquirições de 1258* se trata efetivamente de Sebadelhe da Serra no concelho de Trancoso, ao invés da vila homónima em Vila Nova de Foz Côa, pelo orago de Santa Maria com que surge na referida fonte (“Johannes Johannis, prelatus ecclesie Sancte Marie de Sebedeli” – *PMH-Inq.* 1103b).

¹¹⁶ Este topónimo, dado o elevado número de terras com a mesma designação situadas nas imediações espaço que inquiriam, e precisamente por aparecer na sequência dos inquéritos em Sebadelhe da Serra, não é de fácil identificação. No entanto, tanto pela referência a Mendo e Egas Moniz como detentores de uma honra naquele espaço, como pelo facto desta vila figurar nas *Inquirições de 1288* como vizinha do couto de Leomil em Moimenta da Beira, e novamente pelo orago de Santa Maria que a acompanha nas duas fontes (“*Pelagius Johannis, prelatus ecclesie Sancte Marie de Caria de Susaa*” – *PMH-Inq.* 1103b / “*De parrochiis Sancte Marie de Caria de Susaa*” – *PMH-Inq.* 1288 - Vol. IV/2, p. 504) esta parece-nos a única opção viável.

¹¹⁷ GOMES, António Saúl - *Inquirições, confirmações e registos (...)*, p. 163.

interrogados da impunidade por declarações prestadas”¹¹⁸, ao chegarem a qualquer espaço deveriam convocar o juiz do julgado, prelados e homens-bons da freguesia, e após registarem o seu juramento para dizerem apenas a verdade, considerariam os seus depoimentos para posterior confrontação¹¹⁹. Logo aqui fica implícita uma forte natureza protocolar a todo o processo de inquérito, com uma série de passos a seguir escrupulosamente, e que contrastava muitas vezes “com o tom das respostas dos jurados”¹²⁰. Embora o inquérito não se repita ao longo de toda a fonte foi possível sistematizá-lo através das referências indiretas (como aliás fizeram José Mattoso, Luís Krus e Olga Bettencourt)¹²¹ e incidem genericamente em questões como: “De quem é? Porquê? Onde veio? Quem deu ou autorizou? Quando? Como? Que foro dão? A quem?, etc”¹²². Após registarem as respostas, e possivelmente confrontá-las, davam por terminado o inquérito naquele espaço e passavam ao próximo.

Embora este conjunto de perguntas, no que concerne a 3ª alçada, pareça ser respondida sem grandes reservas, não deixa de ser interessante verificar também algumas tentativas de afastamento ou desresponsabilização pessoal por parte dos inquiridos entre si e o depoimento que prestavam, ora através do uso de “*nescit*”¹²³, ou de “*non recordatur*”¹²⁴ mas também de “*audivit dicere*”¹²⁵. Muitas vezes, é possível que os inquiridos fossem de facto ignorantes nas matérias em que eram questionados, nunca se

¹¹⁸ KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p. 42.

¹¹⁹ Assim se justifica a estrutura dos depoimentos, iniciada muito frequentemente por “*juratus et interrogatus de*”. Naturalmente, esta fórmula estava sujeita a diversas variações, mas sem quase nunca colocar em causa a importância do ato de juramento, que aparece por diversas vezes sem o verbo de interrogação, e até mais completo, como por exemplo: “*Laurencius de Arrifana, juratus super Evangelia, dixit*” – *PMH-Inq.* 825b).

¹²⁰ KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p. 45.

¹²¹ MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa. In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. nº 9 (1982). p. 23.

¹²² KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p. 46

¹²³ Veja-se a título de exemplo *PMH-Inq.* 795a (“*Item, dixit quod ecclesia habet multas hereditates forarias Regis, de testamentis, sed nescit illos qui testaverunt eas, et nescit tempus*”); *PMH-Inq.* 831a (“*Interrogatus qua ratione non intrat maiordomus in Cornias, dixit quod nescit si est timore, si rogatu*”); *PMH-Inq.* 1045a (“*Interrogatus de quo sive pro quo dant Regi de predicta ecclesia annuantim istos X modios, dixit se nescire*”).

¹²⁴ Veja-se a título de exemplo *PMH-Inq.* 856a (“*Donnus Guilelmus dixit, quod monasterium de Mazanaria habet unam grangiam bonam et unum casale de testamento de cabalaria [...] De tempore non recordatur*”); *PMH-Inq.* 924a (“*et fuit de casali de Roupeiro, de tempore non recordatur*”); *PMH-Inq.* 984b (“*Donnus Buyso juratus et interrogatus dixit, quod Laurencius Petri de Matos tenet et habet três pezas de hereditate no Villa Bona [...]. Interrogatus de tempore dixit, quod non recordatur*”).

¹²⁵ Veja-se a título de exemplo *PMH-Inq.* 794a (“*Johannes Alfonsi, de Aguyar, juratus, dixit quod audivit dicere quod frater de Templo demandavit uni homini*”); *PMH-Inq.* 826b (“*F. Johannis de Gardone, juratus, dixit quod audivit dicere hominibus de Gardon quod magister Ambertus posuit cautum magis intus per hereditatem Regis quam solebat antea stare*”); *PMH-Inq.* 864b (“*et addit, quod audivit dicere multociens, quod Petrus Vermuiz clericus beneficiatus abe adem ecclesia de Pubelidi dedit ipsam ecclesia Domini Regi Sancio*”).

tendo interessado por elas. Noutros, o receio de retaliação, e talvez uma certa prudência em não querer entrar em controvérsias sobre os bens dos senhores, tentavam tanto quanto podiam manter-se à margem de todo o processo.

É também interessante verificar que, quando se faz alusão à existência de qualquer tipo de diploma a atestar certo depoimento, os inquiridores tentam por várias vezes verificar a sua existência, obtendo e registando diferentes modelos de resposta¹²⁶. Mais uma vez, esta forma de atuação deveria fazer parte, provavelmente, de um procedimento dos inquiridores, bem definido e em nada aleatório. Por vezes, quando não é possível atestar a existência da referida carta, deixam-no explícito, mesmo que indiretamente, das mais diversas formas¹²⁷. Nos casos, em que por sua vez, tiveram eles mesmos acesso ao documento, também o declaram sem deixar margem para dúvida¹²⁸. Por esta razão parece-nos legítimo sublinhar que as inquirições não tinham por objetivo reivindicar indiscriminadamente a posse de terras para o rei, nem os inquiridores eram os seus agentes nesse propósito. As inquirições têm assim uma componente de genuinidade na intenção de averiguação, algo que não parece ter sido até agora valorizado devidamente.

Por tudo isto, cremos terem ficado bem patentes não só as limitações mas também as qualidades e virtudes de um estudo com base nos inquéritos régios de D. Afonso III, mais especificamente na 3ª alçada, fonte tão rica em informação como em intercessões no tempo, por parte de “uma chancelaria real profundamente interventora e invasiva no século XIV (...) que só depois de Quinhentos parece ter recebido o benefício da tranquilidade”¹²⁹. Esta conjuntura aliada a um território que no século XIII parecia estar fragmentado numa multitude de jurisdições, e a um processo de edição, já em pleno século XIX, marcado por constantes interrupções, resultaria numa fonte em muitos

¹²⁶ Filipa Roldão, com base em 159 casos que contabilizou nas cinco alçadas das Inquirições de 1258, sistematizou estes depoimentos em quatro tipos de resposta: 1ª “Não sabe” (ex: *PMH-Inq.* 845, 876, 960, 1006, 1007, 1057, 1090); 2ª “Não pode” (ex: *PMH-Inq.* 798, 809, 811, 826, 863, 871, 876, 888, 926, 1097); 3ª “Não quer” (ex: *PMH-Inq.* 794, 1103); 4ª “Quer e mostra” (ex: *PMH-Inq.* 796, 797, 888, 930, 942, 943, 945, 975, 977, 980, 983, 984, 985, 986, 987, 998, 1003, 1004, 1045, 1049, 1085, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1100, 1101, 1103) - ROLDÃO, Filipa - Vidimus cartam: os documentos apresentados aos delegados régios nas Inquirições de 1258. In ANDRADE, Amélia Aguiar, FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Inquirir na Idade: Espaços, protagonistas e poderes (séc. XII – XIV). Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2015. ISBN 978-989-98749-7-8. p. 165-186.

¹²⁷ Durante a Inquirição a Alhões (c. Cinfães), após João Mendes depor acerca do foro que a vila pagava, os inquiridores perguntaram se tinha carta que o provasse, ao que este responde “*quod habuerunt cartam de foro de D. M. Moniz e de Donna Christina, et amiserunt eam*” – *PMH-Inq.* 983b.

¹²⁸ Um exemplo claro deste tipo de procedimento são as declarações dos inquiridores a propósito da doação de D. Afonso Henriques a Urraca Peres de uma herdade em Ruivais (c. Cinfães): “*Et nos inquisitores Domini Regis vidimus cartam, in qua continebatur, quod Dominus Rex Alfonsus proavus istius Regis dabat medietatem de quanta hereditate habebat in Ruvaes, Urraca Petri, de qua carta est transcriptum in roolo*” – *PMH-Inq.* 983a.

¹²⁹ GOMES, António Saúl - Inquirições, confirmações e registos (...), p. 163.

aspectos desorganizada e confusa, mas que é simultaneamente o mais próximo que temos à nossa disposição de uma testemunha, independentemente das intenções políticas por detrás dela, do que foi o território de Lamego-Viseu em meados da centúria de duzentos. Nas palavras de Leontina Ventura, as *Inquirições de 1258* significaram para D. Afonso III “um conhecimento quase “fotográfico” do Portugal senhorial”¹³⁰.

Posto isto, retomamos a premissa de que esta fonte, por todas as suas características, é particularmente importante para conhecer a nobreza medieval portuguesa. Como consequência e efeito, a 3ª alçada das mesmas não é exceção, e revela-se preponderante para o estudo da nobreza medieval do território de Lamego-Viseu, como nos propomos fazer de imediato.

¹³⁰ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-75998-3-7. p. 143 (Doravante indicaremos a obra como: VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (...), p.).

Capítulo 3 – A Nobreza no Território de Lamego-Viseu

3.1. A Implantação nobre no território de Lamego-Viseu: dinâmicas espaciais

Depois de razoavelmente conhecidas as fontes e o espaço do nosso estudo, chegou finalmente o momento de nos debruçarmos sobre os homens que o ocupavam, analisando a presença do grupo social da nobreza no território de Lamego-Viseu.

Mas para procedermos a essa tarefa, temos antes que ter em conta o debate historiográfico “*silencioso*” que ocorreu em particular durante a 2ª metade do século XX. *Silencioso*, porque nunca houve uma oposição clara, ou melhor, uma contraposição declarada entre as duas partes envolvidas. Falámos naturalmente, em primeiro lugar, da conceção teórica do rio Douro como barreira definitiva do regime senhorial laico, e consequentemente da resistência dos espaços a sul desse curso fluvial em absorver e fixar o grupo social aqui em análise. Não existe, ou pelo menos não nos parece que tenha existido um mentor desta ideia propriamente identificado, mas sim uma densa produção historiográfica, sobretudo de âmbito monográfico, fortemente marcada por esta ideia pré-concebida. Do outro lado, como resultado de uma evolução interrogativa e crítica do conhecimento, e de uma análise mais sistemática dos dados, surge a opinião que nos parece agora mais verosímil, a defender que essa dita realidade cristalizada como *Norte Senhorial* talvez tenha atravessado o Douro, podendo inclusive ter-se prolongado até às margens do Vouga, na zona meridional de Viseu.

Esta última ideia não surge de todo como uma negação completa da primeira asserção. Aliás, em nenhuma das noções se nega o carácter singular dos espaços nortenhos, ou a sua importância na fundação da nacionalidade, e na própria construção do grupo nobiliárquico. Apenas se discute a geografia dessa realidade, e até que ponto existe uma natureza estanque dos comportamentos senhoriais.

Contudo, abordar questões em torno da senhoriação no território de Lamego-Viseu durante o século XIII suscita desde logo uma série de dificuldades, relacionadas com a diversidade do espaço, tanto no plano geográfico como no plano histórico e político. Como tal, as assimetrias na densidade da presença e implantação do grupo social da aristocracia ganham uma dimensão imprescindível na caracterização do espaço, por ser um reflexo condigno dos comportamentos e dinâmicas espaciais à escala regional. Em

boa verdade, como iremos demonstrar com o estudo destes aspetos, a diversidade territorial é acentuada e torna-se por demais evidente.

O objetivo é, portanto, demonstrar que a identidade do território em estudo, também no que à nobreza concerne, resulta da conjugação de várias realidades, articuladas de forma bastante complexa e aparentemente sem obedecer a qualquer tipo de critério. Tanto os fatores geográficos como a conjuntura histórica contribuíram inegavelmente para a construção de um espaço marcado, num primeiro momento pelo conceito de continuidade (na passagem do rio Douro), e apenas depois pelo de transição (quando atravessamos o Vouga ou talvez antes). Naturalmente, as formas de senhoriação, e consequentemente a distribuição da nobreza, não seriam exceção, apresentando-se de forma pouco coesa e muito assimétrica.

Mas antes de prosseguir, convém aqui sublinhar a importância dos estudos incontornáveis de A. de Almeida Fernandes. Apaixonado pela região que o viu nascer, foi porventura o historiador que mais se dedicou ao descortinar e aprofundamento do saber historiográfico da Beira Alta, cujos contributos foram e são fundamentais para qualquer investigador que se debruce sobre este espaço. Desde os trabalhos sobre toponímia e a evolução das freguesias, indispensáveis na abordagem às inquirições medievais, até aos escritos que produziu sobre linhagens nobres, este autor, profundo conhecedor da documentação medieval, que se dedicou a uma causa tão nobre como é a de conhecer, e dar a conhecer a história de uma região, é indispensável para a compreensão íntima do território em questão. Como tal, todas e quaisquer palavras que aqui deixemos serão sempre insuficientes para dar o ênfase necessário ao papel que Almeida Fernandes desempenhou para as gerações de historiadores que se seguiram.¹³¹

Focando novamente os objetivos, pretendemos analisar e caracterizar a presença da nobreza, perceber a forma como esta se define e distribui pelo território, e sobretudo

¹³¹ De entre as dezenas de obras e artigos que produziu destacamos aqui apenas alguns: FERNANDES, A. de Almeida - *Dom Egas Moniz de Ribadouro*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1946; Os Bezerra e a torre senhorial de Ferreirim: episódios da deposição de Sancho II. In *Separata da Revista Acção Católica*. Braga, 1950; *Esparsos da História (sécs. XII e XIII): com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII)*. Porto, 1970; *A honra de Gouveães e a sua estirpe*. Braga: Livraria Cruz, 1971; *Território e Política portugueses: séculos VI-XII*. Porto, 1972; *A história de Lalim*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1990; *Tarouca na história de Portugal*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca, 1990; *As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca, 1995; *A história de Britiande*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego/Junta de Freguesia de Britiande, 1997; *Povoações do Distrito de Viseu*. In *Revista Beira Alta*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu. Vol. LXI LXII LXIV LXV LXXI, (2001-2012); *Tabuaço: Toponímia*. Tabuaço: Câmara Municipal de Tabuaço, 2002. ISBN 972-9474-29-X; *Toponímia do concelho de S. João da Pesqueira*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2003. ISBN 972-9474-30-3, entre outros.

perceber se essa distribuição contribuiu de algum modo para a construção, ou reforço de diferentes identidades, indo ao encontro da resposta para o debate que enunciámos. Como aludimos anteriormente, para isso não partimos do *vazio*. Apesar de uma grande parte da historiografia do século XX defender a ideia de um *Norte Senhorial* absolutamente singular e que estancava no rio Douro, estando circunscrito a espaços da margem direita desse curso fluvial, vários autores vieram a contrariar essa hipótese, aludindo a uma certa dualidade dentro do distrito de Viseu. Resumidamente, fica a ideia da existência de um espaço mais setentrional que privilegiava as estruturas senhoriais e a presença de nobres, quase como um prolongamento do regime nortenho, que se estenderia sensivelmente até ao Vouga; e de outro, a sul desse rio, em que esta forma de organização foi substituída por estruturas concelhias, nas quais o rei estava consequentemente mais capacitado para afirmar a sua autoridade. Como sublinhámos na **Introdução**, em 1982 José Mattoso havia já chamado a atenção para esta tendência ao afirmar que “mais para o interior, na Beira Alta, os senhores parecem ser muito menos numerosos. Aí situam-se as regiões concelhias, onde as populações rurais se organizam em comunidades que não excluem a hierarquização social, mas tentam resistir à penetração da aristocracia de sangue, com os seus privilégios e isenções”¹³². O mesmo autor viria ainda a afirmar que o “espaço onde aparece uma rede contínua de concelhos será aquele onde não se pode ter implantado densamente a área senhorial”¹³³, anunciando assim a incompatibilidade entre o regime senhorial e municipal. Este parece ter sido o ponto de partida para uma renovada análise do Entre Douro e Vouga.

Quase 15 anos decorridos desde a primeira afirmação, um dos seus discípulos, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, de entre vários historiadores, retomava a ideia de que os concelhos da margem Sul do rio Douro até à zona meridional do distrito viseense não se identificariam tanto assim com uma nova realidade, menos articulada com o poder nobre, acentuando portanto de forma bastante evidente “a continuidade que existe entre as duas margens, podendo-se mesmo afirmar que o *Norte Senhorial* se prolongava, desde tempos bastante recuados, até aos vales do Paiva e do Vouga, para além, portanto, daquela “fronteira” fluvial”¹³⁴.

Cremos, portanto, no que concerne ao grupo social da nobreza, que estamos perante uma realidade dicotómica, duas identidades essencialmente antagónicas que se

¹³² MATTOSO, José - *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros* (...), p. 56.

¹³³ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p.77.

¹³⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 449.

pautam pelo maior ou menor grau de permeabilidade à aristocracia, e que se articulam de forma pouco subtil.

É esta conjuntura que nos propomos analisar. Relembramos que, para isso, recorremos a três vetores que acreditamos serem o reflexo do nível de implantação nobre: a distribuição do património; a posse de direitos de padroado; e ainda a existência de espaços privilegiados, como as *honras*.

Contudo, antes de prosseguirmos, convirá chamar a atenção para um último aspeto, que por defeito empobrece a nossa dissertação. Um argumento que a historiografia não valorizou devidamente para o estabelecimento da fronteira que aqui teorizamos, embora o tenha feito para muitos outros temas, foi a sucessão de tenentes em Portugal¹³⁵. Como afirma José Mattoso, em terras mais a Norte, nas quais inclui Lamego, “os senhores, salvo exceção, exercem o cargo vitaliciamente e se sucedem dentro da mesma família ao longo de várias gerações”¹³⁶. Deslocando-nos mais para Sul, onde considera desta vez os casos de Viseu e Lafões, entre outros, os senhores “ficam pouco tempo no cargo e podem mudar facilmente”¹³⁷. Estes exemplos, apesar de pouco numerosos no contexto alargado do território de Lamego-Viseu, são bastante ilustrativos de uma dicotomia pré-existente, entre áreas de domínio senhorial e as estruturas municipais. Aliás, José Mattoso vai mais longe e explica a lógica desta distribuição, confirmando assim as nossas desconfianças: “existe uma zona de fundas raízes senhoriais onde a sucessão familiar se impôs por costume e onde o rei, se intervinha, se limitaria a confirmar o novo responsável; noutras regiões onde a senhoriação é mais tardia e onde, por outro lado, a proximidade da fronteira é maior, o rei permanece o responsável, e por isso nomeia para essas «terras» jovens nobres que aí se exercitam na carreira militar”¹³⁸.

A cristalização destes conceitos é fundamental para perceber as dinâmicas espaciais que aqui abordamos. A observação de aspetos, que isolados pouco revelam sobre o território, e respetivas ruturas e continuidades na identidade, quando articulados dão relevo a realidades que se transformam diante dos nossos olhos, tornando evidentes certos comportamentos espaciais que anteriormente pareciam invisíveis. É por isso uma questão essencial na definição da identidade do território, que não abordaremos de forma

¹³⁵ Ver Anexo VII.

¹³⁶ MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 686.

¹³⁷ MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 686.

¹³⁸ Apesar da fronteira ter estabilizado além do Vouga, bem antes do reinado de D. Afonso III, a mutação nesta lógica não aconteceu, ou se aconteceu, fê-lo de forma muito lenta (MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 687).

efetiva e conclusiva, pois as transformações decorrentes da política de centralização régia encetada pelo *Bolonhês* tornam demasiado confusa a análise deste elemento, que podia estar a atravessar um período de mutação. Não obstante, fica aqui lançado o repto para que futuramente também se explorem estes aspetos, no sentido de comprovar a existência de um confronto de realidades na zona meridional do território em análise.

Vejamos então cada um dos critérios enunciados anteriormente, isoladamente, colocando sempre em evidência os espaços onde a nobreza apresenta maior densidade, e por outro lado as zonas onde a presença da nobreza é mais reduzida.

3.1.1. Património

Em 1997, a propósito da Nobreza, José Mattoso afirmou que esta se define pela “capacidade para o exercício efetivo de poderes senhoriais, ou seja o poder de julgar, de cobrar impostos, de comandar gente de armas e de exercer a autoridade. Esta capacidade não resulta de uma delegação do poder régio; é adquirida por nascimento; por isso, quando algum desses poderes não se exerce efetivamente, como acontece com os cavaleiros sem terra, basta adquirir algum domínio fundiário para que passe a ter o direito de os exercer todos”¹³⁹.

Como tal, fica bem patente a ideia do património como expressão máxima e materialização física do poder, do qual advinha a autoridade, o domínio e a riqueza. Tendo isto em conta começamos a análise por este ponto.

Através da perceção do património detido pela nobreza no território de Lamego-Viseu, e em particular a sua distribuição geográfica, é possível perceber não só a dimensão da presença do grupo aristocrático como a eventual existência de um espaço permeável aos nobres e, portanto, fortemente senhorializado, e outro nem tanto¹⁴⁰. Reiteramos novamente a questão central: será a região de Lamego-Viseu um espaço homogéneo? Ou diversificado como em tantos outros aspetos? Para responder a estas questões é necessário compreender que deter uma quintã, uma seara ou uma vinha não é

¹³⁹ MATTOSO, José – *Naquele Tempo: Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. ISBN 978-989-64405-2-7. p. 290 (Doravante indicaremos a obra como: MATTOSO, José – *Naquele Tempo* (...), p.).

¹⁴⁰ Para o tratamento estatístico deste vetor, tivemos forçosamente que ignorar as diferenças óbvias entre as várias tipologias patrimoniais. Sabemos bem que a posse de 1 quintã é qualitativamente superior à posse de 1 casal, bouça ou leira. No entanto, estes aspetos dificultariam, senão mesmo impossibilitariam, este tipo de análise.

entendido apenas como a posse de um bem económico, mas também como um forte sinal de autoridade e implantação num espaço. Daqui resulta que os espaços com um grande volume patrimonial na posse da nobreza é necessariamente um espaço fortemente senhorializado, e sujeito às pressões e pretensões deste grupo social, tal como o contrário é verdade também.

Posto isto, e após o tratamento quantitativo destes dados, verificamos que no que ao património concerne também existe uma disparidade significativa, entre o número de bens detidos pela nobreza no Entre Douro e Vouga e no Entre Vouga e Mondego.

Ora, como é possível verificar no gráfico seguinte, o primeiro alberga cerca de 65% dos bens nobres, enquanto para o segundo ficam os restantes 35%.

Distribuição geográfica do património nobre no território de Lamego-Viseu

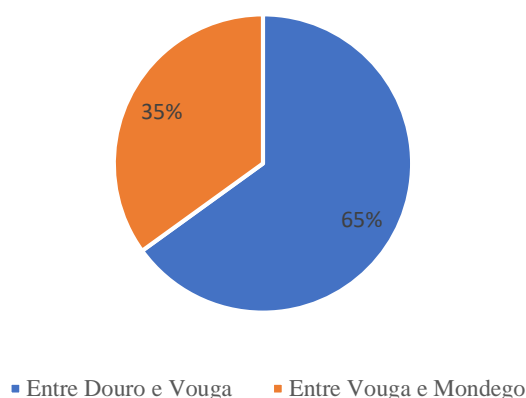


Gráfico 3 - Distribuição geográfica do património nobre no território de Lamego-Viseu

Estes valores são o reflexo claro, primeiro, da existência de espaços com diferentes identidades no território de Lamego-Viseu; segundo, de que a nobreza é de facto um traço definidor na perceção de um território e das suas vivências, aplicável ao espaço da nossa análise; e terceiro, de que o Entre Douro e Vouga, numa perspetiva global, tem maior permeabilidade à aristocracia de sangue, enquanto no restante território parecem existir maiores constrangimentos à sua implantação.

Contudo, se analisarmos cada um destes espaços isoladamente, também é possível distinguir alguns padrões encerrados dentro de cada um deles. Quanto ao Entre Douro e Vouga, é por demais evidente uma concentração patrimonial nos concelhos da margem esquerda do rio Douro. Aliás, é nos atuais concelhos de Cinfães, Resende e Lamego, ou

seja, na faixa ocidental do Douro-Sul, que encontramos maior número de bens na posse da nobreza, situação muito idêntica, acreditamos nós, ao que se passaria nos concelhos da margem norte do rio Douro, nomeadamente em Marco de Canaveses, devidamente incluído no *Norte Senhorial* de José Mattoso. Com esta referência tentamos demonstrar novamente que estamos convictos que o Douro não foi de facto uma fronteira, e portanto um espaço de rutura, mas antes um território de continuidade. O largo volume patrimonial encontrado nos concelhos da margem esquerda desse rio parece ser um forte indicador disso mesmo, o que, não sendo uma proposta inovadora, precisa de ser amplamente explorada. Como é possível verificar no gráfico seguinte, a região contígua ao rio abarcava um valor considerável dos bens nobres encontrados em todo o Entre Douro e Vouga, atingindo sensivelmente 85%, enquanto o restante território, entre os maciços montanhosos do Montemuro e Leomil até ao rio Vouga, detém apenas 15% do património nobre.

Distribuição geográfica do património nobre no
Entre Douro e Vouga

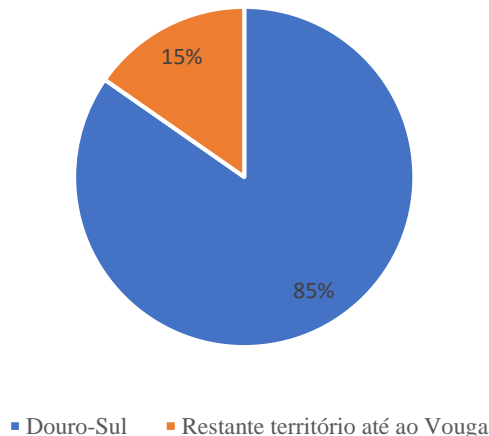


Gráfico 4 - Distribuição geográfica do património nobre no Entre Douro e Vouga

Esta análise quantitativa, embora corrobore a proposta apresentada, de que o *Norte Senhorial* atravessa o rio Douro, não faz de todo alusão a um Entre Douro e Vouga homogéneo, ou seja, transversalmente dominado por estruturas senhoriais. A análise do património nobre leva sim a crer, que num primeiro segmento territorial a realidade aristocrática era sólida e impôs-se de forma preponderante, enquanto no restante espaço

esse domínio entra numa conjuntura de desgaste, pelo menos aparentemente. Estes dados podem porventura ser justificados por inquéritos régios menos minuciosos.

Basta volver o olhar para a análise deste vetor à escala concelhia, para verificarmos a atração notável do grupo social em análise para alguns espaços em concreto, dentro do Douro-Sul.

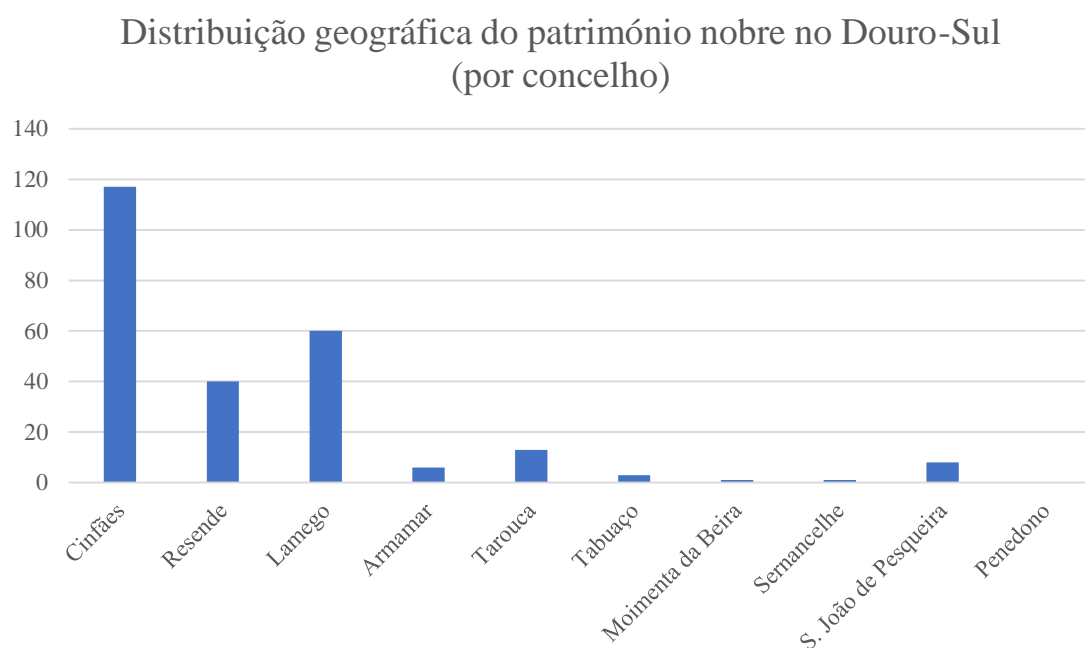


Gráfico 5 - Distribuição geográfica do património nobre no Douro-Sul (por concelho)

Como sublinhámos anteriormente, e agora munidos do gráfico anterior, concluímos que o espaço correspondente aos atuais concelhos de Cinfães, Resende e Lamego, vizinhos entre si, é aquele onde encontramos a grande maioria dos bens na posse da nobreza. Esta realidade justifica-se em grande medida pelo domínio preponderante dos senhores de Ribadouro na região¹⁴¹, que em meados do século XIII, estando a linhagem extinta, resultaria na forte implantação de ramos secundários particularmente importantes no espaço, como sejam os Lumiares, os Alvarenga, e até, possivelmente os Matos. A

¹⁴¹ Almeida Fernandes atestou a supremacia dos Ribadouro a sul do Douro, ao afirmar que Egas Moniz foi detentor de extenso património em Cinfães, Resende, Lamego, Armamar, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e em Sernancelhe (FERNANDES, A. de Almeida – Guimarães, 24 de junho de 1128. Nos 850 anos da Batalha de S. Mamede. In *Separata da Revista de Guimarães*. Guimarães, 1978. p. 144-145). Por sua vez, o exercício de várias tenências pelo Aio, e a posterior transferência, num primeiro momento para a sua descendência, e num segundo para indivíduos muito ligados aos Ribadouro comprovam também a importância política desta linhagem no espaço em análise (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico* (...) p. 89).

família de Egas Moniz parece assim ter “*aberto caminho*”, dando um impulso vital à senhoriação do espaço e, nas palavras de José Augusto de Sottomayor-Pizarro “protagonizando a primeira fase de expansão senhorial no vale do Douro”¹⁴².

Mas este cunho iminentemente senhorial, que detetamos através das *Inquirições de 1258*, não seria reflexo apenas da extensa ocupação por parte de segmentos da linhagem do Aio, mas também de várias outras famílias, das mais diversas origens e categorias. Com efeito, no Douro-Sul existe um volumoso número de linhagens com forte implantação patrimonial, das quais podemos destacar novamente os de Alvarenga e de Lumiares, mas também os de Cantim, Matela, Sarracins, Chã, Paiva, Alcoforado, Coreixas, Matos, Oleiros, Gato, Vinhal, Távora, entre muitas outras. Aliás, embora com diferentes expressões e intensidades, cerca de 55% das famílias detetadas em todo o território de Lamego-Viseu são efetivamente detentoras de bens no vale do Douro, valor que demonstra sobretudo a capacidade atrativa da região. Relembramos, no entanto, que muitos destes senhorios que despoletaram no século XIII resultaram de uma conjuntura favorável, fruto da penetração no território levada a cabo no período anterior pelos Ribadouro. Como afirma José Mattoso a “implantação espacial dos filhos de Egas Moniz tem uma grande importância, porque permite verificar para que zonas se orienta a nobreza senhorial”¹⁴³.

Mas se existem espaços estrangulados pela presença nobre, existem outros no qual este grupo social apresenta, estranhamente, um esvaziar de poder e património. Os exemplos mais evidentes são os de Penedono e Sernancelhe, territórios abrangidos pelos inquéritos régios, mas no qual não detetamos qualquer propriedade na posse de nobres em meados da centúria de duzentos. Para este facto não conseguimos formular uma explicação inteiramente explorada e plausível mas, de acordo com as *Inquirições*, é muito possível que fosse dominado pela Coroa e pelo Clero, não existindo espaço para outro poder senhorial.¹⁴⁴

¹⁴² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), vol. 1, p. 450.

¹⁴³ MATTOSO, José - *MATTOSO, José - Identificação de um País* (...), p. 168.

¹⁴⁴ Os testemunhos das *Inquirições de 1258* parecem ser um forte sinal dessa mesma alteração no equilíbrio de poderes senhoriais. De facto, é inegável a constatação de várias semelhanças entre os inquéritos nestes dois concelhos, junto à fronteira com o território egitaniense (Penedono e Sernancelhe) e os textos da mesma fonte correspondentes aos espaços do Sul, onde as referências às ordens militares deixam de ser esporádicas, e as menções a cartas de foro régias passam a ser uma ocorrência mais regular do que fortuita. Se atentarmos ao facto de as inquirições serem pouco minuciosas nestes dois municípios, maior significado ganham essas referências. Vejamos, portanto, alguns exemplos, concretizando primeiro para o caso de Penedono. Neste espaço, em curtas passagens que a ele se reportam, encontramos a menção à outorga/confirmação de dois forais: o de Penela, doado primeiramente pelo Infante Afonso Henriques, e confirmado sucessivamente por D. Sancho I, e por D Afonso II em Outubro de 1217 (“*Dominus Alfonsus*,

Em suma, o Entre Douro e Vouga, comparativamente ao Entre Vouga e Mondego, tem uma identidade pautada pela maior permeabilidade à aristocracia, embora disposta de uma forma geograficamente irregular. No seu extremo ocidental verifica-se uma grande concentração patrimonial, enquanto na restante região os bens estão organizados de forma mais dispersa e muito residual. Por outras palavras, estamos perante um vale do Douro fortemente senhoriaisado, como que um prolongamento do *Norte Senhorial*, e um restante território até sensivelmente ao Vouga a acusar alguma rarefação desse regime imposto.

Ainda antes de prosseguirmos com a análise do património nobre no Entre Vouga e Mondego, temos que focar outros aspetos que nos parecem centrais, para perceber a presença do grupo senhorial em análise. Foi o Douro-Sul, desde cedo, um espaço semelhante, na densidade e ocupação nobre, ao Norte Senhorial? Ou, por outro lado, a realidade encontrada obedeceu a critérios e ritmos bem diferentes? E quais as diferenças entre um espaço e o outro? As respostas às primeiras duas questões, embora óbvias, impõem-se desde já como necessárias. À última procuraremos responder na segunda parte do presente capítulo, pois parece-nos que as dissemelhanças dizem respeito sobretudo ao tipo de famílias nobiliárquicas que se movimentavam no espaço, e não à pujança ou densidade com que se fixaram no território.

Existem assim seis linhas de pensamento a considerar para a análise deste fenómeno, que aponta para um Douro-Sul muito próximo, no plano social, ao Entre-Douro-e-Minho, mas numa cronologia mais tardia.

- 1- Em meados do século XIII, conquistados e formalizados os limites do reino português, distante estava a memória das lutas contra os muçulmanos na região nortenha de Portugal. Como tal, a longínqua estabilização das fronteiras muito a Sul do vale do Douro (repare-se que tinha decorrido mais de um século desde a conquista definitiva da

pater istius Regis (...) confirmavit populatoribus de Penella cartam (... (mense Octubris in Era MCCLV – PMH-Inq. 1096b); e o de Souto no ano seguinte (“que fuit facta et sigillata sub Era MCCLVI” – PMH-Inq. 1097a). Noutras passagens sobre Penedono sabemos ainda que o Mosteiro de S. Pedro das Águias, dominante na região, detinha aí várias propriedades (“testavit monasterio Sancti Petri de Aquilis casas et vineas” – PMH-Inq. 1096b), bem como a Ordem do Templo (“testavit ordini deTemplo casam et alias heritates” – PMH – Inq. 1097a). Quanto a Sernancelhe também temos referência ao foral, confirmado por D. Afonso II em 1220 (“ipsa carta fuit confirmata a Domino Rege Alfonso patre istius Regis (...) in Era MCCLVIII” – PMH-Inq. 1101a), já para não falar das constantes referências a bens de preladados, presbíteros e também da Ordem do Hospital (por exemplo “Hospitale gaNAVIT et comparavit, in Gardial, termino de Cernonceli, unam bonam quintanam et duas senaras de vineis magnas et decem et septem vel decem et octo casalia” – PMH-Inq. 1102b).

linha do Tejo), permitiu àquele espaço, outrora volátil, adquirir um carácter apetecível e mais seguro. O papel da nobreza na Reconquista há muito que se discute, e existe algum consenso na afirmação de que as famílias da alta aristocracia tiveram uma participação apenas honorífica, pertencendo o protagonismo a cavaleiros de condição inferior¹⁴⁵. No entanto, o rio Douro, que ainda durante a primeira metade do século XI era fronteira entre a Cristandade e o Islão (posição que só se alteraria com a conquista da cidade de Lamego em 1057, por Fernando Magno¹⁴⁶), estava para a nossa cronologia inserido numa conjuntura inteiramente diferente, e muito mais próxima do Entre-Douro-e-Minho. A nova realidade, imposta pelo gradual afastamento da linha de fronteira entre meados do século XI até 1249, foi acompanhada por uma alteração paradigmática no ambiente social vivido na margem sul do vale do Douro, cada vez mais capaz de atrair e fixar senhores que até então ligavam-se preferencialmente à região norte daquele rio.

- 2- A Coroa, envolvida no cenário político do Sul, exponenciado pelas necessidades prementes de povoamento e de afirmação perante Castela, foi incapaz durante muito tempo de “fazer frente” à penetração sistemática da aristocracia na parte sul do vale do Douro. Penetração que até sensivelmente meados do século XII foi de extrema utilidade para a defesa do espaço, no qual Lamego, como acabámos de referir, manteve funções militares. No entanto, a ausência de um poder regulador da autoridade da nobreza, e também a necessidade até certa medida de garantir o apoio da aristocracia, pode também ter conduzido este grupo a expandir-se para os concelhos da margem sul do Douro, e

¹⁴⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – The participation of the nobility in the reconquest and in the military orders. In *e-Journal of Portuguese History* [online]. ISSN 1645-6432. Vol. 4, nº 1 (2006) p. 5. Disponível em [«https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue7/pdf/jpizarro.pdf»](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue7/pdf/jpizarro.pdf) (Doravante indicaremos a obra como: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – The participation of the nobility in the reconquest (...), p.).

¹⁴⁶ Apesar da conquista da cidade em meados do século XI, Lamego, assim com Viseu, “exerceram até à conquista de Lisboa funções predominantemente militares” (MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 352).

a uma abertura à prática de abusos senhoriais, através dos quais rapidamente se apropriaram de bens fundiários.

- 3- Por sua vez, não existem dúvidas de que o Entre-Douro-e-Minho foi um território fértil para a fixação e desenvolvimento da nobreza. Aliás, este espaço nunca chega a perder “a aura como região das origens e das tradições familiares”¹⁴⁷. Contudo, este estatuto, em virtude dos sucessos alcançados por algumas famílias na Beira e no Alentejo, parece ter sofrido alguns reveses. Este dado, aliado ao “estrangulamento” sentido no *Norte Senhorial* por várias linhagens durante a segunda metade do século XII, impedidas assim de se expandir dentro de um território onde podiam exercer os seus direitos senhoriais em plenitude, pode tê-las levado a procurar outros espaços¹⁴⁸. Mas este tema é bastante complexo e assume vários contornos difíceis de explicar. Primeiro, que este “estrangulamento”, ou saturação, se repercutiria, teoricamente, antes de mais nos filhos segundos, condenados pelo sistema agnático a serem herdeiros impossibilitados de receber um património avultado, e, portanto, forçados a procurar fortuna noutro lado. No entanto, Sottomayor-Pizarro provou que a exclusão destes só foi efetiva com a imposição generalizada do morgadio, que se verificou apenas a partir dos finais do século XIV, defendendo então um cognatismo patrimonial, e tornando esta explicação um pouco frágil. Em segundo, que o Entre-Douro-e-Minho, durante o reinado de D. Afonso III, já não tinha o simbolismo de outrora, sendo preterido muitas vezes por Lisboa e Santarém, próximos da Coroa e da Corte, e cujas possibilidades de expansão económica eram maiores. Em terceiro, o século XIII foi um período particularmente conturbado para a nobreza, que se viu forçada a adaptações constantes para assegurar a sua própria sobrevivência¹⁴⁹.

¹⁴⁷ MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p. 231.

¹⁴⁸ José Augusto de Sottomayor-Pizarro sublinhou “as emigrações dos excedentes populacionais para fora do Entre-Douro-e-Minho, seguramente a região demograficamente mais saturada” (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas* (...), vol. 2, p. 485).

¹⁴⁹ VELOSO, Maria Teresa Nobre – Diferendos entre o Rei e o Clero. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. III, p. 95

Muitas das linhagens, agarradas à tradição que o seu nome e antepassados acarretavam, revelaram-se incapazes de se ajustar a uma nova realidade de poder centralizado, no qual o monarca cultivava a autoridade para arbitrar os conflitos internos surgidos dentro do grupo social.

- 4- Temos também que cogitar nesta complexa equação a evolução do Portugal concelhio como barreira à progressão das estruturas senhoriais. Relembramos então a afirmação de José Mattoso: o “espaço onde aparece uma rede contínua de concelhos será aquele onde não se pode ter implantado densamente a área senhorial”¹⁵⁰. No entanto, esta máxima só se aplica verdadeiramente quando falamos de concelhos urbanos, pois os rurais salvaguardam o rigor dos direitos senhoriais¹⁵¹. Importa por isso, com base nos trabalhos do referido autor, descrever sucintamente a geografia dos municípios para assim provar, ou por outro lado contrariar, a ideia do Douro-Sul como prolongamento do *Norte Senhorial*. Quanto a isto, e dentro do território de Lamego-Viseu, o mesmo autor esclarece que atravessando o Douro, apenas em Viseu, Ferreira de Aves, Sátão e Azurara da Beira, e portanto já afastados do curso médio do Douro, é possível encontrar os primeiros concelhos urbanos (por definição mais limitadores do poder senhorial). Por sua vez, os concelhos rurais, que comparativamente salvaguardam mais as prerrogativas dos poderes senhoriais, são mais frequentes no nosso espaço, em particular nos vales do Paiva e do Távora¹⁵². Porém, ao analisar o mapa elaborado pelo próprio autor não deixamos de constatar alguma concentração deste tipo de concelhos também na margem sul do Douro, aspeto estranhamente ignorado na sua descrição. De qualquer das formas, e este exercício requer alguma simplificação do assunto, porventura imprudente, fica provado que os espaços correspondentes à margem sul do Douro, cujas estruturas municipais se pautam pela ruralidade, eram mais permeáveis à nobreza

¹⁵⁰ MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 77.

¹⁵¹ MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 78.

¹⁵² MATTOSO, José -*Identificação de um País* (...), p. 78.

e coexistiam com um número lato de territórios honrados; enquanto que à medida que nos aproximamos do Vouga surgem os concelhos urbanos. Fica assim provado que o Douro-Sul, identificado atualmente pela estrutura administrativa com o distrito de Viseu, é historicamente e politicamente mais próximo do Entre-Douro-e-Minho.

5- Outro aspeto que pode ter facilitado a entrada de nobres no Douro-Sul é a existência de uma rede de mosteiros no espaço, em certa medida contígua à existente no Entre-Douro-e-Minho sem, no entanto, deter a mesma antiguidade ou concentração. Os mosteiros eram então importantes “instrumentos de senhoriação, e por vezes ainda mais absorventes que os próprios senhores”¹⁵³. Destacamos assim um conjunto notável de cenóbios, fundados durante o século XII, que promoveram a ocupação do espaço e consequentemente as semelhanças entre os dois espaços que comparamos: Tarouca, Salzedas, S. Pedro das Águias, Santa Maria da Ermida de Riba de Paiva, Tarouquela, Santa Maria de Cárquere. Daqui importa ressaltar dois detalhes: primeiro, o carácter diacrónico das fundações a Sul do Douro, bem ilustrativo da “osmose social” sentida no Douro-Sul em relação ao Entre-Douro-e-Minho; segundo, a estreita ligação de quatro destes mosteiros à figura de Egas Moniz e, portanto, aos de Ribadouro¹⁵⁴. Também neste aspeto, como acabamos de ver, existem alguns indícios que apontam para uma longa mimetização, iniciada ainda na primeira metade do século XII, da realidade existente no *Norte Senhorial*.

6- Por fim, a proximidade e as semelhanças geográficas podem ter também ter sido um importante fator na ocupação do Douro-Sul. As ações de povoamento daquele espaço não devem ter encontrado muitos constrangimentos, uma vez que o enquadramento natural (solo, relevo, hidrografia e clima) era o mesmo do território donde vinham. Como tal, as facilidades (e também a ausência de dificuldades) no

¹⁵³ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 202.

¹⁵⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico* (...), p. 95.

aproveitamento da terra, providenciada pela longa convivência com ambientes mais agrestes, foram sem dúvida benéficas para a vontade da nobreza em deslocar-se para a margem esquerda do rio Douro, ainda na primeira metade do século XII, na qual anteviam possibilidades de expansão e enriquecimento.

Terminada a síntese dos pontos centrais da análise, concluímos que existem vários motivos para estabelecer um quadro de semelhanças entre o território da margem esquerda do Douro, e aquele que é tradicionalmente chamado de *Norte Senhorial*. Quadro conjuntural, que se articula e repercute nos valores quantitativos de património detetados no espaço. Sumariamente, apenas com a análise do primeiro vetor, fica a ideia de um rio Douro marcado pelo conceito de continuidade, e não de transição. No plano cronológico, assiste-se a uma “osmose” de longa duração do enquadramento social tipicamente nortenho.

A partir do vale do Vouga entramos num território de dimensões sensivelmente iguais, mas com uma realidade um pouco diferente. Às portas do Portugal concelhio, não nos surpreende que na globalidade do espaço a penetração da nobreza seja menor do que na região anterior, atingindo 35% da totalidade dos bens fundiários na posse deste grupo social. Não obstante, também neste espaço existem focos de implantação da aristocracia, porventura tão ou mais expressivos do que Cinfães, Resende e Lamego para a região anterior.

Distribuição geográfica do património nobre no
Entre Vouga e Mondego

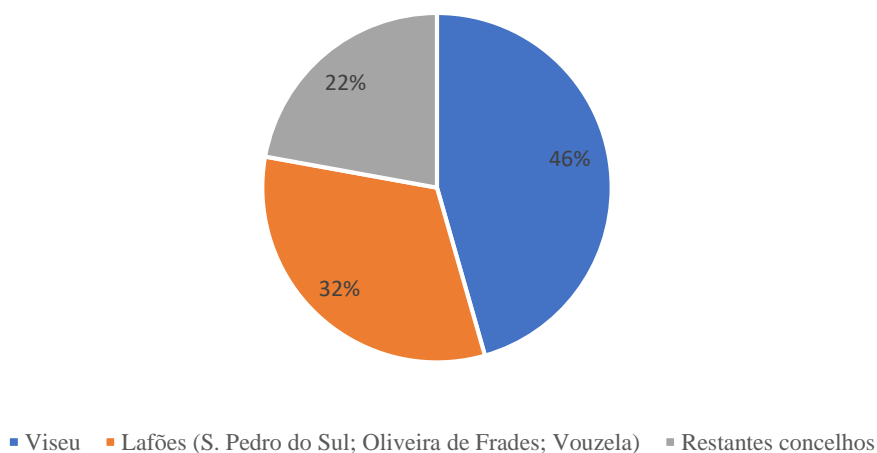
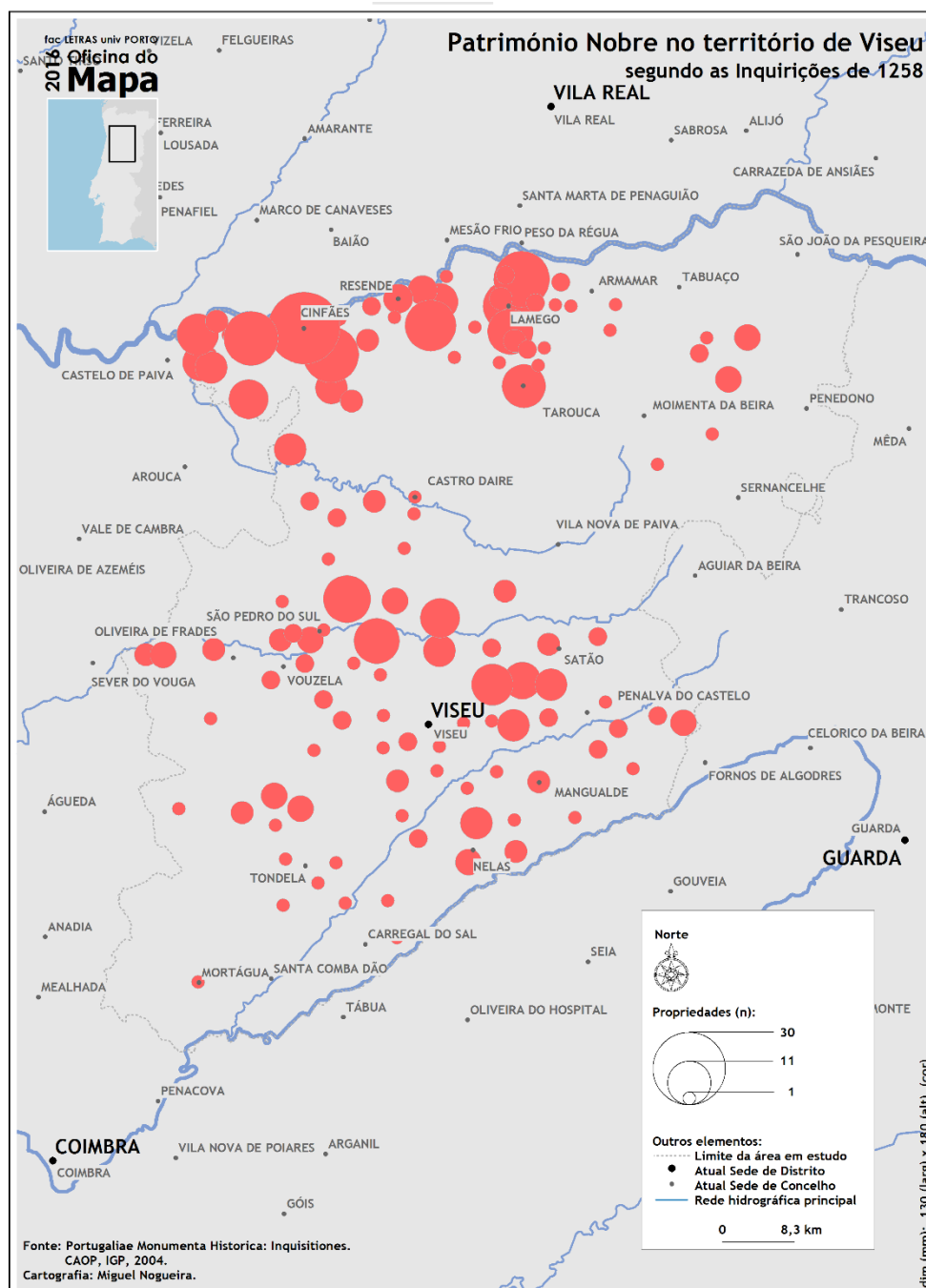


Gráfico 6 - Distribuição geográfica do património nobre no Entre Vouga e Mondego

Como é possível verificar no gráfico anterior, salientamos em primeiro lugar a concentração de bens na região de Lafões (32%), constituída pela quase totalidade dos concelhos de S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades, e Vouzela, e à qual a tradição historiográfica atribui um carácter singularmente senhorial; e em segundo lugar, o concelho de Viseu (46%), que pelo seu papel central e articulador deveria reunir também as condições atrativas necessárias à implantação da nobreza. Em suma, 78% do património nobre deste espaço distribui-se ao longo do curso médio do vale do Vouga, visto que ambos os espaços são entrecortados por este rio. Neste espaço é possível também encontrar um número razoável de famílias nobres implantadas, tais como os de Amaral, Calde, Pinho, Vaiões, entre outras.

Por conseguinte, no restante território o património nobre é um pouco mais esparso. Contudo, chamamos a atenção para a presença da nobreza na fronteira leste do distrito viseense, mais concretamente para os concelhos de Sátão, Mangualde e Penalva do Castelo, nos quais famílias como os de Almeida, Melo e Tavares parecem ter exercido alguma influência. Contudo, como analisaremos um pouco mais à frente, apenas a primeira linhagem detinha o seu principal polo patrimonial neste espaço, enquanto as outras duas movimentavam-se sobretudo na Beira Interior.



Mapa 6 - Património Nobre no território de Viseu segundo as Inquirições de 1258

Para terminar, na globalidade do território verifica-se uma tendência para a nobreza se localizar preferencialmente em terras tributárias de cursos fluviais de grande caudal, ou seja, em torno ora do Douro ora do Vouga, mas também do Paiva. Com a análise do mapa seguinte, rapidamente chegamos à conclusão que os rios, além de fronteiras, representam também um fator agregador. Atraídos possivelmente por

territórios caracterizados pela fertilidade própria da proximidade a regimes hidrográficos intensos, a nobreza e as comunidades procuraram sobretudo este tipo de espaços.

Vejamos então se o exercício dos direitos de padroado reflete a mesma realidade, ou então algo inteiramente diferente.

3.1.2. Direitos de Padroado¹⁵⁵

Um dos critérios por excelência a ter em conta para a análise da influência de cada grupo social num espaço em concreto, e que como tal deve também ser valorizado neste estudo, é o exercício dos direitos de padroado. É por isso um parâmetro particularmente útil para compreender a dimensão da presença da aristocracia no território de Lamego-Viseu, e o seu *input* na construção de identidades. Com a sua apreciação, como iremos ver, rapidamente se reconhecem algumas assimetrias dentro do espaço.

Nesse sentido, importa primeiro definir com rigor este conceito, e perceber que tipo de prerrogativas garantia. Luís Carlos Amaral explica que o “exercício do padroado materializava-se na prática num conjunto de privilégios inerentes a dois grandes direitos: o “*ius praesentandi*” e o “*ius fruendi*”¹⁵⁶. O primeiro diz respeito ao poder de nomeação do reitor de uma igreja, ou por outras palavras, “no indigitamento de uma pessoa idónea para um benefício eclesiástico quando o mesmo entrasse em vacatura”¹⁵⁷; enquanto o segundo corresponde ao usufruto de vários benefícios, tais como, *aposentadoria*, *comedoria* e *casamento*. Sucintamente, além de ficar claro o peso da influência e

¹⁵⁵ Quanto à produção historiográfica sobre o padroado no Portugal medievo, saliente-se que desde que José Mattoso fez um ensaio sobre a história das paróquias portuguesas e respetivas perspetivas de investigação, coligido na sua conhecida obra *Portugal Medieval: Novas Interpretações*, pouco se tem investido sobre o assunto, sendo que as suas teses permanecem perfeitamente atuais. De facto, existem excelentes artigos, aqui e ali, e até pequenas abordagens em teses e dissertações sobre os mais diversos temas, mas sem o merecido plano de investigação em pano de fundo. Destacamos, no entanto, algumas obras anteriores e contemporâneas deste autor que valem a pena consultar, nem que seja para ver a evolução no enquadramento teórico deste tema: PRAÇA, José Joaquim Lopes - *Ensaio sobre o padroado português: dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869; OLIVEIRA, Miguel de - *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950; ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal: preparada e dirigida por Damião Peres*. Porto: Portucalense/Civilização, 1967 – 1970. Vol. I, p. 106; BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª ed.. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945. Tomo III, p. 256-260; FERNANDES, Armando de Almeida – *As Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. In *Arquivo do Alto Minho*. vol. 15, p. 5-57, 97-144 (1967); vol. 16, p. 5-34 (1968); ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *A Paróquia e o seu Território*. In *Cadernos do Noroeste*. Braga: Universidade do Minho, 1986. ISSN: 0870-9874. Vol. I, p. 113-130. Por fim, não podíamos deixar de sublinhar os estudos a ser atualmente desenvolvidos pela historiadora Amélia Campos em torno das paróquias medievais de Coimbra, recentemente dados a conhecer publicamente no Seminário Investigar a Idade Média V (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016), integrados no projeto de Pós-doutoramento intitulado “Territórios, Sociedades e Religiões: redes paroquiais numa cidade medieval europeia. O caso de Coimbra.”.

¹⁵⁶ AMARAL, Luís Carlos - *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Edição Cosmos, 1994. 978-972-80813-4-8. p. 173.

¹⁵⁷ Mário Farelo esclarece ainda que este tipo de privilégio foi o “mais importante no conjunto destas prerrogativas, a julgar pelo facto de ter sido o único sujeito a confirmação episcopal e aquele que mais traços deixou na documentação” (FARELO, Mário – *O direito de padroado na Lisboa medieval*. In *Promontoria*. Algarve: Universidade do Algarve. Departamento de História, Arqueologia e Património. ISSN 1645-8052. Vol. 4, nº 4 (2006). p. 267).

autoridade por parte do padroeiro no quotidiano de uma paróquia, fica também bem patente a ideia de um mecanismo para garantir rendas, certos privilégios e isenções. O exercício do direito de padroado não se circunscrevia, no entanto, ao aro das igrejas paroquiais¹⁵⁸, mas também dos mosteiros, como aliás o nosso *corpus* documental demonstra¹⁵⁹.

Mas antes de prosseguirmos com a análise propriamente dita deste vetor, coloquemos em evidência um aspeto, muitas vezes ilusório. A posse, ou o exercício do padroado de uma paróquia/mosteiro não envolve apenas o benefício e o favorecimento do seu detentor. Acarreta também um conjunto de responsabilidades, cujo padroeiro se compromete em assegurar no momento em que o recebe. Existe por isso uma forte relação de simbiose entre o padroeiro e a paróquia, como aliás o jurista José Joaquim Praça já havia chamado a atenção em 1869:

“O direito de padroado é um direito oneroso. O padroeiro nem é puramente servo, sujeito de obrigações; nem exclusivamente senhor, cercado de regalias, sem onus algum anexo.”¹⁶⁰

Verifica-se assim que, à semelhança do património, o exercício dos direitos de padroado, vincula também os homens a um determinado espaço, no qual, além de retirarem dividendos, possuem encargos. Contudo, nem estes últimos impediram várias entidades, individuais ou coletivas, de se digladiarem frequentemente por este tipo de prerrogativas, tantas vezes motivo de discórdia entre a nobreza, clero e Coroa. Vejamos agora como tudo isto se repercutiu no espaço do nosso estudo.

¹⁵⁸ Igreja paroquial define-se, *grosso modo*, por estrutura eclesiástica, com um ou mais clérigos, dotada da capacidade de servir e suprir as necessidades de uma comunidade, através da administração de sacramentos aos paroquianos e da celebração do Ofício divino (liturgia); mas também, de um ponto de vista físico e material, de uma série de espaços e instrumentos essenciais às práticas litúrgicas, como sejam o baptistério ou o cemitério (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. ISBN 978-972-33149-0-8. p. 218-220).

¹⁵⁹ Veja-se a título de exemplo as passagens das *Inquirições de 1258* relativas ao Mosteiro de Baltar (“*Mauraton de Moimenta parrochia monasterii de Baltar juratus et interrogatus de patronatu de monasterio de Baltar dixit, quod milites de Vinali sunt Patroni et heredes*”- *PMH-Inq.* 945a) e ao Mosteiro de S. João de Tarouca (“*Johannes Menendi prior monasterii Sancti Johannis de Tarauca et conventos ejusdem, interrogati (...) dixerunt una você omnes generaliter quod monasterium Sancti Johannis de Tarauca est Domini Regis, et Dominus Rex est patronus*” - *PMH-Inq.* 1085b).

¹⁶⁰ PRAÇA, José Joaquim Lopes - *Ensaio sobre o padroado portuguez: dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869. p. 32.

Com base nas *Inquirições de 1258*, é possível identificar o grupo social dos padroeiros de 120 instituições do território de Lamego-Viseu¹⁶¹, sendo no entanto importante sublinhar que, nos casos em que se tratava de um padroado nobre, a grande maioria não chega a ser devidamente nomeada. Temos quase sempre a breve menção que “*milites sunt patroni*”¹⁶², ou então que o padroado está na posse dos descendentes de um senhor muito antigo, como por exemplo, “*descendunt ex progenie de Zidyelo et de Donno Davy sunt patroni*”¹⁶³. Existem, no entanto, algumas exceções, como é certamente o caso da igreja de Santa Maria de Vila Maior, na terra de Lafões, partilhada por Mem Gonçalves da Fonseca e Estevão Peres de Tavares¹⁶⁴.

O primeiro elemento a considerar será então a distribuição geográfica das paróquias na totalidade do espaço da análise. A partir da margem esquerda do Douro até ao vale do Vouga nota-se uma maior concentração de igrejas nos concelhos mais ocidentais do Douro-Sul, nomeadamente em Cinfães, Resende e Lamego. Daqui resulta um “vazio” na rede paroquial sensivelmente em torno do rio Távora. Já a partir do vale do Vouga, apesar de detetarmos menos igrejas encontramos uma rede mais organizada e bem distribuída, como é visível no respetivo mapa. Em suma, as 120 paróquias dividem-se em 71 a norte do Vouga, e 49 a sul desse mesmo curso fluvial.

Num primeiro momento, compete-nos então analisar a partilha do exercício dos direitos de padroado entre grupos sociais diferentes, para assim aferir se existia um elevado grau de relacionamento entre si. Apesar de, por diversas vezes, este tipo de privilégio chegar à posse de uma instituição eclesiástica por intermédio de elementos nobres¹⁶⁵, em meados da centúria de duzentos a partilha de igrejas, entre o rei, a nobreza,

¹⁶¹ Repare-se que não é provável que a nossa amostra esteja muito próxima da totalidade de paróquias existentes no espaço do nosso estudo em meados do século XIII. A crer nas informações propostas pela Lista de Igrejas de 1320-21, só a diocese de Viseu era, nesse par de anos, constituída por 160 paróquias (RODRIGUES, Ana Maria – A Formação na rede paroquial no Portugal medievo. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias – I Volume*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. p. 76). Como se este número não chegasse para demonstrar a nossa premissa, se levarmos em conta que o território de Lamego-Viseu, além de ser igualmente sede da diocese de Lamego, está ainda “comprimido” entre várias estruturas diocesanas, como a egitanense, eborense, conimbricense e portuense, é muito provável que o número de paróquias ultrapassasse largamente as duas centenas. É, portanto, pouco verosímil que entre 1258 e 1321, cerca de sessenta anos, se registasse um aumento tão considerável de freguesias. Contudo, com 120 paróquias acreditamos que continua a ser possível obter um reflexo fidedigno da(s) identidade(s) no território em estudo.

¹⁶² *PMH-Inq.* 902b.

¹⁶³ *PMH-Inq.* 907a.

¹⁶⁴ “*interrogatus de patronatu ecclesie de Villa Maiori dixit, quod Menendus Gonçalvi de Afonsica et Stephanus Petri de Taavares sunt patroni et presentant eidem ecclesie*” - *PMH-Inq.* 893b.

¹⁶⁵ Veja-se, a título de exemplo, o caso da igreja de Santa Maria de Barrô, em Resende (“... *quod fratres Hospitalis presentant dicte ecclesie, et est sua. Interrogatus, unde habuerunt istum patronatum, dixit, quod ex parte Donne Sancie Vermudi*” – *PMH-Inq.* 999b).

o clero ou os paroquianos assume um valor baixo, o que nos leva a admitir que não existia uma dinâmica muito forte entre as várias categorias, as quais reservavam para si, quase sempre em exclusivo, este tipo de direitos. Como é visível nos gráficos seguintes, apenas 14% das paróquias tinham patronos de grupos sociais diferentes em simultâneo, situação que não oscilou muito entre o território a norte e a sul do Vouga.

Tipos de Padroado no Território de Lamego-Viseu

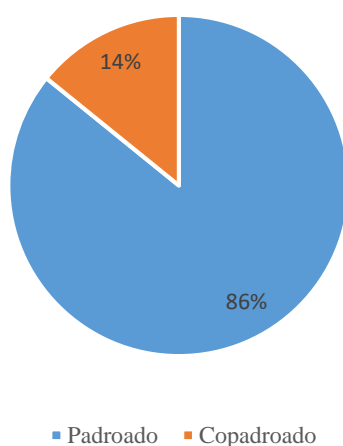


Gráfico 7 - Tipos de Padroado no Território de Lamego-Viseu

Tipo de Padroado Entre o Douro e Vouga

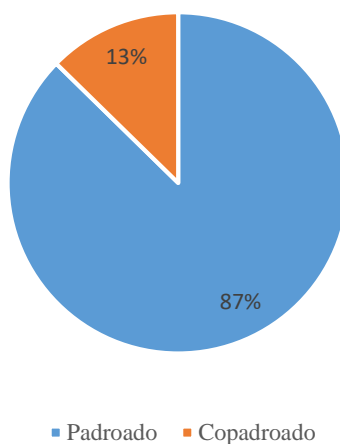


Gráfico 8 - Tipos de Padroado no Entre Douro e Vouga

Tipo de Padroado Entre o Vouga e o Mondego

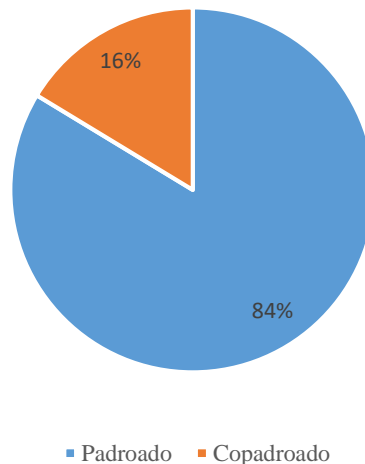


Gráfico 9 - Tipos de Padroado no Entre Vouga e Mondego

Não obstante, no que concerne à distribuição dos direitos de padroado pelos diferentes grupos sociais, as assimetrias são maiores. Se na globalidade do território de Lamego-Viseu, os paroquianos detêm o maior volume de padroados (39%), o mesmo não se verifica se isolarmos o segmento territorial a norte do rio Vouga, no qual a nobreza é claramente superior. Mas vejamos cada um dos casos.

No Entre Douro e Vouga, apesar da hegemonia da aristocracia (34%), constatamos um equilíbrio razoável entre o padroado régio (22%) e dos paroquianos (25%). Já o padroado eclesiástico é ligeiramente minoritário, atingindo apenas o valor de 19% das paróquias.

Do Vouga até ao Mondego estes valores mudam drasticamente. Os paroquianos passam a ocupar um primeiro lugar destacadíssimo (62%), seguido de longe pela nobreza que também perde preponderância (29%). Por sua vez, o padroado régio e eclesiástico são os que mais se alteram, apresentando uma queda abrupta, que os leva a atingir valores na ordem dos 4% e 5% respetivamente.

Estes valores parecem confirmar sobretudo o paradigma de que o *Norte Senhorial* não termina no rio Douro, como de resto tem sido largamente defendido por Mattoso, valendo ao curso fluvial do Vouga, pelo menos aparentemente, o apanágio de “nova fronteira” do regime senhorial. Com isto, não pretendemos afirmar que o Entre Douro e Vouga é igual ao Entre Douro e Minho, mas apenas que melhor se identifica com ele do que com as regiões mais a Sul. É portanto muito possível que a zona meridional do território de Lamego-Viseu tenha sido a verdadeira arena de substituição, desaparecimento ou rarefação do sistema senhorial, mas de forma gradual e não imediata.

Apenas a partir das regiões a sul do Vouga é possível constatar uma inversão drástica da situação na qual os paroquianos detêm bem mais do que metade dos padroados, reflexo este de estruturas verdadeiramente municipais.

Direitos de Padroado no Território de Lamego-Viseu

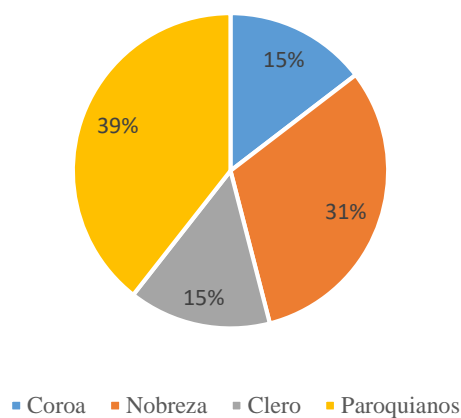


Gráfico 10 - Direitos de Padroado no Território de Lamego-Viseu

Direitos de Padroado no Entre Douro e Vouga

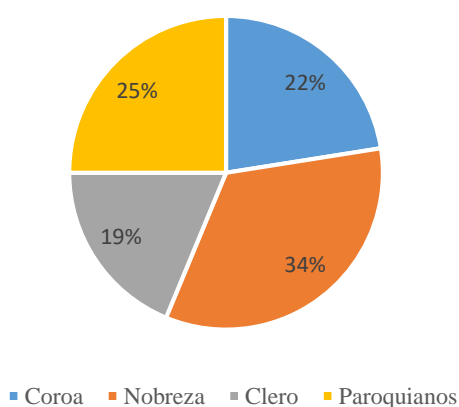


Gráfico 11 - Direitos de Padroado no Entre Douro e Vouga

Direitos de Padroado no Entre Vouga e Mondego

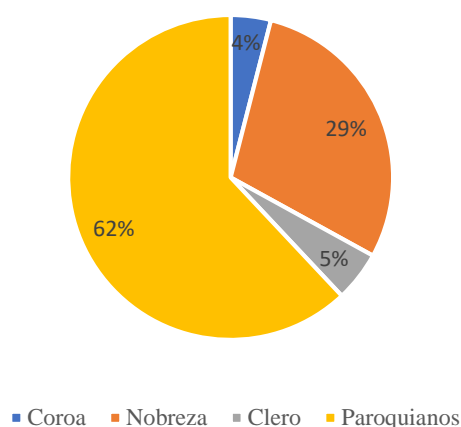


Gráfico 12 - Direitos de Padroado no Entre Vouga e Mondego

Antes de concluir, retomemos ainda a observação de um aspeto que abordamos superficialmente, mas que, no entanto, é também bem ilustrativo de um Douro-Sul como prolongamento do *Norte Senhorial*. Falamos naturalmente da dispersão geográfica das paróquias no território.

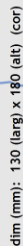
José Mattoso reiterava, numa das suas obras mais célebres, a oposição entre um Norte senhorial e rural e um Sul marcado por estruturas concelhias¹⁶⁶. A partir dessa afirmação, Ana Maria Rodrigues, num artigo em que se propõe precisamente analisar a rede paroquial no Portugal medievo, constata que o “Norte, de povoamento denso e disperso, estava retalhado numa infinidade de pequenas freguesias enquanto que no Sul, onde havia menos homens mas mais concentrados, as paróquias eram menos numerosas e consequentemente mais extensas”¹⁶⁷. Ora, este princípio aplicado ao nosso espaço permite também verificar algumas diferenças interessantes. Na zona mais setentrional do território, à semelhança do Entre Douro e Minho, é possível apurar uma grande concentração de paróquias, e consequentemente de menores dimensões. Por conseguinte, acreditamos ser de toda a justiça afirmar que este espaço, pela realidade que demonstra, identifica-se bem melhor com o *Norte Senhorial* do que com a Beira. Já a Sul do Vouga, como sublinhámos anteriormente, existe uma rede mais organizada e dispersa das estruturas paroquiais. Aliás, se olharmos para o mapa seguinte, verificamos que as

¹⁶⁶ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 77.

¹⁶⁷ RODRIGUES, Ana Maria – A Formação na rede paroquial no Portugal medievo. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias – I Volume*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. p. 76.

paróquias se colocam equidistantes umas das outras, facto que evidencia a maior extensão de cada uma delas.

Em suma, a conclusão que nos interessa sublinhar é que o espaço setentrional do território de Lamego-Viseu, caracterizado pela ligeira supremacia aristocrática, contrasta profundamente com o Sul, bem menos identificado com este grupo social. Falamos, portanto, de dois espaços essencialmente diferentes, cuja identidade é em grande medida construída pela capacidade, ou incapacidade de afirmação do grupo social da nobreza, que ao que parece, no que concerne ao exercício dos direitos de padroado, não conseguiu transpor a barreira do Vouga nos mesmos moldes. Aqui, fica bem patente a nossa proposta, que tenta “empurrar” a linha final de fronteira do sistema senhorial para esse curso fluvial meridional, bem como verificar a grande diversidade identitária do espaço, que alberga não só uma dicotomia, como realidades verdadeiramente antagónicas.



1 : Igreja de S. Miguel de Armamar ; 2 : Igreja de S. Pedro de Castro Daire ; 3 : Igreja de S. Miguel de Belas ; 4 : Igreja Maria do Lamego ; 5 : Igreja de S. Miguel de Lazarim ; 6 : Igreja de S. Julião de Azurara ; 7 : Igreja de Santa Maria de Melijinhos ; 8 : Igreja de S. João de Parada ; 9 : Mosteiro de S. Pedro das Águas ; 10 : Igreja de S. João de Pinheiro ; 11 : Igreja de S. Pedro de Quelmalda ; 12 : Igreja de S. Martinho de Reriz ; 13 : Igreja de Rio de Moínhos ; 14 : Igreja de S. João de Tarouca ; 15 : Igreja de S. Martinho dos Mouros ; 16 : Igreja de S. Eulália do Sul ; 17 : Igreja de S. Pedro de Samodães ; 18 : Igreja de S. Pedro de Tarouca ; 19 : Igreja de Santa Cristina de Tendais ; 20 : Igreja de S. Martinho de Valdemig ; 21 : Igreja de Santa Eulália de Baldos ; 22 : Igreja de Santa Maria de Balsemão ; 23 : Igreja de S. João de Bordinhos ; 24 : Igreja de S. Silvestre de Boticas ; 25 : Mosteiro de Baltar ; 26 : Igreja de S. Julião de Cambra ; 27 : Igreja de S. Miguel de Canaã ; 28 : Igreja de Santa Antónia de Canaã ; 29 : Igreja de S. João de Canaã ; 30 : Igreja de Santa Maria de Canaã ; 31 : Igreja de S. João de Canaã ; 32 : Igreja de S. João de Canaã ; 33 : Igreja de S. João de Canaã ; 34 : Igreja de S. João de Canaã ; 35 : Igreja de S. Salvador de Figueiredo ; 36 : Igreja de S. Martinho de Fornelos ; 37 : Igreja de Santa Maria de Freigil ; 38 : Igreja de S. Paulo de Fráguas ; 39 : Igreja de S. Martinho de Molimela ; 40 : Igreja de Santa Marinha da Nespereira ; 41 : Igreja de S. Paulo de Ovadas ; 42 : Igreja de Santa Maria de Pindelo ; 43 : Igreja de Santa Maria de Pinheiro ; 44 : Igreja de S. João de Pinho ; 45 : Igreja de S. Martinho de Reriz ; 46 : Igreja de S. Miguel de Ribeira ; 47 : Igreja de S. Cipriano ; 48 : Igreja de S. Cristóvão de Nogueira ; 49 : Igreja de S. Martinho de Cavanhões ; 50 : Igreja de S. João de Cavanhões ; 51 : Igreja de S. João de Cavanhões ; 52 : Igreja de S. João de Cavanhões ; 53 : Igreja de S. João de Cavanhões ; 54 : Igreja de S. João de Cavanhões ; 55 : Igreja de S. João de Cavanhões ; 56 : Igreja de Santa Maria de Senhormim ; 57 : Igreja de Santa Maria de Silgueiros ; 58 : Igreja de Santa Maria de Sátão ; 59 : Igreja de Santa Leocádia de Travanca ; 60 : Igreja de Santa Maria de Vila Maior ; 61 : Igreja de Vouzeia ; 62 : Igreja de Santa Maria de Várzea ; 63 : Igreja de S. Pedro de Várzea ; 64 : Igreja de S. Miguel de Anrede ; 65 : Igreja de S. João de Avôes ; 66 : Igreja de Santa Maria de Barrô ; 67 : Igreja de Santa Maria de Canas ; 68 : Igreja de S. João de Cinfaes ; 69 : Igreja de S. Cristóvão de Espadanedo ; 70 : Igreja de Santa Maria de Mós ; 71 : Igreja de Santa Maria de Almaceia ; 72 : Igreja de Souto Couvo ; 73 : Igreja de S. Pedro de Balsemão ; 74 : Igreja de Santa Eulália ; 75 : Igreja de Fráguas ; 76 : Igreja de S. Miguel de Oliveira ; 77 : Igreja de Ovar ; 78 : Igreja de Santa Maria de Alcáçegas ; 79 : Igreja de S. João de Alcáçegas ; 80 : Igreja de S. Martinho de Alva ; 86 : Igreja de S. Miguel de Anrede ; 87 : Igreja de S. Pedro de Arcozelo ; 88 : Igreja de S. Miguel de Bodiosa ; 89 : Igreja de S. Martinho dos Cambres ; 90 : Igreja de Caparrosa ; 91 : Igreja de Santa Isidoro de Cavesães ; 92 : Igreja de Dardavaz ; 93 : Igreja de Espinho ; 94 : Igreja de S. Cipriano de Fátima ; 95 : Igreja de S. Pedro de Ferrelhos ; 96 : Igreja de S. João de Figueira ; 97 : Igreja de Fornos ; 98 : Igreja de S. Miguel de Lazarim ; 99 : Igreja de Lobão ; 100 : Igreja de S. Pedro de Lordosa ; 101 : Igreja de S. Pedro de Mamouros ; 102 : Igreja de Santa Maria de Melijinhos ; 103 : Igreja de S. Pedro de Vila do Conde ; 104 : Igreja de S. João de Ovar ; 105 : Igreja de S. Salvador de Penafiel ; 106 : Igreja de S. Pedro de Penafiel ; 107 : Igreja de S. João de Penafiel ; 108 : Igreja de S. João de Penafiel ; 109 : Igreja de S. João de Penafiel ; 110 : Igreja de S. João de Penafiel ; 111 : Igreja de S. João de Penafiel ; 112 : Igreja de S. João de Penafiel ; 113 : Igreja de Santa Maria de Ribafelva ; 114 : Igreja de S. Miguel de Ribeira ; 115 : Igreja de Santa André de Ribolhos ; 116 : Igreja de Gufar ; 117 : Igreja de S. João da Pesqueira ; 118 : Igreja de S. Miguel do Mato ; 119 : Igreja de S. Miguel do Outeiro ; 120 : Igreja de S. Pedro de France ; 121 : Igreja de S. Pedro de Santa ; 122 : Igreja de Santa Maria de Besterios ; 123 : Igreja de Santiago de Cussurães ; 124 : Igreja de Santa Maria de Senhormim ; 125 : Igreja de S. João de Seranellanca ; 126 : Igreja de S. Salvador de Serrazes ; 127 : Igreja de S. Cristina de Tendais ; 128 : Igreja de S. Salvador de Tór ; 129 : Igreja de S. João de Tór ; 130 : Igreja de S. João de Tór ; 131 : Igreja de S. João de Tór ; 132 : Igreja de S. João de Tór ; 133 : Igreja de S. João de Tór ; 134 : Igreja de S. João de Tór ; 135 : Igreja de S. João de Tór ; 136 : Igreja de S. João de Tór ; 137 : Igreja de S. João de Tór ; 138 : Igreja de S. João de Tór ; 139 : Igreja de S. João de Tór ; 140 : Igreja de S. João de Tór ; 141 : Igreja de S. João de Tór ; 142 : Igreja de S. João de Tór ; 143 : Igreja de S. João de Tór ; 144 : Igreja de S. João de Tór ; 145 : Igreja de S. João de Tór ; 146 : Igreja de S. João de Tór ; 147 : Igreja de S. João de Tór ; 148 : Igreja de S. João de Tór ; 149 : Igreja de S. João de Tór ; 150 : Igreja de S. João de Tór ; 151 : Igreja de S. João de Tór ; 152 : Igreja de S. João de Tór ; 153 : Igreja de S. João de Tór ; 154 : Igreja de S. João de Tór ; 155 : Igreja de S. João de Tór ; 156 : Igreja de S. João de Tór ; 157 : Igreja de S. João de Tór ; 158 : Igreja de S. João de Tór ; 159 : Igreja de S. João de Tór ; 160 : Igreja de S. João de Tór ; 161 : Igreja de S. João de Tór ; 162 : Igreja de S. João de Tór ; 163 : Igreja de S. João de Tór ; 164 : Igreja de S. João de Tór ; 165 : Igreja de S. João de Tór ; 166 : Igreja de S. João de Tór ; 167 : Igreja de S. João de Tór ; 168 : Igreja de S. João de Tór ; 169 : Igreja de S. João de Tór ; 170 : Igreja de S. João de Tór ; 171 : Igreja de S. João de Tór ; 172 : Igreja de S. João de Tór ; 173 : Igreja de S. João de Tór ; 174 : Igreja de S. João de Tór ; 175 : Igreja de S. João de Tór ; 176 : Igreja de S. João de Tór ; 177 : Igreja de S. João de Tór ; 178 : Igreja de S. João de Tór ; 179 : Igreja de S. João de Tór ; 180 : Igreja de S. João de Tór ; 181 : Igreja de S. João de Tór ; 182 : Igreja de S. João de Tór ; 183 : Igreja de S. João de Tór ; 184 : Igreja de S. João de Tór ; 185 : Igreja de S. João de Tór ; 186 : Igreja de S. João de Tór ; 187 : Igreja de S. João de Tór ; 188 : Igreja de S. João de Tór ; 189 : Igreja de S. João de Tór ; 190 : Igreja de S. João de Tór ; 191 : Igreja de S. João de Tór ; 192 : Igreja de S. João de Tór ; 193 : Igreja de S. João de Tór ; 194 : Igreja de S. João de Tór ; 195 : Igreja de S. João de Tór ; 196 : Igreja de S. João de Tór ; 197 : Igreja de S. João de Tór ; 198 : Igreja de S. João de Tór ; 199 : Igreja de S. João de Tór ; 200 : Igreja de S. João de Tór ; 201 : Igreja de S. João de Tór ; 202 : Igreja de S. João de Tór ; 203 : Igreja de S. João de Tór ; 204 : Igreja de S. João de Tór ; 205 : Igreja de S. João de Tór ; 206 : Igreja de S. João de Tór ; 207 : Igreja de S. João de Tór ; 208 : Igreja de S. João de Tór ; 209 : Igreja de S. João de Tór ; 210 : Igreja de S. João de Tór ; 211 : Igreja de S. João de Tór ; 212 : Igreja de S. João de Tór ; 213 : Igreja de S. João de Tór ; 214 : Igreja de S. João de Tór ; 215 : Igreja de S. João de Tór ; 216 : Igreja de S. João de Tór ; 217 : Igreja de S. João de Tór ; 218 : Igreja de S. João de Tór ; 219 : Igreja de S. João de Tór ; 220 : Igreja de S. João de Tór ; 221 : Igreja de S. João de Tór ; 222 : Igreja de S. João de Tór ; 223 : Igreja de S. João de Tór ; 224 : Igreja de S. João de Tór ; 225 : Igreja de S. João de Tór ; 226 : Igreja de S. João de Tór ; 227 : Igreja de S. João de Tór ; 228 : Igreja de S. João de Tór ; 229 : Igreja de S. João de Tór ; 230 : Igreja de S. João de Tór ; 231 : Igreja de S. João de Tór ; 232 : Igreja de S. João de Tór ; 233 : Igreja de S. João de Tór ; 234 : Igreja de S. João de Tór ; 235 : Igreja de S. João de Tór ; 236 : Igreja de S. João de Tór ; 237 : Igreja de S. João de Tór ; 238 : Igreja de S. João de Tór ; 239 : Igreja de S. João de Tór ; 240 : Igreja de S. João de Tór ; 241 : Igreja de S. João de Tór ; 242 : Igreja de S. João de Tór ; 243 : Igreja de S. João de Tór ; 244 : Igreja de S. João de Tór ; 245 : Igreja de S. João de Tór ; 246 : Igreja de S. João de Tór ; 247 : Igreja de S. João de Tór ; 248 : Igreja de S. João de Tór ; 249 : Igreja de S. João de Tór ; 250 : Igreja de S. João de Tór ; 251 : Igreja de S. João de Tór ; 252 : Igreja de S. João de Tór ; 253 : Igreja de S. João de Tór ; 254 : Igreja de S. João de Tór ; 255 : Igreja de S. João de Tór ; 256 : Igreja de S. João de Tór ; 257 : Igreja de S. João de Tór ; 258 : Igreja de S. João de Tór ; 259 : Igreja de S. João de Tór ; 260 : Igreja de S. João de Tór ; 261 : Igreja de S. João de Tór ; 262 : Igreja de S. João de Tór ; 263 : Igreja de S. João de Tór ; 264 : Igreja de S. João de Tór ; 265 : Igreja de S. João de Tór ; 266 : Igreja de S. João de Tór ; 267 : Igreja de S. João de Tór ; 268 : Igreja de S. João de Tór ; 269 : Igreja de S. João de Tór ; 270 : Igreja de S. João de Tór ; 271 : Igreja de S. João de Tór ; 272 : Igreja de S. João de Tór ; 273 : Igreja de S. João de Tór ; 274 : Igreja de S. João de Tór ; 275 : Igreja de S. João de Tór ; 276 : Igreja de S. João de Tór ; 277 : Igreja de S. João de Tór ; 278 : Igreja de S. João de Tór ; 279 : Igreja de S. João de Tór ; 280 : Igreja de S. João de Tór ; 281 : Igreja de S. João de Tór ; 282 : Igreja de S. João de Tór ; 283 : Igreja de S. João de Tór ; 284 : Igreja de S. João de Tór ; 285 : Igreja de S. João de Tór ; 286 : Igreja de S. João de Tór ; 287 : Igreja de S. João de Tór ; 288 : Igreja de S. João de Tór ; 289 : Igreja de S. João de Tór ; 290 : Igreja de S. João de Tór ; 291 : Igreja de S. João de Tór ; 292 : Igreja de S. João de Tór ; 293 : Igreja de S. João de Tór ; 294 : Igreja de S. João de Tór ; 295 : Igreja de S. João de Tór ; 296 : Igreja de S. João de Tór ; 297 : Igreja de S. João de Tór ; 298 : Igreja de S. João de Tór ; 299 : Igreja de S. João de Tór ; 300 : Igreja de S. João de Tór ; 301 : Igreja de S. João de Tór ; 302 : Igreja de S. João de Tór ;

89

3.1.3. Honras

O terceiro e último vetor, porventura o mais ilustrativo das diferenças existentes no espaço de análise, é a existência e proliferação de espaços honrados no território de Lamego-Viseu.

As *Honras* eram, nas palavras de Augusto-Pedro Lopes Cardoso, “circunscrições territoriais com autonomia jurisdicional e administrativa, próxima da dos Concelhos (...), de origem tipicamente senhorial, surgindo na Idade Média, por iniciativa de um nobre, que pela sua qualidade, honrava determinado território, impondo dessa forma, a sua existência ao poder régio”¹⁶⁸. Naturalmente a sua existência em grande número, ou a sua multiplicação, só se coaduna com um território onde o poder do rei era limitado, e onde as comunidades reconhecem uma certa hierarquização liderada pela aristocracia de sangue. Resumidamente, correndo o risco de simplificar demasiado o assunto e de nos repetirmos, os espaços onde este tipo de circunscrições administrativas se apresenta em maior número, são aqueles onde a nobreza se localiza preferencialmente para exercer a sua autoridade. Por sua vez, onde não existirem honras, ou existirem em número restrito, a aristocracia de sangue vê a sua influência e poder limitados. Como tal, apesar de simplificado, é um parâmetro bastante direto, que permite aferir a presença nobre no território, e acima de tudo a caracterização e identificação de espaços com vivências administrativas diferentes.

Posto isto, em espaços de dimensões sensivelmente iguais, as diferenças no número de honras são por demais evidentes, como aliás se pode verificar no gráfico seguinte.

Distribuição geográfica das Honras

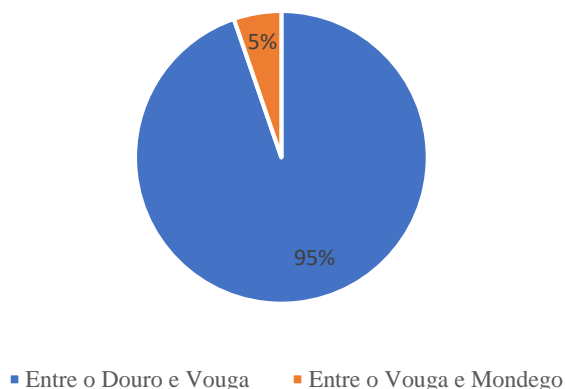


Gráfico 13 - Distribuição geográfica das Honras

¹⁶⁸ CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes - *A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional*. Porto: Livraria Esquina, 2005. ISBN 972-97294-6-8. p. 16.

Estes dados não revelam, no entanto, qualquer surpresa, dado que a partir do Vouga entramos sobretudo num Portugal concelhio em franco desenvolvimento. José Mattoso, a propósito da existência da nobreza em espaços de fronteira, afirmou que “embora existam frequentes casos de nobres que se estabelecem em território concelhio, a constituição de *honras* ou senhorios nobres nestas áreas é verdadeiramente excepcional”¹⁶⁹. Pela existência de estruturas municipais mais fortes, fica justificada a grande ausência de territórios imunes, como aliás se verifica no mapa seguinte.

Contudo, ao analisar a distribuição geográfica das honras dentro do próprio Entre Douro e Vouga, também é possível verificar assimetrias internas. A grande maioria das honras (94%) localiza-se na sub-região do Douro-Sul, ou seja, nos concelhos contíguos ao rio Douro. Quanto a isto, relembre-se que o Douro-Sul é o território limitado a Norte como é óbvio pelo rio Douro, e a Sul, pelos maciços montanhosos do Montemuro e de Leomil, a oeste pelo rio Paiva e a leste pelo rio Côa.

Pela concentração deste tipo de propriedades em Cinfães, Resende e Lamego, rapidamente chegamos novamente à conclusão de que o espaço que aqui tentamos retratar como o prolongamento do Norte Senhorial, também não é todo igual.

Se até agora as diferenças mais óbvias dentro do território de Lamego-Viseu verificavam-se sobretudo entre o Norte e o Sul do rio Vouga, neste parâmetro existem diferenças ainda maiores entre o Douro-Sul e o restante espaço.

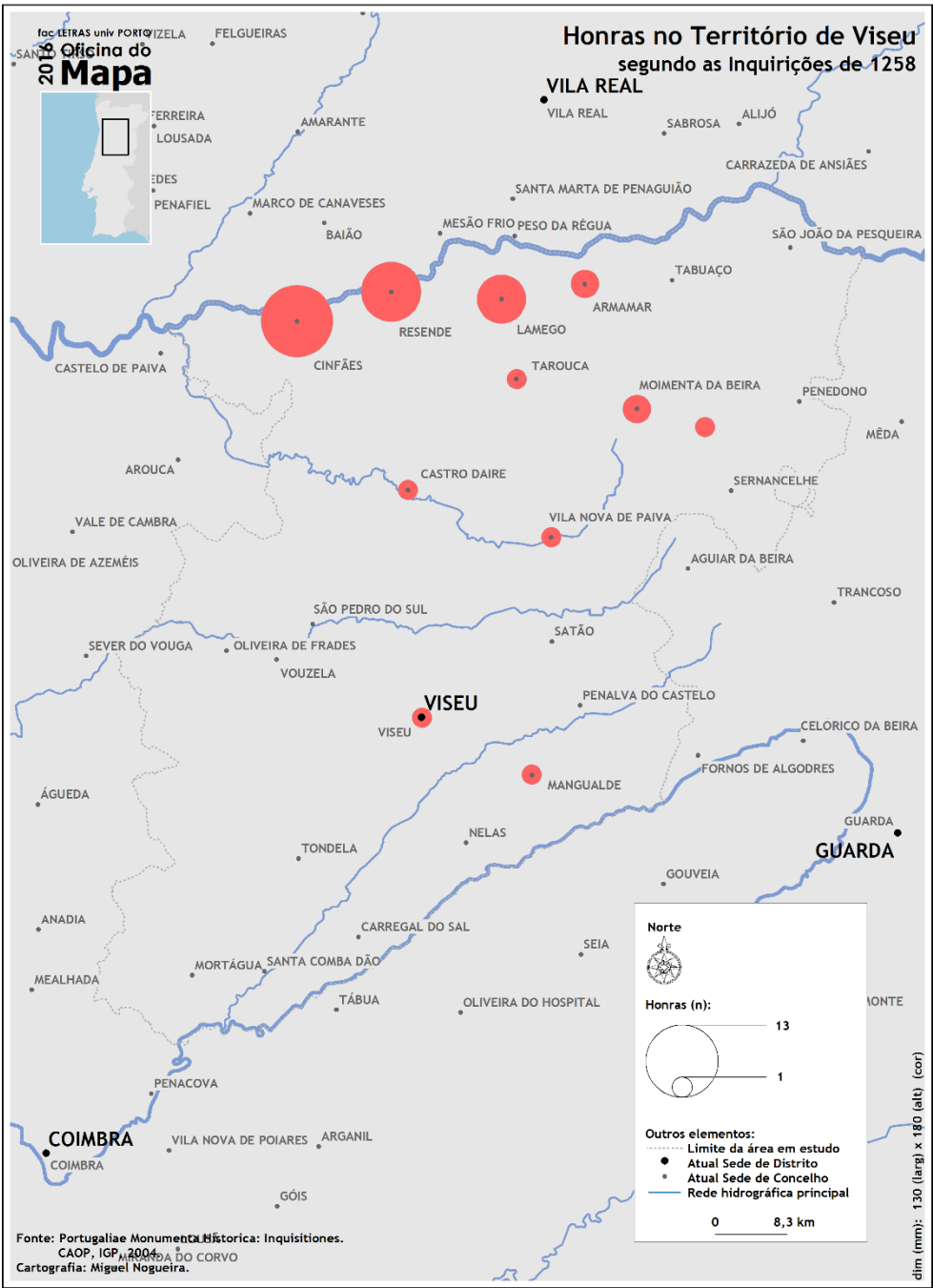
Depois de analisar os três vetores (património; direitos de padroado; honras) com números bastante ilustrativos, resulta a ideia de que de facto o *Norte Senhorial* atravessa o rio Douro e mantém-se idêntico até às serras de Montemuro e Leomil, espaço a partir do qual o sistema senhorial começa verdadeiramente a esfumar-se. Devido a isto, Lafões e Viseu parecem surgir quase como uma “ilha” para onde a nobreza parece ter sido atraída, mas sem representar necessariamente a continuidade de um regime anterior, tanto geográfica como cronologicamente.

Não obstante, tudo isto não invalida que, num sentido mais global, o espaço até ao Vouga não esteja marcado pela hegemonia da aristocracia. Significa apenas que é possível precisar o ponto inicial de rarefação, e que este não se localiza no Vouga, mas sim a partir dos sistemas montanhosos em epígrafe.

Resultados interessantes, sim! Mas não estamos convencidos da natureza estanque do *Norte Senhorial*, que continuamos a acreditar se prolonga por mais um pouco, numa

¹⁶⁹ MATTOSO, José – *Naquele Tempo* (...), p. 371.

conjuntura de desgaste, e porventura substituição, mais uma vez gradual e não imediata e efetiva.



Mapa 8 - Honras no Território de Viseu segundo as Inquirições de 1258

3.2. As Linhagens.

3.2.1. Origens, categorias e relações com o território de Lamego-Viseu.

Conforme acabamos de verificar, a aristocracia posiciona-se de forma assimétrica ao longo do território de Lamego-Viseu. Compete-nos agora averiguar qual o tipo de nobreza, quais as suas origens e, por fim, como se relaciona essa nobreza com o espaço, aspetos conjunturais que por outro lado permitem novamente traçar alguns paralelismos e dissemelhanças entre o nosso espaço e o Entre Douro e Minho. Convirá por isso frisar, que aquilo que apresentaremos será somente uma aproximação às tendências, ou se preferirmos aos movimentos mais frequentes, dos comportamentos que, como tal, não estão isentos de exceções e desvios no padrão. Começemos então pela origem.

Neste aspeto, as linhagens que encontramos no espaço têm origens muito diversas, mas parecem obedecer a alguns critérios. Em meados do século XIII, na margem esquerda do rio Douro, como aliás já havíamos sublinhado, posicionam-se predominantemente ramos secundários dos de Ribadouro. Esta família, como de resto o seu papel na senhoriação do vale do Douro, são elementos bem conhecidos da historiografia, sobretudo em virtude dos trabalhos de Almeida Fernandes¹⁷⁰, mas também de José Mattoso e José Augusto de Sottomayor-Pizarro.

Tendo em conta a extensa obra destes três autores, importa apenas, e de forma muito breve, fazer a síntese do percurso da linhagem de Egas Moniz, valorizando sempre os aspetos que nos parecerem mais pertinentes para o tema “em mãos”. Os de Ribadouro incluem-se nas cinco grandes linhagens do reino, circunstância bem patente nos textos dos nobiliários portugueses. Contudo, na passagem para o século XIII, devido a um conjunto de circunstâncias adversas, nomeadamente “a esterilidade ou ausência de varonia”¹⁷¹, esta família entra em profunda crise que iria culminar no seu desaparecimento ainda antes das *Inquirições de 1258*. Não obstante, a referida extinção não se fez sem deixar um conjunto numeroso de ramos secundários, alguns deles particularmente poderosos nos territórios dominados pela *linhagem-mãe*. Mais concretamente, o poder da linhagem do *Aio* traduziu-se num aglomerado de honras e outras propriedades, que na

¹⁷⁰ FERNANDES, A. de Almeida - Acção das Linhagens no Repovoamento e na Fundação da Nacionalidade. In *Separata de Douro Litoral*. Porto: Imprensa Portuguesa. Série IX, Vol. III.1960; FERNANDES, A. de Almeida - Território e Política Portugalses (Sécs. VI-XII). In *Separata de O Tripeiro*. Porto. Série IV, Vol. X-XII, (1972); FERNANDES, A. de Almeida - Portugal no Período Vimaranes (868-1128). In *Separata da Revista de Guimarães*. Guimarães, 1973, entre outros.

¹⁷¹ MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros* (...), p. 77.

ausência de um descendente direto foram transmitidas para ramos próximos, mas também para mosteiros com os quais sempre tiveram uma relação muito estreita¹⁷². Por conseguinte, é crucial definir concretamente até onde se estendeu a área de implantação desta família e de que forma se repercutiu na nobreza do século XIII do território de Lamego-Viseu. Para esse efeito servimo-nos da reconstituição cartográfica dos domínios de Egas Moniz, elaborada por Almeida Fernandes, no qual fica bem patente que o património da família se estende desde Marco de Canaveses até Sernancelhe, num conjunto extraordinariamente numeroso de honras e coutos (cerca de vinte), localizados preferencialmente, senão mesmo quase exclusivamente, em torno de cursos fluviais, como sejam o Douro, Paiva, Távora e Varosa¹⁷³. Em suma, como vários autores posteriormente concluíram, os extensos domínios dos Ribadouro situavam-se no vale do Douro, sobretudo nos territórios a sul desse rio, entre o rio Paiva e Távora, onde acabariam por protagonizar o processo de senhorialização. Note-se, pois, que a ocupação destes espaços pela linhagem antecede as conquistas de Fernando, o *Magno*, de Lamego, S. Martinho dos Mouros e Viseu, em meados do século XI, e que estes viriam a tornar-se, apesar da origem provável em Penafiel ou Entre-os-Rios, no seu principal centro de poder¹⁷⁴. Ao ler as inquirições Ducentistas, a hegemonia desta família no espaço é por demais evidente, sendo possível encontrar referências a Egas e Mem Moniz, bem como às respetivas mulheres, vulgarmente denominadas pela fonte como *Mianas*, e até à sua descendência, em quase todos os julgados durienses. Quanto a estes testemunhos, cremos que Sottomayor-Pizarro colocou em evidência um aspeto, até então pouco valorizado, mas que traduz bem o potentado dos Ribadouro na região, que é o seu protagonismo nas ações de povoamento através da outorga de cartas de aforamento coletivo para esse efeito¹⁷⁵, em benefício das vilas de Alhões¹⁷⁶, Vila Boa¹⁷⁷, Gralheira¹⁷⁸, Bustelo¹⁷⁹,

¹⁷² No espaço em questão, é praticamente impossível encontrar um cenóbio que não tenha uma forte ligação aos *Mianos* de Ribadouro, nomeadamente Tarouquela, Cárquere, Salzedas e Tarouca, sendo que até as instituições eclesiásticas de foro secular, como a sé de Lamego, beneficiariam do patrocínio daquela família

¹⁷³ FERNANDES, A. de Almeida – Guimarães, 24 de junho de 1128. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, 1978, p.117, 144-145.

¹⁷⁴ MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros (...)*, p. 55.

¹⁷⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico (...)*, p. 97.

¹⁷⁶ *PMH-Inq.* 983b.

¹⁷⁷ *PMH-Inq.* 984a.

¹⁷⁸ *PMH-Inq.* 984b.

¹⁷⁹ *PMH-Inq.* 984b.

Macieira¹⁸⁰, Aveloso¹⁸¹ e Marcelim¹⁸². Cremos que fica assim provada a importância política da família na área mais setentrional do território de Lamego-Viseu, a qual, como veremos de imediato, se repercutiria na implantação de ramos secundários, e de outras famílias a eles ligados, fosse por via legítima ou bastarda.

Ora, se nos colocarmos de novo na nossa cronologia, em meados da centúria de duzentos, onde a existência dos Ribadouro já tinha findado, observamos um fenómeno muito interessante, que leva “as estirpes mais antigas e poderosas a produzir ramos variados que davam continuidade a outros tantos aglomerados patrimoniais”¹⁸³. Foi isso pois que aconteceu no nosso território como temos vindo a aludir. Observando novamente os seus domínios fundiários, as extensas e numerosas terras imunes por eles detidas, constituiriam, aquando a sua extinção, um conjunto notável de segmentos linhagísticos, de condição inferior, que adotam o nome da honra ou couto que ocupam como apelido. Talvez o exemplo mais paradigmático deste processo, em parte por ser a família que mais perto esteve de alcançar o estatuto e prestígio da *linhagem-mãe*, sejam os Lumiares, senhores do couto do mesmo nome. Estes, encabeçados pelo conhecido D. Abril Peres de Lumiares, tenente de Lamego (1222-1232 e 1239-1244), Tarouca (1229), e Viseu (1222-1229 e 1238-1243)¹⁸⁴, e detentor de um vasto património no espaço envolvente às tenências, seriam protagonistas de muitas violências e crueldades no território de Lamego-Viseu, o que levou, por um lado, Mattoso a caracterizá-lo como o típico “senhor rural, todo-poderoso no seu domínio e hostil a qualquer ingerência estranha”¹⁸⁵, e Sottomayor-Pizarro como “verdadeiro “senhor” da Beira Alta”¹⁸⁶. De qualquer das formas este é um exemplo bem representativo de um ramo dos Ribadouro que dominou a região ocupada pelos seus antecessores, mas que se desenvolveu autonomamente. Não obstante, os de Lumiares estão longe de ser o único exemplo de todo este processo. Podemos também apontar os de Alvarenga (que embora se situem preferencialmente fora do nosso espaço, na honra donde retiram o apelido em Arouca, também foram aí bastante influentes); os de Fonseca; os de Cardoso; e os de Matos. Até os de Resende, importante

¹⁸⁰ PMH-Inq. 980b.

¹⁸¹ PMH-Inq. 980b.

¹⁸² PMH-Inq. 980b.

¹⁸³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico* (...), p. 100.

¹⁸⁴ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento. p.1018-1025 (Doravante indicaremos a obra como: VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p.).

¹⁸⁵ MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p. 227.

¹⁸⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 463.

ramo dos Baiões, resultam em última análise num testemunho incontornável do poderio da linhagem do *Aio* na região. Para isso basta traçar o percurso da honra que lhes deu o nome, que chega aos Baiões por intermédio do casamento entre D. Afonso Hermiges de Baião e Urraca Afonso de Ribadouro, neta de Egas Moniz. Para terminar, em relação aos ramos secundários dos Ribadouro, existem pelo menos mais duas famílias a eles ligados que se fixam junto à margem sul do curso médio do Douro, que embora não apareçam a adotar o nome de nenhuma terra imune, refletem bem, mais uma vez, o predomínio no espaço de segmentos desta linhagem, a saber os Ferreirim e os Bezerra¹⁸⁷. Em suma, este conjunto verdadeiramente vasto de famílias, cujo traço comum são as ligações familiares aos Ribadouro, ocuparam o primeiro plano da aristocracia do Entre Douro e Vouga.

Sublinhe-se ainda que a ocupação do espaço por famílias com origem nos Baiões, embora um pouco menos evidente e expressiva, não é de todo desprezável, e deve também ser valorizada. Em primeiro lugar, como acabamos de referir, temos os de Resende, mas também os de Paiva, os quais embora à semelhança dos de Alvarenga se posicionem no território num patamar diferente (dir-se-ia secundário), estando primordialmente sediados em torno das bacias do Paiva e Sousa, são detentores de um extenso património dentro dele.

De qualquer modo, com estes dois exemplos fica bem patente a ideia de um espaço mais setentrional do território de Lamego-Viseu ocupado sobretudo por famílias com origens na alta nobreza do reino do século XII, dando um cunho eminentemente mais senhorial àquela região. Novamente, os paralelismos com o *Norte Senhorial* são evidentes, mas voltaremos a isto mais tarde.

Importa primeiro clarificar que tudo o que afirmamos até então, não significa que não houvesse abertura para tantas outras famílias nobres de origens mais humildes, mas apenas que estas ocupavam um segundo plano da nobreza da região, com senhorios mais pequenos e mobilidade geográfica muito reduzida. A este propósito, fazendo a salvação que mesmo entre elas as relações com o território são muito diversificadas, podemos destacar os Alcoforado, Alvelos, Cantim, Chã, Coreixas, Oleiros, Ruvós, S. Cosmade, Sarracins e Távoras.

¹⁸⁷ Logo na primeira estrofe de uma conhecida cantiga satírica, composta por volta de 1247, pelo trovador Airas Peres Vuitorm, em jeito de “violento manifesto contra os que permitiram a deposição de D. Sancho II”, encontramos um sólido testemunho do poderio dos Bezerras na Beira: “*A lealdade da Bezerra, que pela Beira muit'anda // bem é que a mantenhemos, pois que no-l'o Papa manda*”. (*Cantigas medievais galego-portuguesas: corpus integral profano*. (ed. coord. por LOPES, Graça Videira). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; IEM - Instituto de Estudos Medievais; CESEM - Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2016. Vol. 1. ISBN: 978-972-565-587-0. Vol. 1, p. 137.

Antes de prosseguirmos com a análise e caracterização da nobreza do Entre Vouga e Mondego, retomemos então as comparações com o *Norte Senhorial*. Para isso parece-nos indicado remeter para algumas palavras de José Mattoso, bastante sugestivas, a propósito do Entre Douro e Minho. O autor diz então que aquele território “foi sempre considerado, no século XIII como no século XIV, a região originária da nobreza, aquela onde a maioria dos fidalgos tinha ainda os seus solares, e cuja memória se perpetuava através dos seus nomes, derivados de lugares onde possuíam grandes honras, a região, finalmente, onde estavam situados os mosteiros que patrocinavam”¹⁸⁸. Ao ler esta passagem parecem-nos evidente que poderíamos perfeitamente estar a falar do vale do Douro e dos Ribadouro. Ora, não é de inteira justiça, considerando os Ribadouro, como a historiografia sempre apontou, uma das grandes linhagens nobres do reino, o vale do Douro, o espaço onde tinham os seus principais e numerosos solares, e cujos ramos familiares adotaram os respetivos nomes como apelido, e onde estavam situados a maioria dos mosteiros por eles patrocinados, integrar este espaço no *Norte Senhorial*? Ou seja, o número de paralelismos entre o que globalmente caracteriza o Entre Douro e Minho, e o que caracteriza o vale do Douro, não será demasiado grande para serem separados sob duas égides, ou regimes, diferentes? Parece-nos que sim a ambas as questões, como aliás já tinham concluído Mattoso, primeiro, e Sottomayor-Pizarro depois, ao propor um conceito de *Norte Senhorial* mais fluído e extenso, que se aproximasse, ou mesmo alcançasse, as margens do Vouga. O último autor chega mesmo a sublinhar uma conjuntura histórica turbulenta, na qual a nobreza ocupou “parcelas de uma “terra de ninguém” que surge após as *razzias* de Almançor, particularmente na margem esquerda do rio Douro, por onde se irá desenvolver um dinâmico processo de implantação do regime senhorial desde meados do século XI”¹⁸⁹, definindo, muito recentemente e sem rodeios, o *Norte Senhorial* como “a região de maior implantação aristocrática (entre o rio Minho e o rio Vouga)”¹⁹⁰.

De facto, se em termos quantitativos, os valores patrimoniais já deixavam antever várias analogias entre os dois espaços, como aliás abordamos em grande medida no

¹⁸⁸ MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p. 219.

¹⁸⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal: uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 0870-4147. nº 44 (2013). p. 50 (Doravante indicaremos a obra como: SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal (...), p.).

¹⁹⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?” In *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media: Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales* (2016). p. 149.

capítulo anterior, a nobreza e as famílias aí encontradas, ou seja, com a mesma análise de um ponto de vista qualitativo, as conclusões parecem permanecer exatamente as mesmas. Quer isto dizer, portanto, que a análise e posterior comparação das linhagens com implantação ao longo de todo o território, parece confirmar a ideia avançada por alguns autores no passado, de que o *Norte Senhorial* se prolongou para além do rio Douro, estendendo-se para um espaço que, estamos cada vez mais convictos, foi em quase tudo um espelho da região que a precedeu, não só pelo nível, mas também pela forma como a nobreza se estabelece no espaço.

A novidade reside, pois, não no alargamento do conceito de *Norte Senhorial*, mas sim na constatação de uma nobreza do interior do reino, a sul do Douro até sensivelmente o rio Vouga, com uma “genética” muito idêntica à do Entre Douro e Minho, mas com uma colocação na hierarquia interna da aristocracia um pouco diferente, como iremos ver mais adiante.

Chegados ao Sul deparamo-nos com uma conjuntura inteiramente diferente. Ao atravessar o Vouga, a realidade imposta é o municipalismo o que, como tal, haveria de condicionar o tipo de famílias que aí se implantaram, nem que seja pelos constrangimentos que causa ao pleno exercício dos poderes senhoriais. Por esta razão, fica explicada a causa de praticamente não encontrarmos linhagens poderosas e antigas, nem sequer ramos destas. Aliás, Mattoso ao comparar os índices do *Livro do Deão* com o do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* à procura das famílias originárias da Beira, e de outras regiões onde predomina o regime municipal, concluiu que “quase só encontramos linhagens secundárias e de origem obscura ou recente”¹⁹¹. De facto, quando procedemos ao levantamento dos dados, rapidamente nos apercebemos que no Sul estavam implantadas um grande número de famílias nobres, salvo algumas exceções, muito desconhecidas da historiografia, tal como verificaremos repetidamente no próximo subcapítulo.

No Entre Vouga e Mondego predominam então linhagens de categoria muito inferior, com uma mobilidade geográfica extremamente reduzida. E as poucas famílias mais poderosas que ali detêm algum património, dificilmente se podem considerar linhagens lameco-viseenses, ou seja, famílias cujo principal polo patrimonial e raio de ação se manifesta dentro do território de Lamego-Viseu. Exemplos disso são os Melos,

¹⁹¹ MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p. 221.

ramo conhecido da poderosa linhagem dos Riba de Vizela¹⁹², e os Tavares, beirões de origem, com uma implantação expressiva nos concelhos mais orientais de Viseu (Mangualde; Sátão; Penalva do Castelo), mas enraizadas sobretudo na Beira Interior. Mas como se disse, exemplos deste tipo de famílias são escassos, e a massa aristocrática do Sul do território em análise é maioritariamente composta por famílias de origens muito humildes e/ou recentes (em muitos casos desconhecida), quase todas a adotar o topónimo de onde são provenientes como apelido, e de nível incontestavelmente baixo. Por sua vez, daqui os exemplos são muitos, dos quais daremos apenas alguns, nomeadamente os de Almeida, Bigas, Boi Alvo, Cambar, Calde, Matela, Pinho, Sás, Tabuado, Tonda, Travassos, Vaiões, Vilharigues, Viseu, etc. Note-se que a grande maioria destas famílias movia-se preferencialmente nas áreas de Viseu e Lafões e, portanto, junto ao curso médio do Vouga. Apenas em segundo e terceiro plano surgem as famílias importantes do reino, e sempre numa posição muito desinteressada pelo território, como sejam os Correia ou os Dades. Verifica-se, portanto, a antítese do Entre Douro e Vouga.

Parece-nos, no entanto, que justificar o cenário encontrado apenas com a existência forte do municipalismo seria uma visão muito redutora do assunto. É necessário pois considerar outros prismas, que como iremos ver estão intrinsecamente ligados, suportando-se muitas vezes uns aos outros. Consideramos por isso quatro grandes fatores, a contar com o que já abordamos, que explicam não só a penetração aristocrática do vale do Douro, mas também as diferenças existentes entre a nobreza do Norte e do Sul do território de Lamego-Viseu, tendo sempre presente que as características próprias dessa mesma aristocracia, encontrada em meados do século XIII, devem-se a aspetos muito particulares que remontam à primeira metade do século XI.

Primeiro, e repetindo um pouco o que acabamos de dizer em relação à nobreza, “a dificuldade em se aclimatar numa região onde não podia exercer de todo, ou não podia exercer à vontade, o poder senhorial”¹⁹³. De facto, já abordamos esta matéria, mas é importante focar o assunto, e perceber bem os seus contornos. A limitação do poder da aristocracia de sangue não se deve apenas à recusa das populações em aceitarem a sua autoridade como legítima, mas também a um estabelecimento jurídico efetivo, por meio de um foral, que negava aos infanções e fidalgos o usufruto dos seus privilégios e isenções

¹⁹² Os Riba de Vizela, como se pode ver nos ANEXOS, também tinha algum património na região onde se implantou o ramo a que deu origem. Contudo, tendo em conta o seu estatuto e o facto de deter bens em quase todas as regiões do reino (apenas o Algarve escapou ao largo monopólio desta família), dificilmente aparecem associados ao nosso território de forma distinta.

¹⁹³ MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p. 231.

dentro do espaço concelhio. Um pouco equiparável talvez, à posição do rei dentro de uma terra imune. Por esta razão, impossibilitados de talhar honras e constituir verdadeiros senhorios como aqueles que possuíam no Norte, mantêm-se sobretudo nesse espaço, onde em meados do século XIII encontraríamos ramos seus.

Em segundo, recuando na cronologia e focando agora a nossa atenção num momento decisivo para a fundação daquele que viria a ser o reino português, a atribuição no final do século XI, do “governo dos territórios situados a sul do rio Minho a outro cavaleiro franco, Henrique, da casa ducal de Borgonha”¹⁹⁴, pela mão de Afonso VI de Leão e Castela, seria determinante para a progressão da nobreza para o interior do vale do Douro, onde se fixariam algumas linhagens nortenhas. Não existem muitas dúvidas que esta deliberação pelo monarca castelhano e leonês é justificada pelas necessidades prementes de defesa do território contra o poderio muçulmano. Todavia, a suposta política com um desígnio unificador, legitimada pelos intentos de Reconquista, revestir-se-ia igualmente de uma natureza fragmentária. Na verdade, toda esta conjuntura, deve ser analisada sob os dois prismas. A entrega do governo dos ditos territórios ao Conde D. Henrique significava, em primeiro lugar, a separação da *Gallaecia* lucence da *Gallaecia* bracarense¹⁹⁵, ou por outras palavras, a desvinculação do condado galego, a cargo de D. Raimundo da Borgonha, do recém-formado condado Portucalense. Por outro lado, e talvez mais importante para o que aqui tentamos provar, a criação desta nova unidade geográfica e política, unificava deste modo Portucale a Coimbra. Esta última instância iria, como destacou José Mattoso, “reforçar as afinidades e a interdependência de um e de outro [referindo-se a Portucale e Coimbra] (...) e diluir a tradicional função separadora do rio Douro, velha fronteira da Lusitânia com a Galiza”¹⁹⁶. O curso fluvial, que até então era largamente percecionado como uma barreira entre dois espaços, viu a partir de 1096, no início dos inícios do governo condal, as suas margens unidas sob uma única égide. E foi este fator que promoveu a presença da nobreza para Sul daquele rio, o rio Douro, outrora de rutura, e partir de então revestido de uma aura de continuidade. Sottomayor-Pizarro sintetizou o assunto ao constatar “a gradual perda de função de linha de fratura tradicionalmente atribuída ao rio Douro, quer pela difusão do regime senhorial para sul por iniciativa das linhagens nortenhas, particularmente visível na margem esquerda da

¹⁹⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal (...), p. 32.

¹⁹⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal (...), p. 32.

¹⁹⁶ MATTOSO, José - Dois Séculos de Vicissitudes Políticas – A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. Vol. II, p. 34.

bacia duriense, mas também materializada pelas acções militares conduzidas por infanções nortenhos bem para lá daquele rio”¹⁹⁷.

Um terceiro fator a considerar para perceber a distribuição da nobreza no território de Lamego-Viseu, mantendo-se num plano meramente conjuntural, é a falta de alinhamento entre os propósitos da Coroa durante o reinado de D. Afonso Henriques, e a nobreza. A este propósito, a inexistência de senhorios a Sul do rio Vouga na posse das famílias mais importantes do reino é uma manifestação muito notória do desinteresse e afastamento entre o rei e a aristocracia¹⁹⁸. Mas o que causaria este afastamento? Ora, após a batalha de S. Mamede em 1128, existiam dois rumos a considerar. O primeiro, inequivocamente privilegiado pelo jovem monarca, que não estava muito interessado em desafiar a benevolência do seu primo Afonso VII de Leão e Castela com incursões militares na Galiza¹⁹⁹, era a progressão para Sul contra o inimigo muçulmano. A segunda opção, em grande medida motivada pela influência exercida pelos Travas no governo de D. Teresa, e consequentemente defendida pela nobreza refratária “a uma inferiorização perante os magnates galegos e à subordinação ao arcebispo de Santiago”²⁰⁰, era um ataque ao Norte, centrado em torno dos condados de Límia e Toronho. A dissidência gerada por esta matéria, e pelas opções tomadas por D. Afonso Henriques, ditaria em última análise a transferência definitiva de Guimarães para Coimbra, onde certamente se sentia menos constrangido para exercer a sua autoridade. Embora seja paradoxal, Mattoso explica que, no Norte, o rei “não era mais do que um *primus inter pares*”²⁰¹, e como tal, para reinar *ad libitum* tinha necessariamente que se afastar daquela região. Por seu lado, a nobreza via-se assim menos afeta ao *Conquistador*, e com mais uma razão para se manter pelas terras nortenhas senhoriais, que, naturalmente, já se estendiam até à margem esquerda do Douro.

¹⁹⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal (...), p. 33.

¹⁹⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – The participation of the nobility in the reconquest (...), p. 5.

¹⁹⁹ Não quer isto dizer que D. Afonso Henriques não o tivesse feito. Por três vezes, entre 1133 e 1141, o primeiro monarca português comandou operações militares de conquista na fronteira galega, nos condados de Límia e Toronho. No entanto, estas tentativas frustradas levaram sucessivamente o *Conquistador* a concentrar os seus esforços na fronteira meridional, o que culminaria num pacto de tréguas entre os dois primos, assinado em Valdevez no ano de 1141, a partir do qual não se registariam mais conflitos na Galiza. De qualquer das formas, e principalmente devido à transferência da Corte para Coimbra, ficou sempre bem patente alguma primazia na orientação para Sul, cujas sucessivas vitórias legitimariam as pretensões de Afonso Henriques à intitulação de *Rex*.

²⁰⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal (...), p. 37.

²⁰¹ MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 978-989-74141-9-0. p. 69.

Fica assim explicado a aproximação da nobreza nortenha ao vale do Douro, e a eventual ausência de famílias da alta nobreza a partir do Vouga. Falta, no entanto, analisar a presença da nobreza inferior nesse espaço, que parece surgir em sua substituição. Entramos então no quarto e último fator, certamente articulado com os anteriores: a ascensão social dos cavaleiros-vilãos e a sua integração no grupo aristocrático²⁰².

Quanto a isto, D. Afonso Henriques, deslocado estrategicamente para uma região de fronteira a partir de 1131, ano em que se sediou em Coimbra, e sem contar com um apoio militar da alta nobreza necessário à defesa do território e, conseqüentemente à progressão para Sul, sentiu a necessidade de recorrer a outro tipo de homens. É neste contexto que surge um grupo, oriundo das oligarquias municipais, composto sobretudo por cavalaria-vilã que foi, nas palavras de Leontina Ventura, capaz de “traspor a barreira que separava a vilania da nobreza”²⁰³. A mesma autora afirma ainda que eram “uma elite de famílias possidentes que controlava a vida político-institucional da cidade e do seu termo, onde estava fortemente implantada, e que procurava realizar a síntese dos interesses do poder municipal com as conveniências do poder régio ou senhorial”²⁰⁴. Este coletivo de indivíduos de condição inferior, mercê das circunstâncias e do ambiente militar que se fazia sentir na região, e em grande medida pela ausência do apoio de outrem, haveria assim de ocupar o pináculo da hierarquia social nos espaços do Sul. Como vários autores chamaram a atenção, esta situação haveria de se repercutir nos *Nobiliários Portugueses*, que indicam, a título de exemplo, o asturiano Anaia Vestrariz²⁰⁵ como iniciador da importante linhagem dos de Góis²⁰⁶. Chamamos a atenção para este caso específico, por também esta linhagem aparecer nas *Inquirições de 1258* como detentora de algum património no território de Lamego-Viseu. Em suma, pelas necessidades prementes da Reconquista, D. Afonso Henriques fez-se rodear por um grupo de homens de origens muito diversas (francos; moçárabes; asturianos), que por sua vez ocuparam posições muito importantes na defesa do reino, nomeadamente as alcaidarias, nos castelos de fronteira. Partindo deste contexto, Sottomayor-Pizarro clarifica que o estabelecimento

²⁰² Mattoso foi, mais uma vez para este tema, um autor de destaque, e que cedo se apercebeu, nas suas próprias palavras, que “a cavalaria vilã foi efectivamente via de acesso à nobreza inferior”. (MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros* (...), p. 124).

²⁰³ VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha - Cavaleiros de Fronteira (Coimbra, Viseu, e Seia) ao tempo de Afonso Henriques. In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1997. Vol. 2, p. 98 (Doravante indicaremos a obra como: VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha - Cavaleiros de Fronteira (...), p.).

²⁰⁴ VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha - Cavaleiros de Fronteira (...), Vol. 2, p. 98.

²⁰⁵ Este Anaia Vestrariz deveria ser o pai de Mem Anaia que, segundo os testemunhos das *Inquirições de 1258*, aparece a usurpar 3 casais em Canelas (fr. S. Cipriano; c. Viseu) – *PMH-Inq.* 840b.

²⁰⁶ *LL59A1*

de senhorios nobres mais a Sul ao longo do século XII, deveu-se às linhagens fundadas pelos homens de armas do primeiro monarca português²⁰⁷, e consequentemente aos ramos que deles advieram. cremos então que o conjunto de famílias, de origem muito obscura, implantadas no Entre Vouga e Mondego provêm simultaneamente de extratos muito baixos da nobreza que se arriscaram numa sociedade de fronteira, onde a mobilidade social e a “liberdade de cada indivíduo era mais ampla do que nas terras do Norte”²⁰⁸, mas também da integração da cavalaria-vilã nesse mesmo grupo, que nalguns casos conseguiriam mesmo “por meio da riqueza ou do valor pessoal, elevar-se à categoria de infanções, que os forais, de resto, lhes concediam já no plano jurídico”²⁰⁹. O caso mais evidente de vilania catapultada para a nobilitação no território de Lamego-Viseu são os de Almeida, linhagem com uma forte implantação no julgado de Azurara que, ao que tudo aponta, tem origem no cavaleiro-vilão Fernão Canelas²¹⁰. Não nos parece, no entanto, que este fosse um caso pontual. Apesar de não o ser possível provar documentalmente, é provável que muitas famílias, cuja proveniência permanece no campo do meramente conjuntural, sejam de berço semelhante, nomeadamente os de Tavares, detentores de um extenso senhorio junto à fronteira com o distrito da Guarda. Quanto a esta última, a possibilidade do progenitor do primeiro indivíduo da linhagem documentado, Pero Viegas, ter ocupado o cargo de alcaide da Guarda, parece confirmar, ou pelo menos reforçar, a nossa hipótese. Como estas, embora não se consiga provar, podem muitas outras ter ocupado o território do Entre Vouga e Mondego.

Em pelo menos mais um caso, embora no século XIII já se encontrassem afastados do território, é possível aferir o mesmo tipo de enquadramento. É o caso, parece-nos, dos Dades, linhagem oriunda do coração de Viseu. Esta família aparece ligada a importantes alcaidarias de fronteira, o que levou a Sottomayor-Pizarro a propor uma possível inclusão nos cavaleiros de Coimbra que acompanhavam D. Afonso Henriques²¹¹. No entanto, enquanto esta protagonizou uma ascensão vertiginosa que os levaria a ocupar primordialmente Leiria e Santarém, outras de origem semelhante devem ter optado por uma manutenção humilde do seu poder, num âmbito eminentemente regional.

²⁰⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – The participation of the nobility in the reconquest (...), p. 5.

²⁰⁸ BARATA, Filipe Themudo – A actuação de Geraldo sem Pavor no Quadro das Sociedades de Fronteira do Século XII. In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal Guimarães, 1996. Vol. 2. p. 362.

²⁰⁹ MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa* (...), p. 222.

²¹⁰ *PMH-Inq.* 808b.

²¹¹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 457.

Parece então evidente que a origem das linhagens encontradas a Sul do Vouga, se deve sobretudo ao processo de ascensão e de integração dos indivíduos que haviam protagonizado a defesa da fronteira do reino de Portugal, dentro da nobreza. Verificou-se assim uma reconfiguração da componente humana que compunha a malha da aristocracia medieval portuguesa, baseada na alteração paradigmática dos critérios que definiam a *superioridade*, em particular nos espaços meridionais. Este conceito deixa de ser definido pelo *nascimento* e passa a ser antes definido pela *riqueza* e *poder*. José Mattoso explica que esta alteração significou uma “certa indiferenciação entre aristocracia nobre e não nobre”²¹², que, em última instância, acabou por favorecer a osmose entre a nobreza de sangue e concelhia, e resultar no conjunto de famílias apresentado. Repare-se, no entanto, que as primeiras referências a atos expressos de nobilitação de cavalaria vilã só nos chegam do séc. XIII, porventura do XIV, mas que existiram de forma informal, pelo menos a partir de D. Afonso Henriques, quando eram admitidos nos seus séquitos “em paridade com a cavalaria de sangue”²¹³.

Terminada a caracterização das origens da nobreza ao longo do território de Lamego-Viseu, da qual saímos mais uma vez convictos da natureza dicotómica do espaço, parece-nos óbvio que o ponto-chave para explicar a composição e distribuição bipartida da nobreza no espaço, é a Reconquista, e mais concretamente a participação da nobreza neste processo. As famílias encontradas tanto no Norte, como na zona meridional e no Sul justificam-se em grande medida pela participação dos seus antepassados nas lutas contra o Islão. Num primeiro espaço, até onde é certo que a participação da alta nobreza aconteceu de facto, por outras palavras até ao vale do Douro, encontramos ramos dessa mesma aristocracia. Noutro, onde parece ter havido uma alteração paradigmática da composição social dos efetivos militares ao serviço da Cristandade, surge um conjunto de linhagens inteiramente diferente no que concerne à antiguidade e origem.

Tudo isto alicerçado, por um lado, no conforto, e atitude aparentemente passiva e displicente da alta nobreza, que longe da fronteira do Sul podia exercer os seus poderes senhoriais sem interferência régia, e por outra, na persistente busca de oportunidades de ascensão na hierarquia social, através do serviço militar pela vilania e cavalaria de condição inferior, foi o cenário ideal para a formação da realidade que acabamos de descrever.

²¹² MATTOSO, José – *Naquele Tempo* (...), p. 372.

²¹³ MATTOSO, José – *Naquele Tempo* (...), p. 360.

Parece-nos, assim, lógico afirmar que a própria diacronia do processo de Reconquista dentro dos limites do espaço em análise, acabaria por condicionar de forma determinante a distribuição e posicionamento da nobreza que aí encontramos, contribuindo inegavelmente para realçar uma lógica de contrastes no eixo Norte-Sul que temos vindo a falar desde o início.

Somos também compelidos, tendo em vista uma caracterização eficaz e abrangente da aristocracia de Lamego-Viseu em meados da centúria de duzentos, a comentar, de forma necessariamente sucinta, a capacidade da dita nobreza (ou a eventual incapacidade), para ascender e ocupar as cátedras de Viseu e Lamego, “duas das mais antigas dioceses históricas portuguesas, tendo desempenhado importante papel político na Fundação da Nacionalidade, como partes do território politicamente mais activo naquela conjuntura”²¹⁴. De facto, ao analisar o Episcopologio do território de Lamego-Viseu²¹⁵, somos forçados a admitir que pelo menos até ao final do século XIII não existe qualquer correlação entre as linhagens nobres lameco-viseenses e o poder episcopal. Apenas Vasco Martins de Alvelos nos surge, por um breve período de 6 anos (1297-1302), a ocupar a mitra lamecense. E mesmo depois de 1300, somente por uma vez, encontramos um membro de uma família do território em análise (que já circulasse no espaço durante o reinado de D. Afonso III), a saber Luís Gonçalves de Amaral, como bispo de Lamego (1426-1430) e Viseu (1430-1439). Embora estes dados sejam testemunhos incontornáveis da autoridade, e naturalmente de um percurso em crescendo destas duas linhagens dentro do território, e em particular dos de Amaral, não se traduzem num quadro relacional vincado entre a nobreza da região e as respectivas dioceses durante o século XIII.

Vemos assim respondida a questão sobre as origens da nobreza de Lamego-Viseu. Mas falar de origens e falar de categorias, embora estejam intimamente relacionadas, são coisas diferentes. Importa por isso esclarecer este segundo aspeto também, no qual, ao contrário do que se tem verificado até agora, não existem grandes contrastes entre a realidade do Norte e do Sul, no que concerne à nobreza de Lamego-Viseu.

Mas primeiro, será necessário clarificar e definir com rigor alguns conceitos terminológicos, bem como algumas categorias por nós criadas, que permitem ordenar as famílias pelo grau de relacionamento com o território.

²¹⁴ CAPELA, José Viriato - *As freguesias do Distrito De Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga: CITCEM, 2010. p. 9.

²¹⁵ Veja-se o ANEXO IX.

Comecemos então pela divisão interna da aristocracia, elencando as suas várias categorias. Aqui, sem qualquer pretensão de inovação, servimo-nos *ipsis verbis* das divisões elaboradas por José Augusto de Sottomayor-Pizarro que, após verificar de que a separação tradicional da nobreza em alta, média e baixa estava ultrapassada, sendo mesmo obsoleta quando aplicada ao então chamado patamar intermédio²¹⁶, propôs categorias próprias para resolver esses problemas. Este autor dividiu então este grupo social em: *Nobreza de Corte* e *Nobreza Regional*. O primeiro grupo, engloba as “famílias que de uma forma mais ou menos continuada mantiveram ligações aos meios cortesãos, que tinham uma implantação patrimonial mais alargada e com um nível de alianças matrimoniais globalmente superior”²¹⁷, separando-as em Alta e Média, correspondendo cada um destes níveis ao grau de proximidade e exercício de cargos dentro dos meios cortesãos; e o segundo, as “linhagens que exerciam a sua influência num âmbito mais restrito”²¹⁸, estando desta vez distribuídas pelas subcategorias de Média e Inferior, nomenclaturas utilizados para distinguir a dimensão patrimonial e o nível das alianças. Confessamos que para muitas famílias, dada a escassez de informação e a mobilidade interna frequente ao longo de quase todo o século XIII, foi muito difícil atribuir-lhes uma subcategoria de forma segura e efetiva. Globalmente, será seguro afirmar que no caso da nobreza de Lamego-Viseu, quase sempre se trata de nobreza regional de extratos inferiores, como iremos ver. No entanto, para evitar complicações técnicas de âmbito terminológico, e que em boa verdade não alteram em nada a caracterização da nobreza no espaço, trataremos a informação, de um ponto de vista estatístico, considerando as duas grandes divisões de *Corte* e *Regional*, apontando quando conveniente as exceções para cada um dos casos.

Por sua vez, tendo em conta que o objetivo principal sempre foi estudar a nobreza da região, com a leitura das *Inquirições de 1258*, ficou claro que havia uma variedade de comportamentos, e que não poderíamos considerar todos os indivíduos nobres com bens na região de Lamego-Viseu como pertencentes a uma nobreza interna ao espaço. Ao verificar que as famílias se relacionavam com o território em diferentes níveis, sentimos a necessidade de criar uma divisão que permitisse organizar as linhagens segundo essa lógica, e que exprimisse o papel da linhagem no território, mas também o papel do território no percurso da linhagem. Assim sendo, designamos o primeiro patamar por

²¹⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 538.

²¹⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 539.

²¹⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 539.

Linhagens Internas, que são aquelas cujo principal núcleo patrimonial e área de influência de desenrolam dentro dos limites do território de Lamego-Viseu. A segunda categoria corresponde às *Linhagens Secundárias*, ou seja, às famílias cujo principal núcleo patrimonial e área de influência se localizam fora desse espaço, mas que ainda assim constituíram um conjunto notável de bens dentro do território do nosso estudo, com alguma relevância para o percurso familiar. Por último, a terceira categoria engloba as *Linhagens Externas*, que são as que podem deter algum património dentro do espaço, mas sem qualquer significado relevante para o percurso da linhagem, e cuja ação se desenrolou quase exclusivamente fora deste espaço. Com estas divisões não deixam de existir dúvidas. Para as resolver é apenas uma questão de tentar encontrar um equilíbrio razoável entre os vários vetores, nomeadamente entre a origem e a implantação patrimonial em meados do século XIII, que quando são coincidentes, são de fácil resolução. O maior problema é quando apontam em direções opostas. Aí, devemos procurar outros indícios, seja o exercício de cargos de índole regional ou a geografia das alianças matrimoniais, procurando a partir destes optar por uma das três categorias. Posto isto, passemos aos resultados, partindo sempre do global para o particular.

O primeiro aspeto a considerar é a distribuição das linhagens pelas três formas de relacionamento com o território de Lamego-Viseu. Neste ponto, sendo a maioria das informações provenientes de uma fonte relativa ao espaço de análise não nos surpreende que a maioria das famílias se incluam na nobreza interna. Deste modo, das 64 famílias cuja classificação foi possível, 38 pertencem ao primeiro grupo, o que corresponde sensivelmente a 59%. Por sua vez, as *Linhagens Secundárias* e as *Linhagens Externas* contam com aproximadamente o mesmo número de famílias, com 12 e 14 respetivamente, ou seja, 19% e 22%.

Distribuição das Linhagens pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu

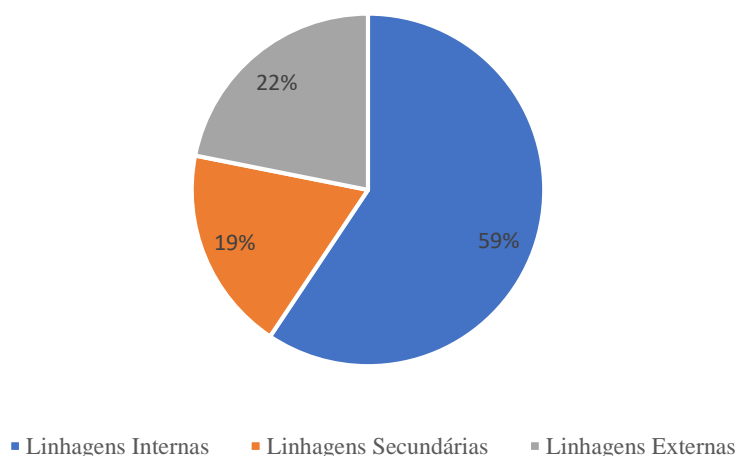


Gráfico 14 - Distribuição das Linhagens pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu

O segundo aspeto a considerar, bastante ilustrativo da realidade nobiliárquica no território de Lamego-Viseu, é a distribuição das linhagens pela *Nobreza de Corte* e pela *Nobreza Regional*. Como é possível verificar no gráfico seguinte, $\frac{3}{4}$ das famílias detetadas ao longo de todo o espaço de análise pertencem a uma nobreza regional e, portanto, de âmbito muito local, que na maioria dos casos apresenta uma mobilidade geográfica extremamente reduzida, normalmente circunscrita no máximo entre dois a três julgados. Isto significa que apenas $\frac{1}{4}$ das linhagens se insere nos meios cortesãos, o que ilustra bem a fraca ligação do território aos principais circuitos de poder.

Categorias das Famílias Nobres detetadas no Território de Lamego-Viseu

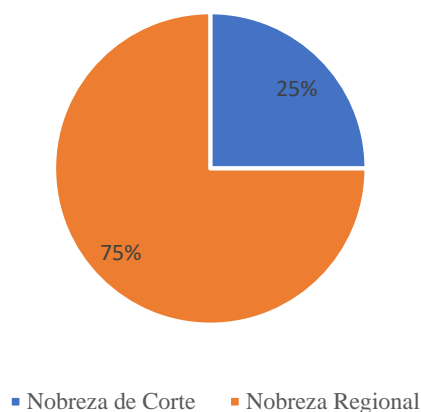


Gráfico 15 - Categorias das Famílias Nobres detetadas no Território de Lamego-Viseu

Posto isto, as assimetrias são ainda maiores se procedermos às mesmas análises, mas separadamente para os vários tipos de relacionamento com o território. Atente-se então ao gráfico seguinte, no qual é possível constatar uma grande oscilação de valores nas *Linhagens Internas*, entre a nobreza de corte e regional, e por sua vez, um grande equilíbrio no mesmo aspeto para as *Linhagens Secundárias* e *Externas*. Estes dados não só confirmam como parecem dar ainda mais força à ideia de um afastamento de Viseu e da Corte.

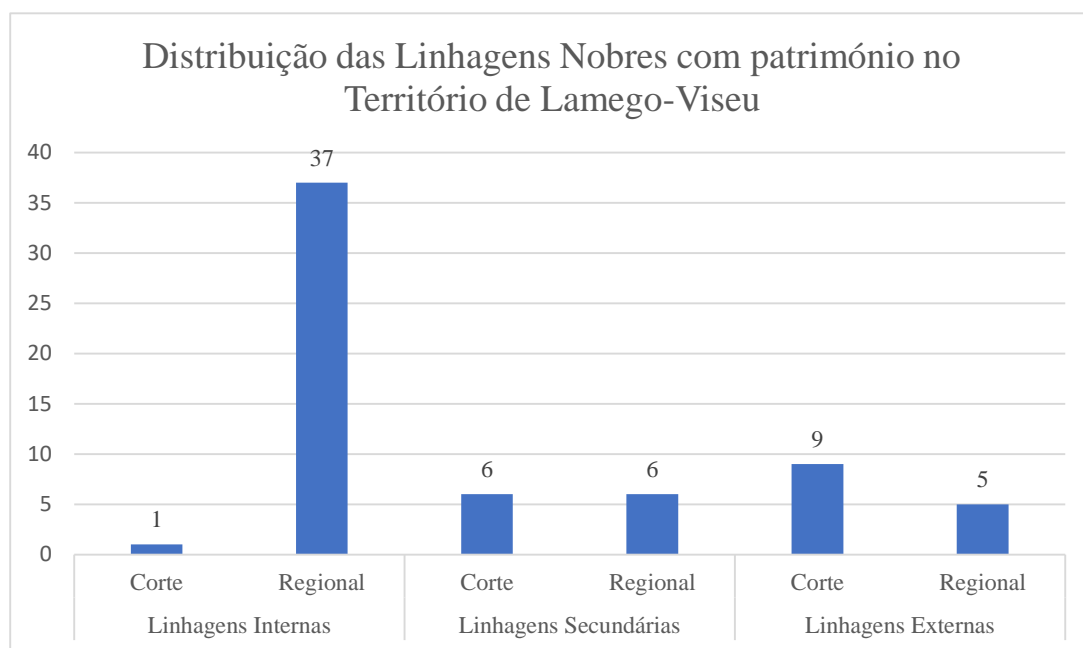


Gráfico 16 - Distribuição das Linhagens Nobres com património no Território de Lamego-Viseu

Se isolarmos então as *Linhagens Internas*, como se vê no gráfico seguinte, os resultados são extraordinariamente conclusivos. Em meados do século XIII, o espaço circunscrito entre o Douro e o Mondego acolhe uma nobreza de fortíssimo cunho regional. A única exceção à regra, ou seja, a única família com ligações à Corte cuja principal área de influência se mantém dentro do território de origem, são os de Lumiares, linhagem que, como já referimos, foi o único ramo dos Ribadouro que esteve próximo de alcançar o seu estatuto e prestígio. Verifica-se, portanto, uma nobreza regional com pelo menos 37 famílias (97% do total de *Linhagens Internas*), das quais, um número muito reduzido se pode considerar pertencente a uma subcategoria de média, o que significa que a esmagadora maioria corresponde à *Nobreza Regional Inferior*. Desta última, podemos destacar com toda a segurança os de Alvelos, Bezerra, Bigas, Boi Alvo, Calde, Cambar, Cantim, Chã, Ferreirim, Gondufe, Matela, Oleiros, Palaiol, Penongel, Ruvós, S.

Cosmade, Sarracins, Tabuadelo, Tonda, Travassos, Vaiões, Vilharigues e Viseu. Por sua vez, sem grande surpresa, as poucas famílias internas que se inserem numa nobreza regional média, têm todas elas ligações aos Ribadouro, seja por via direta ou por aliança matrimonial. São elas os Fonseca, Matos e Resende que naturalmente estão implantadas na área mais setentrional do território. Quer isto dizer que, embora exista alguma paridade na categoria interna da nobreza ao longo de todo o território de Lamego-Viseu, denota-se uma ligeira supremacia no Douro-Sul, devido sobretudo às origens das famílias.

Em suma, a nobreza interna caracteriza-se globalmente por um fortíssimo regionalismo e fracas ligações à Corte, contrariado apenas pela existência dos de Lumiares. Com efeito, a geografia da categoria da nobreza não se poderia alterar muito entre o Norte e o Sul embora, como acabamos de referir, haja indícios de um Entre Douro e Vouga qualitativamente superior. Acima de tudo, fica provado que o território de Lamego-Viseu é dominado transversalmente por uma nobreza de carácter regional, na maioria dos casos de condição inferior.

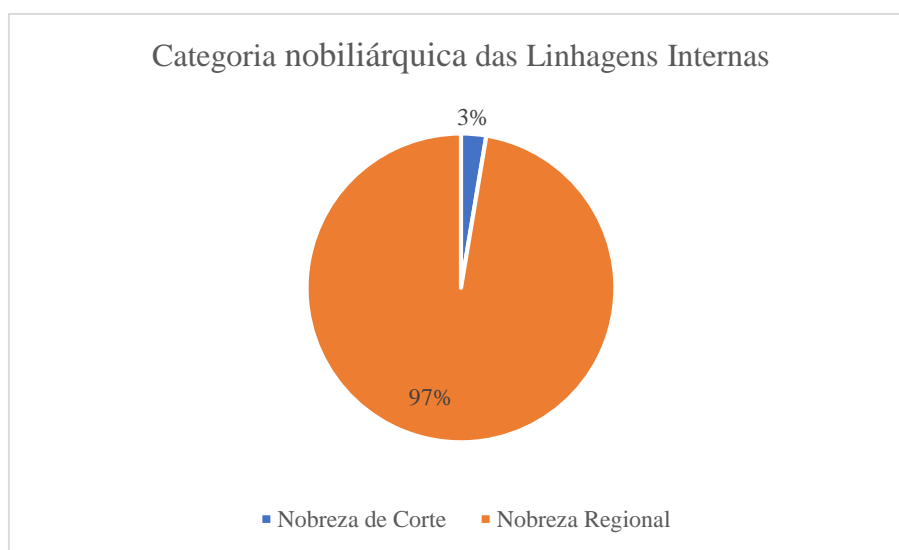


Gráfico 17 - Categoria nobiliárquica das Linhagens Internas

Por sua vez, as *Linhagens Secundárias*, contabilizadas em 12 famílias, dividem-se equitativamente entre a *Nobreza de Corte* e a *Nobreza Regional*. Não havendo muito a dizer sobre isto, fica assim demonstrado, não que a nobreza de corte pressupõe um certo afastamento de espaço (embora seja seguro adjetivar o território de periférico a esse circuito), mas sim o processo inverso, ou seja, que pertencer à Corte implica necessariamente algum tipo de aproximação geográfica aos locais onde esta se fixou, nomeadamente Santarém e Lisboa. Os Dade, linhagem oriunda de Viseu, são um bom

exemplo de uma família que, com o propósito de se inserir nos meios cortesãos, desloca-se para Santarém, acabando por abandonar a região de origem. De qualquer das formas, é possível encontrar famílias com a manutenção de um património considerável dentro de Lamego-Viseu (com um perfil secundário para o percurso da linhagem), mas que ainda assim se conseguem ligar à Corte, nomeadamente os de Paiva, Alvarenga e Tavares.

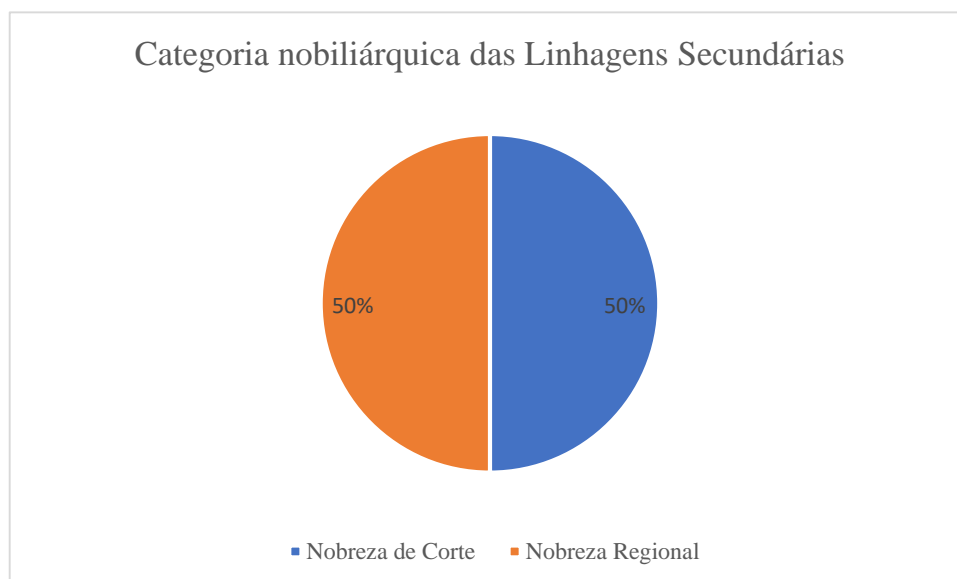


Gráfico 18 - Categoria nobiliárquica das Linhagens Secundárias

Por fim, quanto às *Linhagens Externas*, contabilizadas em 14 famílias, é possível verificar de imediato que a *Nobreza de Corte* (64%) ultrapassa a *Nobreza Regional* (36%). Estes dados não suscitam nenhuma conclusão nova, mas asseveram de forma determinante o afastamento gradual entre as duas esferas, ou seja, que à medida que nos afastamos do território de Lamego-Viseu, as ligações à Corte são maiores, ou pelo menos mais sólidas. Confirmamos assim não só o perfil eminentemente regional da aristocracia lameco-viseense, mas também uma tendência em encontrar a nobreza com ligações à Corte, localizada preferencialmente, fora do nosso espaço de análise. Talvez isto se justifique num plano meramente conjuntural, pelo carácter transitório tão próprio do território, entre o Norte-Sul e Litoral-Interior. O posicionamento meridional significa um afastamento da região das origens da nobreza e das terras recém-conquistadas do Algarve; e, simultaneamente, do litoral próximo da Corte e do Interior contíguo à fronteira com Castela. Por estes motivos, e pela ausência de um fator que atraísse a nobreza de Corte ao território de Lamego-Viseu, esta aristocracia parece sempre ter preferência pela implantação noutros espaços.

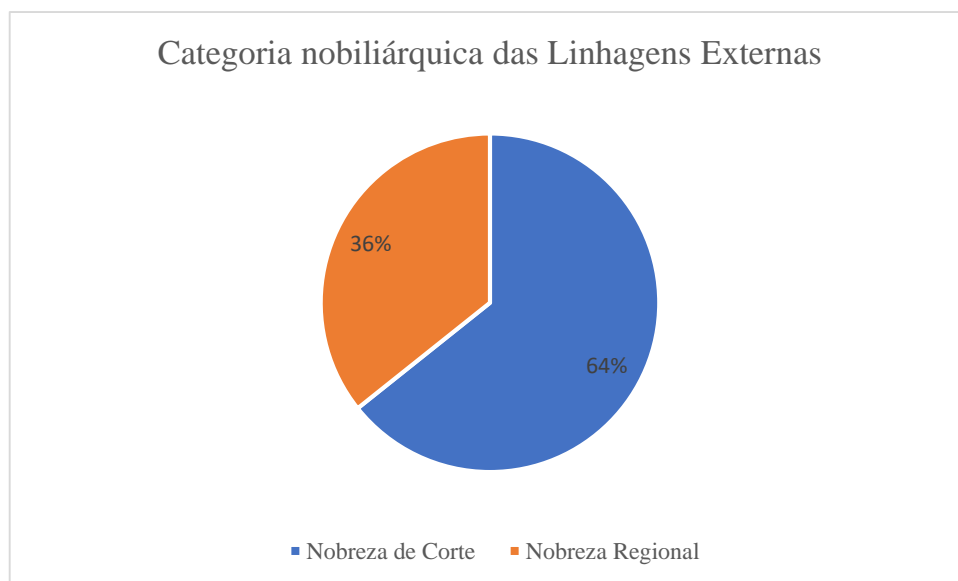


Gráfico 19 - Categoria nobiliárquica das Linhagens Externas

Posto tudo isto, deixamos aqui mais dois gráficos que demonstram a falta de interesse da *Nobreza da Corte* em ocupar o território de Lamego-Viseu, bem como, mais uma vez, o carácter eminentemente regional da nobreza enraizada no espaço. No primeiro, correspondente à distribuição da nobreza cortesã pelos três tipos de relacionamento com o território de Lamego-Viseu, 56% são *Linhagens Externas*, 38% são *Linhagens Secundárias*, e por último, apenas 6% são *Linhagens Internas*. Por outro lado, num movimento completamente oposto 77% das famílias da nobreza regional pertencem em primeiro lugar às *Linhagens Internas*, seguidas pelas *Linhagens Secundárias*, com 13%, e *Linhagens Externas*, com 10%.

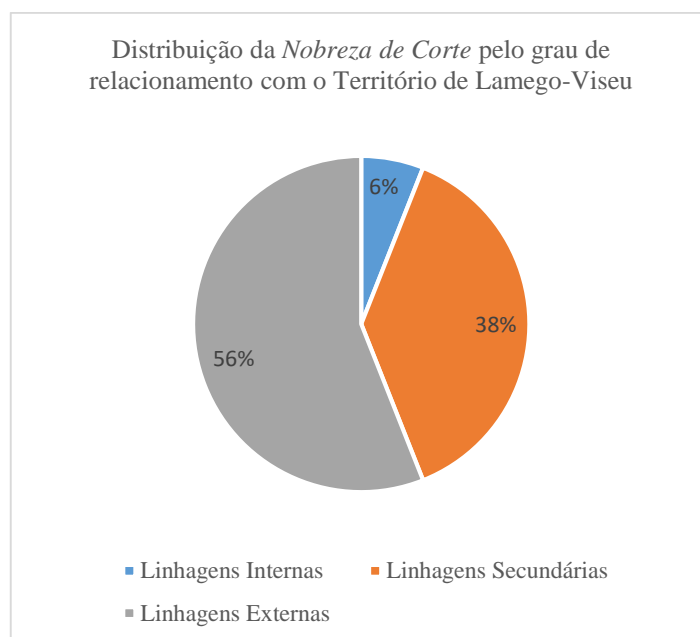


Gráfico 20 - Distribuição da Nobreza de Corte pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu

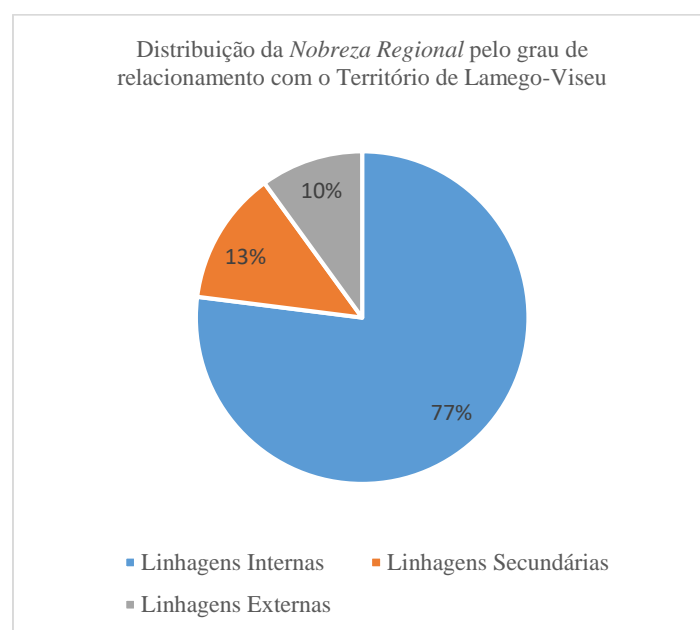


Gráfico 21 - Distribuição da Nobreza Regional pelo grau de relacionamento com o Território de Lamego-Viseu

Assim se caracteriza qualitativamente a nobreza encontrada no território de Lamego-Viseu em meados do século XIII: ordenada do Norte para Sul segundo uma lógica evidente de origem e antiguidade, mas, globalmente, caracterizada por partilharem o mesmo nível interno, independentemente da sua geografia, e portanto, com um forte cunho regional.

<u>CATEGORIAS (RELACIONAMENTO COM TERRITÓRIO)</u>					
<u>LINHAGENS INTERNAS</u>		<u>LINHAGENS SECUNDÁRIAS</u>		<u>LINHAGENS EXTERNAS</u>	
CORTE	REGIONAL	CORTE	REGIONAL	CORTE	REGIONAL
Lumiares	Almeida Alvelos Amaral Barreiros Bezerra Bigas Boi Alvo Calde Cambar Cantim Chã Ferreirim Ferreiros Fonseca Gondufe Matela Matos Oleiros Ortigosa Palaiol Penongel Pinho Portugal Rabelo Resende Ribeiro Ruvós <u>S.Cosmade</u> Sá Sarracins Tabuadelo Távora Tonda Travassos Vaiões Vilharigues Viseu	Alvarenga Baião Paiva Riba de Vizela Tavares Vinhãl	Cerveira Coreixas Gato Soverosa Tabuado Vale	Correia Cunha Dade Espinhel Espinho Farinha Melo Sousa Urgeses	Aguiar Alcoforado Bravães Góis Seabra

3.2.2. Percursos familiares

A presente parte do terceiro capítulo, como nos é indicado pelo próprio título, é inteiramente dedicada à reconstituição dos percursos familiares de uma parte considerável das linhagens detetadas no território de Lamego-Viseu. O principal objetivo é perceber os contornos das relações entre as famílias nobres e o espaço do nosso estudo, para deste modo as classificar como internas, secundárias ou externas. Pelo facto da referida categorização ser um elemento orientador e determinante da presente dissertação, optámos por organizar as famílias segundo essas mesmas categorias. Relembramos, que considerámos internas as famílias nobres cuja ação e principal núcleo patrimonial se desenrolou no espaço do nosso estudo; secundárias, aquelas cuja ação e principal núcleo patrimonial se desenvolveu noutras regiões, mas que ainda assim foi detentora de importante e numeroso património dentro dele; e externas, aquelas cuja ação se desenrolou quase exclusivamente fora do território de Lamego-Viseu, mas que ainda assim têm alguns bens, de pouca importância e sem nenhum significado particular, no nosso espaço.

Mas antes de prosseguirmos com a tarefa a que nos propusemos, serão necessários alguns esclarecimentos adicionais acerca dos critérios de análise, e sobretudo acerca da seleção, ou falta desta, das famílias a estudar. Começamos pelo primeiro.

Os critérios de análise, não acarretam qualquer pretensão de inovação, sendo elementares para a caracterização de qualquer percurso familiar. Refiro-me obviamente ao património e implantação geográfica, às alianças matrimoniais, e ao exercício de cargos, neste caso de índole regional. Por outro lado, como não podia deixar de ser, colocaremos também em evidência os laços toponímicos, ou seja, a existência de casos em que nobres aportaram um topónimo para o utilizar como identificativo, resultando muitas das vezes num elo indiscutível entre uma família e um espaço. Com base nestes quatro vetores, acreditamos ser possível reconstituir um quadro geral da nobreza no território, bem como dos comportamentos das respetivas famílias.

No que concerne à seleção das linhagens a estudar individualmente manifestamos que, num primeiro momento, sentimos várias dificuldades, pelo que devemos uma breve explicação. Deparados com um universo que se aproximava de uma centena de linhagens, oscilamos entre duas abordagens diferentes: ou estudar as famílias mais poderosas e conhecidas da nossa historiografia; ou, por outro lado, estudar aquelas acerca das quais se sabe muito pouco.

Qualquer uma das alternativas tinha os seus méritos, mas as duas tinham uma e a mesma grande desvantagem. O estudo quer de umas, quer de outras não resultaria num retrato fidedigno da nobreza medieval no território em estudo. Ao estudar o primeiro tipo ignoraríamos por completo uma “*fatia*” importante da nobreza detetada, e em retrospectiva, dominante do nosso espaço: a regional inferior, na qual reside porventura o maior número de novidades, embora também de incertezas. Por sua vez, ao estudar apenas este último grupo, estaríamos também a privar a nossa análise de uma componente importante: a presença da nobreza cortesã no espaço.

Consideramos também selecionar os casos mais interessantes, e que funcionassem de alguma forma como modelos da categoria que integravam. No entanto, a necessária análise de cada um dos casos conduziu-nos a conclusões demasiado importantes, ou no mínimo interessantes, para que pudessem ser ignoradas. A caracterização rigorosa da nobreza no espaço exigia que se determinasse quais as famílias que aí tinham tido o seu berço, ou a forma como aí se tinham estabelecido. Tornou-se, portanto, essencial o estudo de muitas linhagens que à partida seriam esquecidas, ou relegadas para segundo ou terceiro plano.

Deparados com um número considerável de famílias, algumas das quais bem conhecidas, tivemos muitas dúvidas de que de facto fôssemos capazes de contribuir de forma efetiva para o aprofundamento historiográfico de muitas destas linhagens. Para alguns destes casos, onde o nosso estudo não “*trazia*” qualquer novidade, e acerca das quais a relação com o território de Lamego-Viseu era clara e indiscutível, prescindimos da análise, até porque não se articularia com o volume de tempo razoável para uma dissertação de mestrado. Isso não significa, no entanto, que não sejam linhagens intimamente ligadas ao espaço do nosso estudo, como é seguramente o caso dos Paiva ou dos Lumiares. Relembramos por isso que as linhagens mais conhecidas que não abordamos²¹⁹ foram devidamente enquadradas nas análises anteriores.

Para as restantes procuramos ainda uma abordagem menos global, e orientada exclusivamente para responder a uma série de questões: que tipo de influência exerceu a linhagem no território em estudo? E quantas delas tiveram naquele espaço a sua origem? E ainda a questão inversa, qual a importância do território para o percurso da linhagem?

Esta perspetiva menos global, e orientada para responder a algumas questões mais simples, permitia-nos estudar um grande número de famílias. Sentimos por isso, que esta

²¹⁹ Pelos motivos apresentados optámos então por não estudar os Alvarenga, Baião, Bezerra, Cunha, Ferreirim, Fonseca, Gato, Góis-Farinha, Lumiares, Paiva, Resende, Riba de Vizela, Sousa e Vinhal.

abordagem seria a opção mais viável para nos aproximarmos o mais possível da concretização dos objetivos da dissertação.

Após todo este processo, contabilizamos o número total de 84 famílias detentoras de bens no território de Lamego-Viseu, das quais 35, por motivos de diversa ordem, não foram alvo de qualquer tipo de análise. Além das que referimos anteriormente, as dos Riba Douro e dos Quartela encontravam-se já extintas há altura das *Inquirições de 1258*. A ausência da sua apreciação não implica, no entanto, que não tenham sido determinantes nos destinos da região. Aliás, no primeiro caso, como observamos anteriormente, os de Riba Douro dividiram-se num número de linhagens secundárias particularmente volumoso e preponderante no nosso espaço, quer pelo exercício de cargos governativos como pela posse de extenso património, das quais podemos destacar os Lumiares, os Fonseca ou os Ferreirim. O mesmo se terá passado em relação aos Resende e aos Cerveira, ramos conhecidos da *linhagem-mãe* dos Baiões.

Para tantas outras, nomeadamente os de Albuquerque²²⁰, Albugia, Dálvares, Bofinho²²¹, Ferreira, Figueiredo²²², Freire, Granja, Milheiro, Moreira, Pacheco, Porcalho, Sardinha, Sequeiros, Soutelo, Valbom, Veiros e Vouga, a quantidade de dados que dispomos não justificavam, nem suscitavam qualquer tipo de comentários ou conclusões. Não obstante, o património detido por estas linhagens é igualmente contemplado nas tabelas em anexo.

²²⁰ Apesar de bem estudada, e de ser bem conhecida da nossa historiografia, a posse de uma única herdade pelos filhos de Afonso Teles de Albuquerque, no julgado de Lafões, não justificava uma análise do percurso da linhagem.

²²¹ Não estamos certos que esta alcunha tenha dado origem a um ramo secundário dos Baiões. No entanto, tudo aponta para que, tendo desaparecido em meados da centúria de duzentos, sejam descendentes dos Azevedo (esses sim, ramo dos Baiões), e que tenham dado origem aos de Gondufe, contemplados na nossa análise.

²²² A linhagem de Figueiredo é um caso particularmente confuso. Por diversas razões é muito difícil determinar as suas origens, ou traçar o seu percurso. Das *Inquirições de 1258* sabemos apenas que dois irmãos, Soeiro e Egas Martins de Figueiredo, estão na posse de ¼ de uma cavalaria no julgado de Viseu (*PMH-Inq.* 844a). Em 1288 aparece-nos Martim Peres como testemunha no julgado de Figueiredo de Rei; Vasco Esteves como detentor de 1 quintã na aldeia de Figueiredo, na paróquia de Santiago do Ul e julgado da Feira da Terra de Santa Maria; e finalmente Lourenço Gomes como testemunha, novamente em Viseu (*PMH-NOVA SÉRIE*, Vol. IV/2, p. 362; 328-329; 537). Por sua vez, a tradição e a lenda, ditam que esta família é oriunda de Figueiredo das Donas, em Lafões (ZUQUETE, Afonso Martins (dir.) – *Armorial Lusitano: Genealogia Heráldica*. Lisboa: Edições Zairol, 2000. ISBN 972-936-2-24-6. p. 494), enquanto que Manuel Abranches de Soveral, conhecedor desta linhagem propõe a origem dos Figueiredo da Beira nos galegos Figueiroa, ou até nos Alvelos, posicionando-a em Figueiredo de Alva, onde Vasco Esteves de Figueiredo surge documentado nas *Inquirições de 1307* como senhor (SOVERAL, Manuel Abranches de – *Ascendências Viseenses: Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*. Porto: Edição de autor, 2004. ISBN 972-97430-6-1. Vol. I, p. 124-126). Esta dispersão geográfica e a existência de numerosos topónimos iguais, torna a análise da família muito difusa e pouco concreta, e até possível a existência de várias famílias nobres com este apelido.

Em suma, das 49 famílias que escolhemos estudar, algumas análises serão necessariamente breves. Apesar dos dados permitirem conclusões interessantes, continuam a ser insuficientes para que se possa proceder a uma descrição detalhada dos respetivos percursos.

Independentemente da profundidade das apreciações e reconstituições, estamos convictos que 58% das linhagens representa uma boa amostragem. Amostragem que ganha ainda maior significado, se repararmos que este valor corresponde a uma grande percentagem da totalidade dos bens na posse da nobreza²²³.

Importa ainda referir que algumas das linhagens, e dos apelidos, que nos propomos estudar podem eventualmente não ter chegado a afirmar-se como tal. É muito possível que grande número dos “*nomes*” encontrados não tenha passado de “alcunhas ou meros identificativos de proveniência geográfica”²²⁴. Nalguns casos nem sequer temos conhecimento da existência de gerações seguintes que tenham adotado o mesmo apelido. Não obstante, a análise de alguns destes pareceu-nos pertinente. Independentemente de saber se esses apelativos persistiram e sobreviveram nas gerações seguintes ou não, o que sabemos com toda a certeza, é que pelo menos por um curto período de tempo, algum elemento nobre utilizou esse nome para se designar, deixando uma marca no espaço do nosso estudo e, portanto, na nossa documentação. Além disso, também não é de todo impossível que esses designativos tenham de facto sobrevivido por uma ou duas gerações. Algumas dessas linhagens podem muito bem ser segmentações de segmentações de famílias nobres mais poderosas, e que por alguma razão se fixaram no nosso espaço e adotaram o respetivo topónimo como identificativo. Por estas razões, muitos destes casos foram também abordados no nosso estudo, salvaguardando que para muitos deles, as conclusões abundam no campo do hipotético.

Neste texto introdutório não pretendemos justificar o carácter exaustivo, e por vezes repetitivo, das análises. Tentamos apenas clarificar o porquê das nossas escolhas, que no fim resultaram muito mais de um conjunto de necessidades do que de um capricho.

Terminadas as considerações iniciais, impõe-se também a necessidade de expor uma análise meramente quantitativa dos dados, bem ilustrativa de algumas limitações e dificuldades. Dos 209 elementos nobres com bens no território de Lamego-Viseu, não

²²³ Para o tratamento estatístico, tivemos forçosamente que ignorar as diferenças óbvias entre as várias tipologias patrimoniais. Sabemos bem que a posse de 1 quintã é qualitativamente superior à posse de 1 casal, bouça ou leira. No entanto, estes aspetos dificultariam, senão mesmo impossibilitariam, este tipo de análise.

²²⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 155.

fomos capazes de identificar a que linhagem pertenciam 62 indivíduos, o que corresponde aproximadamente a 30% do número total. Temos bem presente que este valor é significativo e, portanto, prejudicial para as nossas conclusões. Porém, essa porção dos dados foi devidamente enquadrada nos capítulos anteriores, onde a sua pertinência era maior, e a sua inclusão possível. Em relação aos 147 indivíduos identificados com um apelido, estes distribuíram-se de forma irregular pelas várias linhagens. Por exemplo, para os de Alvarenga temos 6 indivíduos, enquanto que para os de Viseu temos apenas 1. Quanto a isto é significativo o facto de 60% das linhagens só terem 1 indivíduo documentado com bens no território de Lamego-Viseu; 20% terem dois; e também 20% terem três ou mais. Nem por isso existe uma relação direta entre o número de indivíduos e a quantidade de bens. Exemplo disso mesmo é o facto de Martim Gil de Coreixas, único representante da sua linhagem, ser detentor de um extenso património no julgado de S. Salvador, enquanto que por outro lado, várias famílias representadas por três ou mais indivíduos, surgem com um património muito residual, como será o caso, a título de exemplo, dos de Cantim.

Passemos então à reconstituição dos **Percursos Familiares**, ordenados segundo as categorias definidas. Nos casos em que nos pareceu mais útil apresentamos também os esquemas genealógicos e a reconstituição cartográfica dos bens de cada família.

3.2.2.1. Linhagens Internas

3.2.2.1.1. Almeida

Apesar das várias teorias sobre a origem desta linhagem nobre²²⁵, aquela que nos parece mais provável, estando de acordo com as informações encontradas nas *Inquirições de 1258*, é de que o primeiro Almeida documentado, João Fernandes de Almeida, descendeu do cavaleiro-vilão Fernão Canelas. O facto da vila de Pinheiro, no julgado de Azurara, ter sido comprada pelo vilão durante o reinado de D. Sancho I, e à altura dos inquéritos régios, se encontrar na posse dos filhos de João Fernandes²²⁶, vem corroborar essa mesma filiação.

De facto, esta linhagem aparenta ter uma forte implantação no espaço do nosso estudo, e as evidências toponímicas estreitam ainda mais a relação entre a família e o território de Lamego-Viseu. Fernão Canelas, aparece pela primeira vez no espaço através de uma série de compras datadas entre o final do reinado de D. Sancho I e o início do seguinte. Uma dessas aquisições é precisamente a vila de Canelas no julgado de Azurara²²⁷ (fr. Quintela de Azurara; c. Mangualde). De resto, aparece a comprar duas herdades²²⁸ e 1/5 de uma fogueira no julgado vizinho de Penalva do Castelo²²⁹; e a já referida vila de Pinheiro. Ao que tudo indica, este cavaleiro-vilão não tinha qualquer património na região antes das referidas compras, e aparenta por isso uma vontade inabalável de penetrar o espaço para aí se fixar na condição de senhor. Atente-se também para o facto de que o património que se pode considerar mais importante, ou relevante, as *villae*, se localizam invariavelmente no julgado de Azurara. Por este dado, parece legítimo afirmar que o principal polo patrimonial da linhagem a que deu origem, os

²²⁵ Alguns autores, nomeadamente Rui Mendes da Silva, acreditavam que a família dos Almeida descendia de Paio Guterres, sogro de Egas Moniz de Riba Douro. Outros atribuíram a origem da linhagem a Paio Amado, valido do conde D. Henriques. No entanto, estas hipóteses foram solidamente refutadas e descredibilizadas pela historiografia posterior, de forma que a hipótese mais verosímil, e ainda assim sem certezas, é que de facto, o cavaleiro-vilão Fernão Canelas foi o progenitor dos Almeidas, como aliás tentamos demonstrar (ELCB, Vol. I, p. 1359-1360.)

²²⁶ *PMH-Inq.* 808b.

²²⁷ *PMH-Inq.* 809a.

²²⁸ Não existe concordância nos testemunhos sobre a compra de uma destas herdades. O primeiro, afirma que a aquisição da herdade de Miusela remonta ao reinado de Sancho I (“*F. Canelas, comparavit ipsam hereditatem de Matela tempore Domini Regis Sancii Veteris*” – *PMH-Inq.* 804a). No segundo depoimento, já somos informados que a compra é do reinado de D. Afonso II (“*et comparavit F. Canelas eam tempore Domini Regis Alfonsi, patris istius Regis*” – *PMH-Inq.* 804b). Acreditamos, portanto, que esta compra tenha sido efetuada algures entre 1210-1212, período de transição de um rei para o outro.

²²⁹ *PMH-Inq.* 802a/b; 804b; 804b.

Almeida, se localizaria nesse mesmo julgado, não deixando de deter algumas propriedades esporádicas fora dos seus limites, embora sempre junto a eles.

João Fernandes de Almeida, possível filho do dito Fernão Canelas aparece como fundador da vila de Almeida²³⁰, mais uma vez no julgado de Azurara, reforçando novamente os laços toponímicos com o território de Lamego-Viseu. Em 1258, tendo em conta que o património tanto fundado como comprado já se encontrava na posse dos seus filhos, e que a sua mulher já estava casada com outro homem, é muito provável que João Fernandes tivesse morrido antes dos inquéritos régios. Sabemos, portanto, que nesse ano os filhos do primeiro Almeida documentado, dos quais sabemos apenas o nome de um deles - Estevão Anes – tinham a vila de Almeida²³¹ e a vila de Pinheiro²³².

Estevão Anes de Almeida, além do património herdado de seu pai, aparece ainda como detentor de ¼ de uma cavalaria em Freixiosa Alta, no julgado de Azurara²³³ (fr. Freixiosa; c. Mangualde), e de 1 casal em Calde, no julgado vizinho de Viseu²³⁴ (fr. Calde; c. Viseu). Como é possível verificar, além de dilatar o património da linhagem no “berço” de origem, expande-se para outro julgado. Não obstante, hesitamos em atribuir algum significado especial a esta deslocação, pois aparenta ser um caso isolado sem grande importância.

Ora, é muito possível que na segunda metade do século XIV, a linhagem tenha sofrido alguma deslocação para leste, pelo facto de Lourenço Anes de Almeida (provavelmente bisneto de Fernão Canelas), surgir como alcaide-mor de Linhares e Castelo Mendo, por mercê de D. Fernando²³⁵.

Desta análise foi possível retirar várias conclusões. Em primeiro lugar, que deve existir de facto alguma relação de parentesco entre Fernão Canelas e João Fernandes de Almeida. Em segundo, que a ação de Fernão Canelas, que se esforçou por formar um polo patrimonial coeso nas terras de Azurara, foi determinante para o nascimento e fixação da linhagem dos Almeida naquele espaço. Em terceiro lugar, e tendo em conta as conclusões atrás enunciadas, o período de fixação e nascimento dos Almeida no território de Lamego-Viseu deve ser balizado entre o final do século XII e os inícios do século XIII

²³⁰ *PMH-Inq.* 807a/b.

²³¹ A vila de Almeida era partilhada pelos filhos de João Fernandes, mas também de Martim Lourenço, marido da viúva do primeiro (*PMH-Inq.* 807b).

²³² *PMH-Inq.* 808b.

²³³ *PMH-Inq.* 807a.

²³⁴ Além de sabermos que o casal pertence ao nosso Estevão Anes e a João Peres Farinha, o podre, somos também informados que o casal tinha sido comprado por Gonçalo Viegas de Ferreirim (*PMH-Inq.* 881b).

²³⁵ ELCB, Vol. I, p.1360.

Em suma, além de se tratar de uma linhagem cujo “berço” é precisamente dentro do nosso espaço, em meados do século XIII tinham nesse território uma forte implantação patrimonial, podendo então ser categorizados, segundo os nossos critérios, como uma linhagem interna. Os Almeida inseriam-se, portanto, na nobreza regional, e o seu maior espaço de influência era incontestavelmente o julgado de Azurara.

3.2.2.1.2. Alvelos

Tendo em conta a evidente concentração de bens da linhagem em torno de Lamego, e em especial na freguesia da Sé (na qual existe a pequena povoação de Alvelos) parece-nos lógico que esta família seja autóctone daquele espaço, donde é possível que tenha retirado o apelido.

Com base nas *Inquirições de 1258*, ficamos a saber que os filhos de João Fernandes de Alvelos herdaram 1 casal em Magueija²³⁶ (Fr. Magueija; c. Lamego); 1 herdade em Alvelos²³⁷ (fr. Sé; c. Lamego); e outros bens em Figueira²³⁸ (fr. Figueira; c. Lamego). Por sua vez, Sebastião, Miguel Martins, Pero Fernandes e Martim Viegas de Alvelos partilharam a posse de ½ fogueira em Balsemão²³⁹ (fr. Sé; c. Lamego), onde Estevão Touro de Alvelos era também detentor de 1 vinha²⁴⁰.

De acordo com a mesma fonte, um cavaleiro identificado com Martim Anes de Souto era também detentor de um vasto conjunto de bens em Lamego, que incluía casas²⁴¹, herdades²⁴², linhares²⁴³, soutos²⁴⁴ e até moinhos²⁴⁵. Não é de todo impossível que se tratasse efetivamente de Martim Anes de Alvelos, alcaide da Covilhã, que em 1288, tendo já falecido, é referido como antigo proprietário da quintã de Calvelhe, no lugar de Souto²⁴⁶ (fr. Sé; c. Lamego). Não cremos, no entanto, que o apelativo que surge a usar em 1258 se tenha transformado num verdadeiro apelido.

²³⁶ *PMH-Inq.* 1057b.

²³⁷ *PMH-Inq.* 1058a.

²³⁸ *PMH-Inq.* 1067b-1068a.

²³⁹ *PMH-Inq.* 1023a.

²⁴⁰ *PMH-Inq.* 932a.

²⁴¹ *PMH-Inq.* 1044b.

²⁴² *PMH-Inq.* 1060a.

²⁴³ *PMH-Inq.* 1044b.

²⁴⁴ *PMH-Inq.* 1060a.

²⁴⁵ *PMH-Inq.* 1060b.

²⁴⁶ *PMH-Inq.* 1069a.

Parece então haver uma forte ligação ao Douro-Sul, onde se deve ter localizado o principal núcleo patrimonial da família. De qualquer das formas, a implantação em Lamego não impediu algumas deslocações para outros territórios, no âmbito de percursos individuais. Além de Martim Anes ter desempenhado uma importante função de defesa na Beira Interior, o supracitado João Fernandes foi também detentor de património em S. Pedro do Sul²⁴⁷ e Castro Daire²⁴⁸.

Já durante o reinado de D. Dinis, D. Vasco Martins de Alvelos governou a diocese de Lamego entre 1297 e 1302, evidenciando não só a ligação ao espaço²⁴⁹, mas também que esse vínculo atravessou o reinado do Bolonhês pelo menos até ao início do século XIV.

Resumidamente, tudo aponta para que os Alvelos sejam naturais da margem esquerda do Douro, mais concretamente de Lamego, onde revelam uma grande concentração de bens durante o reinado de D. Afonso III e de D. Dinis. Como tal, são classificados como uma linhagem interna.

3.2.2.1.3. Amaral

Também sobre esta família persistiram algumas dúvidas quanto à origem. Dúvidas estas alimentadas pela existência de duas povoações com o nome de Amaral, uma na região de Barcelos e outra em S. Pedro do Sul²⁵⁰. No entanto, os testemunhos das *Inquirições de 1258* não deixam grandes margens para dúvidas, e permitem atribuir um “berço” beirão à família em análise. Ao verificar uma concentração de bens nos julgados do Sul e Lafões, onde é possível encontrar a vila de Amaral, torna-se por demais evidente que a linhagem teve aí a sua génese.

A partir das breves referências nos *Livros de Linhagens* conseguimos avançar pouco sobre a família, sendo apenas possível estabelecer algumas relações de parentesco entre os vários elementos mencionados, como aliás fica ilustrado no esquema genealógico que se segue.

²⁴⁷ *PMH-Inq.* 932a.

²⁴⁸ *PMH-Inq.* 933a.

²⁴⁹ BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. ISBN 972-31-0872-0. Vol. 2, p. 1087 (Doravante indicaremos a obra como: BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), p.).

²⁵⁰ ELCB, Vol. I, p.1603.

Afonso Hermiges de Amaral²⁵¹, elemento mais antigo documentado, aparece então a usurpar 1 souto em Lourosa, no julgado do Sul²⁵² (fr. Sul; c. S. Pedro do Sul); a comprar 2 herdades em Covas do Monte, no julgado de Lafões²⁵³ (fr. Covas do Rio; c. S. Pedro do Sul); e ainda na posse de 1 casal (desconhecemos o modo de aquisição) em Rompecilha, novamente no julgado do Sul²⁵⁴ (fr. S. Martinho das Moitas; c. S. Pedro do Sul). É importante salientar que em 1258, ano das inquirições, pelo menos três destes bens, excluindo o souto, pertenciam já aos seus netos.

O facto de não haver nenhum indício de que Afonso Hermiges tenha herdado algum património naquele espaço, sendo que um deles é usurpado e outros dois comprados, torna possível que se atribua a esta figura um papel primacial na fundação e fixação da linhagem naquele espaço.

O elemento seguinte de que temos notícia é Martim Afonso de Amaral, provavelmente filho de Afonso Hermiges, também ele referido no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* a propósito do casamento entre a sua filha, Margarida Martins, com Gonçalo Rodrigues Moreira²⁵⁵. Nas inquirições aparece a usurpar 1 herdade em Mamouros, no julgado vizinho de Alva²⁵⁶ (fr. Mamouros; c. Castro Daire); a receber por emprazamento da Ordem do Hospital 1 casal em Pindelo dos Milagres, no julgado de Lafões²⁵⁷ (fr. Pindelo dos Milagres; c. S. Pedro do Sul); e ainda na posse de outro casal, no mesmo julgado, em Nespereira²⁵⁸ (fr. Nespereira; c. S. Pedro do Sul). Daqui resulta que a linhagem dos Amaral, através de Martim Anes procurou alargar o património da família sem que se possa falar de um afastamento significativo do julgado de origem. Em boa verdade, as recentes aquisições não contradizem uma fixação na zona meridional do território de Lamego-Viseu, nem que esse espaço seja o seu principal polo de atração.

Outro elemento que reforça a ligação entre a família e o espaço de que agora falamos, é o facto de a filha de Lourenço Martins do Amaral²⁵⁹, neta de Martim Afonso,

²⁵¹ Afonso Hermiges do Amaral é referido no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* a propósito do casamento de sua filha, Teresa Afonso, com Estevão Anes da Covilhã (LL67A1).

²⁵² PMH-Inq. 923a.

²⁵³ PMH-Inq. 927a/b.

²⁵⁴ PMH-Inq. 924a.

²⁵⁵ LL62J10

²⁵⁶ PMH-Inq. 930b.

²⁵⁷ PMH-Inq. 932a.

²⁵⁸ PMH-Inq. 893b.

²⁵⁹ Quanto a este elemento não temos qualquer referência nos *Livros de Linhagens*. No entanto o seu parentesco com Martim Afonso é confirmado pelo texto das Inquirições – “Laurencio Martini filio Donno Martini Alfonsi de Amaral” (PMH-Inq. 924a).

ter sido criada por dois irmãos, João Peres e Pero Peres, na vila de Macieira²⁶⁰, precisamente no julgado do Sul. Por este dado, parece evidente que, apesar de Martim Anes ter procurado adquirir património fora do seu espaço de origem, duas gerações depois, a linhagem continua fortemente implantada naquele espaço.

O último elemento da família de que as inquirições nos informa é D. Toda de Amaral. Figura esta muito mal documentada, à qual não nos é possível atribuir um lugar no esquema genealógico. Não obstante, D. Toda surge a comprar, com os cavaleiros Pero Gonçalves de Vale e Fernão Ribeira, 1 herdade da cavalaria de Lustosa no julgado de Lafões²⁶¹ (fr. Ribafeita; c. Viseu).

No início do século XIV, os Amaral aparecem ainda ligados ao mesmo espaço. O cavaleiro João Lourenço de Amaral, filho de Lourenço Martins, figura como testemunha numa procuração passada por Martim Mendes Rebotim à sua mãe, para que esta fizesse um escambo com D. Dinis²⁶². Nesse documento, o nobre entrega ao rei um herdamento no julgado do Sul. Apesar de ténue, a ligação existe, e pode acarretar algum significado.

Por fim, a confirmação categórica do vínculo duradouro que parece haver entre esta família e o território em análise, e porventura sinal de uma possível ascensão da linhagem, é a ocupação, por Luís Gonçalves de Amaral, já em pleno século XV, da cátedra episcopal de Lamego (1426-1430) e Viseu (1430-1439)²⁶³. Sublinhe-se que este mesmo indivíduo deveria ter algum mérito junto do monarca D. Duarte, pois seria nomeado, a 18 de Novembro de 1435, como embaixador régio no Concílio de Basileia, juntando-se a uma comitiva constituída por D. Antão Martins de Chaves, bispo do Porto (1424-1447), e pelo Doutor Diogo Afonso Mangancha, conselheiro do rei, que viria posteriormente a ocupar o cargo de chanceler-mor²⁶⁴, entre outros.

Em suma, a linhagem dos Amaral é uma linhagem interna de origem, sem ligações à corte até ao reinado dionisino²⁶⁵, e que antes e durante o reinado do *Bolonhês*, e possivelmente até meados do século XV, parece ter mantido uma estreita relação com o território. Todas as evidências apontam para o que seu principal polo patrimonial se tenha

²⁶⁰ “*Johannes Petri et Petrus Petri ambo fratres creant (...) filia de Laurencio Martini*” – PMH-Inq. 924a.

²⁶¹ PMH-Inq. 882a.

²⁶² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 448.

²⁶³ SARAIVA, Anísio Miguel (coord.) - *Monumentos de Escrita: 400 Anos da História da Sé e da Cidade de Viseu (1230- 1639). Roteiro da exposição (17 de Novembro de 2007 a 17 de Fevereiro de 2008)*. Viseu: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. p. 107

²⁶⁴ FERNANDES, Hermenegildo (coord.) - *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. ISBN 978-989-671-144-3. p. 518.

²⁶⁵ Como aponta José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Vasco Lourenço do Amaral, filho de Lourenço Martins, representou a estreia da sua linhagem nos meios cortesãos (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 532).

desenvolvido em torno do julgado do Sul, com algumas incursões esporádicas para julgados vizinhos.

FONTE: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro
PMH - Inq. 924a

LINHAGEM DOS AMARAL

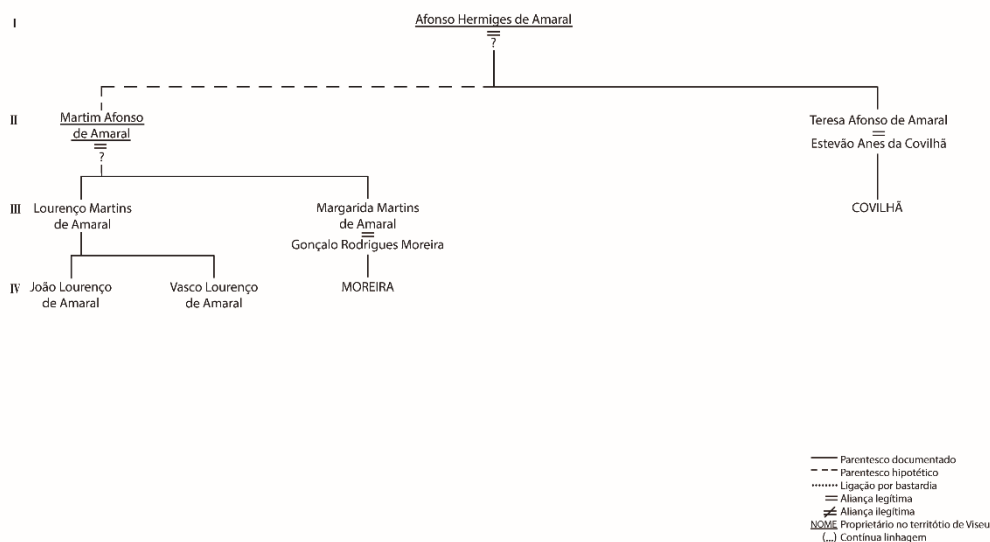


Figura 1 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Amaral

3.2.2.1.4. Azevedo - Bofinho - Gondufe

A designação “*de Gondufe*” é daqueles casos que não temos certezas se chegou efetivamente a transformar-se num apelido, ou se serviu apenas para identificar um cavaleiro. Importa por isso apresentar o indivíduo que o utilizou.

Nas *Inquirições de 1258*, Gonçalo Gonçalves de Gondufe aparece documentado como proprietário de 1 herdade no julgado de Senhorim²⁶⁶, e de outra no julgado vizinho de Azurara, precisamente em Gondufe²⁶⁷, que fora detida anteriormente por Rui Mendes Bofinho, identificado como seu antecessor (“*Rodericus Bafio, antecessor de Gunsalvo Gunsalvi*”)²⁶⁸. Ora, sobre este último é possível saber um pouco mais.

²⁶⁶ PMH-Inq. 812b.

²⁶⁷ PMH-Inq. 812a.

²⁶⁸ PMH-Inq. 813b.

Com base no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, somos informados que Mem Pais Bofinho é filho de Paio Godins de Azevedo²⁶⁹. Apesar da mesma fonte só lhe apontar um filho, cremos que teve pelo menos um segundo, o supracitado Rui Mendes Bofinho, assim documentado em 1258, por ter possuído no tempo de D. Afonso III alguns bens no julgado de Senhorim²⁷⁰, nomeadamente o padroado da igreja de Santa Maria. Saliente-se ainda que é muito possível que Mem Pais Bofinho tenha sido tenente da terra de Azurara²⁷¹, reforçando a nossa crença de que os *Bofinhos*, e consequentemente os Gondufe, estavam ligados à região do nosso estudo.

Desta forma, os de Gondufe são um ramo colateral dos Azevedo, e consequentemente descendentes dos Baiões. Tendo em conta a existência da freguesia de Gondufe (c. Ponte de Lima), numa região próxima da zona dominada pelos Azevedo (faixa litoral entre os rios Ave e Lima)²⁷², a suposição mais lógica seria a de que Gonçalo Gonçalves teria aportado o apelativo daquele espaço. No entanto, pelo facto dos *Bofinhos* – antepassados mais próximos - terem alguma tradição no território de Lamego-Viseu, e pela posse de património na povoação de Gondufe (fr. Espinho; c. Mangualde), parece mais provável que tenham tido a sua origem no julgado de Azurara.

Em suma, não possuímos qualquer dado que confirme se o apelativo Gondufe foi transmitido a gerações posteriores a Gonçalo Gonçalves. Mas, de qualquer das formas, a ter sido uma linhagem, estamos certos de que foi autóctone do território em estudo, onde estaria localizado o seu principal polo de influência.

3.2.2.1.5. Barreiros

A linhagem dos Barreiros, omissa dos *Livros de Linhagens*, provém muito provavelmente da paróquia homónima, no julgado de Viseu (fr. Barreiros; c. Viseu) onde detêm o direito de padroado dessa mesma igreja²⁷³. Na verdade, sabemos que os cavaleiros Martim Fernandes e Garcia Fernandes de Barreiros possuíram o referido direito de padroado da igreja de Santa Maria de Barreiros, no julgado de Viseu²⁷⁴ (fr. Barreiros; c. Viseu). O mesmo Garcia Fernandes aparece ainda deslocado do espaço que

²⁶⁹ LL52A2

²⁷⁰ PMH-Inq. 812a.

²⁷¹ “de populatione terre de Menendo Bofio” – PMH-Inq. 812b.

²⁷² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 547.

²⁷³ Alertamos para o facto da posse de 2 leiras em Barreiros, no julgado de Sanfins (fr. Santiago de Piães; c. Cinfães) levantar algumas dúvidas quanto a esta asserção.

²⁷⁴ PMH-Inq. 847b.

acreditamos ser a sua origem, na posse partilhada de 1 souto, com João Gonçalves de Tavoado, em Mourelos no julgado de Tendais²⁷⁵ (Fr. Tendais; c. Cinfães).

Outro elemento da linhagem que surge na nossa documentação é o cavaleiro Egas Valdemiro de Barreiros, homem de D. Sancha Lopes de Baião, que compra 3 herdades no lugar de Souto²⁷⁶ (fr. Nespereira; c. Cinfães); 2 leiras em Barreiros²⁷⁷ (fr. Santiago de Piães; c. Cinfães); e 1 bouça em Seixas²⁷⁸ (fr. Santiago de Piães; c. Cinfães), no julgado de Sanfins.

Posto isto, será possível que a relação de vassalidade entre Egas Valdemiro e D. Sancha Lopes fosse transversal a toda linhagem, ligando assim os Barreiros aos Baiões? Se assim for, talvez seja este o elo que justifica uma hipotética migração da família em análise para o Douro-Sul, onde os Baiões se encontravam bem estabelecidos.

Assim sendo, é provável que em meados da centúria de duzentos, o cavaleiro Egas Valdemiro de Barreiros tenha tentado deslocar o núcleo patrimonial da linhagem para uma área menos municipalizada. Se de facto foi isso que aconteceu desconhecemos se teve, ou não, sucesso.

Outra hipótese, não impeditiva da anterior, é de que a família em questão teve de facto dois polos patrimoniais dentro do território de Lamego-Viseu; o primeiro em Viseu, onde devem ter aparecido inicialmente; e o segundo na região do Tâmega.

Por fim, o cavaleiro João Barreiros²⁷⁹ comprou 2 leiras em Lage, no julgado de Lafões²⁸⁰ (fr. Fataunços; c. Vouzela). Este dado por si só não nos permite avançar mais na análise.

Apesar de exercerem alguma influência no território, não é fácil identificar a principal área de implantação da família. Não obstante a nossa crença numa origem no julgado de Viseu, não existem quaisquer dúvidas de que os Barreiros têm bens dispersos por Cinfães, Viseu e Vouzela. Não deixa por isso de ser, no que concerne ao património, uma linhagem interna.

²⁷⁵ *PMH-Inq.* 979a.

²⁷⁶ *PMH-Inq.* 954b -955a.

²⁷⁷ *PMH-Inq.* 959b.

²⁷⁸ *PMH-Inq.* 960a.

²⁷⁹ Por indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, sabemos da existência de um João Martins de Barreiros, filho do cavaleiro Martim Afonso de Barreiros, que figura num documento de 1291, pelo que é possível que os dois fossem parentes.

²⁸⁰ *PMH-Inq.* 893a.

3.2.2.1.6. Bigas

Com base no argumento da existência da vila de Bigas, precisamente no espaço de maior influência da linhagem, não temos qualquer tipo de hesitação em colocar a hipótese, bastante provável, de que a família terá tido origem nessa povoação.

Ora, D. Maria [Rodrigues]²⁸¹ de Bigas é referida nas *Inquirições de 1258* como detentora de vários bens no espaço viseense, a maior parte deixados pelo seu irmão, o cavaleiro Paio Rodrigues de Bigas. Também este parentesco é hipotético, e decorre da indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, a partir da qual sabemos que em 1298 o cavaleiro Lourenço Pais de Bigas era proprietário em Lagoa (c. Viseu). Este indivíduo podia muito bem ser filho de Paio Rodrigues e, suspeitamos nós, sobrinho de D. Maria. Se tomarmos por certa, a premissa de que Paio Rodrigues tinha um filho naquele espaço no final do século XIII, é pouco provável que cerca de cinco décadas antes já tivesse uma filha casada e com filhos, como é o caso de D. Maria. Daqui resulta, que seria muito provavelmente sua irmã.

Assim sendo, o cavaleiro Paio Rodrigues de Bigas aparece a deixar à sua irmã 6 casais: 2 usurpados²⁸² e 1 comprado²⁸³ em Várzea (fr. Calde; c. Viseu); 2 casais comprados em Galifonge²⁸⁴ (fr. Lordosa; c. Viseu); e 1 casal, do qual desconhecemos o modo de aquisição, na vila de Bigas²⁸⁵ (fr. Lordosa; c. Viseu). D. Maria aparece ainda como detentora, com os seus filhos, de 3 casais em Alvelos²⁸⁶ (fr. Cavernães; c. Viseu); e a usurpar 1 vinha que transformou em devesa, também em Bigas,²⁸⁷ (fr. Lordosa; c. Viseu). Repare-se que todos estes bens se situavam no julgado de Viseu, facto que ilustra bem a implantação e a falta de mobilidade geográfica da linhagem em análise.

Por fim, sabemos também que Rui Dias de Travassos deixou em testamento a D. Maria, com quem foi casado, 1 casal em Sanguinhedo, no couto de Cota²⁸⁸ (fr. Cota; c. Viseu).

²⁸¹ O segundo nome é hipotético, e não aparece mencionado nas *Inquirições*. No entanto, tendo em conta o nome do irmão, Paio Rodrigues, com o qual deve ter partilhado o patronímico, é quase certo que assim deveria ser apelidada.

²⁸² *PMH-Inq.* 877a.

²⁸³ *PMH-Inq.* 877a.

²⁸⁴ *PMH-Inq.* 881a.

²⁸⁵ *PMH-Inq.* 879b.

²⁸⁶ *PMH-Inq.* 871b.

²⁸⁷ *PMH-Inq.* 879b.

²⁸⁸ *PMH-Inq.* 878a.

Em suma, os Bigas foram uma linhagem interna, provavelmente da nobreza regional inferior, com uma mobilidade geográfica muito reduzida, circunscrevendo o seu raio de ação, quase exclusivamente, ao julgado de Viseu. Como vimos, tudo aponta para que no final do século XIII estivessem ainda presentes no espaço onde devem ter surgido na primeira metade da centúria.

3.2.2.1.7. Boi Alvo

A linhagem dos Boi Alvo, porventura aquela de que temos menos notícias, é naturalmente muito pouco conhecida. Encontramos apenas três elementos que utilizam o apelido, sem que seja sequer possível aferir qualquer relação de parentesco entre eles. No entanto, o que sabemos com toda a certeza é que todos eles possuem bens no território de Lamego-Viseu, e tudo aponta para uma atração à terra de Lafões. O facto de que todos os Boi Alvo que a documentação nos dá a conhecer se localizarem razoavelmente dentro do mesmo espaço (novamente, o julgado de Lafões) leva-nos a crer que existe de facto algum grau de parentesco entre eles. Mas voltemos a isto mais tarde.

Nada sabemos sobre a sua origem ou genealogia, mas avançamos a hipótese da linhagem ter retirado o nome da localidade de Boialvo²⁸⁹, no distrito vizinho de Aveiro, relativamente perto de onde a família parece exercer alguma ação. A utilização da preposição de lugar “de” nas inquirições (“*Dona Toda de Boyalvo*”²⁹⁰) parece também um forte indício disso mesmo, e é com certeza prova da origem toponímica do nome.

Quanto aos membros da linhagem, o primeiro elemento que nos aparece nas *Inquirições de 1258* é D. Toda de Boi Alvo, na qualidade de proprietária de 1 casal²⁹¹ na vila de Paços, no julgado de Lafões (fr. Paços de Vilharigues; c. Vouzela).

O segundo elemento é Pero Rodrigues de Boi Alvo. Deste sabemos apenas que os seus filhos partilhavam o direito de padroado da Igreja de Campia²⁹², no julgado de Lafões (fr. Campia; c. Vouzela), com os filhos de Lourenço Cerveira e de Pero Peres de Cambar. Como iremos ver, esta partilha pode também ter algum significado.

Por fim, o último elemento da linhagem dos Boi Alvo de que temos notícia é Estevão Afonso. Este não nos aparece nas inquirições, mas somos informados da sua existência a partir de uma composição entre ele e João Peres Ribeira, datada de 23 de

²⁸⁹ Boialvo pertence atualmente à freguesia de Avelãs de Cima, no concelho de Anadia.

²⁹⁰ PMH – Inq. 908b.

²⁹¹ PMH – Inq. 908b.

²⁹² PMH – Inq. 914b.

setembro de 1348²⁹³. Nesta composição os dois elementos acertam as condições da posse de uma quintã, firmando o acordo em S. Pedro do Sul. Mais uma vez, localizamos o nobre Boi Alvo no julgado de Lafões, ou pelo menos nas suas imediações. Este parece ser o ponto de ligação entre todos eles.

O facto de antes de meados da centúria de duzentos encontrarmos dois elementos (e a descendência de um deles) da linhagem dos Boi Alvo no território de Lafões e de, quase um século mais tarde, o único elemento de que temos notícia se situar precisamente no mesmo espaço, pode ser um bom indicador de que a linhagem existia, tinha uma mobilidade geográfica reduzidíssima, e a sua área de maior influência seria em Lafões.

Outro argumento acorre a esta tese. O facto de os filhos de Pero Rodrigues de Boi Alvo partilharem o padroado de uma igreja em Lafões com Lourenço [Anes] Cerveira, demonstra alguma antiguidade da família no espaço. Os Cerveira, apesar de no século XIII se concentrarem no Alto Minho, tinham alguma tradição na região, dado que o progenitor da linhagem foi detentor de bens em Oliveira de Frades, concelho vizinho de Vouzela, ao qual a família voltaria no século XIV²⁹⁴. Ao partilharem o referido padroado, revelam uma ligação entre as duas famílias, bem como alguma antiguidade nesse vínculo.

Em conclusão, é possível avançar pouco sobre esta família, tão desconhecida da nossa historiografia. E o que se avança é com pouca certeza. A linhagem existia e tinha vários elementos em meados do século XIII. Sendo possível localizar a seu núcleo patrimonial e área de maior influência no julgado de Lafões, nomeadamente em Vouzela, parece lógico aferir que esta linhagem se insere na categoria de nobreza regional inferior, porventura de nível muito baixo.

3.2.2.1.8. Calde

Quanto à linhagem de Calde, apesar do pouco que sabemos, restam poucas dúvidas de que se trata efetivamente de uma linhagem interna. Com um apelido de origem toponímica, que a liga intimamente à povoação e freguesia de Calde no concelho de Viseu, possui alguns bens nesse espaço, mas também fora dele, em julgados próximos. Por esta razão, a família omissa dos *Livros de Linhagens* e completamente desligada do exercício de qualquer cargo da cúria ou de âmbito regional, parece ter tido uma atividade circunscrita àquele território, e ainda assim sem grande expressividade. A maior

²⁹³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 104.

²⁹⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 555.

deslocação de que temos conhecimento é a do cavaleiro Pero [Fernandes] de Calde, que surge na posse de 1 vinha em Oleiros, no julgado de Sanfins²⁹⁵ (fr. Santiago de Piães; c. Cinfães). No entanto, este dado por si só tem muito pouco significado. Este aparecimento deve ter sido motivado pela vontade de enriquecimento pessoal, por aliança matrimonial ou por herança materna, e não por qualquer intenção de deslocar a linhagem para Norte.

Sabemos, portanto, que em 1258, os irmãos João Fernandes e Nuno Fernandes de Calde (cónego de Viseu) herdaram um casal comprado pelo seu pai Fernão Rodrigues, em Calde, no julgado de Viseu²⁹⁶. Outro elemento que intensifica os laços entre a linhagem e o espaço, é o facto de sabermos, por indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, que em 1291, Teresa Fernandes de Calde, provavelmente irmã dos outros dois, era proprietária no mesmo espaço.

A última referência que temos sobre a linhagem, nas *Inquirições de 1258*, é de que Lourenço Fernandes de Calde usurpou 1 herdade em Oliveira, no julgado de Penalva do Castelo²⁹⁷ (fr. Pindo; c. Penalva do Castelo). Apesar de aparecer fora da área de maior influência, não se afasta muito dela e é, portanto, um dado pouco relevante para a caracterização da linhagem.

Em suma, os quatro elementos da linhagem que encontramos documentados na nossa fonte, e Teresa Fernandes, eram muito provavelmente irmãos. Apesar de ser um património aparentemente pouco expressivo, a proximidade e atração ao espaço que lhes deu o apelido é indiscutível. São por isso, acreditamos nós, uma linhagem interna da nobreza regional inferior.

3.2.2.1.9. Cambar

Atendendo ao facto de estarmos perante uma linhagem tremendamente mal documentada, pouco podemos avançar relativamente a ela.

A partir das *Inquirições de 1258*, sabemos apenas que os filhos de Pero Peres de Cambar partilharam o direito de padroado da Igreja de S. Miguel de Campia, no julgado de Lafões (fr. Campia; c. Vouzela) com os filhos de Pero Rodrigues de Boi Alvo e de Lourenço Cerveira²⁹⁸.

²⁹⁵ *PMH-Inq.* 960b.

²⁹⁶ *PMH-Inq.* 881b.

²⁹⁷ *PMH-Inq.* 803a.

²⁹⁸ *PMH-Inq.* 914b.

Além do tipo de referência (“*fílii de*” em vez de identificação concreta) sugerir alguma antiguidade no espaço, o facto de partilharem os direitos sobre uma igreja com os Cerveira, família que no século XII tinha bens situados em Oliveira de Frades, no julgado de Lafões²⁹⁹ junto daquele território, vem corroborar essa mesma hipótese, muito à semelhança do que observamos na linhagem dos Boi Alvo.

Para concluir, não podemos deixar de acentuar o peso das evidências toponímicas, que resultam muitas vezes na resposta para a origem das linhagens medievais. Assim sendo, a existência da localidade de Cambarinho e da paróquia de S. Julião de Cambar³⁰⁰, na freguesia de Campia, é um ponto de ligação indiscutível entre a família e o espaço. Daqui resulta que os Cambar são muito provavelmente uma linhagem interna da nobreza regional inferior, cuja principal área de influência é o julgado de Lafões, e em particular a paróquia/freguesia de Campia.

3.2.2.1.10. Cantim

Apesar de termos muito poucos dados acerca desta linhagem, tão desconhecida da nossa historiografia, não existem muitas dúvidas que teve origem em Cantim, no julgado de S. Martinho de Mouros. Não é de estranhar, portanto, que a maioria dos bens desta família, apesar de poucos, se localizem nesse mesmo espaço. Aliás, como iremos demonstrar, apenas 1 casal se localiza num julgado vizinho.

Posto isto, o cavaleiro Pero Martins e D. Maria de Cantim são detentores de ½ fogueira na vila de Cantim, no julgado de S. Martinho dos Mouros³⁰¹ (fr. S. Martinho dos Mouros; c. Resende). O mesmo Pero Martins tem ainda 1 casal, do qual não paga foro ao rei, na vila de Soutelo, no julgado vizinho de Tendais³⁰² (fr. Tendais; c. Cinfães); e por fim, temos ainda a informação que o cavaleiro Pero Fernandes de Cantim comprou 1 bouça em Peneda, no julgado de origem³⁰³ (fr. S. Martinho dos Mouros; c. Resende).

Sabemos também que em 1342 a quintã de Cantim estava nas mãos de Pero Rodrigues da Fonseca³⁰⁴, pelo que é possível que entre 1258 e meados da centúria seguinte a linhagem tenha desaparecido.

²⁹⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 555.

³⁰⁰ *PMH-Inq.* 912a.

³⁰¹ *PMH-Inq.* 994a.

³⁰² *PMH-Inq.* 980a.

³⁰³ *PMH-Inq.* 996b.

³⁰⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 511.

Em suma, nada sabemos sobre a antiguidade da linhagem, ou sequer sobre a sua trajetória. No entanto, o que sabemos com toda a certeza, é que os testemunhos da nossa fonte são fortes indícios de que se tratava de uma linhagem interna da nobreza regional inferior, com uma mobilidade geográfica muito reduzida, e cujo principal polo patrimonial se localizava, muito provavelmente, no julgado de S. Martinho dos Mouros.

3.2.2.1.11. Chã

À semelhança do que aconteceu com a linhagem de S. Cosmade, que iremos ver adiante, a existência de vários topónimos iguais lança alguma confusão sobre as origens da família. No entanto, a existência clara de uma concentração de bens nos julgados de Tendais e Ferreiros, onde existe a povoação de Chã, sugere-nos que a linhagem em análise tenha de facto aí surgido.

Vejamos então. O cavaleiro Estevão Martins de Chã, e seu irmão Pero Martins, herdaram 1 quintã em Vila Boa (fr. Ferreiros de Tendais; c. Cinfães), que tinha sido comprada pelo pai Martim Mendes, ao vilão Paio Mouro³⁰⁵. Estevão Martins teve ainda 1 peça de herdade³⁰⁶ e 1 bouça³⁰⁷ em Mourelos (fr. Tendais; c. Cinfães); 1 herdade em Fermentões³⁰⁸ (fr. Tendais; c. Cinfães); ½ campo usurpado em Soutelo³⁰⁹ (fr. Tendais; c. Cinfães); 2 peças de herdade em Vila Boa³¹⁰ (fr. Ferreiros de Tendais; c. Cinfães); e 2 casais em Bustelo³¹¹ (fr. Bustelo; c. Cinfães).

Como é possível verificar, o património porventura mais relevante, a quintã, localizava-se no julgado onde existia a povoação homónima da linhagem.

Temos também conhecimento, novamente por indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, de que Gil Esteves de Chã, filho de Estevão Martins, aparece documentado em Tendais em 1288-90³¹².

Era, portanto, uma linhagem de origens e património lameco-viseenses, da nobreza regional inferior, sem mobilidade espacial, e cujo principal, e ao que sabemos único polo patrimonial se localizava no Douro-Sul, entre os julgados de Ferreiros e de Tendais. Pelo facto de ser possível detetar um elemento da linhagem no mesmo espaço,

³⁰⁵ *PMH-Inq.* 984a.

³⁰⁶ *PMH-Inq.* 979a.

³⁰⁷ *PMH-Inq.* 979a.

³⁰⁸ *PMH-Inq.* 979b-980a.

³⁰⁹ *PMH-Inq.* 980a.

³¹⁰ *PMH-Inq.* 984a.

³¹¹ *PMH-Inq.* 985a.

³¹² *PMH-Inq.* 1288 - Vol. IV/2, p. 438.

em finais do século XIII, concluímos que por aí se deve ter mantido durante a segunda metade da centúria de duzentos.

3.2.2.1.12. Ferreiros

As lacónicas referências a esta linhagem nas fontes que estudamos não nos permitem retirar conclusões muito seguras. A esta dificuldade acresce ainda a o facto de existir um número muito significativo de topónimos iguais ao apelido da família em questão. Não obstante, acreditamos ser possível determinar a sua proveniência.

De acordo com os primeiros inquéritos dionisinos, Pero Anes de Ferreiros, falecido em 1288, foi proprietário da quintã de Ferreiros³¹³ (fr. Serrazes; c. S. Pedro do Sul), o que nos leva a crer que esta linhagem seja natural do julgado de Lafões.

A corroborar a nossa hipótese, o mesmo indivíduo é mencionado nas *Inquirições de 1258* pela compra de 1 casal, não muito longe das terras de origem, no lugar de Ameixas³¹⁴ (fr. Paços de Vilharigues; c. Vouzela), que há data estaria na posse de D. Maria de Ferreiros, possivelmente sua irmã ou filha³¹⁵.

Tendo em conta a proximidade geográfica dos bens detidos por esta linhagem, podemos concluir que os de Ferreiros terão sido uma família de origem e património em Lamego-Viseu, com uma mobilidade muito pouco expressiva, senão mesmo inexistente, pertencente à nobreza regional de categoria inferior.

3.2.2.1.13. Matela

A linhagem em análise, também ela pouco conhecida da historiografia, é muito provavelmente natural da freguesia de Matela, no julgado de Penalva (fr. Matela; c. Penalva do Castelo), onde foram detentores de 1 quintã desde, pelo menos, o reinado de D. Afonso II. No entanto, mercê de uma possível aliança matrimonial com os Palaiol, parecem ter transferido o seu principal núcleo patrimonial para espaços na margem esquerda do Douro, no julgado de Lamego, onde aliás detêm um maior e mais coeso número de bens. De igual modo, como voltaremos a abordar, os Palaiol podem ter deslocado a sua área de influência para zonas meridionais.

³¹³ *PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/2, p. 605.

³¹⁴ *PMH-Inq. 907b*.

³¹⁵ Nesse sentido, D. Maria poderia chamar-se D. Maria Anes, ou D. Maria Peres, dependendo do grau de parentesco com D. Pero Anes.

Mais concretamente, pelo menos até 1277 a referida quintã permaneceu na posse de Estevão Peres de Matela, provavelmente partilhada na altura com Afonso Rodrigues Palaiol, ou com a respetiva descendência. Cerca de uma década mais tarde, no entanto, a mesma quintã estava já em plena posse dos filhos de Afonso Rodrigues³¹⁶. Não obstante, o que importa aqui destacar é que os Matela não abandonaram o espaço de origem, praticamente até ao final do reinado do *Bolonhês*.

Já nas *Inquirições de 1258*, ficamos a saber que os irmãos Estevão, Gonçalo e Pero Viegas³¹⁷, filhos de Egas Matela³¹⁸ detinham vários bens, concentrados na freguesia de Sande, no julgado de Lamego, nomeadamente 1 quintã, 1 herdade, 2 vinhas, 1 pereira e 2 castanheiros³¹⁹. Como é possível verificar, a linhagem concentrava um número considerável de bens no Douro-Sul, maior até do que aquele que detinham em Matela. Dado que os Palaiol eram oriundos do espaço lamecense, parece existir um paralelo e uma simbiose entre os percursos das duas linhagens. Daqui resulta a crença de que o património na região mais a Norte possa ter resultado de uma eventual aliança matrimonial entre as duas famílias.

Em suma, os de Matela são uma linhagem interna em todos os aspetos, pertencentes à categoria da nobreza regional inferior. Tanto na origem como no património que alcançaram demonstram um vínculo forte com o território de Lamego-Viseu.

3.2.2.1.14. Matos

Não persistem muitas dúvidas de que a estirpe dos Matos é oriunda da freguesia de S. Cipriano, no atual concelho de Resende, onde detinham a importante quintã da qual devem ter retirado o apelido. Como tal, não nos surpreende que a linhagem em questão seja detentora de vários bens em Aregos, no qual se localizava a referida quintã, bem como nos julgados vizinhos de Ferreiros, Tendais e Sanfins.

Segundo as *Inquirições de 1258*, Lourenço Peres de Matos, vivo à data dos referidos inquéritos, deteve 1 herdade em Tendais³²⁰; vinhas, herdades e 2 casais em

³¹⁶ *PMH-Inq. 1288* – Vol. IV/2, p. 518.

³¹⁷ Pero Viegas podia muito bem ser o pai de Estevão Peres de Matela, documentado até 1277 como proprietário da quintã em Penalva.

³¹⁸ “*Gunsalvo Egee et Petro Veegas filiis de Egea Mantela*” (*PMH-Inq. 1017b*).

³¹⁹ *PMH-Inq. 1017a/b* e 1019a.

³²⁰ *PMH-Inq. 979b*.

Ferreiros³²¹; 1 vinha em Sanfins³²²; e ainda 1 casal em Aregos³²³. Urraca Peres, sua irmã, aparece mencionada a propósito da posse de 1 casal em S. Cipriano, no julgado de Aregos³²⁴, enquanto que Martim Lourenço, seu filho, é referido como detentor de 1 herdade e 1 casal no julgado de Tendais³²⁵.

Daqui resulta a evidente concentração de património na faixa mais ocidental da margem esquerda do rio Douro. Apesar dos bens estarem dispersos por várias circunscrições administrativas, não cremos que isto seja um indicador de mobilidade geográfica, dada a proximidade de todos os julgados. Por outro lado, esta geografia dos bens pode muito bem ser um forte indício de que os Matos foram efetivamente um dos ramos deixado pelos de Ribadouro no vale do Douro, muito à semelhança dos Alvarenga e Lumiares³²⁶.

Quanto às alianças matrimoniais, tanto a ligação aos Cardosos³²⁷ como aos Sarracins³²⁸ revelam claramente uma política assente em alianças com linhagens locais, e geograficamente muito próximas, reforçando desse modo a sua posição no espaço, e consequentemente o vínculo com o território de Lamego-Viseu.

Em suma, a origem, a geografia dos bens e as alianças com famílias locais demonstram o exercício de poder num aro eminentemente regional, e uma ligação quase exclusiva³²⁹ aos concelhos de Cinfães e Resende, onde se localizaria porventura a sua principal área de influência. Como tal, classificamos os de Matos como uma linhagem interna da nobreza regional média.

3.2.2.1.15. Oleiros

Seguindo a lógica traçada para tantas outras famílias, os de Oleiros podiam muito bem ser uma linhagem oriunda do julgado de Sanfins, mais concretamente da aldeia sua homónima, na freguesia de Santiago de Piães. A existência de vários topónimos iguais poderia porventura contrariar esta hipótese. Contudo, levando em conta que a única

³²¹ *PMH-Inq.* 982a-985a.

³²² *PMH-Inq.* 954b.

³²³ *PMH-Inq.* 990a.

³²⁴ *PMH-Inq.* 990a.

³²⁵ *PMH-Inq.* 979ab.

³²⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 458.

³²⁷ Casamento entre D. Hermigio Pais de Matos e D. Maria Cardoso (ELBC, Vol. 12, p. 1861).

³²⁸ Casamento entre Pero Peres Sarracins e uma mulher da linhagem dos de Matos (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 2, p. 1243).

³²⁹ João Lourenço de Matos é mencionado nas *Inquirições de 1288* como antigo proprietários de 3 casais no julgado de Penafiel de Sousa (*PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/2, p. 68), de modo que o poder fundiário da linhagem não se circunscreve exclusivamente aos territórios a Sul do rio Douro.

informação de que dispomos reporta-se a um Egas Soares, como detentor de 1 quintã, precisamente em Oleiros³³⁰, parece-nos ser uma ideia a explorar.

É essencial sublinhar o facto de que o património detido por esta linhagem se tratar de uma quintã, que por si só representa um tipo de propriedade bastante importante, é um claro sinal de fixação da linhagem no espaço. Este dado, apesar de insuficientemente, vem também corroborar a nossa teoria.

Temos plena consciência da imprudência em retirar conclusões demasiado generalizadas assentes num volume residual de dados. Não obstante, para o presente caso, não deixa de ser uma hipótese verosímil, cuja imprudência residiria em não a lançar.

Não dispondo de quaisquer outros dados acerca da linhagem, ou do indivíduo em questão, a conclusão mais lógica, e ainda assim com algumas reservas, é de que estamos perante mais um caso de uma linhagem de origem e património dentro do nosso espaço de análise, cujo principal núcleo patrimonial deveria localizar-se na sub-região do Tâmega, ou no Douro-Sul, junto do julgado de Sanfins.

3.2.2.1.16. Ortigosa

Tendo em conta que o único dado de que dispomos, é que o direito de padroado da igreja de Santa Leocádia de Travanca (fr. Travanca; c. Cinfães) está na posse dos descendentes de Egas Moniz de Ortigosa³³¹, e que nessa mesma paróquia existe a vila do mesmo nome, e portanto homónima da linhagem, rapidamente chegamos à conclusão que essa vila terá sido o “berço” da família. Conseguimos também constatar alguma antiguidade da linhagem no espaço, se considerarmos o tipo de referência (“*ex progenie de Donno Egea Moniz de Urtigosa*”). Não obstante todas estas considerações, alguns autores consideram que a linhagem em questão é proveniente da Galiza³³², asserção da qual discordamos parcialmente, ou sobre a qual, guardamos algumas reservas.

Parece assim que os Ortigosa são também uma linhagem de origem e património em Lamego-Viseu, que não foi capaz de alcançar qualquer tipo de notoriedade ao longo do século XIII. No entanto, não dispomos de mais dados para que nos seja possível fazer uma análise mais completa.

³³⁰ PMH-Inq. 960a.

³³¹ PMH-Inq. 950a.

³³² ELBC, Vol. 14, p. 836.

3.2.2.1.17. Palaiol

Existem várias referências à linhagem dos Palaiol que a vinculam ao julgado de Lamego, do qual são, muito provavelmente, naturais. Nas *Inquirições de 1258*, Fruilhe e Rui Martins, filhos de Martim Palaiol, estão documentados como proprietários em Calvelhe (fr. Lamego (Sé); c. Lamego), tendo talvez já falecido no ano dos referidos inquéritos. A primeira surge a deixar em testamento 1 casal ao Mosteiro de Recião³³³, cenóbio edificado na margem esquerda do rio Varosa, em Alvelos, na mesma freguesia onde se localizavam os bens. O segundo comprou várias herdades que à data estavam na posse dos seus filhos Afonso, Gonçalo e Mem Rodrigues Palaiol³³⁴. Não deixa de ser curioso verificar que, apesar da ligação a Lamego, também corroborada pelos testemunhos dos inquéritos dionisinos³³⁵, a filha do último tenha sido criada no julgado de Lafões³³⁶, o que nos sugere, sem qualquer grau de certeza, que Mem Rodrigues procurou fortuna em terras mais meridionais. O mesmo se deve ter passado com Afonso Rodrigues, cujos filhos herdaram a quintã de Matela, no julgado de Penalva, que outrora tinha sido de Estevão, da linhagem dos de Matela³³⁷. Daqui resulta que provavelmente existiu algum tipo de aliança entre estas duas linhagens. Aliás, não é de todo impossível que Afonso Rodrigues tenha casado com uma filha, certamente herdeira, de Estevão de Matela. Esta simbiose não foi seguramente unilateral, e da mesma forma que deslocou os Palaiol para Sul, pode ter deslocado os Matela para Norte, onde detêm um interessante polo patrimonial, precisamente em Lamego, como observamos anteriormente.

Resumidamente, a linhagem que deve ter tido origem no Douro-Sul entre os finais do século XII e o início da centúria seguinte, aparenta já não possuir muitos bens nesse espaço no último quartel do século XIII, tendo sofrido uma deslocação para terras a Sul

³³³ *PMH-Inq.* 1059a.

³³⁴ Nenhum destes indivíduos é identificado pela fonte em relação a estas herdades, das quais sabemos apenas que “*fili de Roderico Martini habent istas hereditates*” (*PMH-Inq.* 1059b). Não obstante, Mem Rodrigues é documentado devido a uma filha que foi criada na *villa* de Macieira, no julgado de Lafões (“*Johannes Petri e Petrus Petri ambo fratres creant duas filias militum, et una est filia de Menendo Rederici Palayol*” – *PMH-Inq.* 924a), enquanto que os outros dois, Afonso e Gonçalo Rodrigues, estão documentados nas *Inquirições de 1288-90* como proprietários nos julgados de Lamego e Penalva (*PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 489 e 518). Tanto pela cronologia como pela partilha do patronímico, parece-nos lógico que estes três indivíduos seriam todos irmãos, e filhos de Rui Martins Palaiol. É também muito possível que Afonso Rodrigues fosse o mais velho dos três irmãos, dado que no reinado de D. Afonso II teria já maturidade suficiente para enfrentar ou “amedrontar” outros homens. Referimo-nos a um episódio em que um foreiro do rei tenta demandar uma quintã detida por este indivíduo no julgado de Penalva, quitando-se logo de seguida dela porque “*ouve medo*” (*PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 518).

³³⁵ Em 1288, a quintã de Calvelhe, outrora detida por Martim Palaiol, estava na posse do Mosteiro de Salzedas (*PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 479); e Gonçalo Rodrigues Palaiol tinha 1 quintã em Abrunhais, no julgado de Lamego (fr. Várzea de Abrunhais; c. Lamego) (*PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 486).

³³⁶ *PMH-Inq.* 924a.

³³⁷ *PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 518.

do Vouga, sem, no entanto, abandonar o espaço de origem. De qualquer forma, o raio de ação dos Palaiol nunca excedeu os limites do território de Lamego-Viseu, e parece ter estado circunscrita a contactos com linhagens de categoria semelhante. Por esta razão, tudo indica para que se trate efetivamente de uma família interna da nobreza regional inferior.

3.2.2.1.18. Penongel

Gonçalo Gonçalves [de Bodiosa] Penongel, ignorado pelos nobiliários medievais, foi muito provavelmente o primeiro cavaleiro a usar a referida alcunha, que pode efetivamente nunca ter chegado a afirmar-se como um verdadeiro apelido. De facto, é por demais evidente a falta de informações, ou menções a esta família, que está tremendamente mal documentada, e que estaria certamente enquadrada numa nobreza regional de categoria muito baixa.

Não obstante, a partir das *Inquirições de 1258*, é possível retirar várias conclusões. Em primeiro lugar, este indivíduo é filho do cavaleiro Gonçalo Fernandes de Bodiosa³³⁸, de quem herdou 2 herdades em Ribafeita, no julgado de Lafões³³⁹ (fr. Ribafeita; c. Viseu). Daqui resulta que a hipotética linhagem dos Penongel é um ramo dos Bodiosa, família esta proveniente do território de Lafões, mais concretamente da freguesia homónima, no concelho de Viseu. Tendo por base este dado, parece-nos lógico que também os Penongel sejam naturais do espaço ocupado pelos seus antepassados.

Além dos bens herdados por via paterna, Gonçalo Gonçalves obteve ainda 2 outras herdades, detidas anteriormente por Gonçalo Rodrigues³⁴⁰ e Abril Gonçalves de Travassos, pai e irmão da sua mulher³⁴¹. Em suma, mercê desta união “*interna*”, ou seja, com uma mulher de outra linhagem interna, mas de categoria semelhante, recebeu bens no julgado de Viseu e no couto vizinho de Cota, relativamente próximos do património herdado de seu pai. Este tipo de alianças na nobreza regional inferior era comum, dada a falta de alternativas.

³³⁸ “*Gonsalvus Gonçalvi filius de Gunsalvo Fernandi*” – *PMH-Inq.* 886a.

³³⁹ *PMH-Inq.* 886a.

³⁴⁰ Não é certo que este Gonçalo Rodrigues seja o pai da mulher de Gonçalo Gonçalves Penongel, pois não existe nenhuma menção direta a este parentesco. No entanto, tendo em conta as múltiplas referências a um indivíduo homónimo, ora como filho de Rodrigo Dias de Travassos, ora como pai de Abril Gonçalves, irmão da referida mulher, esta parece-nos uma suposição lógica.

³⁴¹ *PMH-Inq.* 869b e 878b.

Quanto ao indivíduo sabemos ainda que seria vivo em 1277, data em que figura como cavaleiro de Covelo e testemunha uma doação a um cônego de Viseu, estreitando então a ligação ao espaço do nosso estudo.

Resumidamente, Penongel foi uma linhagem de origem e património em Lamego-Viseu, sem grande mobilidade geográfica, e cujo principal núcleo patrimonial e área de influência se localizou na zona meridional do território, na transição entre os julgados de Lafões e Viseu.

3.2.2.1.19. Pinho

Vários autores teorizaram que os Pinho são naturais do concelho de Boticas, na antiga província de Trás-os-Montes³⁴², onde de facto existe uma freguesia homónima da linhagem. No entanto, após leitura das *Inquirições de 1258* do julgado de Barroso³⁴³, onde se insere o referido concelho, verificamos que não existe qualquer referência a esta família. Por sua vez, tendo por base o património detido pela família no julgado de Lafões, no qual também é possível encontrar a freguesia de S. João de Pinho (c. S. Pedro do Sul), parece-nos mais lógico que sejam, contrariamente ao que se pensava, oriundos do território de Lamego-Viseu. A presença da linhagem neste espaço remonta ao reinado de D. Sancho II, quando D. Nuno Peres de Pinho, por certo falecido em meados da centúria de duzentos, comprou vários bens, nomeadamente herdades, casas e vinhas em Joazim³⁴⁴ (fr. Vila Maior; c. S. Pedro do Sul), no julgado de Lafões, e que em 1258 estavam já na posse de D. João Nunes. Quanto a este, além dos bens herdados de seu pai, sabemos ainda que adquiriu 1 herdade em Casal Covo³⁴⁵ (fr. Ribafeita; c. Viseu), no mesmo julgado.

Voltemos, porém, ao seu progenitor, cuja menção nas *Inquirições de 1288-90* é a principal justificação para a origem que aqui propomos. D. Nuno é então referido como antigo senhor da quintã honrada de Pinho (fg. Pinho, c. São Pedro do Sul), que à data pertencia aos seus netos³⁴⁶, permanecendo portanto na linhagem.

A corroborar o vínculo com Lafões, temos ainda notícia de um tal João Fernandes de Pinho, por certo parente dos anteriores, que em 1258 detinha 1 casal em Cotães³⁴⁷ (fr. S. Pedro do Sul; c. S. Pedro do Sul).

³⁴² ELBC – “Pinho”, vol. 15, p. 123.

³⁴³ *PMH-Inq.* 1510a-1527a.

³⁴⁴ *PMH-Inq.* 894a.

³⁴⁵ *PMH-Inq.* 884b.

³⁴⁶ *PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 598.

³⁴⁷ *PMH-Inq.* 896b.

A lacónica referência aos de Pinho no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, não nos deixa saber muito mais. Informa-nos apenas que a filha de D. João Lourenço, de quem nada soubemos, casou com Estevão Peres de Avelar³⁴⁸. Não obstante, é muito possível que Lourenço Anes de Pinho, documentado nas *Inquirições de 1288-90* como proprietário da aldeia de Requeixada³⁴⁹ na Beira Interior, fosse efetivamente seu filho, ou até pai (filho de João Nunes anteriormente referido). Não cremos, no entanto, que a posse deste bem tenha sido significativa para o percurso da linhagem, resultando muito provavelmente da ambição pessoal do indivíduo, ao invés da vontade de deslocação do núcleo patrimonial da família. Aliás, segundo parece, no século XIV os Pinho encontram-se implantados nas Terras da Feira, onde recebiam comedia do Mosteiro de Grijó³⁵⁰, chegando mesmo a figurar na lista de naturais do cenóbio³⁵¹, incluída no *Livro das Campainhas*³⁵².

Em conclusão, pelo menos durante o reinado do *Bolonhês*, a principal área de influência dos de Pinho permaneceu em Lafões, donde eram naturais, sendo por isso uma linhagem interna, provavelmente da nobreza regional inferior. De qualquer das formas, é importante sublinhar que a continuidade no tratamento dos indivíduos da linhagem por “dom” leva-nos a suspeitar uma possível origem superior, hipótese esta que será de equacionar.

3.2.2.1.20. Portugal

O uso do apelido Portugal teve início com Pero Fernandes, filho varão - acreditando na ordenação proposta pelos nobiliários medievais - de Fernão Ramires Quartela e Cristina Soares de Paiva³⁵³. Ora, daqui resulta que pelo menos por via materna, haveria alguma ligação ao vale do Paiva. Exploreemos então esta possibilidade.

³⁴⁸ LL44AA8

³⁴⁹ PMH-Inq. 1288 – Vol. IV/2, p. 656.

³⁵⁰ ELBC – “Pinho”, vol. X, p. 124.

³⁵¹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Os Patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 1995. p. 323. Sobre esta família o autor sublinha ainda a hipótese de terem bens na zona de Chaves.

³⁵² O Livro das Campainhas, códice da segunda metade do século XIV, é nas palavras dos seus editores “a acta de uma assembleia judiciária, reunida no Mosteiro a 29 de Junho de 1365, e na qual foram determinadas as quantias que, de então em diante, se haveriam de dar aos naturais por suas comedorias, cavalarias e casamentos (ALARCÃO, Jorge de; AMARAL, Luís Carlos – *Livro das Campainhas: códice da segunda metade do século XIV. Mosteiro de São Salvador de Grijó*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia / Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1986. p. 8).

³⁵³ LL51A2

De acordo com as *Inquirições de 1258*, Mor Peres Portugal, filha de Pero Fernandes e viúva de Afonso Rodrigues, o *Rendamor*, de Baião³⁵⁴, foi detentora de 1 várzea em Covelo, no julgado de Sanfins³⁵⁵ (fr. Souselo; c. Cinfães), o que por si só acarreta pouco significado. No entanto, não deixa de ser curioso que este bem em concreto tenha sido partilhado pelo seu marido, de quem o herdou, com Vasco Lourenço da Cunha e Lourenço Pais de Alvarenga, ou seja, os respetivos maridos de todas as filhas de Pero Fernandes Portugal. Mais concretamente, o primeiro casou com Teresa Peres³⁵⁶, enquanto que o segundo contraiu matrimónio com Mafalda Peres³⁵⁷. Poderá então este património ter sido uma espécie de dote para o casamento das filhas? Caso se confirme a hipótese aqui lançada, o referido património reveste-se de um significado estratégico muito maior do que aquele que se antevia, materializando-se numa orientação geográfica específica por parte dos Portugal.

As coevas alianças matrimoniais com os Cunha, Alvarenga e Baião resultaram num estreitamento dos elos com linhagens caracterizadas pela proximidade geográfica, e consequentemente um reforço da implantação entre o Douro e o Paiva.

Como se não bastasse, as *Inquirições de 1288-90* são bastante mais claras quanto à implantação desta linhagem no julgado de Sanfins, atribuindo aos Portugal numeroso património naquele espaço. Para além da quintã de Covelo³⁵⁸ (fr. Souselo; c. Cinfães), de Pero Fernandes Portugal, o mesmo indivíduo tinha ainda a quintã de Macieira³⁵⁹ (fr. Fornelos; c. Cinfães). Por sua vez, o seu irmão Garcia Fernandes de Paiva teve, no mesmo espaço, a quintã de Vilela³⁶⁰ (fr. Souselo; c. Cinfães) e outra quintã muito próxima, na outra margem do rio, no julgado de Paiva, em Gondim³⁶¹ (fr. Sobrado; c. Castelo de Paiva); enquanto que a sua filha Teresa Peres aparece documentada como detentora da quintã de S. Martinho, em Santiago de Piães³⁶² (fr. Santiago de Piães; c. Cinfães), novamente no julgado de Sanfins. Antes de avançarmos, sublinhe-se que a própria adoção do nome Paiva como apelativo, por parte de Garcia Fernandes, já sugere uma implantação patrimonial orientada para as margens daquele rio.

³⁵⁴ LL36BB9

³⁵⁵ PMH-Inq. 952a.

³⁵⁶ LL55O5

³⁵⁷ LL26J4

³⁵⁸ PMH-Inq. 1288 - Vol. IV/2, p. 408.

³⁵⁹ PMH-Inq. 1288 - Vol. IV/2, p. 410.

³⁶⁰ PMH-Inq. 1288 - Vol. IV/2, p. 408.

³⁶¹ PMH-Inq. 1288 - Vol. IV/2, p. 396.

³⁶² PMH-Inq. 1288 - Vol. IV/2, p. 414.

Outro critério de análise, até agora pouco abordado, é o exercício de tenências no território de Lamego-Viseu. Quanto a este aspeto, Pero Fernandes Portugal foi tenente de Sanfins (1226)³⁶³, Parada (1223-1239)³⁶⁴ e Azurara (1226?)³⁶⁵, reflexo claro da ligação ao espaço do nosso estudo.

Saliente-se, no entanto, que os Portugal, por falta de varonia, não devem ter ido além do século XIII, sendo portanto uma linhagem de pouca longevidade cuja extinção se deveu a causas naturais, ou seja, sofreu aquilo que se pode chamar de extinção biológica.

Em suma, ao contrário da ideia inicial, os Portugal, quer pelo exercício de importantes cargos políticos quer pelo património que detinham, estão vinculados à região do entre Douro e Paiva, sendo assim classificados como internos.

FONTE: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro

LINHAGEM DOS PORTUGAL

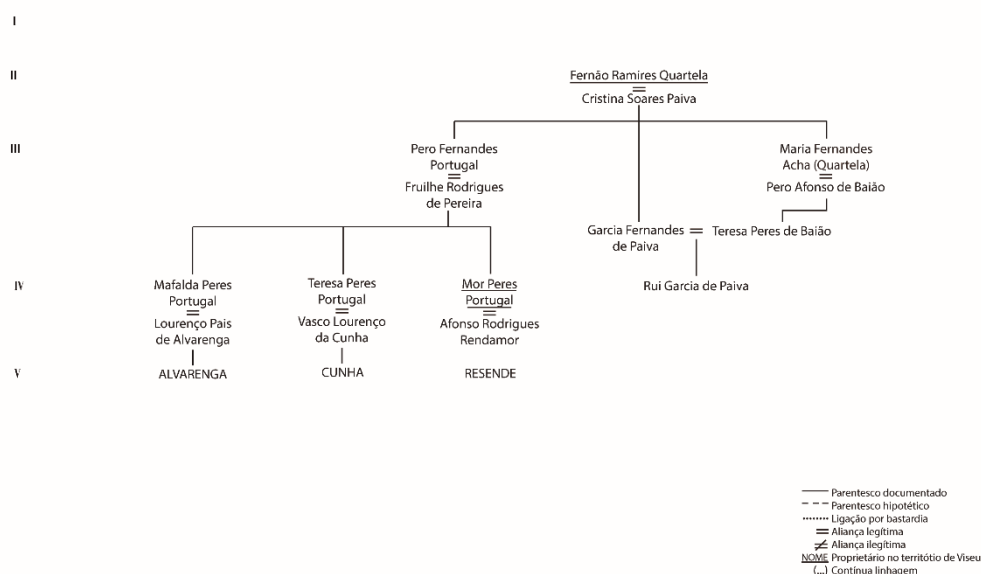


Figura 2 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Portugal

³⁶³ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p.1023.

³⁶⁴ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p.1037.

³⁶⁵ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p.1038.

3.2.2.1.21. Rabelo

José Augusto de Sottomayor-Pizarro insere os Rabelo num grupo de "pequenas linhagens esquecidas por aquelas fontes (referindo-se a nobiliários e a inquéritos régios), ou, quando não, desdenhosamente referidas como linhagens de *cavaleiros de um escudo e de uma lança*.”³⁶⁶. Era, portanto, uma linhagem de pouco prestígio, e consequentemente mal documentada.

Não obstante, é muito possível que os Rabelo sejam oriundos do Entre o Douro e Paiva, mais concretamente da freguesia de Reriz (c. Castro Daire), na qual existe um couto homónimo da linhagem. As *Inquirições de 1258* informam-nos que Pero [Vasques] de Rabelo, possível filho de Vasco Afonso de Lobão³⁶⁷, partilha o direito de padroado da Igreja de S. Martinho de Reriz com Martim e Gonçalo Anes do Vinhal³⁶⁸. Ora, tanto pela importância deste património como pela sua localização geográfica, é por demais evidente a ligação àquele espaço. Sabemos também que o mesmo indivíduo partilha ainda 1 herdade, não muito longe do espaço de origem, em Meridões (fr. Tendais; c. Cinfães), no julgado de Tendais, com Martim Anes de Vinhal e Martim Lourenço de Matos³⁶⁹.

O facto desta família ser omissa dos primeiros inquéritos dionisinos, leva-nos a crer que os Rabelo nunca atingiram um prestígio relevante, pelo menos até ao último quartel do século XIII. Independentemente da categoria que ocuparam, sabemos que partilharam bens com importantes famílias com uma implantação patrimonial relevante na mesma região.

De qualquer das formas, e relembrando as escassas referências de que dispomos, a linhagem em análise parece ter a sua principal área de influência nas margens do Paiva, sendo, portanto, uma família interna.

³⁶⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 450.

³⁶⁷ Este parentesco é hipotético. No entanto pela utilização do patronímico e pelo facto de ter um neto a utilizar o apelido de Rabelo (*LLAIP4*), cremos ser possível que Pero Vasques de Rabelo tenha sido filho de Vasco Afonso de Lobão.

³⁶⁸ *PMH-Inq.* 925a.

³⁶⁹ *PMH-Inq.* 925a.

3.2.2.1.22. Ribeiro

Enquanto que nos anos 90 a questão acerca da origem dos Ribeiros esteve envolta em grande polémica, não se pode dizer que hoje (20 anos mais tarde) esse assunto persista³⁷⁰.

Este aspeto em concreto interessa-nos, pois as soluções para a proveniência da linhagem oscilam entre Lafões, e, portanto, dentro do território de Lamego-Viseu, e Trás-os-Montes. Naturalmente somos seduzidos pela primeira opção, que atribuiria ao espaço do nosso estudo mais uma linhagem autóctone, hipótese esta, adiantámos, refutada. Por essa mesma razão é ainda mais importante perceber os argumentos dos “*dois lados da barricada*”.

Vejamos então, de forma resumida, as principais conclusões de uma longa discussão que envolveu historiadores como José Mattoso e Almeida Fernandes.

A tendência dos genealogistas, por vezes frequente, em romantizar estas matérias pode ter induzido em erros que rapidamente se cristalizaram. Como tal, a tradição historiográfica associava os Ribeiros à figura da famosa Maria Pais de Ribeira, melhor conhecida por *Ribeirinha*. Daqui resultou a ligação ao tronco dos de Ribeira e Cabreira³⁷¹. Um dos erros mais repetidos foi então o de Nuno Pais Ribeiro, o irmão de Maria Pais omissos dos nobiliários medievais, ser considerado o iniciador da linhagem agora em análise, hipótese esta aceite por Mattoso, Krus, e Andrade, violentamente refutada por Almeida Fernandes, e posteriormente esclarecida por Sottomayor-Pizarro.

Almeida Fernandes contraria então a ligação à *Ribeirinha*, apontando os Ribeiros como naturais de Lafões, mais concretamente da freguesia de S. Miguel de Ribeira³⁷² (ou Ribeiradio). Embora a sua proposta acerca da origem do apelido esteja, ou deva estar correta, a maioria da sua argumentação não é bem aceite, por estar assente em pressupostos falsos e em conceitos mal definidos, nomeadamente do termo “proveniência”³⁷³.

³⁷⁰ A propósito do desenvolvimento detalhado da referida polémica veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 105-117.

³⁷¹ Como acentuou Sottomayor-Pizarro, “outro factor concorre, ainda, para aumentar a névoa que envolve a génese desta linhagem, e que supomos ser uma das razões pela qual sempre se viu uma ligação entre os Ribeiros e a família de Maria Pais da Ribeira, ou seja, o facto de haver indivíduos da linhagem em questão designados de duas maneiras pelos nobiliários: Ribeiro (Afonso Pires) e da Ribeira (Urraca Pires, irmã do anterior)” - SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 105.

³⁷² FERNANDES, A. de Almeida – *Faria 1127-1128, e não feira*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1991. ISBN 978-97295424-3-5. p. 274.

³⁷³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 110-111.

Em todo o caso, as inequívocas referências no *Livro do Deão* que identificam D. Pedro Nunes, Pestanas de Cão, da Ribeira, como o iniciador da linhagem dos Ribeiros³⁷⁴, e em simultâneo como descendente dos Guedões³⁷⁵, além de eliminarem quaisquer dúvidas, confiando nas informações dos nobiliários, quanto aos seus antecessores, refutam, apenas aparentemente, a ideia anterior sobre Nuno Pais Ribeira ser o iniciador da linhagem. Aparentemente, porque na verdade esta referência coloca, embora indiretamente, os Ribeiros e a linhagem da *Ribeirinha* no mesmo espaço. Passemos a explicar. Sendo Pedro Nunes de Ribeira proveniente dos Guedões, senhores das terras de Aguiar e Chaves que abrangiam Ribeira de Pena, onde a família da *Ribeirinha* foi buscar o apelativo, parece lógico que tenha existido alguma relação entre os dois indivíduos, sem no entanto ser necessariamente verdade.

Tema acerca do qual não restam muitas dúvidas, independentemente dos antepassados, da origem geográfica ou dos problemas de transmissão dos *Livros de Linhagens*, é que os Ribeiros exerceram grande influência no território de Lafões onde devem ter chegado por via materna. Ora, a mãe de Pero Nunes da Ribeira, Maria Álvares de Rabaldes, tinha bens naquele espaço que devem ter sido herdados pelo filho, deslocando então a linhagem das terras transmontanas. A adoção do topónimo – Ribeiradio - como apelido deve então ser explicada pelo referido parentesco³⁷⁶.

As *Inquirições de 1258* confirmam a implantação nos espaços meridionais, atribuindo às filhas de Gomes Peres da Ribeira, por sua vez filho de Pero Nunes e alcaide de Celorico, a posse partilhada de 1 herdade em Enviande (fr. Ribeiradio; c. Oliveira de Frades), no julgado de Lafões, com Martim Fernandes de Urgezes (Podentes-Leiria), marido de uma das proprietárias³⁷⁷. Além destes dados, somos também informados que o cavaleiro Fernão da Ribeira, impossível de identificar³⁷⁸, participou na compra de 1 herdade em Lustosa (Ribafeita; fr. Viseu), no mesmo julgado, com Pero Gonçalves do Vale e D. Toda do Amaral³⁷⁹.

Embora os aspetos relacionados com a presença em espaços exteriores ao território de Lamego-Viseu fujam ao propósito da investigação, tornam-se por vezes

³⁷⁴ “dom Pedro Nunes da Ribeira, onde vem os Ribeiros” (LD13L4).

³⁷⁵ LD6T5-7.

³⁷⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 77.

³⁷⁷ PMH-Inq. 917b.

³⁷⁸ Hipótese porventura inverosímil é que este Fernão Ribeira se tratasse de facto de Fernão Afonso de Cambra, filho de Afonso Anes de Cambra e Urraca Peres de Ribeira, adotando então o apelido materno nos Inquéritos régios de D. Afonso III.

³⁷⁹ PMH-Inq. 882a.

necessários. Da mesma forma que os Ribeiro aparecem em Lafões, também estão documentados em Grijó, cujo fundador do cenóbio é trisavô de Maria Pais de Ribeira, concorrendo então para a controvérsia que temos vindo a explicar³⁸⁰.

Sottomayor-Pizarro, com base em informações das *Inquirições de 1288*, conclui que os Ribeiros estão aparentados com os Ribeira e Cabreira, mas não procedem deles, nem são de todo da mesma família³⁸¹. O *Livro do Deão*, como referimos anteriormente, é claro quanto a este ponto, identificando Nuno Gomes de Guedeão como pai do primeiro Ribeiro, o já referido Pedro Nunes da Ribeira. Em suma, foram uma linhagem com origem na região transmontana, que mercê de uma aliança matrimonial acabou deslocada para o Sul do Douro, tanto para terras de Santa Maria como de Lafões, de onde aportaram o apelido.

Na análise dos percursos familiares, compete-nos ainda abordar a política matrimonial e as ligações à Corte. No entanto, para o primeiro assunto não se justificam grandes comentários e explicações, dado que fugiria também ao propósito de classificação da linhagem em relação ao território. Diga-se apenas, e a conclusão está longe de ser novidade e muito menos nossa, que os netos de Pero Nunes da Ribeira, seguiram estratégias diferentes. Uma facção optou por cultivar a proximidade ao meio cortesão, criando alianças com famílias que gravitavam em torno do monarca (foi o caso de Chamôa Gomes ou Diogo Álvares que casaram com Martim Fernandes de Urgezes e Estevaínha Martins de Podentes respetivamente); a outra privilegiou as uniões com linhagens que reforçassem a sua posição nas zonas onde detinham património³⁸².

Quanto às ligações à Corte, parece ter ocorrido uma ligeira decadência depois da deposição de D. Sancho II, o que seria expectável à luz da proximidade entre o *Capelo* e Afonso Peres Ribeiro, que o acompanhou até Toledo em 1248³⁸³. Não obstante isto não significou que o acesso ao meio cortesão lhes tivesse sido vedado posteriormente, mas apenas que deixaram de beneficiar da proximidade ao monarca de que outrora gozaram. Aliás, no reinado de D. Dinis esta linhagem voltou a inserir-se na categoria da nobreza de Corte.

³⁸⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 106-107.

³⁸¹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 112.

³⁸² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 79.

³⁸³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 86-87.

Concluindo, sobre esta família, cuja controvérsia dificultou bastante a classificação, não parece haver supremacia de nenhum dos dois polos patrimoniais identificáveis (Feira e Lafões), durante o reinado do *Bolonhês*, e por essa razão a origem do apelido acabou por ter um peso significativo na decisão final. Como tal, e tendo em conta que uma das principais áreas de influência foi o vale do Vouga, os Ribeiros foram uma linhagem interna, talvez da mesma forma que deve ter sido aveirense, ou em maior rigor, das Terras de Santa Maria. Em suma, foram indiscutivelmente uma linhagem da região centro, cujo raio de ação foi limitado pelo Douro e pelo Mondego.

3.2.2.1.23. Ruvós

A linhagem em análise é mais um exemplo típico de uma família, de origem e património em Lamego-Viseu, muito desconhecida pela historiografia. Pelo facto de o único dado de que dispomos referir apenas a posse de 1 herdade, no lugar de Ruvós em Lamego, por parte do cavaleiro Pero Martins³⁸⁴, é muito possível que a linhagem tenha nesse local a sua origem.

A falta de dados adicionais não nos permite uma análise completa, ou sequer suficiente. Mas ao que tudo indica, e é apenas uma hipótese, tratar-se-ia de uma família da nobreza regional inferior com origens e património em Lamego. Classificamo-la por isso de linhagem interna.

3.2.2.1.24. S. Cosmade

A existência de vários topónimos iguais no espaço do nosso estudo lança alguma confusão sobre o “berço” e as origens desta linhagem. Se por um lado temos a povoação de S. Cosmade em Viseu³⁸⁵ e Mangualde³⁸⁶, por outro temos uma freguesia do mesmo nome em Armamar. O facto de a linhagem ser detentora de património quer no primeiro local como no último aumenta ainda mais as nossas dúvidas. Contudo, o parentesco direto com João Soares, o Chico, de Leomil, e Teresa Anes de Bezerra, de quem é indubitavelmente filho³⁸⁷, confere maior credibilidade à hipótese da família de S. Cosmade ter nascido no julgado de Armamar. Isto porque, tanto a linhagem de Leomil, como em particular a dos Bezerra, têm a sua implantação na região norte do território em

³⁸⁴ *PMH-Inq.* 1040b.

³⁸⁵ *PMH-Inq.* 844b.

³⁸⁶ *PMH-Inq.* 806b.

³⁸⁷ *LL66G2-3*

estudo. Deste modo, a partir da filiação que acima demonstramos parece muito provável que a linhagem em questão tenha tido a sua origem no Douro-Sul, onde aliás se concentra a maioria do seu património em meados do século XIII.

Mais concretamente, Martim Anes de S. Cosmade teve 1 linhar na honra de Mós³⁸⁸ (fr. Ferreirim; c. Lamego); 1 casal em Galvã, no julgado de Lamego³⁸⁹ (fr. Cepões; c. Lamego); 1 herdade deixada por sua mãe em Arcas de Cima, no julgado de Armamar³⁹⁰ (fr. Arícera; c. Armamar); 1 herdade emprazada em Córniás, no julgado de Besteiros³⁹¹ (fr. Boa Aldeia; c. Viseu); e por fim, outra herdade em Torneirós, no julgado de Sátão³⁹².

Verifica-se, portanto, alguma dispersão patrimonial, com bens situados também a sul do território. No entanto, este ramo dos Leomil, não deixa de ser uma linhagem interna da nobreza regional, da qual não conseguimos identificar com clareza a principal área de implantação, embora desconfiemos que seja, à semelhança dos seus antepassados Bezerra e Leomil, algures nos julgados do Douro-Sul, e em particular no de Lamego e Armamar.

3.2.2.1.25. Sás³⁹³

Pela existência de uma concentração de bens no julgado de Viseu, alguns deles na atual freguesia de Vila Chã de Sá, é muito possível que a linhagem em análise seja oriunda desse mesmo espaço. Sabemos que em 1258, o cavaleiro Guilherme [Gonçalves] de Sá estava na posse de 1 herdade³⁹⁴ e 1 vinha³⁹⁵ em Vila Plana (Vila Chã de Sá; c. Viseu); enquanto que uma prossuposta irmã sua, Maria [Gonçalves] de Sá, era detentora de 1 herdade em Porrinho (fr. Silgueiros; c. Viseu) e outra em Passos³⁹⁶ (fr. S. Cipriano; c. Viseu), curiosamente, ou não, na órbita da freguesia de onde eram naturais.

A corroborar a nossa hipótese acerca da origem, o pai dos dois indivíduos anteriormente mencionados, Gonçalo Pais de Sá, figura nas *Inquirições de 1288-90* a propósito de uma altercação durante o reinado de D. Sancho II com o mordomo de D. Abril Peres de Lumiares, então tenente da terra de Viseu, por causa de uns casais que

³⁸⁸ *PMH-Inq.* 1078b.

³⁸⁹ *PMH-Inq.* 1063b.

³⁹⁰ *PMH-Inq.* 1093b.

³⁹¹ *PMH-Inq.* 830a.

³⁹² *PMH-Inq.* 799b.

³⁹³ A origem desta família é complicadíssima. Aliás, pela existência de vários indivíduos nobres a usar o apelido de Sá sem nos ser possível estabelecer qualquer ligação entre si, leva-nos a crer na existência de mais que uma família com esse sobrenome.

³⁹⁴ Guilherme [Gonçalves] de Sá herdou, em conjunto com outros familiares, esta herdade, que tinha pertencido a seu pai Gonçalo Pais no tempo de D. Sancho II (*PMH-Inq.* 854b).

³⁹⁵ *PMH-Inq.* 854a.

³⁹⁶ *PMH-Inq.* 833b.

tinha em S. João de Lourosa³⁹⁷ (c. Viseu), também estes muito próximos do local de onde parecem ter aportado o apelido.

Resumidamente, a linhagem de Sá, omissa dos nobiliários e de resto muito mal documentada, aparenta ser uma linhagem interna, com uma mobilidade geográfica reduzida, senão mesmo inexistente, pertencente à categoria da nobreza regional inferior.

3.2.2.1.26. Sarracins

Mário Barroca, em 1996, já havia constatado a forte presença da linhagem dos Sarracins no Douro-Sul. O referido autor observou, com base em dados revelados por Almeida Fernandes, que “D. Ermígio Peres Sarracins viveu junto a Cinfães, estando documentado em 1183 e em 1199”³⁹⁸. Os seus filhos, dos quais se pode contar com Rodrigo, Paio e Urraca Ermiges, aparecem então como detentores de vários bens na região, alguns dos quais herdados do seu pai. Contudo, apenas os dois últimos estavam vivos à altura das *Inquirições de 1258*.

D. Urraca Ermiges aparece então documentada como proprietária de um conjunto notável de bens naquele espaço, mais concretamente no julgado de S. Salvador, no qual se incluem 3 herdades³⁹⁹, 1 casal⁴⁰⁰, 1 reguengo⁴⁰¹ e 2 leiras⁴⁰² (fr. Cinfães; c. Cinfães). O facto de partilhar alguns destes bem com Martim Gil de Coreixas⁴⁰³ leva-nos a acreditar na possibilidade de uma aliança matrimonial entre as duas linhagens. Por sua vez, o irmão Paio Ermiges surge também com alguns bens, mas no julgado vizinho de Ferreiros. Desta feita, além de ser detentor de 1 casal⁴⁰⁴, 2 leiras⁴⁰⁵ e 3 peças de herdade⁴⁰⁶ (fr. Ferreiros de Tendais; c. Cinfães), foi ainda responsável pela usurpação de vários direitos que pertenciam ao rei, nomeadamente de pescaria e portagens⁴⁰⁷; enquanto que o seu filho possuía 1 herdade na Vila do Meio⁴⁰⁸ (fr. Espadanedo; c. Cinfães), comprada pelo seu avô Ermígio Peres de Sarracins a Paio Moniz.

³⁹⁷ *PMH-Inq.* 1288. Vol. IV/2, p. 545.

³⁹⁸ BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 2, p. 1243.

³⁹⁹ *PMH-Inq.* 974b a 976a.

⁴⁰⁰ *PMH-Inq.* 975b.

⁴⁰¹ *PMH-Inq.* 975a.

⁴⁰² *PMH-Inq.* 976a.

⁴⁰³ “*Martinus Egidii de Coreyxas et Orraca Hermigii habent ipsum casale*” (*PMH-Inq.* 975b).

⁴⁰⁴ *PMH-Inq.* 982b.

⁴⁰⁵ *PMH-Inq.* 975b.

⁴⁰⁶ *PMH-Inq.* 983a-b.

⁴⁰⁷ *PMH-Inq.* 981, 983 e 984 e BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 2, p. 1244.

⁴⁰⁸ *PMH-Inq.* 974a.

Apesar da geografia dos bens ser clara quanto à área de implantação da família, o facto do falecido Rodrigo Ermiges de Sarracins estar identificado nos inqueritos de D. Afonso III como “*Roderico Ermigiz de Cinfaes*”⁴⁰⁹ é também um traço que evidencia nitidamente a atração e fixação em Cinfães⁴¹⁰.

Quanto às alianças matrimoniais, o casamento entre um irmão de Ermígio Peres com uma mulher da linhagem dos de Matos tem bastante significado, pois demonstra o estabelecimento de relações com pelo menos uma família autóctone de Cinfães.

Em suma, de acordo com Mário Barroca, a principal área de influência dos Sarracins “concentrava-se sobretudo em Travassos, mas alargava-se ainda a Vila Meã, Contença, Açoreira e Boassas, na zona de Cinfães e Tendais. Tratava-se, portanto, de uma mancha geográfica relativamente coesa, centrada em torno do vale do rio Bestança”⁴¹¹. Por esta razão, inserimos a família em análise na categoria de linhagem interna.

3.2.2.1.27. Tabuadelo

Acerca desta linhagem sabemos apenas que D. Sancha de Tabuadelo herdou do seu marido, o cavaleiro Fernão Martins, algumas herdades em Joazim, no julgado de Lafões⁴¹² (fr. Vilar Maior; c. S. Pedro do Sul). A existência da povoação de Tabuadelo no mesmo espaço favorece a teoria de uma origem em Lamego-Viseu. Em alternativa existe uma povoação homónima no julgado de Viseu, que também não contradiz a nossa hipótese.

Dado porventura interessante, e que vem responder às nossas questões, é de que a herdade foi comprada por Fernão Martins a D. Teresa de Vilar Maior, mãe de Estevão Peres de Tavares. O facto da linhagem de D. Teresa ser também oriunda do julgado de Lafões atribui ainda maior credibilidade ao que aqui é exposto.

No entanto, partindo deste dado, nada mais nos é possível avançar sobre este elemento, ou sobre a linhagem de Tabuadelo. Parece ser, sem qualquer grau de certeza, uma linhagem de origem lameco-viseense, que em meados da centúria de duzentos detinha ainda algum património no mesmo espaço. Classificamo-la por isso como interna.

⁴⁰⁹ *PMH-Inq.* 974b.

⁴¹⁰ BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 2, p. 1244.

⁴¹¹ BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 2, p. 1244.

⁴¹² A herdade em questão, foi comprada por Fernão Martins a D. Teresa, mãe de Estevão Peres de Tavares (*PMH-Inq.* 894b).

3.2.2.1.28. Távora

Atravessando o curso médio do rio Douro até ao vale do Távora, encontramos a linhagem que aí deve ter ido buscar o seu apelido. De acordo com o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a linhagem dos Távora descende de D. Vasco Mendes, filho de D. Mendo⁴¹³. Ora, é muito possível que o D. Mendo referido nos nobiliários fosse de facto o abade homónimo do cenóbio edificado naquele espaço em meados do século XII, o Mosteiro de S. Pedro das Águias⁴¹⁴, acerca do qual as *Inquirições de 1258* são bastante claras: “*Nos vero inquisitores Domini Regis venimus ad Monasterium Sancti Petri de Aquilis et, interrogans abate et conventu predicti monasterii, data ab abate conventui loco juramenti virtute obediencie, predicti abas et conventus dixerunt in testimonio quod Dominus Rex est patronus predicti monasterii, et monasterium est hedifficatum in propria hereditate Regis. Et etiam invenimus per cartam Comitis Henrici quod ipse Comes cautavit ipsum monasterium, et illi de sua hereditate per términos divisos, sicut continetur in carta cauti et testamenti, de qua est transcriptum in roolo*”⁴¹⁵.

Mesmo que D. Mendo, pai de Vasco Mendes de Távora, nunca tenha desempenhado funções abaciais, tanto a linhagem como o mosteiro de que falámos exerceram a sua influência no mesmo espaço, tendo por certo cruzado as suas trajetórias.

Aliás, embora não nos seja possível precisar o julgado onde exerciam maior influência, é muito provável que o património da linhagem se tenha estendido ao longo das margens do rio Távora, facto obviamente bem articulado com o apelativo utilizado. Sabemos, portanto, que Pero Anes de Távora tem bens em pelo menos duas circunscrições administrativas atravessadas pelo curso fluvial mencionado. Mais concretamente, recebeu 1 herdade do concelho de Paredes, em Paradela no couto de S. Pedro das Águias (Paradela; c. Tabuaço); e comprou e usurpou tantas outras no tempo de D. Sancho II em Galinhas, Paramos, Bávia e Britelo, no julgado de Paredes⁴¹⁶ (fr. Paredes da Beira, c. S. João da Pesqueira).

O mesmo indivíduo está ainda documentado no último quartel do século XIII, altura em que teria já falecido, como antigo detentor de 1 quintã no julgado de Paiva, que

⁴¹³ LL22P11

⁴¹⁴ “Mosteiro cisterciense masc., que existiu na área da atual freg. da Granjinha, conc. de Tabuaço, na margem esquerda do rio Távora (...) o seu couto alargou os domínios a ponto de ter abrangido áreas hoje pertencentes a umas 11 fregs., tendo sido factor decisivo no povoamento da região” – ELBC, vol. 16, p. 1433.

⁴¹⁵ PMH-Inq. 1095a.

⁴¹⁶ PMH-Inq. 1095b.

continua, em 1288-90, na posse da sua linhagem⁴¹⁷. Em suma, é possível que a família em análise tenha, algures entre o reinado de D. Afonso III e D. Dinis, sofrido uma deslocação para o vale do Paiva. De facto, a faixa longitudinal que se estende entre esse vale e o do Távora era, como acentuámos anteriormente, um claro prolongamento do *Norte Senhorial*, o que certamente deveria facilitar a mobilidade interna da nobreza.

Aspeto porventura interessante foi a ligação esporádica da família à Corte do *Bolonhês*. Num Conselho judiciário reunido em 1251, esteve presente Rodrigo Martins de Távora, na qualidade de conselheiro⁴¹⁸. No entanto, ao que nos foi possível apurar, esta presença não teve continuidade, e é portanto, pouco significativa para o percurso da linhagem.

Em conclusão, pelo menos durante o reinado de Afonso III, os de Távora foram efetivamente uma linhagem interna, quer na origem como no património, tendo posteriormente sofrido algumas deslocações para outros espaços, nomeadamente para junto do vale do Paiva, no qual aparecem como proprietários.

3.2.2.1.29. Tonda

Quanto à família de Tonda, omissa dos *Livros de Linhagens* e praticamente desconhecida da nossa historiografia, tudo aponta para que esta seja proveniente do espaço com o mesmo nome, situado no julgado de Besteiros. Apesar de escassas, as informações são claras quanto à origem, pois revelam uma implantação no espaço homónimo.

A partir das *Inquirições de 1258*, ficamos a saber que o cavaleiro Soeiro Pais de Tonda era detentor de várias herdades, obtidas quer por doação como por usurpação, na paróquia de S. Salvador de Tonda⁴¹⁹ e Santiago de Besteiros⁴²⁰, ambas no julgado de Besteiros.

Existem então dois argumentos, como na maioria dos casos, que acorrem à tese de uma origem e implantação no território de Lamego-Viseu: a ligação toponímica (bastante sólida); e o património detido pela família, que apesar de residual confirma a implantação nesta área. Por este motivo, classificamos a linhagem como interna, e cuja

⁴¹⁷ *PMH-Inq.* 1288. Vol. IV/2, p. 397.

⁴¹⁸ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-75998-3-7. p. 230 (Doravante indicaremos a obra como: VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (...), p.).

⁴¹⁹ *PMH-Inq.* 817b.

⁴²⁰ *PMH-Inq.* 827a.

principal área de influência corresponde a espaços circunscritos ao atual concelho de Tondela, nomeadamente a freguesia de Tonda, na qual, como dissemos anteriormente, parecem ter tido o seu “berço”.

3.2.2.1.30. Travassos

Se a existência de múltiplos topónimos iguais poderia colocar algumas dificuldades, a grande concentração de bens na freguesia de S. Pedro de France, na qual existe também a povoação de Travassos, elimina quaisquer dúvidas que possamos ter acerca da origem da linhagem. De facto, os testemunhos das *Inquirições de 1258* são bastante claros quanto a isso. A partir desta fonte ficamos a saber que os filhos de Gonçalo Rodrigues de Travassos, nos quais se inclui Abril Gonçalves, além de herdarem de seu pai 1/2 quintã, 1 herdade, 1 souto, e 1/8 de uma fogueira⁴²¹, ainda adquirem de forma ilícita 1 herdade em Figueiredo⁴²². Todos estes bens, como acabamos de referir, localizam-se na mesma freguesia, o que liga a linhagem de forma bastante indiscutível ao julgado de Viseu.

As *Inquirições de 1288-90* chegam mesmo a referir que a quintã de Travassos pertenceu a Pero Rodrigues⁴²³. É muito possível que este proprietário fosse irmão de Gonçalo Rodrigues, e que por algum tempo tenha partilhado a posse daquele bem.

No que concerne às alianças matrimoniais, tal como destacamos anteriormente, é possível que os Travassos se tenham relacionado com os Penongel, família de Lafões de categoria semelhante. Mais concretamente, a filha de Gonçalo Rodrigues pode eventualmente ter casado com Gonçalo Gonçalves de Penongel, que através deste matrimónio recebeu vários bens no território de Lamego-Viseu⁴²⁴.

De qualquer das formas, nada mais sabemos acerca destes indivíduos, muito mal documentados como tivemos oportunidade de verificar. Muito resumidamente, os de Travassos foram uma família interna, sem qualquer tipo de mobilidade geográfica, e ao que tudo indica da nobreza regional inferior.

⁴²¹ *PMH-Inq.* 867b e 870ab.

⁴²² *PMH-Inq.* 867b.

⁴²³ *PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 536.

⁴²⁴ *PMH-Inq.* 869b e 878b.

3.2.2.1.31. Vaiões

Não existem muitas duvidas que a linhagem de Vaiões é proveniente da região em estudo, mais concretamente da terra de Lafões, onde é possível encontrar o topónimo que esta família adotou como apelido.

De facto, os testemunhos das *Inquirições de 1258* vêm corroborar esta hipótese. Apesar de residuais, os bens detidos por esta família localizam-se todos no mesmo espaço. Sabemos, assim, que Fernão Afonso de Vaiões, filho do escudeiro Afonso Rodrigues, herdou ¼ de casal e usurpou 1 reguengo em Rompecilha, no julgado do Sul⁴²⁵ (fr. S. Martinho das Moitas; c. S. Pedro do Sul), e deveria também ser detentor, com o seu pai e irmãos, do direito de padroado da Igreja de Santa Eulália de Baiões, no julgado de Lafões⁴²⁶ (fr. Baiões; c. S. Pedro do Sul). Quanto a isto, a informação não é direta. Não obstante, sabemos que esse direito pertencia aos filhos e netos de Rui Pais de Vaiões. Ora, é muito possível que este tenha sido pai de Afonso Rodrigues e avô de Fernão Afonso. Com base no referido parentesco é provável que este último indivíduo tenha estado então na posse da igreja em 1258. Mais uma vez, o tipo de referência e o facto de o padroado estar na família há pelo menos duas gerações, aponta para uma presumível antiguidade da linhagem naquele espaço.

Outra hipótese, porventura verosímil, é que a linhagem, durante a primeira metade do século XIII, tentou expandir-se para julgados vizinhos ao espaço de origem, comprovado pela posse de alguns bens no julgado de Sul. No entanto a linhagem só ganharia alguma visibilidade no século seguinte com a “primeira – e ao que supomos – única ligação dos de Vaiões à Corte”⁴²⁷. Neste ponto, as semelhanças com os de Amaral são bem visíveis, já que estes tiveram um percurso paralelo, chegando aos meios cortesãos na mesma altura.

Existem outros indícios de permanência da família no espaço de origem. Vasco Lourenço de Vaiões aparece em Vouzela, a protagonizar um pedido de treslado de 6 de Julho de 1342⁴²⁸. Este dado torna por demais evidente que a linhagem em análise, pelo menos até meados do século seguinte, nunca abandonou o julgado de Lafões.

⁴²⁵ *PMH-Inq.* 924b.

⁴²⁶ *PMH-Inq.* 900a.

⁴²⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 532.

⁴²⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 103.

Em suma, os de Vaiões são uma linhagem interna, cujo “berço” e maior área de influência parece ter sido no julgado de Lafões, nomeadamente na paróquia de Santa Eulália, em S. Pedro do Sul.

3.2.2.1.32. Vilharigues

Mais uma vez estamos perante uma linhagem acerca da qual se conhece muito pouco. Com um apelido de origem toponímica, rapidamente ligamos a linhagem ao território de Lamego-Viseu, onde é possível encontrar atualmente a freguesia de Paços de Vilharigues, no concelho de Vouzela.

Novamente, essa implantação territorial torna-se por demais evidente com os testemunhos das *Inquirições de 1258*. Apesar de não encontrarmos património desta família na freguesia do mesmo nome em concreto, o mesmo não se pode dizer para as freguesias vizinhas. O cavaleiro Miguel Anes de Vilharigues filhou, já no reinado de D. Afonso III, 2 herdades⁴²⁹ da fogueira de Quintela (fr. Queirã; c. Vouzela) no julgado de Lafões, e tinha ainda a vila de Rabaçal no mesmo julgado (fr. S. Miguel do Mato; c. Vouzela)⁴³⁰.

Verificamos, portanto, que a família de Vilharigues tinha uma implantação patrimonial relevante no espaço circundante à freguesia da qual aportaram o apelido. À semelhança dos Cambar, tudo indica que se trate de uma linhagem interna da nobreza regional inferior, cujo principal polo patrimonial se situa no julgado de Lafões.

3.2.2.1.33. Viseu

Como nos é indicado pelo próprio apelido, a linhagem em análise tem uma ligação indiscutível com o espaço de Viseu, e não restam quaisquer dúvidas de que ali tiveram a sua origem e núcleo patrimonial.

Das *Inquirições de 1258* sabemos que João Peres de Viseu teve 2 herdades em S. Martinho⁴³¹ (fr. S. Pedro de France; c. Viseu); e 2 moinhos na Vila de Moinhos⁴³² (fr. S. Salvador; c. Viseu), ambas no julgado de Viseu.

⁴²⁹ Temos ainda a informação que uma dessas fogueiras foi usurpada a Pero Remonde – “*quod Michael Johannis de Oveliearigos filiavit Petro Remondi unam hereditatem*” (PMH-Inq. 904b-905a).

⁴³⁰ PMH-Inq. 904a.

⁴³¹ PMH-Inq. 849a.

⁴³² PMH-Inq. 852b.

Pelo facto de 30 anos mais tarde, em 1288, ser possível detetar um elemento desta linhagem, o cavaleiro Soeiro Anes, presumível filho de João Peres, como proprietário de vários bens no mesmo julgado⁴³³, e como alcaide de Viseu, é relativamente seguro aferir, que tinham o seu principal espaço de influência e núcleo patrimonial naquele espaço.

Em suma, omissos dos *Livros de Linhagens*, e sem qualquer ligação à corte, os de Viseu foram muito provavelmente uma família de âmbito regional, com uma mobilidade geográfica bastante reduzida. Com base na utilização do topónimo como identificativo, no exercício de um cargo regional, e porque todos os bens detidos por esta linhagem estavam circunscritos ao mesmo espaço, não hesitamos em classificá-la como interna.

3.2.2.2. Linhagens Secundárias

3.2.2.2.1. Cerveira

Os Cerveira são uma linhagem fortemente associada à região do Alto Minho, e raramente ao território de Lamego-Viseu, embora este nos pareça um componente importante do seu percurso. Apesar de ser uma família bem conhecida da historiografia, a presença neste último espaço nunca foi devidamente valorizada, e por essa razão parece-nos ser uma análise pertinente, e essencial para a caracterização da nobreza da região.

Este ramo dos Velhos⁴³⁴, e portanto procedente dos Baiões, surgiu na 2ª metade do século XII, ligada à cidade de Coimbra, na qual o primeiro elemento documentado a utilizar o apelido, João Nunes de Cerveira, ocupou o cargo de alcaide (1166-1170)⁴³⁵. Naturalmente, o exercício destas funções motivou a aquisição de bens tanto naquela cidade, como nas proximidades, nomeadamente em Besteiros e Viseu⁴³⁶. Por sua vez, a presença no Alto Minho, mais concretamente nos julgados de Cerveira (do onde retiraram o apelido), Caminha e Pena da Rainha, ficou a dever-se à doação de D. Sancho I a João Nunes de um préstamo em Cerveira, no ano de 1188⁴³⁷. A partir desse momento, independentemente de implicar um afastamento geográfico do monarca, a linhagem preocupou-se em reforçar a sua posição na região nortenha, “preferido mesmo os

⁴³³ Soeiro Anes de Viseu aparece como detentor de bens nas paróquias de Cavernães, S. Pedro de France, Bodiosa e Santa Maria da Sé (*PMH-Inq.* - Vol. IV/2, p. 534-535; 536-537; 552-553; 555-556).

⁴³⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 413.

⁴³⁵ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 137.

⁴³⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 413.

⁴³⁷ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 137.

contactos com o outro lado da fronteira minhota aos do Sul”⁴³⁸. A descendência de João Nunes ficou vinculada, a partir daquele momento, ao Norte onde a presença foi constante e sólida. Mas é de Lourenço Anes, um dos seus filhos, que nos importa falar. Vejamos porquê.

Sottomayor-Pizarro acentua o facto dos filhos de Lourenço Anes terem “protagonizado um duplo regresso da linhagem, primeiro aos círculos da Corte e, depois, ao núcleo patrimonial que o seu fundador tinha constituído na Beira”⁴³⁹. cremos, no entanto, que o processo foi inverso, ou seja, que o regresso à Beira não tenha sido necessariamente exclusivo da sua descendência, mas sim que tenha começado na sua pessoa, que posteriormente influenciou os filhos a orientarem-se para aquele espaço, e consequentemente a associarem-se à Corte. Só assim se compreende que Lourenço Anes esteja documentado nas *Inquirições de 1258*, pelo facto dos seus filhos partilharem o direito de padroado da Igreja de Campia (fr. Campia; c. Vouzela), com os filhos de Pero Peres de Cambar e Pero Rodrigues de Boi Alvo⁴⁴⁰. Naturalmente, este dado não significa que os referidos direitos lhe tenham efetivamente pertencido, mas sugerem de forma evidente da sua presença no espaço. No entanto, é a cronologia que provoca maiores desconfianças. Enquanto que as aparições na Corte são exclusivas do reinado dionisino, não existindo qualquer ligação desde o tempo de D. Sancho I, a aquisição de bens no julgado de Lafões corresponde indubitavelmente ao reinado de D. Afonso III. Com efeito, D. Pero Lourenço de Cerveira⁴⁴¹, filho de Lourenço Anes, está documentado no ano de 1258, como proprietário de 1 herdade e 1 casal em Sejães⁴⁴² (c. Oliveira de Frades), no julgado de Lafões; e nas *Inquirições de 1288-90*, como detentor - desde o reinado de D. Afonso III - de 1 quintã com sete casais em Canelas⁴⁴³ (fr. S. Cipriano; c. Viseu), no julgado de Viseu.

Em suma, não existem dúvidas que os dois eixos estão articulados. Não obstante, os Cerveira parecem ter tentado, num primeiro momento, uma aproximação geográfica aos meios cortesãos (em meados do século XIII); e apenas depois a sua inclusão na Corte,

⁴³⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012. ISBN 978-972-759-966-0. p. 182.

⁴³⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Linhagens medievais portuguesas (...)*, Vol. 1, p. 417.

⁴⁴⁰ *PMH-Inq.* 914b.

⁴⁴¹ A identificação deste indivíduo com a linhagem dos Cerveira não é totalmente segura, pois o apelido é omitido na fonte. Contudo, tendo em conta a existência de um Pero Lourenço de Cerveira como proprietário em Viseu no tempo de D. Afonso III, parece-nos provável que se tratasse do mesmo cavaleiro.

⁴⁴² *PMH-Inq.* 913b.

⁴⁴³ *PMH-Inq.* 1288 – Vol. IV/2, p. 543.

na qualidade de vassallos da família régia, na qual só surgem no último quartel da mesma centúria, como acabamos de referir.

Por todos estes motivos, a linhagem em análise parece ter fomentado a presença no território de Lamego-Viseu durante o reinado do *Bolonhês*, sobretudo como veículo de aproximação à Corte. Daqui resulta que, apesar do Alto Minho ser a região por excelência da família, Lafões foi também um espaço determinante para o percurso dos Cerveira, sendo por isso classificados como linhagem secundária.

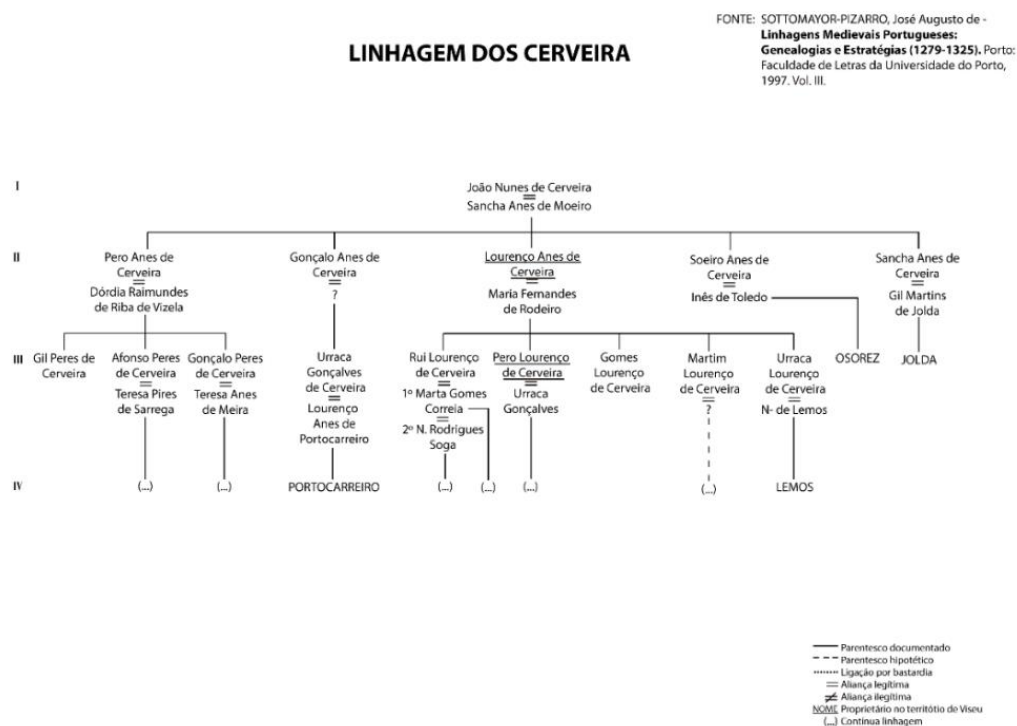


Figura 3 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Cerveira

3.2.2.2.2. Coreixas

Apesar da família de Coreixas, omissa dos *Livros de Linhagens*, ser relativamente desconhecida, a utilização da preposição de lugar “de” nas inquirições (“*Martinus Egidii de Coreyxa*”⁴⁴⁴)” aponta para que o apelido seja de inspiração toponímica. Ora, partindo desse princípio é muito provável que a linhagem seja oriunda da freguesia de Santa Maria de Coreixas, no julgado de Penafiel de Sousa (c. Penafiel), onde aliás é possível aferir uma forte implantação patrimonial. Pelo facto da honra de Coreixas, fundada por Gonçalo

⁴⁴⁴ PMH – Inq. 975b.

Gil de Arões no tempo de Afonso II, andar ligada à quintã de Gil Martins de Coreixas em meados do século XIII⁴⁴⁵, é visível essa mesma ligação ao território.

Em suma, parece-nos bastante possível que os de Coreixas tenham a sua origem no vale do Sousa, fora do espaço do nosso estudo, onde terão formado a sua principal área de influência. Outros argumentos estreitam ainda mais esta relação. Por exemplo, João Pedro Ribeiro dá-nos conta de um contrato de 1276 entre Martim Gil, cavaleiro de Coreixas, e o Mosteiro de Bustelo edificado na região⁴⁴⁶. A acrescentar, a estratégia matrimonial assumida pelo seu filho Gil Martins⁴⁴⁷, que casou com Teresa Lourenço de Portocarreiro⁴⁴⁸, reforça ainda mais o vínculo com o *Norte Senhorial*. Desta união resultou pelo menos um filho, João Gil, que herdou bens no julgado de Portocarreiro, dilatados ainda pelo seu casamento com um elemento dessa mesma linhagem, e possivelmente sua familiar.

Ainda desta política de alianças poderá ter resultado um polo patrimonial mais a Norte, entre o Lima e o Minho, mais concretamente no julgado de Arcos de Valdevez, onde, de acordo com as *Inquirições de 1288-90*, além de Gil Martins deter vários bens⁴⁴⁹, a sua filha foi criada⁴⁵⁰.

Quanto ao território de Lamego-Viseu existiu uma tendência clara de fixação no Douro-Sul, onde Martim Gil adquiriu uma numerosa quantidade de bens. Pela estrutura textual (ex: “*Rodericus Hermigiz de Cinfães filiavit (...) et modo Martinus Egidii de Coreixas habet ipsam...*”⁴⁵¹) acreditamos que os bens foram herdados. Por isso mesmo, não deixa de ser estranho a posse de tantos bens detidos anteriormente por Rui Hermiges de [Sarracins] Cinfães⁴⁵². Uma hipótese que porventura justificaria este facto seria o

⁴⁴⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas (...)*, Vol. 2, p. 72-73.

⁴⁴⁶ RIBEIRO, João Pedro – *Observações Historicar e Criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portugueza*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. Parte I. p. 92.

⁴⁴⁷ É muito possível que Gil Martins fosse responsável por muitas violências e malfetorias, dado que, de acordo com Joaquim Viterbo, este indivíduo deixa, no seu testamento de 1288, “*quinhentos maravedís por alma daquelles (diz) que eu matei, e mandei matar, e fiz matar, e consolei a matar, e ajudei a matar, pera cantar Missas sobre Altar*” (VITERBO, Joaquim Rosas, *Elucidário (...)*, vol. 2 - Suplemento, p. 27).

⁴⁴⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas (...)*, Vol. 2, p. 330.

⁴⁴⁹ Gil Martins aparece como proprietário de 1 casa e 1 quintã na fr. de S. Julião de Nogueira (*PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/1, p. 231, 234); e de 1 quintã em Santa Eulália de Rio de Moinhos (*PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/1, p. 241).

⁴⁵⁰ *PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/1, p. 245.

⁴⁵¹ *PMH-Inq. 975a*.

⁴⁵² Mário Barroca explica que Rui Hermiges, filho de Ermígio Peres de Sarracins, é designado pelas *Inquirições de 1258* por “*Rodericus Hermiges de Cinfaes*”, o que ilustra bem a geografia dos seus bens (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa (...)*, Vol. 2, p. 1244).

casamento com uma filha, ou quiçá irmã, com quem chega de facto a partilhar bens⁴⁵³, de Rui Hermiges. Alerta-se, no entanto, que não temos qualquer prova documental que sustente essa união. Mas se assim tiver ocorrido, percebe-se que a deslocação da linhagem dos Coreixas para a margem Sul do Douro, ou a formação de um novo núcleo patrimonial nesse espaço, resultou de um elo matrimonial com os Sarracins. Assim, sabemos que, em 1258, Martim Gil de Coreixas detinha 2 casais⁴⁵⁴, 2 herdades⁴⁵⁵, 6 leiras⁴⁵⁶, 1 campo⁴⁵⁷, 1 casa⁴⁵⁸, e 1 vinha⁴⁵⁹ no julgado de S. Salvador de Nogueira, a maioria na povoação de Travassos; e 1 casal⁴⁶⁰ em Vilar do Meio, no couto de Tarouquela. Como é possível comprovar, o património em Cinfães é extremamente coeso, o que resulta num polo de bens muito bem definido, localizado próximo da margem esquerda do rio Douro.

Em síntese, apesar da mobilidade geográfica, tanto dentro do *Norte Senhorial* como para fora dele, a família de Coreixas estava enraizada no vale do Sousa, onde o património, as alianças matrimoniais, e a ligação a instituições religiosas durante o século XIII são claras, tornando o vínculo mais sólido. Nesse sentido, e tendo em conta a extensão e coesão dos bens no julgado de Cinfães, o polo de Lamego-Viseu apresenta um carácter secundário, mas ainda assim, acreditamos nós, importante para a família em análise. No fim, a origem acabou por ter um peso maior do que a ambição de expansão para Sul, no percurso da linhagem.

3.2.2.2.3. Soverosa

Os Soverosa, linhagem de origem galega que a historiografia raramente associou de forma efetiva ao território de Lamego-Viseu durante o século XIII, surpreenderam-nos não só pela quantidade, como pela coesão dos bens que aí possuíram. De facto, se para o período anterior, Leontina Ventura já tinha sublinhado o exercício das tenências de Viseu⁴⁶¹ (1132-1145) e Lafões⁴⁶² (1152) por antepassados da linhagem, José Augusto Sottomayor-Pizarro foi mais longe e constatou um reforço do interesse na região, com

⁴⁵³ Martim Gil de Coreixas partilha a posse de 1 casal em Avitoure (fr. Cinfães; c. Cinfães) com “Orraca Ermigiz germana de Roderico Ermigiz de Cinfães” (*PMH-Inq.* 975b).

⁴⁵⁴ *PMH-Inq.* 973b/975b.

⁴⁵⁵ *PMH-Inq.* 975b/976b.

⁴⁵⁶ *PMH-Inq.* 975a/976a/977a/978a.

⁴⁵⁷ *PMH-Inq.* 977a.

⁴⁵⁸ *PMH-Inq.* 978a.

⁴⁵⁹ *PMH-Inq.* 976b.

⁴⁶⁰ *PMH-Inq.* 973b.

⁴⁶¹ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 1025.

⁴⁶² VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 1017.

base na doação da vila de Moçâmedes (fr. S. Miguel do Mato; c. Vouzela) aos mesmos indivíduos, por D. Afonso Henriques⁴⁶³. No entanto, esta presença em Lamego-Viseu perde relevância, pelo menos aparentemente, em virtude da aliança matrimonial na segunda metade do século XII, entre Vasco Fernandes Cativo, neto do conde galego de Sobrado, e Teresa Gonçalves de Sousa – “casal progenitor de todos os Soverosas”⁴⁶⁴ – que desloca indiscutivelmente a linhagem para espaços nortenhos, nomeadamente Aguiar de Sousa, Panóias, Aguiar da Pena, Felgueiras, entre outros, onde aliás exerceram funções governativas.

Resumidamente, se a proximidade constante ao poder régio, e a participação na defesa das fronteiras do reino durante o século XII por antepassados da linhagem se materializou numa implantação no território em estudo, a ligação aos Sousas resultou num reforço e transferência da sua presença para Norte, de onde aportariam o apelido Soverosa.

Apenas com Vasco Gil de Soverosa⁴⁶⁵, neto de Vasco Fernandes Cativo, voltaríamos a verificar uma presença significativa e coerente no território de Lamego-Viseu. Com base nas *Inquirições de 1258*, ficamos a saber que este indivíduo ao casar com Fruilhe Fernandes “Cheira”, de Riba de Vizela, recebeu do sogro 3 póvoas e 4 casais em Tondela, e ainda o Couto de Guardão (fr. Guardão; c. Tondela)⁴⁶⁶. Por sua vez, Elvira Vasques de Soverosa II, filha de Vasco Gil, aparece a herdar 1 casal no mesmo espaço⁴⁶⁷, que tinha também pertencido ao seu avô materno.

A presença dos Soverosa no território de Lamego-Viseu é complexa, e pauta-se por vários fatores muito distintos. Num primeiro momento, a linhagem aparece de facto ligada à região, mercê principalmente da proximidade ao primeiro monarca português e do papel na defesa das fronteiras. Mas posteriormente, são as alianças matrimoniais que parecem ditar as orientações geográficas da família. No final do século XII, devido à ligação aos Sousas, os Soverosa aparecem sobretudo em territórios do Norte, dominados pela família a que se associavam. Já na primeira metade do século seguinte, Vasco Gil ao unir-se matrimonialmente aos Riba de Vizela, retoma o seu lugar, muito próximo da vila que tinha sido doado aos seus antepassados cerca de um século antes, no território de

⁴⁶³ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 207-208.

⁴⁶⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 209.

⁴⁶⁵ Destaque-se que o partidário com a causa de D. Sancho II ditaria o seu afastamento para Castela, aquando a derrota do *Capelo*.

⁴⁶⁶ *PMH-Inq.* 824a-826b.

⁴⁶⁷ *PMH-Inq.* 825a.

Lamego-Viseu, onde passa a deter um extenso património. Em conclusão, independentemente da linhagem se associar primordialmente a regiões nortenhas, os Soverosa parecem ter sido detentores de um conjunto de bens no território em estudo, que tanto pela dimensão e coesão, como pelos antecedentes históricos, adquire um carácter importante para a família, sendo por isso categorizados como uma linhagem secundária.

3.2.2.2.4. Tabuado

Acerca desta família, ao que nos foi possível apurar, sabe-se muito pouco. Omissa dos *Livros de Linhagens*, as suas origens estão envoltas em grande mistério. No entanto, é muito possível, com base em semelhanças toponímicas, que a família seja oriunda do entre o Douro e Tâmega, fora do nosso espaço, mais concretamente do julgado de Gestação e Gouveia, onde é possível encontrar a paróquia e eremitério de S. Salvador de Tabuado⁴⁶⁸ (fr. Tabuado; c. Marco de Canaveses).

Algures antes de 1258 devem ter adquirido bens a sul do Douro, no espaço do nosso estudo, aparecendo nas inquirições como proprietários nos julgados vizinhos de Ferreiros e Tendais. No primeiro destes, João Gonçalves de Tabuado tem 2 casais⁴⁶⁹; no segundo, já aparece na posse de 2 soutos⁴⁷⁰ e 1 vinha⁴⁷¹.

Como é possível verificar, embora não seja tão pouco assim, é um património pouco expressivo, mas não o suficiente para que se possa desprezar a sua presença. Temos naturalmente muitas reservas em identificá-los como uma linhagem interna, mas a coesão dos bens no espaço aponta para que se trate de uma família secundária.

De qualquer das formas, os de Tabuado, assumindo que têm a sua origem no espaço que apontamos anteriormente, movimentam-se sempre em territórios densamente senhoriais⁴⁷², porventura o motivo que faz com que se percam na mancha

⁴⁶⁸ Nas *Inquirições de 1258*, esta igreja aparece designada como “*Hermida de Sancta Maria de Tavoado*” (*PMH-Inq.* 1186a), e tem como padroeiros os descendentes de Gosendo Alvares, “prócer de grandes possessões através das terras de Baião-Penaguião”, que em Setembro de 1131 recebeu carta de couto de D. Afonso Henriques. (GEPB – “Tabuado”, vol. 30, p. 518).

⁴⁶⁹ *PMH-Inq.* 983a.

⁴⁷⁰ *PMH-Inq.* 979a, 981a.

⁴⁷¹ *PMH-Inq.* 981a.

⁴⁷² Existem autores inclusive, que caracterizam a freguesia de Tabuado pela forte presença senhorial (“Das abundantes descrições de teor geográfico ou corográfico referentes a Tabuado ressaltam as apreciações à forte presença senhorial” - BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno – Igreja do Salvador de Tabuado: Marco de Canaveses. In ROSAS, Lúcia, (coord.) – *Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014. ISSN 978-989-20-5243-4 Vol. 2, p. 161). Aliás, a presença de nobre no concelho de Marco de Canaveses, além de bem documentada, é consistente com os percursos de nobreza antiga, como sejam os Riba Douro ou Baião, que se sobrepõem nesse território à do monarca.

demográfica de nobres daqueles espaços. Por outro lado, o facto de serem também omissos nos inquéritos dionisinas de 1288, aponta para o eventual desaparecimento da família, antes ou durante esse reinado, e que à época das inquéritos de D. Afonso III podia muito bem enfrentar um processo de decadência.

3.2.2.2.5. Tavares

O percurso dos Tavares, protagonizado em meados da centúria de duzentos por Estevão Peres, ficou marcado pelas distintas orientações geográficas que se pautaram mediante diferentes níveis de relação. Ou seja, se uma aliança matrimonial o deslocou, ou reforçou a sua posição na Beira Interior, a sua relação com o rei levá-lo-ia até Faro, onde exerceu o cargo de alcaide em 1249⁴⁷³.

Não obstante, muito à semelhança dos de Melo, a historiografia tem sido concordante em associar esta família à Beira Interior, na qual parecem deter a principal área de influência. Importa por isso clarificar a relação entre os Tavares e o território de Lamego-Viseu, que até hoje não nos parece que tenha sido devidamente valorizada.

Comecemos pela origem. Filho de Pero Viegas (possível alcaide da Guarda⁴⁷⁴) e de D. Teresa de Vila Maior⁴⁷⁵, Estevão Peres foi o primeiro indivíduo documentado a utilizar o referido apelido, provavelmente retirado da freguesia de Santa Maria de Chãs de Tavares (fr. Chãs de Tavares; c. Mangualde), no julgado de Azurara, na qual aparece a usurpar o direito de padroado⁴⁷⁶. cremos, portanto, que não estaremos errados, arriscando um carácter hipotético mas ainda assim pertinente, em afiliar uma relação de origem entre a linhagem e o espaço do nosso estudo.

Tendo isto em conta, e a proximidade ao rei que parecem ter cultivado durante grande parte do século XIII, não nos surpreende que o mesmo indivíduo tenha governado a terra de Penalva, vizinha de Azurara, entre 1223 e 1248⁴⁷⁷. Nesse espaço, segundo as *Inquirições de 1258*, Estevão Peres revela preocupações em reforçar a sua posição, adquirido tanto por compra, como por usurpação, várias herdades⁴⁷⁸.

⁴⁷³ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 722).

⁴⁷⁴ Não podemos deixar de acentuar a natureza hipotética desta asserção, que não nos permite antever alguma origem naquele território.

⁴⁷⁵ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 722.

⁴⁷⁶ *PMH-Inq.* 806a.

⁴⁷⁷ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p.722.

⁴⁷⁸ *PMH-Inq.* 801b-804a.

Já por via materna herdou o direito de padroado da paróquia de Vila Maior (fr. Vila Maior; c. S. Pedro do Sul), no julgado de Lafões, partilhando-o em 1258 com o seu cunhado Mem Gonçalves da Fonseca⁴⁷⁹.

Ora, se até aqui os Tavares revelam uma orientação geográfica circunscrita ao território de Lamego-Viseu, o casamento com Ouroana Esteves da Covilhã viria a ditar um novo rumo, determinante para a descendência desta união. Além de Estevão Peres possuir vários bens em Algodres, no distrito da Guarda, onde tinha casa⁴⁸⁰, os seus filhos Pero e João Esteves de Tavares parecem estar implantados nessa região, onde viriam a morrer num conflito armado com a linhagem dos de Cambra, em 1277, conhecido como “*lide de Gouveia*”⁴⁸¹.

Quanto às ligações à corte não deixamos de verificar uma manutenção interessante da posição junto dos sucessivos monarcas. Se no tempo de D. Sancho II, Estevão Peres foi agraciado com a tenência de Penalva, e durante o qual participou no cerco de Sevilha em 1248⁴⁸², no ano seguinte “está já com Afonso III na conquista do Algarve, tendo sido recompensado com a alcaidaria de Faro”⁴⁸³. No entanto, este último facto deve ser analisado com algumas reservas e tem que se inserir num contexto singular, e portanto como uma manobra de afirmação de poder no recém-conquistado Algarve. Daqui resulta, que a nomeação para o cargo deve ser observada mais como um reflexo da ligação ao monarca e da confiança que este lhe depositara, ou até da tentativa de inclusão no seu círculo privado daqueles que tinham sido próximos da corte do seu irmão, do que propriamente como uma clara intenção de deslocação, ou implantação, da linhagem dos Tavares para o Sul. No reinado dionisino manter-se-iam na corte por ligação vassálica à família real, passando da vassalidade do Infante D. Afonso de Portalegre para a de D. Dinis⁴⁸⁴.

Leontina Ventura constatou ainda que em 1245, Estevão Peres doou 6 casais que possuía em Vila Mendo (c. Penalva do Castelo) ao Mosteiro de Tarouca, para aí ser sepultado com a sua mulher⁴⁸⁵.

⁴⁷⁹ *PMH-Inq.* 893b.

⁴⁸⁰ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 722.

⁴⁸¹ Segundo José Augusto de Sottomayor-Pizarro desconhece-se as razões que motivaram o conflito, afirmando que “tudo parece apontar para um ajuste de contas entre senhores” (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 592).

⁴⁸² A propósito das motivações dos participantes no Cerco de Sevilha em 1248 veja-se SIMÕES, Francisco Oliveira - *A cavalaria portuguesa no cerco de Sevilha de 1248*. Lisboa: Edição de Autor. 2014.

⁴⁸³ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 723.

⁴⁸⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 525.

⁴⁸⁵ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 723.

O que num primeiro momento poderia parecer um percurso muito semelhante aos de Melo, ganha uma nova dimensão à luz da origem da linhagem e do exercício de cargos governativos. Embora a geografia dos bens pareça algo idêntica, os trajetos são inteiramente diferentes, porventura inversos. Enquanto os primeiros, vindo do Norte, se fixam na Beira Interior, e num processo de expansão alargam o poder fundiário a concelhos da fronteira leste do distrito de Viseu, os Tavares têm origem nesses concelhos, para posteriormente se fixarem na Beira Interior. Contudo, não é possível ignorar o carácter principal que o polo mais próximo da fronteira com o reino vizinho ganha ainda durante o reinado do *Bolonhês*, e por isso classificamo-los como uma linhagem secundária.

3.2.2.2.6 Vale

Apesar de não ser possível enquadrar o único indivíduo de que temos notícia, Pero Gonçalves do Vale, no esquema genealógico reconstituído a partir do *Livro de Linhagens*, vale a pena descrever e comentar o seu património. Sabemos então que além de ser detentor de 2 casais em Porcelhe (fr. Arcozelo das Maias; c. Oliveira de Frades), no julgado de Lafões⁴⁸⁶, comprou ainda 1 herdade em Lustos⁴⁸⁷a (fr. Ribafeita; c. Viseu), no mesmo julgado, e 1 casal e 1 herdade em Paçô (fr. Lordosa; c. Viseu), no julgado de vizinho de Viseu⁴⁸⁸.

Não existem grandes conclusões a retirar destes dados. Não obstante, parece lógico assumir que esta família construiu, a partir de um percurso individual, um polo patrimonial, muito provavelmente secundário, na zona meridional no distrito de Viseu. Partindo deste pressuposto, classificamos a linhagem dos Vale como secundária.

3.2.2.3. Linhagens Externas

3.2.2.3.1. Aguiar-Alcoforado

As duas linhagens que aqui tratamos não podem ser consideradas famílias nobres beirãs de origem, pois apesar de terem bens no espaço, o seu principal polo patrimonial localizava-se a norte do rio Douro, junto do vale do Sousa, e anteriormente no Alto

⁴⁸⁶ *PMH-Inq.* 916a.

⁴⁸⁷ Esta herdade foi comprada com Fernão Ribeira e D. Toda do Amaral (*PMH-Inq.* 881a).

⁴⁸⁸ *PMH-Inq.* 880b.

Tâmega⁴⁸⁹. No entanto, provavelmente devido a alianças matrimoniais, parecem ter algumas deslocções esporádicas para Sul, nomeadamente para a Beira Alta, como iremos demonstrar.

Mas antes, vejamos alguns aspetos sobre os Aguiar que importa clarificar. Esta família, ramo dos Guedões, tem inicialmente como área de influência Aguiar de Pena, na zona de Chaves, mas viriam a abandoná-la pela ocupação de outro espaço⁴⁹⁰. Mercê do casamento entre Martim Peres de Aguiar e Elvira (ou Marinha⁴⁹¹) Gonçalves de Sousa, bastarda de D. Gonçalo Mendes de Sousa, a linhagem desloca-se da região de Chaves para o vale do Sousa⁴⁹², onde se fixa e ganha hegemonia.

Esta transição, provavelmente no último quartel do século XII, viria a determinar os destinos desta linhagem, que ao fim de três gerações estaria extinta, prosseguindo por via dos Alcoforados. O acima referido Martim Peres e sua mulher tiveram dois filhos: Nuno Martins de Aguiar e Pero Martins de Alcoforado (o primeiro deste nome). Quanto ao primeiro, fruto de união entre ele e uma mulher desconhecida, nasceria apenas uma filha, D. Dórdia Nunes de Aguiar⁴⁹³, sendo a última da sua linhagem a usar o apelido Aguiar. É esta mesma D. Dórdia que encontramos nas *Inquirições de 1258* como detentora de alguns bens no concelho de Cinfães, deixando então a marca da sua família no espaço do nosso estudo. Este pequeno núcleo patrimonial, constituído por 1 casal em Bouças⁴⁹⁴ (fr. Cinfães; c. Cinfães) no julgado de S. Salvador, e 1 vinha na Lavandeira⁴⁹⁵ (fr. Espadanedo; c. Cinfães) no couto de Tarouquela, parece ter pouca expressividade. Embora não consigamos explicar a origem da nova unidade espacial, a sua existência parece confirmar a tendência desta família para a “formação de bases territoriais mais a

⁴⁸⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 13-14.

⁴⁹⁰ As ligações ao berço da linhagem persistem apenas pela descendência das irmãs de Martim Peres de Aguiar (Urraca Peres de Borvela, Dórdia Peres de Aguiar, e Maria Peres de Aguiar) (BARROCA, Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – *A Terra e o Castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*. In *Revista Portugalia. Nova Série*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 0971 – 4290. Vol. VI/VII, (1985/1986). p. 53-54).

⁴⁹¹ Aparecem os dois nomes para definir a mesma mulher. D. Elvira Gonçalves (LL60M3) e D. Marinha Gonçalves (LL62A6).

⁴⁹² Goldora Gondores de Refronteira, na qualidade de padroeira do mosteiro de Bustelo, passa esses direitos para a sua filha, e consequentemente para os Alcoforados (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 14).

⁴⁹³ A referida D. Dórdia casou com D. Martim Sanches de Medãs, cuja família tinha bens do outro lado do rio Douro, e que ficou célebre pela sua participação na lide do Porto - foi mui boo cavaleiro e teve o pendom de dom Martim Gil, o que venceu a lide do Porto, em essa lide” (LL62I8).

⁴⁹⁴ PMH – Inq. 972b.

⁴⁹⁵ PMH – Inq. 973a.

sul do "berço" de origem"⁴⁹⁶, e pode agora afirmar-se inclusive mais para sul da sua principal área de influência, e do rio Douro.

Vejamos agora o caso dos Alcoforados. Esta linhagem, que provém também dos Guedões, é um ramo familiar dos Aguiar, tendo um percurso relativamente próximo até à extinção da primeira. Á semelhança dos Aguiar a sua área de influência é a região de Aguiar de Sousa, onde chegou o primeiro Alcoforado, D. Pero Martins, como expliquei anteriormente, por via materna. Este, tal como seu irmão D. Nuno Martins, sofreu uma deslocação da região de Chaves para o Sul, pela ação, muito provavelmente da sua avó materna (Goldora Gondores de Refronteira) padroeira de Bustelo⁴⁹⁷.

D. Pero Martins Alcoforado casou então com D. Teresa Soares de Paiva, de quem teve João Peres Tenro (fundador de novo ramo) e Afonso Peres Alcoforado, que encontramos nas *Inquirições de 1258* como proprietário no território de Lamego-Viseu. Este casamento foi determinante na aquisição de património, por parte dos Alcoforados, na região de Cinfães. O que parecia inicialmente um conjunto de aquisições esporádicas, revelou ser um efeito expressivo da aliança contraída com os de Paiva. Com este matrimónio, Afonso Peres Alcoforado herdou de sua mãe um pequeno conjunto de bens a Sul do Douro, a acrescentar à sua principal área de influência no Norte. O núcleo patrimonial era constituído por 1 herdade e 2 casais no julgado de Sanfins⁴⁹⁸ (c. Cinfães) e 1 casal no julgado de S. Salvador⁴⁹⁹ (c. Cinfães).

A hipótese aqui lançada parte da observação de que os Paiva tinham uma forte implantação nos julgados entre o Douro e Paiva. Além do largo património detido por vários elementos dessa linhagem, é também possível que Soeiro Mouro de Paiva, pai de D. Teresa e avô materno de D. Afonso Peres Alcoforado, tivesse bens na mesma região. Identificamos este Soeiro Mouro⁵⁰⁰, nas *Inquirições de 1258*, como coproprietário da

⁴⁹⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 23.

⁴⁹⁷ No *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, o papel desta mulher na fixação da linhagem dos Alcoforados no vale do Sousa parece bem explícito: “E desta dona Goldora Goldorez ham os Alcoforados Bustelo, e som ende padroeiros” (LL60A6).

⁴⁹⁸ PMH – Inq. 952b.

⁴⁹⁹ PMH – Inq. 972b.

⁵⁰⁰ Confessamos alguma dificuldade na identificação deste Soeiro Mouro nas *Inquirições de 1258*. A única vez que nos aparece não especifica a linhagem a que pertence e é referido apenas como coproprietário de uma honra na região de Cinfães. Leontina Ventura afirma que este indivíduo é de facto D. Soeiro Pais, juiz de Lafões, hipótese que agora discordamos à luz dos novos dados (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 350). Justificamos a nova hipótese pela incontestável forte presença dos Paiva na região, pela identificação de D. Soeiro Mouro de Paiva, como pai de D. Teresa Soares de Paiva, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL60N4), e fundamentalmente, porque assim, o núcleo patrimonial dos Alcoforados em Cinfães ficaria explicado.

honra de Cadafaz⁵⁰¹ no concelho de Cinfães. Provavelmente tinha outros bens que transmitiu através da filha para a linhagem que aqui tratamos. Verificamos, portanto, que a unidade espacial dos Alcoforado em Cinfães ficou a dever-se em grande medida à aliança com os Paiva, e não se justifica por qualquer interesse político na região.

No entanto, os bens em Cinfães não foram os únicos que os Alcoforado tiveram no território em estudo. Mercê do casamento entre Afonso Peres Alcoforado com Aldara Gomes Frade⁵⁰², a linhagem viria também a adquirir bens na área de Lamego: sabemos que tinha 1 herdade em Freixo (fr. Lalim; c. Lamego), no termo de Tarouca⁵⁰³. Esta herdade tinha sido comprada, no tempo de D. Sancho II, por D. Teresa Gonçalves de Mós, mãe de Aldara Gomes e sogra de D. Afonso Peres. Concluimos que os Alcoforado adquirem bens em Lamego, também por via matrimonial, através da aliança com os Frade.

Apesar de reduzida, este ramo secundário apresenta mobilidade geográfica maior do que os seus primos Aguiar. Tem um núcleo patrimonial na região de Cinfães mais expressivo, e aventura-se também pelas terras de Lamego. Atente-se que apesar de ter uma unidade espacial mais lata, não significa que se tenha afastado muito mais da sua área de maior influência, o vale do Sousa. De facto, isso não aconteceu, apresentando um percurso em muitos aspetos semelhantes ao seu ramo de origem.

Em conclusão, estas duas linhagens, intimamente ligadas, são em meados do século XIII casos modelares de famílias da nobreza regional média, com uma mobilidade geográfica reduzida e uma política de alianças matrimoniais assente em casamentos com linhagens de nível semelhante⁵⁰⁴.

Quanto à ligação aos meios cortesãos, são raros⁵⁰⁵, e remontam a um período anterior à nossa cronologia, mas existem. D. Martim Peres de Aguiar foi tenente de Panóias em Trás-os-Montes⁵⁰⁶, sendo este o único exemplo disso. Mais uma vez, através do exercício do referido cargo, denota-se um afastamento do nosso espaço. Como é

⁵⁰¹ D. Soeiro Mouro partilha a honra de Cadafaz com D. Mem Gato (*PMH – Inq.* 947b).

⁵⁰² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas (...)*, Vol. 2, p. 16-17.

⁵⁰³ *PMH – Inq.* 1072a.

⁵⁰⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas (...)*, Vol. 2, p. 604-605.

⁵⁰⁵ Alguns autores apontam a hipótese, impossível de comprovar documentalmente, de que a linhagem dos Aguiar exerceu a tenência de Aguiar de Pena, em Trás-os-Montes (BARROCA, Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – A Terra e o Castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena. In *Revista Portuguesa. Nova Série*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 0971 – 4290. Vol. VI/VII, (1985/1986). p. 53).

⁵⁰⁶ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III (...)*, p. 1010.

possível verificar, as famílias em estudo têm pequenas incursões no território em estudo, mas dentro dele fixam-se particularmente nas regiões junto à margem Sul do rio Douro (Cinfães e Lamego). Embora não consigamos explicar a origem do património para o caso dos Aguiar, sabemos que os bens dos Alcoforado em Cinfães e Lamego podem ser justificados pela aliança matrimonial com os Paiva e Frade respetivamente, como demonstramos anteriormente.

Os Aguiar e Alcoforado são, portanto, à altura das *Inquirições de 1258* e quanto a este território, linhagens de pequeno alcance, património pouco expressivo, e uma influência e dispersão muito reduzidas. Posto isto, e dado que o património em questão teve pouca importância para o percurso global da família, optámos por classificá-las como linhagens externas.

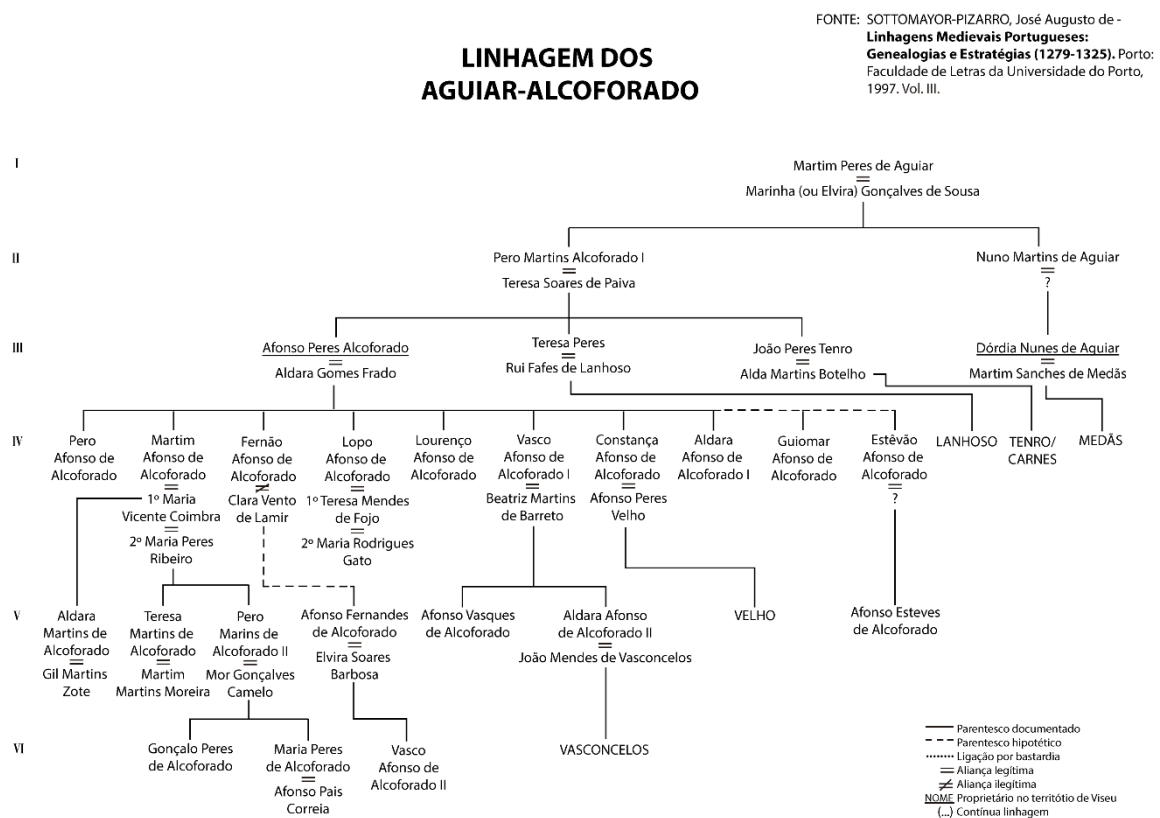


Figura 4 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Aguiar-Alcoforado

3.2.2.3.2. Bravães

Sobre esta linhagem temos apenas uma breve referência na 3ª alçada das *Inquirições de 1258*. E dessa mesma referência, como iremos verificar, é possível inferir pouquíssimas certezas.

A família dos de Bravães, oriunda do Alto Minho⁵⁰⁷, onde fundaram um mosteiro do mesmo nome na antiga terra de Pena da Rainha, ocupou durante o governo de D. Teresa um lugar destacado no meio cortesão. Um dos seus ascendentes mais antigos, Paio Vasques, aparece documentado na qualidade de mordomo-mor, e como afirma Maria Helena da Cruz Coelho, “teria sido, por certo, favorecido por Fernão Peres de Trava”⁵⁰⁸. Não obstante, já durante o período de governo de D. Afonso Henriques, consegue deste carta de couto para o seu mosteiro⁵⁰⁹. Casado com Sancha Soares Velho, teve vários filhos, nomeadamente Martim Pais de Jolda⁵¹⁰. Quanto à categoria e trajetória familiar dos Bravães, segundo José Mattoso, é difícil de definir.

Por sua vez, acerca da implantação regional desta família restam poucas dúvidas. É uma linhagem que se insere num conjunto de famílias do Alto Minho, a par dos Cerveira por exemplo, que apostou “na manutenção do seu poder territorial na região de origem, preferindo mesmo os contactos com o outro lado da fronteira minhota do que com a do Sul”⁵¹¹.

Quanto ao património detido por esta família no território de Lamego-Viseu, sabemos apenas de 1 herdade em Algeraz (fr. Nelas; c. Nelas) no julgado de Senhorim, herdada pelo cavaleiro Lourenço Martins de Bravães. Esta propriedade foi comprada pela sua mãe D. Dórdia no tempo do rei D. Sancho II⁵¹².

Hipótese, porventura pouco verosímil, e assente apenas no nome do indivíduo, é de que Lourenço Martins, omissos dos *Livros de Linhagens*, é filho de Martim Pais de Jolda, e neto de Paio Vasques de Bravães, mordomo-mor da rainha D. Teresa⁵¹³. Ora, é possível que a utilização do apelido do avô possa ser um indicador de um eventual

⁵⁰⁷ Existe a freguesia de Bravães no concelho de Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo.

⁵⁰⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz – A Terra e os Homens de Nóbrega no século XIII. In *Homens, Espaços e Poderes – Séculos XI-XVI*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24075-6-2. Vol. I, p. 183 (Doravante indicaremos a obra como: COELHO, Maria Helena da Cruz – A Terra e os Homens (...), p.).

⁵⁰⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz – A Terra e os Homens (...), Vol. I, p. 183.

⁵¹⁰ LL63A1-2.

⁵¹¹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 496.

⁵¹² PMH-Inq. 812a.

⁵¹³ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 135.

afastamento do pai, ou da tentativa de reivindicação de uma maior antiguidade. Ao que sabemos, esta filiação é a única possível, tendo em conta que o único Martim existente ligado aos Bravães, é precisamente este. Pelo facto da mulher de Martim Pais não estar identificada é deixada em aberto a possibilidade de se tratar de D. Dórdia, referida na nossa fonte como mãe do Lourenço Martins.

Como é possível verificar, dispomos de muito poucos dados para que se possa proceder a uma análise segura. Não obstante, atravessando o campo do meramente hipotético, decidimos arriscar algumas hipóteses, ainda que pouco verosímeis.

A primeira destas, que se tratou apenas de um acaso meramente fortuito que deixou a marca pouco profunda dos Bravães, muito mais adeptos de contactos com o Alto Minho e fronteira galega do que com espaço do nosso estudo, ou em boa verdade, do que com qualquer outro.

A segunda hipótese, muito mais arriscada, de que Lourenço Martins de Bravães, na sua condição de filho segundo, se tenha afastado das terras de origem em busca de enriquecimento pessoal noutro local, herdando de sua mãe D. Dórdia, conforme nos é indicado nas *Inquirições de 1258*, a tal herdade em Algeraz, no julgado de Senhorim. Não sabemos se aí conseguiu constituir fortuna, ou sequer se teve descendência. Mas atendendo ao facto de aparecer tão deslocado do espaço de maior influência da sua linhagem, e de seguir uma trajetória tão diferente (optando inclusive por manter o apelido do seu avô Paio Vasques), é possível que este indivíduo se tenha lançado numa tentativa frustrada de se emancipar em relação ao pai e irmão (os Joldas), para formar na Beira Alta um novo polo patrimonial.

Novamente relembramos que as presentes suposições assentam em fundamentos hipotéticos, e devem, portanto, ser encarados com muita cautela.

Seja como for, tendo em conta a lacónica referência à linhagem no espaço, por uma hipótese ou por outra, os Bravães nunca abandonaram verdadeiramente o estatuto de externos, embora desconfiemos que numa perspetiva individual - a de Lourenço Martins - aí se tenham tentado fixar. O facto de o indivíduo ser completamente omissos dos *Livros de Linhagens* pode indicar uma de duas coisas: ou que estamos tremendamente errados ao estabelecer qualquer tipo de parentesco entre este indivíduo e Martim Pais de Jolda; ou que a tentativa de se fixar na Beira Alta falhou em tantos aspetos que Lourenço Martins acabou por ser praticamente apagado das páginas da história.

LINHAGEM DOS BRAVÃES

FONTE: Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo 1, Vol. 1, p. 200-201. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. PMH- Inq. 812a.

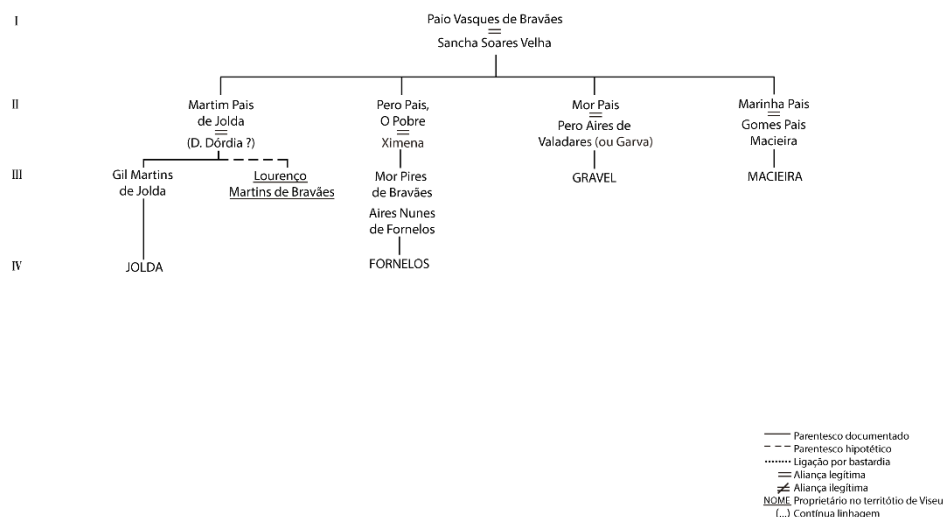


Figura 5 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Bravães

3.2.2.3.3. Correias

O percurso da linhagem, possivelmente pela posição cimeira ocupada por Paio Peres Correia dentro da Ordem dos Espatários, é bem conhecido dos historiadores. Ora, dos vários estudos acerca desta família rapidamente se percebe que a linhagem em análise estava fortemente implantada junto a Braga, onde tinha como solar o couto de Frelães⁵¹⁴ (c. Barcelos); no julgado de Faria, no qual detinha um extenso património; e também nas terras de Aguiar da Pena e de Panóias⁵¹⁵. No século XIII, os Correias viriam igualmente a deter vários bens em Santarém e Alcácer, provavelmente mercê de ligações à Corte; e

⁵¹⁴ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 370.

⁵¹⁵ Sottomayor-Pizarro clarifica que os bens em Braga e Faria são cronologicamente posteriores ao restante património em Aguiar da Pena e Panóias, resultando então da união entre os filhos de Soeiro Pais Correia e as linhagens dos Ramirões e Silvas. O matrimónio de Pero Pais, neto de Soeiro Pais, com Dórdia Peres de Aguiar deve ser entendido apenas como um reforço da implantação, que já detinham, nas terras transmontanas, e não como uma deslocação da linhagem (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 389-990). Como iremos ver este matrimónio pode também explicar os bens detidos na margem Sul do Douro.

na Beira Interior, devido à aliança matrimonial com os Melos, verdadeiros senhores daquele espaço⁵¹⁶.

Nesse sentido resta-nos apenas clarificar o modo como vieram a estar na posse de alguns bens no território de Lamego-Viseu, aparentemente desenquadrados das orientações geográficas da família.

Em 1258 Paio Correia, irmão do conhecido Paio Peres (Mestre da Ordem de Santiago), era detentor de 1 herdade em Silvã de Baixo⁵¹⁷ (fr. Romãs; c. Sátão), no julgado de Gulfar; e de 1 casal em Vila Cova⁵¹⁸ (fr. Vila Cova do Covelo; c. Penalva do Castelo), no julgado vizinho de Penalva. Este pequeno conjunto de bens funciona muito mais, cremos nós, como um reflexo da extensão do poder e da influência de que os Melos gozavam na Beira Interior - que se estendia e irradiava desde a honra de Melo (c. Gouveia), atravessando os julgados da fronteira leste do território em estudo - do que como um indício de algum tipo de interesse dos Correias na região. Mais concretamente, do casamento entre Paio Correia e Maria Mendes de Melo, filha de Mem Soares de Melo, resultou a posse de um conjunto de bens na Beira Interior, que acabaria por crescer e ultrapassar a atual fronteira entre os distritos de Viseu e a Guarda, materializando-se no pequeno número de bens que aqui apontamos.

Já os bens detidos por João Peres e Afonso Pais Correia na margem Sul do Douro, parecem ter resultado de um conjunto de circunstâncias inteiramente diferentes. João Peres, irmão dos anteriores, era detentor de 2 herdades em Tões e Queimada⁵¹⁹ (c. Armamar), na órbita do julgado de Armamar; enquanto que Afonso Pais, filho de Paio Correia, possuía 2 casais em Cepões⁵²⁰ (fr. Cepões; c. Lamego), no julgado de Lamego. O posicionamento geográfico destes bens parece revelador. Seria assim tão descabido que o casamento entre Pero Pais Correia e Dórdia Peres de Aguiar tivesse resultado não só no reforço da implantação dos Correias em Aguiar da Pena, mas também numa eventual presença patrimonial da linhagem em Aguiar de Sousa (c. Paredes), e consequentemente em territórios circundantes? Esta mobilidade pode então ter sido fruto da herança materna, e, portanto, da união entre os Correias e os Aguiar.

⁵¹⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 396.

⁵¹⁷ À data das Inquirições a referida herdade estava entregue a Gonçalvinho de Silvã de Cima, vassalo de Paio Correia (*PMH-Inq.* 796a).

⁵¹⁸ *PMH-Inq.* 804a.

⁵¹⁹ *PMH-Inq.* 1088b e 1094a.

⁵²⁰ *PMH-Inq.* 1060a.

Em suma, os bens detidos pelos Correias no território de Lamego-Viseu não constituem verdadeiros núcleos patrimoniais individualizados, mas antes prolongamentos de espaços ocupados pela linhagem, resultantes de laços matrimoniais que os uniam aos Aguiar e Melo. A geografia dos bens, distinta pela localização nas fronteiras Norte e Este do espaço do nosso estudo, é um claro indicador disso mesmo. O património em Lamego e Armamar deve ser visto como parte integrante do hipotético polo de Aguiar de Sousa; enquanto que os bens de Penalva do Castelo, como uma extensão da implantação na Beira Interior. Por este motivo, os Correias parecem ter sido uma linhagem externa.

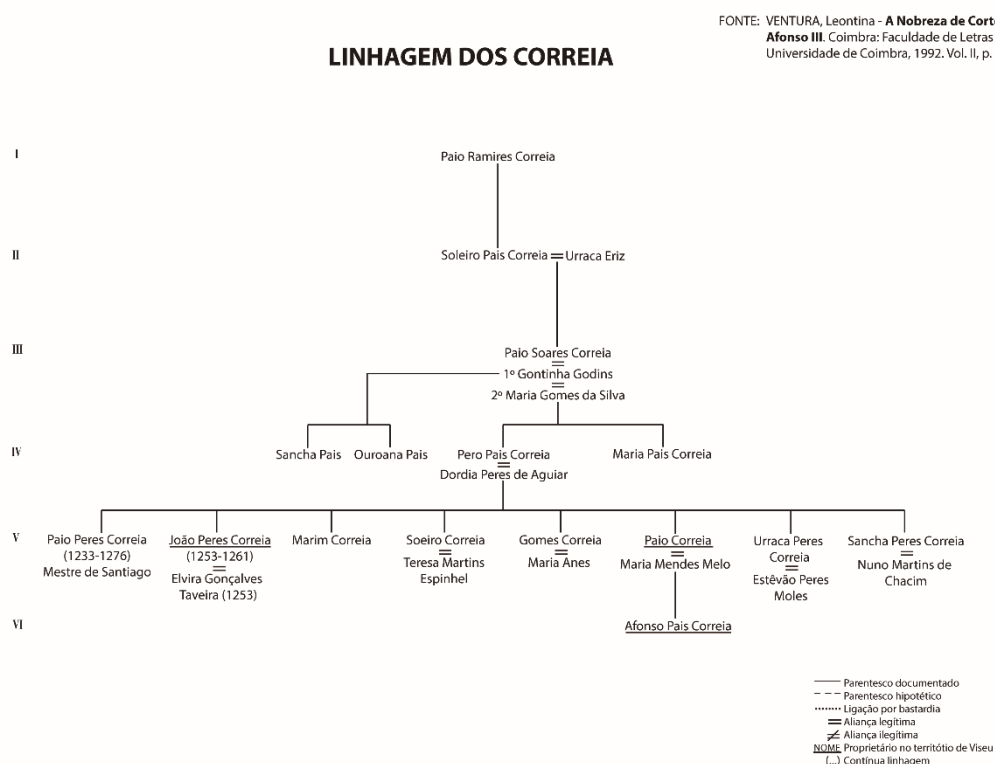


Figura 6 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Correia

3.2.2.3.4. Dade

Convém iniciar a presente análise com o alerta de que os Dade são uma família particularmente difícil de classificar dentro dos nossos critérios. Mas antes, vejamos alguns aspetos interessantes acerca da linhagem, que representam um precioso auxílio na compreensão do percurso familiar, indispensável ao exercício de categorização.

Não temos muitas dúvidas de que esta linhagem é oriunda da pequena povoação de Dade⁵²¹, localizada na freguesia de Santa Eulália do Couto de Baixo, no coração do território de Viseu, na qual o seu primeiro elemento documentado, Paio Dade, foi criado⁵²². Não fosse este argumento suficiente, a mesma linhagem aparece ainda como detentora de vários bens, nesse mesmo espaço, pelo menos durante o reinado de D. Sancho II, assunto que iremos abordar mais adiante.

Não obstante a origem, a família dos Dade, quer pela política de alianças matrimoniais como pelo exercício de cargos curiais, aparenta estar estabelecida de forma muito mais efetiva em territórios do Sul (Santarém), e do *Norte Senhorial* (Guimarães e Aguiar da Pena). Este facto dificultou imenso a compreensão da influência da linhagem no espaço do nosso estudo, provocando oscilações entre as várias categorias, e é por isso necessária inseri-la num contexto político e social de Reconquista.

José Mattoso fala numa renovação constante da nobreza durante o século XIII, na qual aparecem famílias que concorrem com as mais antigas, ou as “substituem na corte régia e nas terras senhoriais”⁵²³, destacando o caso da linhagem em análise. Clarifica então que no contexto de Reconquista são abertas “novas oportunidades aos aventureiros que buscam a riqueza na guerra”⁵²⁴. Os Dade são muito provavelmente uma família que, por via desta ocasião, aparece em Leiria e Santarém, afastando-se assim da região de origem de forma bastante empenhada, em busca de fortuna e prestígio. Vejamos então as movimentações desta família.

Ainda no século XII, os Dade começaram a enraizar-se no espaço de fronteira, deslocando-se para Santarém e Leiria, onde Paio Dade desempenhou as funções de alcaide⁵²⁵, cargo ocupado mais tarde, durante cerca de trinta anos (1249-1284)⁵²⁶, pelo seu neto Martim Martins, o que vem contrariar (embora de forma insuficiente) a ideia de que as alcaidarias não obedeciam a um critério de sucessão familiar⁵²⁷. Este mesmo indivíduo, de forma a fortalecer a sua posição no Sul casou com D. Sancha de

⁵²¹ Apesar de José Augusto de Sottomayor-Pizarro já ter adiantado esta informação (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. I, p. 457), é importante destacar que outros genealogistas propuseram anteriormente que esta família fosse proveniente ora de povoações em torno do rio Dade, no concelho de Moimenta da Beira, como da freguesia de Riodades, no concelho de S. João da Pesqueira, ambas dentro do espaço do nosso estudo, onde o topónimo, ou topónimos semelhantes, parecem ser frequentes (ELBC, “Dade”, vol. 4, p. 708).

⁵²² “*dixit, quod avus suus creavit Pelagium Dade*” - *PMH-Inq.* 843a.

⁵²³ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 192.

⁵²⁴ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 195.

⁵²⁵ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 651.

⁵²⁶ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 654.

⁵²⁷ MATTOSO, José - *Identificação de um País* (...), p. 687.

Santarém⁵²⁸, enquanto que o seu filho João Martins casou com Domingas Martins de Santarém, muito provavelmente sua familiar⁵²⁹. Facto que evidencia ainda mais o vínculo entre a linhagem e o termo escalabitano é o do referido Martim Martins Dade e a sua terceira mulher, Teresa Fernandes de Seabra, estarem sepultados “junto à capela de S. Pedro, em S. Domingos de Santarém”⁵³⁰. Como afirma Mário Barroca, a “concentração de diversos enterramentos de uma mesma família ou linhagem numa instituição não visa apenas motivos sentimentais - embora certamente eles não estejam ausentes -, não visa apenas o usufruto de condições favoráveis - beneficiando de comemorações litúrgicas instituídas pelos antepassados -, mas visa, também, o reforço dos direitos patronais e da imagem da linhagem”⁵³¹. Em suma, este elemento surge também a corroborar a importância e o carácter principal da implantação neste espaço.

A acrescentar, Martim Pais Dade, filho do iniciador da linhagem que anteriormente referimos, desta vez mercê de alianças matrimoniais, desloca também a linhagem para as terras do Norte, que como é bem sabido é o espaço senhorial por excelência. Mais concretamente, este indivíduo casou com Maria Raimundes de Riba de Vizela⁵³², casamento este que se materializou no estabelecimento da família em Guimarães e Felgueiras, onde passaram a deter um extenso património, que Martim Martins Dade, filho do casal, herdaria por via materna⁵³³. Em circunstâncias semelhantes, do segundo casamento, desta vez com Urraca Peres de [Aguiar] Borvela, filha de Pero Mendes de Aguiar⁵³⁴ resultou um importante núcleo patrimonial entre o Tâmega e o Corgo, em Aguiar da Pena⁵³⁵.

Nota-se assim que as alianças matrimoniais, são bastante ilustrativas de uma política direccionada para a ascensão da linhagem, que, no entanto, só viria a adquirir maior relevo com a subida ao trono do *Bolonhês*, apenas para o perder ao longo do reinado seguinte, no qual deixam de figurar na corte. A partir destas ligações, os Dade foram capazes de se fixar de forma relevante no Norte, quer junto ao vale de Vizela, como mais

⁵²⁸ LL39Q5-6 / SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 461.

⁵²⁹ LL39R7 / SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 462.

⁵³⁰ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 653.

⁵³¹ BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 1, p. 286-287.

⁵³² LL39Q5-6 / SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 459.

⁵³³ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 360.

⁵³⁴ LL60H2-3 / SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas* (...) vol. 2, p. 459.

⁵³⁵ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 458.

a Norte, em Aguiar da Pena. Mais concretamente, as núpcias entre Paio Dade e mulheres nobres das famílias de Riba de Vizela e de Aguiar conduziram a linhagem para Norte. Por sua vez, o filho Martim Martins, como vimos anteriormente, reforçou a posição a Sul casando, em primeiras núpcias, com D. Sancha de Santarém, procedendo deste modo à aproximação à Corte. Por detrás de uma série de alianças, como é possível verificar, residem intenções bem claras de enriquecimento e aproximação ao monarca em simultâneo. Aliás, o segundo e terceiro casamento de Martim Martins Dade com elementos das linhagens dos Cunha e Seabra respetivamente, são sinais disso mesmo⁵³⁶.

Daqui resulta que os Dade, apesar da origem viseense, tiveram uma orientação patrimonial dupla em sentidos opostos – Norte e Sul. A Norte, a importância do espaço era indiscutível e entende-se bem a deslocação. A Sul, Santarém viria a tornar-se, como designa Sottomayor-Pizarro, a “capital do reino português durante o século XIII”⁵³⁷.

Quanto ao espaço do nosso estudo, Martim Dade, mencionado nas *Inquirições de 1258* como proprietário no julgado de Viseu, tanto poderia ser Martim Pais Dade, o Velho, como o seu filho varão Martim Martins, protagonista da linhagem e responsável por muito do seu desenvolvimento durante o reinado de D. Afonso III. Seja como for, um destes indivíduos era em 1258 detentor de 2 leiras na povoação de Dade⁵³⁸ (fr. Couto de Baixo; c. Viseu). O restante património detido pela família naquele espaço, foi doado à Igreja de Santa Eulália durante o reinado de D. Sancho II, a maioria das vezes por Maria Martins⁵³⁹, irmã de Martim Martins e filha de Martim Pais⁵⁴⁰, alienando assim a maioria dos bens que esta família detinha no território de Lamego-Viseu, talvez por estarem já enraizados noutras regiões onde o interesse era maior. Já nas *Inquirições de 1288*, Martim Pais de Dade é ainda referido como antigo detentor de 1 quintã na paróquia de S. Miguel de Lageosa (fr. Lageosa; c. Viseu)⁵⁴¹

⁵³⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 458.

⁵³⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 458.

⁵³⁸ *PMH-Inq.* 843a.

⁵³⁹ A título de exemplo destacamos a doação de 1 herdade em Dade (*PMH-Inq.* 843a); de 1 castanheiro e de 1 nogueira em Portela (*PMH-Inq.* 843b), todos na fr. Santa Eulália do Couto de Baixo. As informações sobre Maria Martins Dade suscitaram várias dúvidas, pois além da confusão com a sobrinha homónima, tal como reparou José Augusto de Sottomayor-Pizarro, e a omissão do casamento com Martim Anes de Formeselhe, parece haver uma segunda relação, da qual houve descendência, também esquecida pelos *Livros de Linhagens*. Com efeito, de acordo com as *Inquirições de 1258*, Maria Martins teve um filho chamado Domingos Mendes de Dade (“*Maria Martini de Dady mater de ipso Dominico Menendi*” – *PMH-Inq.* 843a). Para além de manter o apelido materno, indicador de uma possível condição inferior do progenitor masculino, é provável que o pai se chamasse Mendo ou Mem.

⁵⁴⁰ *LL39Q5*.

⁵⁴¹ *PMH-Inq. 1288* – Vol. IV/2, p. 522.

Em suma, e a conclusão está longe de ser nossa, os Dade estão em primeiro lugar associados a região escalabitana, onde além de deterem um vasto património ocuparam desde cedo o cargo de alcaide, demonstrando assim a proximidade à corte que temos vindo a referir. Em segundo, pelo parentesco com os de Riba de Vizela, a família tem uma forte implantação patrimonial também no *Norte Senhorial*. Finalmente, apenas num destacado terceiro lugar, detetamos a presença desta linhagem no território em análise, onde acreditamos terem tido a sua origem. Como referimos anteriormente, em meados da centúria de duzentos, a presença no espaço é residual, como que um vestígio da proveniência ocorrida no século anterior. Os testemunhos das *Inquirições de 1258* demonstram uma alienação dos poucos bens que aí detinham durante o reinado de D. Sancho II, sobrando apenas, ao que conseguimos apurar, 2 leiras detidas por Martim Dade. Por este motivo, e por acreditarmos que a influência desta família nos destinos da região seria escassa, ou muito provavelmente uma realidade passada, categorizamos os Dade como uma família externa ao território, independentemente da sua origem. A linhagem, que há partida seria classificada como interna, é no final classificada desta forma. Poderíamos eventualmente considerá-la secundária, mas a falta de coesão do escasso património da família no território não o permite. Este exercício exigiu alguma diferenciação no peso dos vários critérios considerados. A origem, no final de contas, acabou por ter um peso consideravelmente pequeno, em relação aos restantes, no percurso familiar.

LINHAGEM DOS DADE

FONTE: VENTURA, Leontina - *A Nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Vol. II, p. 911. SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de - *Linhas Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Vol. II, p.1059-1063.

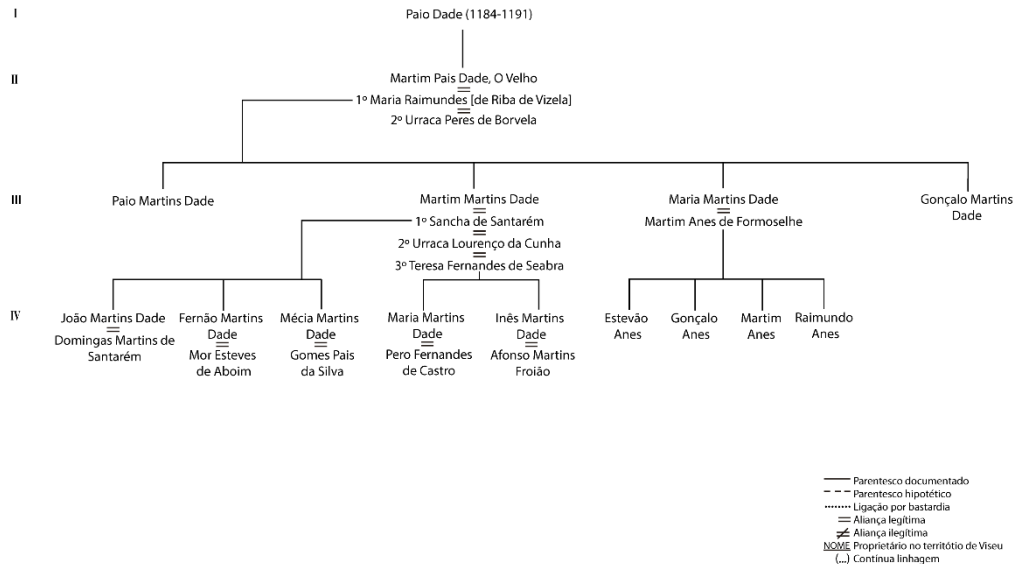


Figura 7 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Dade

3.2.2.3.5. Espinhel

A 20 de Setembro de 1130, D. Egas Mendes Espinha, primeiro ascendente conhecido da linhagem, obteve de D. Afonso Henriques o couto de Paredes (fr. Paredes; c. Marco de Canaveses). Com base nesta doação, Leontina Ventura afirma que é provável que os Espinhéis sejam naturais desse mesmo espaço⁵⁴².

O mesmo fidalgo figura ainda como testemunha no foral de Soure, na região de Coimbra, em 1111⁵⁴³, e na carta de couto outorgada pelo mesmo monarca a Sarracino Mendes Espinha, de uma série de *villas* a Sul do rio Douro, no atual concelho de Cinfães⁵⁴⁴. Apesar deste dado ligar a família ao território de Lamego-Viseu, em 1258 o referido couto estava já na posse do Mosteiro de S. João de Alpendurada⁵⁴⁵. Não obstante, com base nestas informações é possível aferir duas orientações que se iriam repercutir durante o século XIII: a primeira em torno das terras de origem, nos julgados de Benviver

⁵⁴² VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 363.

⁵⁴³ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 363.

⁵⁴⁴ “*Dominus Rex Alfonsus proavus istius Regis cautavit istas villas Donno Sarracino Menendi dicto Spina*” (PMH-Inq. 953a).

⁵⁴⁵ “*sunt cautum per patronos de Sancto Johanne de Pendorata*” (PMH-Inq. 953a).

e Santa Cruz de Riba Tâmega⁵⁴⁶, com uma ligeira inflexão para o vale do Paiva, onde ainda é possível encontrar membros da linhagem como proprietários no final do século XIII; a segunda a Sul, na região de Penela, na qual detiveram também um extenso património⁵⁴⁷. Já em pleno reinado dionisino é ainda possível encontrar João Garcia Espinhel como proprietário, para lá da Serra do Marão, na Terra de Panóias⁵⁴⁸.

O património detido por esta linhagem de *milites* no território do nosso estudo durante o reinado de D. Afonso III, de acordo com as *Inquirições de 1258*, resume-se à vila de Selores, no julgado de Lafões⁵⁴⁹ (fr. Campia; c. Vouzela), que há data estava na posse de Estevão Peres Espinhel. No entanto, não é possível determinar a origem deste património, que aparenta estar perfeitamente desenquadrado com as orientações de expansão dos Espinhéis.

Quanto ao indivíduo sabemos um pouco mais. Apesar de estar omissos dos *Livros de Linhagens* é muito possível que Estevão Peres, conselheiro régio do *Bolonhês*⁵⁵⁰, fosse filho de Pero Gomes Espinhel e Teresa Anes Paradinhas⁵⁵¹. Casou com Maria Peres, de quem teve um filho, Pero Esteves⁵⁵², e ao que tudo indica era detentor de um vasto património na região de Coimbra. Contrariamente ao que afirma Leontina Ventura, acreditamos que é possível confirmar que este cavaleiro estaria vivo em 1258, ou de outra forma não seria admissível a referência nas inquirições desse ano (“*est de Stephano Spinel*”) ⁵⁵³.

A ligação da linhagem à Cúria é também bastante interessante. Estevão Peres, alguns anos depois de ter acompanhado D. Sancho II a Toledo, encontrou um lugar da Corte de D. Afonso III. Neste aspeto, numa estratégia ponderada e inteligente, o monarca soube incluir no seu círculo privado aqueles que tinham demonstrado lealdade ao seu irmão⁵⁵⁴.

⁵⁴⁶ *PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/2, p. 90 e 138.

⁵⁴⁷ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 363.

⁵⁴⁸ *PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/2, p. 180. Ainda na mesma região, no julgado de Aguiar da Pena, de acordo com José Augusto de Sottomayor-Pizarro, encontramos a linhagem em análise bem representada. (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico* (...) p. 56).

⁵⁴⁹ *PMH-Inq.* 915a.

⁵⁵⁰ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (...), p. 145.

⁵⁵¹ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 657.

⁵⁵² Ventura alerta para o facto de não haver certezas se Pero Esteves era filho dos dois ou apenas de Estevão Peres (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 657).

⁵⁵³ *PMH-Inq.* 915a.

⁵⁵⁴ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (...), p. 261.

No que concerne à estratégia matrimonial, os Espinhéis privilegiaram as alianças com os Riba de Vizela⁵⁵⁵, de quem seriam vassalos⁵⁵⁶, e com os Alvarenga, fortalecendo não só a sua posição a Norte mas a proximidade à Corte também. A ligação aos últimos explica também os bens detidos fora do território de Lamego-Viseu, no vale do Paiva.

Como é possível verificar, a família em análise teve um percurso pautado pelos interesses tanto a Sul, em Coimbra, como mais a Norte onde apresentam alguma mobilidade. No entanto, a geografia dos bens diz-nos que o património em Cinfães não deveria ser um polo independente e coeso, mas sim um prolongamento do núcleo de origem na margem direita do rio Douro, do qual não temos notícia em meados do século XIII. Quanto ao património em Lafões, como dissemos anteriormente, não sabemos o suficiente para que se possam retirar conclusões seguras. Os bens detetados no território estão de tal forma desenquadrados com o percurso familiar que a classificação mais segura será de externa, tendo em conta que não apresentam qualquer preponderância no espaço.

3.2.2.3.6. Espinho

Leontina Ventura estabelece uma ligação clara e objetiva entre os de Espinho e a região da Beira Alta, aferindo também que esta família andaria relacionada com os Redondo⁵⁵⁷. Mas voltemos a isto mais tarde.

Nas *Inquirições de 1258*, Simão Peres de Espinho tem um papel particularmente interessante, marcado pela duplicidade de funções. Por um lado, é mencionado como proprietário em Lamego e Tarouca, detendo aí 2 cavalaria, obtidas pelo seu casamento com Teresa Soares, neta de Paio Salvador que as possuía anteriormente⁵⁵⁸. Por outro, é nomeado inquiridor da 3ª alçada⁵⁵⁹ por D. Afonso III, sendo possível que tenha

⁵⁵⁵ De acordo com o Livro Velho, Pero Peres Espinhel I casou com Teresa Anes de Riba de Vizela (LV1BP9).

⁵⁵⁶ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 365.

⁵⁵⁷ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 659.

⁵⁵⁸ *PMH-Inq.* 1071a e 1085a/b.

⁵⁵⁹ “*Dominus Alfonsus Rex Portugalie et Comes Bolonie misit Simonem Petri de Spino (...) ad inquirendum et sapiendum (...) in tota terra de Sena et de Gouvea et in omnibus suis terminis, et in episcopatu de Lameco et de Viseo, usque ad Trancosum, et de Trancoso eundo ad Dorium*” (*PMH-Inq.* 753a/b).

averiguado acerca dos bens que ele próprio detinha⁵⁶⁰. Como iremos reparar adiante, esta dicotomia tem bastante significado.

É difícil reconstituir a genealogia de Simão Peres de Espinho, acerca do qual sabemos apenas que teve uma filha casada com João Esteves de Freitas⁵⁶¹, filho de Estevão Martins de Freitas⁵⁶². No entanto, vale a pena explorar uma hipótese que nos parece admissível. D. Afonso III, antes da sua aclamação, fez-se rodear por homens da sua confiança, nos quais se incluía Rui Peres de Espinho⁵⁶³. Não sabemos ao certo a idade deste último indivíduo, sobrejuíz do Bolonhês e que inclusive o acompanhou tanto no seu tirocínio em França como nas expedições ao Algarve⁵⁶⁴. Mas é possível que tivesse aproximadamente a mesma idade do monarca, que no momento da sua coroação se aproximaria dos 38 anos. Ora, posto isto, não é de todo impossível que Simão Peres, presente na Corte de D. Afonso III em meados da centúria de duzentos, fosse irmão mais novo de Rui Peres, com quem partilha obviamente o patronímico, prosseguindo e reforçando deste modo a ligação da linhagem ao rei.

No âmbito dessa ligação desempenhou sobretudo a função de inquiridor da Beira Alta em 1258, como referimos anteriormente, participando também na resolução do conflito entre o bispo de Coimbra e os concelhos de Belmonte e Sortelha em 1265⁵⁶⁵.

A ligação da linhagem à Corte viria a cessar nos últimos anos do século XIII⁵⁶⁶, mas não sem antes estabelecer um novo vínculo com o território do nosso estudo: em 1296, Estevão Peres de Espinho ocupou o cargo de meirinho-mor da Beira⁵⁶⁷. Embora a Beira fosse naquele tempo um território bem mais amplo que o que aqui pretendemos abordar, não deixa de ser um elo de ligação interessante, que coloca um elemento desta família, já no final do século XIII, com responsabilidades judiciais no território de Lamego-Viseu.

⁵⁶⁰ Esta asserção não é de todo incontestável, pois da mesma forma que o monarca o nomeia também cria disposições que antevêm o adoecimento ou a morte dos inquiridores. Não obstante, o mesmo indivíduo aparece documentado em 1265, tornando plausível que o mesmo tenha desempenhado as suas funções em 1258 na totalidade.

⁵⁶¹ LD4AA6. Nesta passagem, é referido apenas por “Simão Espinho”, mas faria sentido que fosse o mesmo que aqui analisámos.

⁵⁶² LL44H6.

⁵⁶³ VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (...), p. 230.

⁵⁶⁴ Em Março de 1249, Rui Peres de Espinho entre outros, estiveram com D. Afonso III em Faro (VENTURA, Leontina – *D. Afonso III* (...), p. 108 e 230).

⁵⁶⁵ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 660.

⁵⁶⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012. ISBN 978-972-759-966-0. p. 252.

⁵⁶⁷ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 635.

Retomemos então a premissa, lançada por Leontina Ventura, de que a principal área de influência da família em análise seria a Beira Alta. Existe um elemento muito importante que contraria a hipótese dos de Espinho serem uma linhagem com forte implantação no território em estudo. Segundo sugere Luís Krus, a nomeação régia dos inquiridores pressupunha a falta de interesses económicos dos oficiais régios nos espaços a inquirir⁵⁶⁸. Por esta razão, é inverosímil que Simão Peres fosse detentor de um extenso património na região, que não se coadunaria com o exercício das suas funções. De facto, os bens de que as *Inquirições de 1258* nos informam são residuais, e adquiridos por via matrimonial, e não por herança (o que seria sinal de longa e antiga permanência no espaço). Daqui resultam então algumas dúvidas⁵⁶⁹ quanto à origem da linhagem, que poderia e deveria ser oriunda da Beira, embora não nos pareça possível que o seja do território de Lamego-Viseu. Por outro lado, verificando-se de facto que aí nasceram, cuja a hipótese mais verosímil seria na freguesia de S. Pedro de Espinho (c. Mangualde), podem rapidamente ter abandonado o espaço para se aproximarem da Corte, muito à semelhança dos Dade, ou para Este, para junto da fronteira leonesa. A doação do rei de 1/7 dos foros do seu reguengo em Pinhel (c. Guarda) bem como a intercessão no conflito entre o bispado de Coimbra e os concelhos de Belmonte e Sortelha⁵⁷⁰, que referirmos anteriormente, sugerem uma aproximação à Beira Interior.

Resumidamente, a dispersão geográfica e forma de aquisição dos bens, a proximidade à Corte, e o exercício do cargo de inquiridor da 3ª alçada, não permitem estabelecer um vínculo muito forte entre a linhagem e o território, no qual aparentemente detém apenas 2 cavalaria. Como tal, apesar de se movimentarem frequentemente na região (que deveriam conhecer bem), quer em funções judiciais como inquisitoriais, as suas deslocações deveriam ser quase como uma passagem entre Coimbra e a Guarda, onde os interesses deveriam ser maiores. Por esta mesma razão, os de Espinho são classificados como uma linhagem externa.

⁵⁶⁸ KRUS, Luís - Escrita e poder: As Inquirições de D. Afonso III (...), p. 44.

⁵⁶⁹ Dúvidas estas aumentadas pelo facto de aparecer um fidalgo, Afonso Rodrigues de Espinho, como proprietário no julgado de Guimarães em 1288-90 (*PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/1, p. 608), que se articularia melhor com a proveniência bracarense na freguesia de S. Martinho de Espinho. No entanto, este dado isolado não vincula de forma efetiva os de Espinho ao Norte Senhorial.

⁵⁷⁰ VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 660.

3.2.2.3.7. Melo

Os de Melo, ramo por via bastarda dos Riba de Vizela, foram também uma linhagem detentora de alguns bens no território de Lamego-Viseu. Importa por isso determinar a forma como esta família, caracterizada pela forte presença na Beira Interior, materializada na posse da importante honra de Melo (c. Gouveia), se relacionou com o espaço do nosso estudo. Mas antes, vejamos alguns fatores decisivos para a caracterização do percurso global da família.

O envolvimento com a Corte do *Bolonhês* é indiscutível, e justifica-se maioritariamente pelo parentesco com uma das linhagens protagonistas do século XIII. A origem nos Riba de Vizela, além de ter promovido os contactos com o meio cortesão, explica ainda o vasto património detido no *Norte Senhorial*, nomeadamente em Guimarães, Ponte de Lima e Marco de Canaveses. Independentemente da origem, os de Melo viriam a estabelecer-se de forma efetiva na Beira Interior⁵⁷¹, onde o seu poder abrangia um largo número de concelhos, entre os quais Seia, Gouveia, Covilhã, Guarda e Sortelha⁵⁷². Por esta razão, a posse de uma quantidade residual de bens no território em análise é intrigante, e só é resolvida com a plena noção da sua localização geográfica.

Sabemos que os bens dentro do nosso espaço estavam concentrados em julgados da fronteira leste do território, entre os quais Sátão, Penalva e Azurara. Mais concretamente, Mem Soares de Melo comprou 1 herdade em Nogueira⁵⁷³ (fr. Antas; c. Penalva do Castelo), e 5 casais em Travancela⁵⁷⁴ (fr. S. Miguel de Vila Boa; c. Sátão); enquanto que o seu filho, Soeiro Mendes, foi responsável pelo alargamento da amplitude geográfica de património familiar, comprando também 1 herdade em Fundões⁵⁷⁵ (fr. Santiago de Cassurrães; c. Mangualde), no julgado de Azurara.

Como temos vindo a fazer alusão, a localização geográfica deste conjunto de bens – muito próxima da principal área de implantação patrimonial – é bastante significativa. Resumidamente, o património dos de Melo no território de Lamego-Viseu não deve ser considerado um polo individualizado, mas antes uma extensão, ou prolongamento, do

⁵⁷¹ É importante salientar novamente a importância da honra de Melo (c. Gouveia), da qual a linhagem aparenta ter aportado o apelido. Este facto evidencia bem a carácter primário da região da Beira Interior para a família em análise.

⁵⁷² SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 565-566.

⁵⁷³ PMH- Inq. 802a.

⁵⁷⁴ PMH- Inq. 799a.

⁵⁷⁵ PMH- Inq. 808a.

poder fundiário da família na Beira Interior. Por esta razão, e apesar da proximidade geográfica, são classificados como uma linhagem nobre externa.

Para terminar, foram vários os autores que sublinharam a importância dos Melo no processo de senhoriação das Beiras⁵⁷⁶. Não cremos, no entanto, que a sua participação se tenha estendido muito além da parte interior desse território, onde detinham a sua principal área de influência. Naturalmente que isto não lhes retira qualquer tipo de protagonismo nesse processo, para o qual foram determinantes.

3.2.2.3.8. Seabra

Antes de prosseguir com a descrição e análise da implantação da linhagem no território de Lamego-Viseu, confessamos alguma hesitação na classificação dos Seabra, relativamente ao espaço. Hesitação esta que decorre das dificuldades, que ainda agora persistem, em perceber a importância dos bens adquiridos para o percurso global da família.

De uma coisa estamos certos. Os Seabra, de origem galega⁵⁷⁷, não são seguramente uma linhagem interna. Para além de não possuírem um núcleo patrimonial coeso e construído gradualmente dentro do território, a ligação com o território é frágil e efémera. Diga-se, no entanto, que tudo isto não invalida que não detenham bens de dimensão extensa e proveitosa, como iremos explicar. Simplesmente não nos é possível descortinar um propósito de fixação no espaço, a partir de bens obtidos de um momento para o outro, através de doação régia.

Vejamos isto com maior detalhe. A 9 de Abril de 1269, o monarca D. Afonso III aparece a doar as vilas de Mortágua (fr. Mortágua; c. Mortágua) e de Ferreiros (fr. Ferreirós do Dão; c. Tondela) com todos os seus termos e direitos⁵⁷⁸, a D. Teresa Fernandes de Seabra, barregã régia⁵⁷⁹. Atendendo às dimensões do património doado pelo monarca somos tentados a classificar a linhagem como secundária. No entanto, e porque, de acordo com Leontina Ventura, fica estipulado no documento que o património doado sucederia para os filhos ou filhas que daquela relação nascessem, voltamos a questionar

⁵⁷⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 566.

⁵⁷⁷ Apelido de origem toponímica, retirado da terra de Sanabria na Galiza (ELCB, Vol. XVI, p. 1617.)

⁵⁷⁸ Leontina Ventura esclarece que a cláusula de “com todos os seus termos e direitos” engloba portagens, direituras, vozes, coimas, homicídios e direitos de padroado (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 542).

⁵⁷⁹ CAIII; Liv. 1, Vol. II, p. 542.

esta categorização. Este último dado, como iremos ver, é determinante para a categorização da linhagem.

Em última análise, com base no facto de que o património doado pelo rei a Teresa Fernandes não permanecer na linhagem, mas sim nos filhos ou filhas bastardas que daquela relação ilegítima nascessem, acabamos por classifica-la como externa ao território. Ainda que, por algum tempo, as duas vilas tenham muito provavelmente representado uma fonte de rendimentos importante para a linhagem dos Seabra, o facto de ter um fim anunciado, e de não haver qualquer indício de permanência no espaço, leva-nos a optar pela classificação de externa, em detrimento da de secundária.

FONTE: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*

LINHAGEM DOS SEABRA

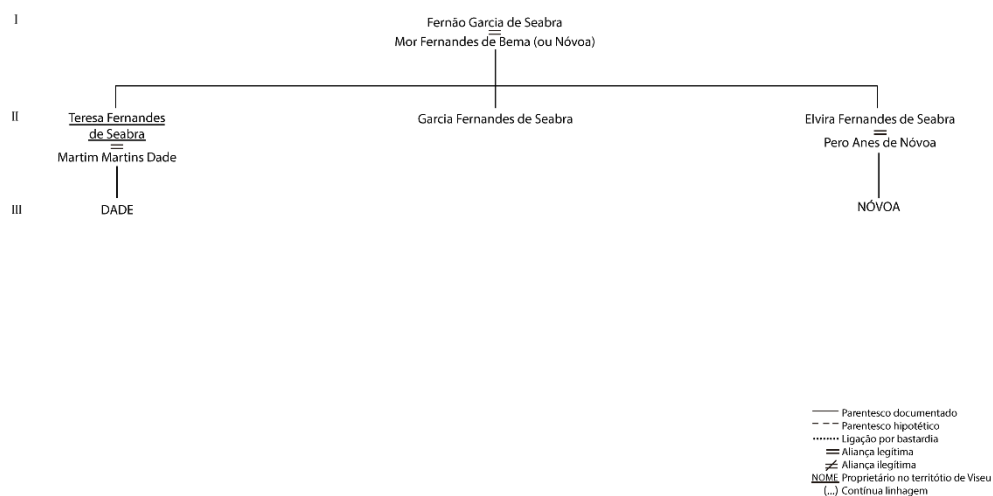


Figura 8 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Seabra

3.2.2.3.9. Urgezes

A linhagem dos de Urgezes é caracterizada, acima de tudo, por uma espantosa mobilidade geográfica. Com origem nas profundezas do *Norte Senhorial*, na freguesia de onde aportou o apelido no concelho de Guimarães, cedo se expandiu para Sul, atravessando o Vouga até ao território de Viseu, e continuando para poente para se estabelecer em força em Leiria e Penela. Fruto destas trajetórias, surgiu um número considerável de apelativos, nomeadamente Podentes, Leiria, Formoselhe e Carvalhais, que se articulavam com as principais áreas de implantação, resultantes tanto de alianças matrimoniais como de percursos individuais.

Outro aspeto digno de nota foram as ligações à cúria, que remontam à segunda metade do século XII. Pero Salvadores, o primeiro da linhagem de Urgezes e o provável fundador da honra familiar, aparece documentado como mordomo da Corte (1170) e *dapifer regis* (1185)⁵⁸⁰. Naturalmente, desta ligação ao poder régio resultou um significativo aumento patrimonial, em particular na região de origem, mas também no Sul.

Não ignoremos, no entanto, a importância das alianças matrimoniais, que em conjunto com a proximidade à Corte, foram determinantes na fixação da linhagem na região de Coimbra, em Penela, onde detinham um extenso património. Desta feita, resultou também um pequeno núcleo patrimonial em Oliveira de Frades, no julgado de Lafões, constituído essencialmente por herdades e vinhas. Mais concretamente, Martim Fernandes de Urgezes [Podentes-Leiria]⁵⁸¹, alcaide de Leiria (1245-1246) e filho de Fernão Peres e Teresa Martins de Riba de Vizela⁵⁸², ao casar com D. Chamôa Gomes, filha de D. Gomes Peres de Ribeira, recebe como dote alguns bens em Enviande (fr. Ribeiradio; c. Oliveira de Frades), que partilha com os irmãos de sua mulher⁵⁸³.

⁵⁸⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 417-418.

⁵⁸¹ Este indivíduo é conhecido pela traição que cometeu contra D. Sancho II, com a entrega do castelo de Leiria ao *Bolonhês* (LL48A3). Seja como for, esta infidelidade acabaria por beneficiar um reforço da implantação patrimonial nos espaços que mais interessavam aos Podentes-Leiria, demonstrando, portanto, uma orientação geográfica concreta, bem articulada com as alianças matrimoniais que protagonizaram, nomeadamente com os Riba de Vizela, com quem os laços deveriam ser fortes.

⁵⁸² O casamento entre Fernão Peres de Urgezes e Teresa Martins de Riba de Vizela é um exemplo claro da proximidade entre as duas linhagens, “seguramente alicerçada na proximidade geográfica das duas linhagens, tanto na região de origem como na de “expansão”” – (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 418.)

⁵⁸³ *PMH-Inq.* 917b.

É difícil determinar a importância do conjunto patrimonial em Viseu para o percurso familiar, tendo em conta a diversidade de espaços que ocupam, quer no Minho que nunca chegaram a abandonar, quer no Sul onde se implantaram e que seguramente privilegiaram. Resumidamente, poderíamos ser iludidos pela coesão dos bens na margem esquerda do Vouga. No entanto, inserido no contexto alargado da história da linhagem estes bens devem ter tido pouco peso para os seus elementos, muito mais interessados em espaços mais atrativos, que se estendiam até ao Alentejo. Em suma, pelo menos durante o reinado de D. Afonso III, os Urgezes foram uma família da nobreza externa ao território, cujo património no espaço foi resultado somente da aliança matrimonial que os unia à linhagem dos Ribeiros, e portanto, fruto de circunstâncias que não demonstram de forma clara qualquer interesse na região viseense.

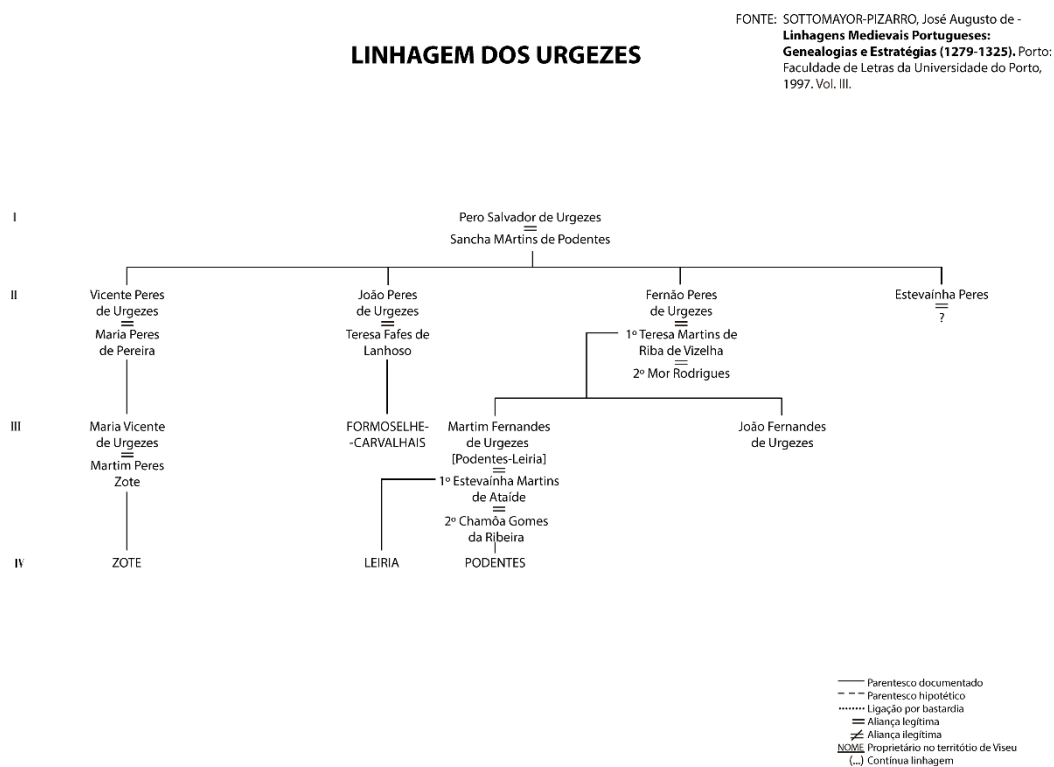


Figura 9 - Esquema Genealógico da Linhagem dos Urgezes

Considerações finais

É tempo de concluir e, como tal, de fazer o balanço final dos aspetos que consideramos serem os principais resultados da presente investigação. Para esse efeito, iniciamos as presentes linhas da mesma forma que o fizemos neste trabalho: retomando os objetivos e as questões enunciadas na fase embrionária do nosso percurso. No começo, propusemo-nos conhecer os contornos da nobreza e caracterizar a sua presença no território de Lamego-Viseu em meados da centúria de duzentos, de forma a responder a um questionário síntese constituído pelos seguintes itens: “1) Quais as famílias nobres com implantação no território, e qual o nível dessa implantação? 2) Qual a origem dominante (linhagem) das estruturas senhoriais encontradas em meados da centúria de duzentos no mesmo espaço? 3) Existe de facto uma fronteira, dentro do território, entre um espaço de forte cunho senhorial e outro no qual as estruturas concelhias surgem em sua substituição, e se existe é possível definir essa fronteira com precisão?”.

Todavia, à medida que procurávamos as respostas para estas questões, além de surgirem outras perguntas, fomos convenientemente obrigados a conhecer melhor o espaço de que nos ocupamos, de um ponto de vista natural, económico e administrativo, bem como as fontes instrumentais para a execução da investigação. Dessa pesquisa, como é natural, despontou outro conjunto de reflexões que consideramos de âmbito conclusivo, e é por estas que iniciamos a nossa exposição final.

No primeiro capítulo, dedicado inteiramente à definição e caracterização do território, rapidamente nos apercebemos de uma diversidade intrínseca ao espaço, constituído por várias sub-regiões, difíceis de isolar, com pontos convergentes, mas também divergentes. Como dissemos anteriormente, mesmo dentro de uma sub-região conseguimos encontrar oposições notáveis nas condicionantes naturais, o que torna difícil percecionar o espaço como um todo. Devemos, ao invés disso, entendê-lo como um vasto território que conjuga um grupo muito alargado de sub-identidades, que nos vários domínios, nem sempre são espacialmente convergentes.

Quanto às condicionantes naturais, tanto a rede hidrográfica dispersa como o modelado do solo acidentado foram fatores determinantes na fixação do homem, e favoreceram uma dispersão geográfica por aglomerados populacionais densos, mas muito concentrados, normalmente em torno das terras de média altitude e, claro, junto a cursos fluviais.

Por outro lado, a economia do espaço, canalizada sobretudo para uma produção capaz de suprimir as necessidades alimentares, não encontra nenhum enquadramento geográfico distinto. De norte a sul do território de Lamego-Viseu, detetamos o mesmo tipo de atividade e produtos, com diferenças demasiado residuais para serem consideradas vinculativas a um espaço em concreto. Em suma, a crer nos testemunhos das *Inquirições de 1258*, a cultura cerealífera, vinícola e a pecuária são as atividades económicas mais importantes do território de Viseu, como aliás seria de esperar, tendo em conta o que a historiografia nos informa acerca da alimentação do homem medieval. Em última análise, falamos de uma economia rural e de fraca mobilidade, estimulada sobretudo num espectro local, e não à escala regional.

Por fim, no que concerne à organização administrativa do espaço, devido a uma enorme variedade nas dimensões das várias circunscrições detetadas, concluímos que o território, ou seja, o espaço correspondente ao atual distrito viseense, apresentava-se em meados do século XIII como uma “*manta de retalhos*”, o que contribuiu inegavelmente para a diversidade identitária do território. Verificamos também, através da comparação com os testemunhos das *Inquirições de 1288*, uma evolução pouco significativa ao longo da segunda metade da centúria e, portanto, uma influência pouco notória na transição entre os reinados de D. Afonso III e D. Dinis. A parca ação do último monarca sentiu-se sobretudo no sentido da erosão, ou anexação de terras imunes a julgados, o que se coaduna perfeitamente com a política de centralização régia levada a cabo durante o período em questão.

Quanto ao segundo capítulo, embora seja caracterizado por uma natureza mais expositiva do que interpretativa, é importante sublinhar alguns aspetos, relacionados sobretudo com a organização da 3ª alçada da nossa fonte. Mas antes, é fundamental destacar novamente a importância e a riqueza dos textos dos inquéritos régios portugueses comprovados por uma longa historiografia assente nessa mesma fonte, que é dotada da capacidade de nos oferecer uma imagem muito nítida e completa da realidade histórica de um espaço e tempo específicos.

Não obstante, as *Inquirições de 1258*, e em especial os textos relativos à terceira comissão, não estão isentos de problemas. Nenhuma outra alçada demorou tanto tempo no processo editorial, ou teve tantos editores responsáveis como aquela que corresponde precisamente ao território da Beira Alta. Evidentemente que esta circunstância acabaria por condicionar, ou pelo menos dificultar, a uniformização da referida publicação. Além disto, existem ainda os problemas de transmissão textual. A documentação que serviu de

base ao processo editorial, resultou na realidade de cópias produzidas, tanto sob a chancela dionisina como manuelina. Não existem, portanto, tanto quanto sabemos, pergaminhos originais da 3ª alçada das *Inquirições de 1258*. Em última análise, independentemente do facto de não conhecermos a documentação original (e por isso as inquirições serem antes de mais testemunhas de si mesmas e da conjuntura em que foram produzidas), dos problemas decorrentes de um processo editorial moroso e marcado por constantes interrupções, e até da própria “confusão” administrativa que se fazia sentir no território de Viseu, conferindo aos textos uma aparente falta de organização, estamos certos que os inquéritos régios continuam a ser uma fonte imprescindível para conhecer o espaço do nosso estudo, e em especial a realidade nobiliárquica que aí se fazia sentir.

Posto isto, não negamos os problemas evidentes na fonte, tão rica em informação como em interferências do tempo. Apenas reafirmámos que, com os devidos cuidados, o benefício de um estudo com base nas *Inquirições de 1258* se sobrepõe largamente aos perigos de interpretações erradas, como aliás esperamos ter demonstrado ao longo deste estudo.

No terceiro e último capítulo, no qual examinamos a distribuição geográfica da nobreza a partir de três vetores distintos, a saber, o património, os direitos de padroado e as honras, concluímos que de facto existe um posicionamento algo assimétrico da aristocracia no território de Lamego-Viseu. No Entre Douro e Vouga, e em especial nos concelhos contíguos ao rio Douro, verificamos uma grande capacidade atrativa da região, resultante de vários fatores, como sejam a proximidade e as semelhanças geográficas com o Entre Douro e Minho, a existência de uma rede de mosteiros, e até a conjuntura histórica durante e após o processo de Reconquista. Neste ponto, um fator que condicionou de forma marcante o posicionamento geográfico do grupo nobiliárquico por todo o reino, e como tal no espaço em estudo, foi a sua participação nas lutas que opunham a Cristandade ao Islão. Em suma, no norte do território havia uma expressão hegemónica da nobreza, tanto de um ponto de vista quantitativo como qualitativo; ali situavam-se as grandes honras, os principais mosteiros, e os ramos secundários das linhagens mais importantes do reino. Este espaço apresenta-se claramente como um prolongamento do *Norte Senhorial*, mas no qual se fizeram sentir os primeiros sintomas de algum desgaste desse mesmo regime. De qualquer modo, verifica-se que o Douro-sul foi um espaço que privilegiou as estruturas senhoriais, especialmente se comparado com a área meridional do território.

Por sua vez, à medida que nos aproximamos do Sul, onde se impunha de forma gradual, mas decisiva, o regime concelhio, a situação inverte-se um pouco, constituindo-se como um espaço que causa constrangimentos à implantação da nobreza. Fosse pela evolução do referido Portugal concelhio, pela preferência por uma manutenção dos seus senhorios a Norte, ou pela falta de alinhamento entre os propósitos da Coroa e da Nobreza nortenha, o certo é que se verifica menos influência e poder por parte do grupo aristocrático, particularmente pela quase inexistência de honras e, na decrescente capacidade para exercer os direitos de padroado em detrimento dos paroquianos. Nota-se, portanto, que no Sul do território de Lamego-Viseu, além dos senhores serem menos numerosos e influentes, tinham origens e um estatuto bem diferenciados da nobreza do Norte.

Cremos então que, abordar a nobreza do território de Lamego-Viseu significa abordar duas realidades distintas. Na parte mais setentrional temos uma região profundamente ligada a uma nobreza mais antiga, na qual esta parece encontrar uma *Casa Ideal*, como último reduto do Portugal que lhes agradava e servia os propósitos – “o Sul não os queria, nem eles queriam o Sul”. Existe, portanto, uma maior implantação da nobreza junto ao rio Douro. A partir das serras de Montemuro e Leomil, a conjuntura altera-se gradualmente: se não existem menos nobres, existe definitivamente menos poder por parte da nobreza. Aí localizam-se linhagens de origens bem mais humildes e com conjuntos patrimoniais mais “fechados”, que souberam aproveitar as necessidades da Coroa para ascender socialmente.

Verifica-se, portanto, a existência de uma barreira do regime senhorial, que não é capaz de progredir para Sul, pelo menos nos mesmos moldes que se encontrava estabelecido no Norte. Contudo, quando se fala de comportamentos e fenómenos de mobilidade sociais raramente se estabelece uma linha de fronteira definitiva. Falámos, pois, de uma fronteira fluída. Em suma, após a análise dos três critérios de análise (património; direitos de padroado; e honras) resulta a ideia de que de facto o *Norte Senhorial* atravessa o rio Douro e mantém-se idêntico até às serras de Montemuro e Leomil, espaço a partir do qual o sistema senhorial começa verdadeiramente a deteriorar-se.

Outra conclusão interessante acerca da nobreza estabelecida no território, que temos vindo a fazer alusão, é a distribuição assimétrica das linhagens nobres mediante as suas origens. Ora, o espaço setentrional é dominado por famílias com origens na alta nobreza do reino do século XII, sobretudo por ramos dos Ribadouro e também dos Baiões.

Daqui destacam-se naturalmente os Lumiares e os Resende, embora seja possível apontar muitos outros exemplos, como os de Fonseca, os de Cardoso, os de Matos, os de Alvarenga e os de Paiva. Em suma, o primeiro plano da aristocracia do Entre Douro e Vouga é ocupado e controlado em meados do século XIII por famílias com ligações estreitas a linhagens muito poderosas do reino português. Esta circunstância confere naturalmente ao território um carácter de antiguidade e uma aura de terra dominada por estruturas senhoriais.

Por sua vez, a Sul, embora também se encontre um vasto conjunto de bens na posse de nobres, verifica-se uma realidade inegavelmente diferente. Aí, sobretudo a partir do rio Vouga, predominam as linhagens de categoria muito inferior, com uma mobilidade geográfica extremamente reduzida. Apenas em segundo e terceiro plano surgem as famílias importantes do reino, e sempre numa posição muito desinteressada pelo território, como sejam os Correia ou os Dades. A génese aristocrática do Sul é assim maioritariamente constituída por linhagens de origens muito humildes e/ou recentes (em muitos casos desconhecida), quase todas a adotar o topónimo de onde são provenientes como apelido, e de nível incontestavelmente baixo. Daqui podemos destacar os de Almeida, Bigas, Boi Alvo, Cambar, Calde, Matela, Pinho, Sás, Tabuado, Tonda, Travassos, Vaiões ou Vilharigues, entre outros.

Em suma, a nobreza de Lamego-Viseu, quando analisada de um ponto de vista eminentemente qualitativo, revela também uma certa assimetria na sua distribuição geográfica. O Norte, mais hospitaleiro a uma hierarquização social, aparece submetido a uma nobreza mais antiga e poderosa, capaz de exercer os seus direitos em plenitude. O Sul, onde o rei se esforçava por limitar o poder da nobreza, é ocupado por linhagens menos influentes, e que exercem a sua autoridade em áreas globalmente mais restritas. Esta dicotomia alimenta e é alimentada simultaneamente pela capacidade da nobreza em ocupar o território. Quer isto dizer, que junto ao Douro, um conjunto de fatores permitiu a fixação de famílias mais poderosas e capazes de reivindicar os seus direitos, que por sua vez permitiu um crescimento das estruturas senhoriais e de senhorios mais alargados. Próximos do Vouga, onde as linhagens eram menos poderosas e antigas, a capacidade de afirmação e de expansão eram necessariamente menores, o que se repercutiria em núcleos patrimoniais mais “vazios” de poder e de dimensões mais reduzidas, e em última análise, num território menos subjugado à autoridade da nobreza.

Por outro lado, se existem distinções óbvias entre as linhagens nobres implantadas no Norte e no Sul do território de Lamego-Viseu, existe um traço comum a praticamente

todas elas. Conforme cremos ter demonstrado anteriormente, em meados da centúria de duzentos, o território em estudo alberga uma nobreza de fortíssimo cunho regional, com escassas ligações à Corte. À exceção da família dos Lumiães, todas as linhagens que consideramos *Viseenses* estão incluídas na categoria da Nobreza Regional, sendo que na sua maioria se posicionam inclusive na subcategoria de “inferior”. Constate-se ainda que as poucas linhagens regionais que se incluem na subcategoria de “média”, localizam-se sobretudo no Douro-Sul, ou seja, no espaço dominado por ramos dos Ribadouro e Baiões, como aliás seria de esperar. Quer isto dizer que, embora exista alguma paridade na categoria interna da nobreza ao longo de todo o território, verifica-se uma ligeira supremacia qualitativa nas margens do rio Douro, devido sobretudo às origens das famílias que aí se estabeleceram. De qualquer das formas, muito sucintamente, concluímos que a região é dominado transversalmente por uma nobreza de carácter regional, na maioria dos casos de condição inferior. Esta conjuntura permite caracterizar o espaço de análise como distante dos principais circuitos de poder.

Em suma, embora sejam indiscutíveis as assimetrias entre a nobreza do Norte e do Sul, especialmente no que diz respeito às origens das linhagens e à respetiva capacidade de influência e expansão, no que concerne ao nível interno das linhagens existe uma realidade análoga entre os dois espaços.

Por fim, nas últimas páginas que antecedem estas considerações finais, procuramos traçar o percurso familiar de algumas linhagens, tentando estabelecer sempre que possível o grau de relacionamento com o território de Lamego-Viseu, bem como o seu principal núcleo de ação, pelo que aqui se dispensam muitos comentários referentes a essas linhagens em particular. No entanto, de um ponto de vista mais global, importa destacar a diversidade de percursos encontrados, que oscilam desde casos em que famílias nobres de origens humildes nascem no coração do território e protagonizam um processo exemplar de ascensão social, e simultaneamente afastamento do berço beirão, até linhagens de origens prestigiantes e antigas que optam por uma manutenção humilde do seu poder dentro de Lamego-Viseu. Essa mesma diversidade não permite uma cristalização de um modelo singular do trajeto seguido pela nobreza interna, o que mais uma vez vem confirmar que estamos perante um espaço de transição entre realidades distintas.

Cremos assim ter respondido ao questionário enunciado inicialmente. Não ousamos insinuar que o tema fica esgotado, quando tanto fica por conhecer. Dissemos anteriormente, e reafirmamos novamente, que para conhecer a nobreza da região de forma

mais completa seria importante traçar a evolução da nobreza durante a transição para o reinado dionisino, por ser um período de profunda reformulação aristocrática. Independentemente disso, acreditamos ter lançado as bases para um conhecimento mais profundo da nobreza do território de Lamego-Viseu, e consequentemente, do interior do reino português.

Enfim, o espaço e a nobreza – a terra e as gentes - são duas concepções que em meados do século XIII se caracterizam como complexas, polifacetadas e heterogéneas, naturalmente, com uma matriz profundamente ligada a uma história nacional, mas sem nunca perder a sua identidade como terra da Beira... Perfil global e incompleto, mas essencial para a compreensão mais profunda da construção da história do reino português.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- *Cantigas medievais galego-portuguesas: corpus integral profano*. (ed. coord. por LOPES, Graça Videira). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; IEM - Instituto de Estudos Medievais; CESEM - Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2016. Vol. 1. ISBN: 978-972-565-587-0.
- *Chancelaria de D. Afonso III: Livro 1. Vol. I e II*. (ed. por VENTURA, Leontina; RESENDE DE OLIVEIRA, António). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. ISBN 978-989-26-0411-4.
- *Chancelaria de D. Afonso III: Livros 2 e 3*. (ed. por VENTURA, Leontina; RESENDE DE OLIVEIRA, António). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. ISBN 978-989-26-0221-9.
- *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. (ed. por VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Medievais; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN: 978-989-97066-0-6.
- *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Vol. I, 2ª parte, fasc. VI e VII. Lisboa: Academia das Ciências, 1917-1936.
- *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edit*, Nova Série, vol. IV/1 e IV/2 - *Inquisitiones. Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume IV/2 - Inquisitiones : Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro), Lisboa, Academia das Ciências, 2012-2015.
- *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Leges et Consuetudines*. Vol. I, fasc. III, IV e V. Lisboa: Academia das Ciências, 1863-1869.
- *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (ed. por PIEL, Joseph; MATTOSO, José). Vol. II, Tomo 1-2. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

- *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro de Linhagens do Deão.* (ed. por PIEL, Joseph; MATTOSO, José). Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- *Portugaliae Monumenta Historica, Nova série, Livro Velho de Linhagens.* (ed. por PIEL, Joseph; MATTOSO, José). Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de; AMARAL, Luís Carlos – *Livro das Campainhas: código da segunda metade do século XIV. Mosteiro de São Salvador de Grijó.* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia / Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, 1986.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *A Paróquia e o seu Território. In Cadernos do Noroeste.* Braga: Universidade do Minho. ISSN: 0870-9874.
- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal: preparada e dirigida por Damião Peres.* Porto: Portucalense/Civilização, 1967 – 1970. Vol. I.
- AMARAL, Luís Carlos - *S. Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV: estudo de gestão agrária.* Lisboa: Edição Cosmos, 1994. 978-972-80813-4-8.
- ANDRADE, Amélia Aguiar - Luís Krus e as Inquirições Régias Medievais: percurso através de uma reflexão inovadora. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês - *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes: séculos XII-XIV: tributo a Luís Krus.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2015. ISBN 978-989-98749-7-8. p.13-25.
- ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês (ed.) - *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes: séculos XII-XIV: tributo a Luís Krus.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2015. ISBN 978-989-98749-7-8.
- BARATA, Filipe Themudo – *A actuação de Geraldo sem Pavor no Quadro das Sociedades de Fronteira do Século XII.* In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães.* Guimarães: Câmara Municipal Guimarães, 1996. Vol. 2. p. 359-372.
- BARROCA, Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – *A Terra e o Castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena.* In *Revista Portugalia. Nova Série.*

- Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 0971 – 4290. Vol. VI/VII, (1985/1986). p. 35 – 87.
- BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. ISBN 972-31-0872-0. Tese de Doutoramento.
 - BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno – Igreja do Salvador de Tabuado: Marco de Canaveses. In ROSAS, Lúcia, (coord.) – *Rota do Românico*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014. ISSN 978-989-20-5243-4. 2 Vol. p. 159-186.
 - BRANDÃO, Frei António - *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*. 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego). Lisboa: IN-CM, 1974.
 - BRANDÃO, Frei Francisco - *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego). Lisboa: IN-CM, 1976.
 - BRANDÃO, Frei Francisco - *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego). Lisboa: IN-CM, 1980.
 - CAPELA, José Viriato - *As freguesias do Distrito De Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga: CITCEM, 2010.
 - CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes - *A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional*. Porto: Livraria Esquina, 2005. ISBN 972-97294-6-8.
 - CARVALHO, Amadeu Ferraz de - *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela: esboço histórico e toponímico*. Coimbra: Câmara Municipal de Tondela, 1981.
 - CASTRO, Armando - *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália Editora, 1964-1980.
 - COELHO, Maria Helena da Cruz – A Terra e os Homens de Nóbrega no século XIII. In *Homens, Espaços e Poderes – Séculos XI-XVI*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN 972-24075-6-2.
 - COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade média: estudo de história rural*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983. Dissertação de Doutoramento.
 - COELHO, Maria Helena da Cruz – O Poder e a Sociedade ao Tempo de D. Afonso IV. In *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica,

Centro de História da Universidade do Porto. Vol. VIII (1988), ISSN 0870-4511.
Vol. VIII (1988) p. 35 – 51.

- COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular*. Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1929-1949. 12Vols.
- DURAND, Robert - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles*. Paris: FCG – Centro Cultural Português, 1982.
- FARELO, Mário – O direito de padroado na Lisboa medieval. In *Promontoria*. Algarve: Universidade do Algarve. Departamento de História, Arqueologia e Património. ISSN 1645-8052. Vol. 4, nº 4 (2006). p. 267-289.
- FERNANDES, A. de Almeida - *A história de Britiande*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego/Junta de Freguesia de Britiande, 1997.
- FERNANDES, A. de Almeida - *A história de Lalim*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1990.
- FERNANDES, A. de Almeida - *A honra de Gouviães e a sua estirpe*. Braga: Livraria Cruz, 1971.
- FERNANDES, A. de Almeida - Acção das Linhagens no Repovoamento e na Fundação da Nacionalidade. In *Separata de Douro Litoral*. Porto: Imprensa Portuguesa. Série IX, Vol. III.1960.
- FERNANDES, A. de Almeida - *As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca, 1995.
- FERNANDES, A. de Almeida - *Dom Egas Moniz de Ribadouro*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1946.
- FERNANDES, A. de Almeida - *Esparsos da História (sécs. XII e XIII): com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII)*. Porto, 1970.
- FERNANDES, A. de Almeida – *Faria 1127-1128, e não feira*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1991. ISBN 978-97295424-3-5.
- FERNANDES, A. de Almeida – Guimarães, 24 de junho de 1128. Nos 850 anos da Batalha de S. Mamede. In *Separata da Revista de Guimarães*. Guimarães, 1978.
- FERNANDES, A. de Almeida - Os Bezerra e a torre senhorial de Ferreirim: episódios da deposição de Sancho II. In *Separata da Revista Acção Católica*. Braga, 1950.

- FERNANDES, A. de Almeida - Portugal no Período Vimaranes (868-1128). In *Separata da Revista de Guimarães*. Guimarães, 1973.
- FERNANDES, A. de Almeida - Povoações do Distrito de Viseu. In *Revista Beira Alta*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu. Vol. LXI LXII LXIV LXV LXXI, (2001-2012).
- FERNANDES, A. de Almeida - *Tabuaço: Toponímia*. Tabuaço: Câmara Municipal de Tabuaço, 2002. ISBN 972-9474-29-X.
- FERNANDES, A. de Almeida - *Tarouca na história de Portugal*. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca, 1990.
- FERNANDES, A. de Almeida - *Território e Política Portugueses (Sécs. VI-XII)*. In *Separata de O Tripeiro*. Porto. Série IV, Vol. X-XII, (1972).
- FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia do concelho de S. João da Pesqueira*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2003. ISBN 972-9474-30-3.
- FERNANDES, Almeida – Guimarães, 24 de junho de 1128. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, 1978.
- FERNANDES, Armando de Almeida – As Paróquias suevas e dioceses visigóticas. In *Arquivo do Alto Minho*. Vol. 15, (1967) p. 5-57. Vol. 16, (1968). p. 5-34.
- FERNANDES, Hermenegildo (coord.) - *A Universidade Medieval em Lisboa. Séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013. ISBN:978-989-671-144-3.
- FERREIRA, Nuno – A Alimentação Portuguesa na Idade Medieval. In *Revista da SPCNA*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação. ISSN 0873-4364. Vol. 14, nº 3 (2008) p. 104 – 114.
- GASPAR, Jorge – *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993. ISBN: 973-9352-15-1.
- GOMES, António Saúl - Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. ISSN 1645-2259. nº. 12 (2012). p. 147 – 163.
- GONÇALVES, Iria - A Alimentação. In MATTOSO, José (dir.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) - *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2010. ISBN 978-989-644-144-9. Vol. I. p. 226-259.

- JORGE, Ana Maria C. M. (coord.) – EPISCOPOLÓGIO (Catálogo dos bispos católicos portugueses). In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2383-3. Vol. 2, p. 131-146.
- KRUS, Luís - Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III. In KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e Publicados*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-2-0. p. 41-58.
- KRUS, Luís – Inquirições. In PEREIRA, José Costa - *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Publicações Alfa, 1985. Vol. II.
- LOURENÇO, Sandra Clara Alves - *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2007.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – Inquirições. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999 – 2000. Vol. III.
- MARQUES, António H. de Oliveira – *História de Portugal: Das Origens às Revoluções Liberais*. Lisboa: Palas Editores, 1978. Vol. I.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. 2ªed. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – Culturas e Técnicas de Cultivo. In SERRÃO, Joel: MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-2039-4. Vol. III. p. 404-423.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Pesca e Salicultura*. In SERRÃO, Joel: MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. ISBN 972-23-2039-4. Vol. III. p. 443-454.
- MATTOSO, José - *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 978-972-33099-3-5.
- MATTOSO, José - *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 978-989-74141-9-0.

- MATTOSO, José - Dois Séculos de Vicissitudes Políticas – A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139). In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. Vol. II. p. 23-163.
- MATTOSO, José – *Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. ISBN 978-989-64405-2-7.
- MATTOSO, José – O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política. In *Revista de Análise Social*. ISSN 977-000- 325-733. Vol. XXXV, nº157 (2001) p. 899-935.
- MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 978-972-66530-3-5.
- MATTOSO, José - The Medieval Portuguese Nobility. In ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo de Vasconcelos; BRANCO, Maria João (eds) - *The historiography of medieval Portugal: (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-3-7. p. 401 – 423.
- MATTOSO, José – Os Concelhos. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. Vol. II. p. 205-241.
- MATTOSO, José -*Identificação de um País «Oposição-Composição»: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2015. ISBN 978-989-64435-8-0.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Portugal: O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Círculo e Leitores e Temas e Debates, 2011. ISBN: 978-989-644-099-2.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga - As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa. In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. nº 9 (1982). p. 17 – 74.
- OLIVEIRA, Miguel de - *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.
- PAIVA, José Pedro (coord.) – *História da Diocese de Viseu*. Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. ISBN: 978-989-98269-1-5.

- PRAÇA, José Joaquim Lopes - *Ensaio sobre o padroado portuguez: dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.
- REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado.
- REIS, António Matos – *Os Concelhos da Primeira Dinastia: à luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Tese de Doutoramento.
- RIBEIRO, João Pedro – “*Observações Historicas e Criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portugueza*”. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. Parte I.
- RIBEIRO, João Pedro (dir.) - *Memórias para o Estudo das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal. Colligidos pelos discípulos da Aula de Diplomática no anno de 1814 para 1815 [...] dir. dos lentes proprietário e substituto da mesma Aula*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.
- RIBEIRO, Orlando - *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: João Sá da Costa, 1995.
- RODRIGUES, Ana Maria – A Formação na rede paroquial no Portugal medievo. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias – I Volume*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. p. 71-83.
- ROLDÃO, Filipa - Vidimus cartam: os documentos apresentados aos delegados régios nas Inquirições de 1258. In ANDRADE, Amélia Aguiar, FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Inquirir na Idade: Espaços, protagonistas e poderes (séc. XII – XIV). Tributo a Luís Krus*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2015. ISBN 978-989-98749-7-8. p. 165-186.
- ROSAS, Lúcia; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – Território senhores e património na Idade Média. In *Marco de Canaveses: Perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 2009. ISBN 978-972-95492-7-4. p. 81-116.
- SARAIVA, Anísio Miguel (coord.) - *Monumentos de Escrita: 400 Anos da História da Sé e da Cidade de Viseu (1230- 1639). Roteiro da exposição (17 de Novembro de 2007 a 17 de Fevereiro de 2008)*. Viseu: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

- SARAIVA, Anísio Miguel (coord.) - *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UNL), 2013. ISBN: 978-972-8361-57-0.
- SIMÕES, Francisco Oliveira - *A cavalaria portuguesa no cerco de Sevilha de 1248*. Lisboa: Edição de Autor. 2014.
- SISTELO, Vasco – *A Nobreza e o Processo de Senhorialização no Vale do Neiva: Séculos XIII e XIV*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de Mestrado.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: a senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)*. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014. ISBN 978-989-97769-6-8.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica - breves apontamentos. In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. ISSN 1645-4936. nº 12 (2013). p. 275-292.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto - *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2012. ISBN 978-972-759-966-0.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto – The participation of the nobility in the reconquest and in the militar orders. In *e-Journal of Portuguese History* [online]. ISSN 1645-6432. Vol. 4, nº 1 (2006) p. 1-10. Disponível em «https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue7/pdf/jpizarro.pdf».
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço? In *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media: Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales*. ISBN 978-84-235-3412-8. (2016). p. 141-176.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*. Porto: CEGHFHHF, 1999.

- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – O nascimento do reino de Portugal: uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. In *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 0870-4147. nº 44 (2013). p. 29-58.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Os Patronos do Mosteiro de Grijó: Evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 1995.
- SOUSA, Armindo de – Condicionamentos básicos. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. Vol. II. p. 313-389.
- SOVERAL, Manuel Abranches de – *Ascendências Viseenses: Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*. Porto: Edição de autor, 2004. ISBN 972-97430-6-1.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre – Diferendos entre o Rei e o Clero. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. III. p. 90-94.
- VENTURA, Leontina – Afonso III e o Desenvolvimento da Autoridade Régia. In SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol. III. p. 123-144.
- VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas e Debates, 2009. ISBN 978-972-75998-3-7.
- VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento.
- VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha - Cavaleiros de Fronteira (Coimbra, Viseu, e Seia) ao tempo de Afonso Henriques. In *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1997. Vol. 2. p. 95-106.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. ISBN 978-972-33149-0-8. Vol. I, nº 1 (1986) p. 113-130.

- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. Obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, Porto: Livraria Civilização, [1965-1966], 2 volumes.
- ZUQUETE, Afonso Martins (dir.) – *Armorial Lusitano: Genealogia Heráldica*. Lisboa: Edições Zairol, 2000. ISBN 972-936-2-24-6.

ANEXOS

I – Património Nobre no Território de
Lamego-Viseu
(por família)

Património dos Aguiar-Alcoforado:

» Guedões > Aguiar:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Dórdia Nunes de Aguiar ⁵⁸⁴		Casal	1		Bouças	Cinfães	Cinfães	Inq. 972b
		Vinha	1		Lavandeira	Espadanedo	Cinfães	Inq. 973a

» Guedões > Aguiar > Alcoforado:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Peres Alcoforado		Herdade	1		Covelo	Souselo	Cinfães	Inq. 952a
		Casal	1		Covelo	Souselo	Cinfães	Inq. 952a
		Casal ⁵⁸⁵	1		Oliveira	Souselo	Cinfães	Inq. 952b
		Casal	1		Bouças	Cinfães	Cinfães	Inq. 972b
	Herdade comprada por D. Teresa Gonçalves de Mós no tempo de D. Sancho II. Em 1258 está na posse de D. Afonso Peres.	Herdade	1		Freixo	Lalim	Lamego	Inq. 1079a

⁵⁸⁴ D. Dórdia Nunes de Aguiar, casada com Martim Sanches de Medãs, é filha de Nunes Martins de Aguiar e neta de Martim Peres de Aguiar (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 15).

⁵⁸⁵ O casal em questão pertenceu ao cavaleiro D. Fernão Ramires Quartela (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 351).

Património dos Albuquerque:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Teles de Albuquerque (filhos)	Afonso Teles é identificado como D. Tição. Casal foi comprado anteriormente por D. Nuno Peres de Pinho.	Casal	1		Joazim	Vilar Maior	S. Pedro do Sul	Inq. 894a

Património dos Almeida:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Anes de Almeida	Cavaleiro. Filho de João Fernandes.	Cavalaria	1/4		Freixiosa Alta	Freixiosa	Mangualde	Inq. 807a
	Comprado por Gonçalo Viegas de Ferreirim. Coproprietário com João Peres de Farinha, <i>o Podre</i> .	Casal	1			Calde	Viseu	Inq. 881b
Fernão Canelas [de Almeida]	Vilão.	Herdade ⁵⁸⁶	1	Compra		Matela	Penalva do Castelo	Inq. 802a/b
		Herdade	1	Compra	Miusela	Antas	Penalva do Castelo	Inq. 804b
		Fogueira	1/5	Compra		Matela	Penalva do Castelo	Inq. 804b
	Comprada no tempo de D. Sancho I.	Vila	1	Compra	Canelas	Quintela de Azurara	Mangualde	Inq. 809a
João Fernandes de Almeida (filhos)	Coproprietários com Martim Lourenço, casado com sua mãe.	Vila	1	Herança	Almeida	Mangualde	Mangualde	Inq. 807b
	Fernão Canelas comprou a vila.	Vila	1	Herança	Pinheiro	Mangualde	Mangualde	Inq. 808b

⁵⁸⁶ Não existe concordância nos testemunhos sobre esta compra. O primeiro afirma que a aquisição da referida herdade remonta ao reinado de Sancho I (“*F. Canelas, comparavit ipsam hereditatem de Matela tempore Domini Regis Sancii Veteris*” – *PMH-Inq.* 802a). No segundo depoimento, já somos informados que a compra é do reinado de D. Afonso II (“*et comparavit F. Canelas eam tempore Domini Regis Alfonsi, patris istius Regis*” – *PMH-Inq.* 802b).

Património dos Alvelos:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Touro de Alvelos		Vinha	1		Balsemão	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1022b
João Fernandes de Alvelos	Coproprietário com irmãos.	Casal	3			Pindelo dos Milagres	S. Pedro do Sul	Inq. 932a
		Casal	1			Ribolhos	Castro Daire	Inq. 933a
João Fernandes de Alvelos (filhos)		Casal	1			Magueija	Lamego	Inq. 1057b
		Herdade	1		Alvelos	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1058a
		Herdade	1			Figueira	Lamego	Inq. 1068b
		Casal	1			Figueira	Lamego	Inq. 1069a
Miguel Martins de Alvelos	Coproprietário com Martim Viegas, Pero Fernandes e Sebastião de Alvelos (Homem da Ordem do Hospital).	Fogueira	1/2		Balsemão	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1023a
Martim Viegas de Alvelos	Coproprietário com Pero Fernandes, Miguel Martins e Sebastião de Alvelos (Homem da Ordem do Hospital).	Fogueira	1/2		Balsemão	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1023a

Martim Anes de [Alvelos] Souto	Cavaleiro.	Casa	1	Compra	Medelo	Lamego (Almacave)	Lamego	Inq. 1044b
	Cavaleiro.	Linhar	1	Compra	Medelo	Lamego (Almacave)	Lamego	Inq. 1044b
	Cavaleiro.	Casas, Soutos e Herdades		Compra	Calvelhe	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1060a
	Cavaleiro.	Casal	1		Moimentinha	Cepões	Lamego	Inq. 1061b
	Cavaleiro. Possui com outros homens.	Moinho	2		Balsemão	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1069b
Pero Fernandes de Alvelos	Coproprietário com Martim Viegas, Miguel Martins e Sebastião de Alvelos (Homem da Ordem do Hospital).	Fogueira	1/2		Balsemão	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1023a
Sebastião de Alvelos	Homem da Ordem do Hospital. Coproprietário com Martim Viegas, Miguel Martins e Pero Fernandes de Alvelos.	Fogueira	1/2		Balsemão	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1023a

Património dos Amaral:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Hermiges de Amaral (netos)		Souto	1	Usurpação	Lourosa	Sul	S. Pedro do Sul	Inq. 923a
		Casal	1		Rompecilha	S. Martinho das Moitas	S. Pedro do Sul	Inq. 924b
	Afonso Ermiges forçou Pero Pais, falcoeiro, a vender-lhe a herdade.	Herdade	1	Compra	Covas do Monte	Covas do Rio	S. Pedro do Sul	Inq. 927a
	Esta herdade é defendida por Martim Afonso de Amaral e seus filhos.	Herdade	1	Compra	Covas do Monte	Covas do Rio	S. Pedro do Sul	Inq. 927b
Martim Afonso de Amaral ⁵⁸⁷		Casal	1		Nespereira	Vilar Maior	S. Pedro do Sul	Inq. 893b
		Herdade	1	Usurpação	A de Garcia	Mamouros	Castro Daire	Inq. 930b
	Casal emprazado pela Ordem do Hospital.	Casal	1	Emprazamento		Pindelo dos Milagres	S. Pedro do Sul	Inq. 932a
D. Toda de Amaral	Coproprietária com Pero Gonçalves de Vale e Fernando Ribeira, cavaleiros. Herdade comprada no tempo de D. Sancho II.	Herdade	1	Compra	Lustosa	Ribafeita	Viseu	Inq. 882a

⁵⁸⁷ Segundo as *Inquirições de 1258*, João Peres e Pero Peres (irmãos) criaram a filha de Lourenço Martins do Amaral (filho de Martim Afonso do Amaral) na vila de Macieira no julgado do Sul (fr. Sul; c. S. Pedro do Sul) (*PMH-Inq.* 924a.)

Património dos Baião:

» Baião > Baião

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Afonso Lopes de Baião	Doado pelo Mosteiro de Salzedas.	Herdade	1		Monte da Pedra Arca		Tarouca	Inq. 1078b
	Tem esta propriedade em 1251.	Herdade	1			Fontelo	Armamar	VENTURA, Leontina – <i>A Nobreza de Corte de Afonso III</i> (...),vol. II, p. 803.
		Herdade	1			Britiande	Lamego	
		Herdade	1		Magustim	Britiande	Lamego	
		Herdade	1		Travasso	Britiande	Lamego	
		Igreja	1			Resende	Resende	
		Herdade	1		Rendufe	Resende	Resende	
		Casais			Sais de Cima	Resende	Resende	
		Herdade	1		Penela	S. Martinho dos Mouros	Resende	
		Igreja	1			Fonte Arcada	Sernancelhe	
D. Diogo Lopes de Baião		Fogueira	2	Usurpação		Ribafeita	Viseu	Inq. 884a
		Quintã	1				Lamego	Inq. 1070a
D. Pero Ponces de Baião	Comprada pelo pai D. Ponço Afonso de Baião.	Cavalaria	1/3	Herança	Moimenta	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 868b
		Quintã	1		Silvares	Cavernães	Viseu	VENTURA, Leontina – <i>A Nobreza de Corte de Afonso III</i> (...),vol. II, p. 803.

D. Ponço Afonso de Baião.		Herdade	1	Escambo	Covelo	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 869a
Rui Afonso [de Baião] Merda Assada	Propriedade foi doada por Rui Gonçalves de Calvos a Rui Afonso, escudeiro, que por sua vez a vendeu a Rui Afonso de Baião.	Ínsua	1	Compra	Beirós	Serrazes	S. Pedro do Sul	Inq. 899b-900a
		Herdade	1	Doação		Serrazes	S. Pedro do Sul	Inq. 900b
		Casal	1		Covelas	Serrazes	S. Pedro do Sul	Inq. 901a
D. Sancha Lopes de Baião		Herdade	1		Ponte de Barreiros	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 959a
Teresa Peres de Baião II		Vila	1		Fonte Coberta	Souselo	Cinfães	Inq. 951a

» Baião > Azevedo > Bofinho

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui Mendes Bofinho	Rui Mendes comprou casal no tempo de Afonso II.	Casal	1	Compra		Senhorim	Nelas	Inq. 812a
		Igreja	1			Senhorim	Nelas	Inq. 812a

» Baião > Azevedo > Bofinho > Gondufe

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Gonçalves de Gondufe ⁵⁸⁸	Cavaleiro Coproprietário com seus irmãos.	Herdade	1		Gondufe	Espinho	Mangualde	Inq. 812a
	Cavaleiro. Propriedade comprada por Rui Mendes Bofinho	Herdade	1		Ribeiro de Senhorim		Nelas	Inq. 812b

» Baião > Velho > Cerveira

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço [Anes] de Cerveira ⁵⁸⁹ (filhos)	Copadroadado partilhado com filhos de Pero Peres de Cambar e Pero Rodrigues de Boi Alvo.	Igreja	1	Herança		Campia	Vouzela	Inq. 914b
Pero Lourenço [de Cerveira] ⁵⁹⁰	Cavaleiro	Casal	1	Compra		Sejães	Oliveira de Frades	Inq. 913b
	Cavaleiro	Herdade	1	Compra		Sejães	Oliveira de Frades	Inq. 913b

⁵⁸⁸ Rui Mendes Bofinho é antepassado de Gonçalo Gonçalves (“*Rodericus Bafio, antecessor de Gunsalvu Gnsalvi*” – *PMH-Inq.* 915b).

⁵⁸⁹ Nas *Inquirições de 1258* aparece referido apenas como Lourenço Cerveira. A sua identificação deve-se ao facto de ser o único Lourenço da linhagem e pela localização dos bens.

⁵⁹⁰ A identificação deste indivíduo com a linhagem dos Cerveira não é completamente segura, mas é, no entanto, provável tendo em conta a geografia dos bens.

» Baião > Velho > Gato

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Anes Gato		Herdade	4		Ventosela	Cinfães	Cinfães	Inq. 956b
Martim Gato ⁵⁹¹	<i>Armingier</i>	Vinha	1	Compra	Seixos	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960a
D. Mem Gato	Partilha honra com D. Soeiro Mouro [Paiva].	Honra	1		Cadafaz	Alhões	Cinfães	Inq. 947b
Afonso Peres Gato	Coproprietário com mulher D. Urraca Fernandes de Lumiares.	Vila	1	Emprazamento ⁵⁹²		Ermida	Castro Daire	DSV, Doc. 259, p. 254.

⁵⁹¹ Martim Gato era vassalo de D. Pero Pais de Alvarenga (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 585).

⁵⁹² Emprazamento feito por D. Gil, bispo de Viseu, em 1228 (DSV, doc. n.º 259, p. 254).

» Baião > Paiva

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui Garcia de Paiva	Herdade comprada a filho de Rui Gonçalves de Calvos.	Herdade	1	Compra	Cortegaça	Fornelos	Cinfães	Inq. 949a
		Casal			Bolo	Souselo	Cinfães	Inq. 953a
		Herdade	4		Bolo	Souselo	Cinfães	Inq. 953a
		Casal	4	Herança	Gondim	Cepões	Lamego	Inq. 964b – 965a
		Casal	1			Tarouquela	Cinfães	VENTURA, Leontina – <i>A Nobreza de Corte de Afonso III</i> (...), vol. II, p. 924.
		Casal	1		Louredo	S. Cristóvão de Nogueira	Cinfães	
		Casal	3		Cortegaça	Fornelos	Cinfães	
		Quintã	1		Cortegaça	Fornelos	Cinfães	
D. Soeiro Mouro [Paiva]		Honra	1		Cadafaz	Alhões	Cinfães	Inq. 947b

» Baião > Resende

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Geraldo Afonso de Resende	Coproprietário com irmão D. Martim Afonso de Resende.	Honra	1	Herança paterna		Resende	Resende	Inq. 990b
D. Martim Afonso de Resende	Coproprietário com irmão D. Geraldo Afonso de Resende.	Honra	1	Herança paterna		Resende	Resende	Inq. 990b

Património dos Barreiros:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Valdemiro de Barreiros	Cavaleiro.	Herdade	3	Compra	Souto	Nespereira	Cinfães	Inq. 954b -955a
	Coproprietário com Pero Lourenço, Cavaleiro.	Leira	2	Compra	Barreiros	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 959b
	Homem de D. Sancha Lopes de Baião.	Bouça	1		Seixos	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960a
Garcia Fernandes de Barreiros	Coproprietário com João Gonçalves de Tavoado.	Souto	1		Mourelas	Tendais	Cinfães	Inq. 979a
	Cavaleiro. Copadroadado com Martim Fernandes (Cavaleiro).	Igreja	1			Barreiros	Viseu	Inq. 874b
João Barreiros	Cavaleiro. Comprou 2 leiras e fez a vinha.	Vinha	1	Compra	Lage	Fataunços	Vouzela	Inq. 893a
Martim Fernandes de Barreiros	Cavaleiro. Copadroadado com Garcia Fernandes (Cavaleiro).	Igreja	1			Barreiros	Viseu	Inq. 874b

Património dos Bigas:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Maria [Rodrigues] de Bigas	Dois destes casais pertenciam a D. Maria e a seus filhos	Casal	3		Alvelos	Cavernães	Viseu	Inq. 871b
	Casais usurpados por D. Paio Rodrigues de Bigas (Cavaleiro), no tempo de D. Sancho II.	Casal	2	Herança	Várzea	Calde	Viseu	Inq. 877a
	Casal comprado por D. Paio Rodrigues de Bigas (Cavaleiro), no tempo de D. Sancho II.	Casal	1	Herança	Várzea	Calde	Viseu	Inq. 877a
	Casal usurpado por Rui Dias de Travassos (Cavaleiro).	Casal	1	Testamento	Sanguinhedo	Cota	Viseu	Inq. 878a
	Doada pelo seu irmão.	Casal	1	Doação	Bigas	Lordosa	Viseu	Inq. 879b
	Usurpou a vinha e fez dela devesa.	Devesa	1	Usurpação	Bigas	Lordosa	Viseu	Inq. 879b
	Casais comprados por D. Paio Rodrigues de Bigas (Cavaleiro).	Casal	2	Herança	Galifonge	Lordosa	Viseu	Inq. 881a

Património dos Boi Alvo:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Rodrigues de Boi Alvo (filhos)	Os filhos de Pero Rodrigues de Boi Alvo partilham o direito de padroado com os filhos de Pero Peres de Cambar e Lourenço Cerveira.	Igreja	1	Herança		Campia	Vouzela	Inq. 914b
D. Toda de Boi Alvo		Casal	1		Paços	Paços de Vilharigues	Vouzela	Inq. 908b

Património dos Bravães:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Martins de Bravães ⁵⁹³	Cavaleiro. Filho de D. Dórdia.	Herdade	1	Herança	Algeraz	Nelas	Nelas	Inq. 812a

⁵⁹³ É possível que este Lourenço Martins seja filho de Martim Pais de Jolda [de Bravães], mantendo o apelido do avô Paio Vasques de Bravães.

Património dos Calde:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Fernandes de Calde ⁵⁹⁴	Coproprietário com Nuno Fernandes, cónego de Viseu. Foi comprado por seu pai Fernão Rodrigues de Calde a Martim Martins no tempo de D. Sancho II.	Casal	1	Herança		Calde	Viseu	Inq. 881b
Lourenço Fernandes de Calde		Herdade	1	Usurpação	Oliveira	Pindo	Penalva do Castelo	Inq. 803a
Nuno Fernandes de Calde	Cónego de Viseu. Coproprietário com João Fernandes. Foi comprado por seu pai Fernão Rodrigues de Calde a Martim Martins no tempo de D. Sancho II.	Casal	1	Herança		Calde	Viseu	Inq. 881b
Pero [Fernandes] de Calde	Cavaleiro.	Vinha	1		Oleiros	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960b

⁵⁹⁴ Temos conhecimento de uma Teresa Fernandes de Calde, documentada em 1291, como proprietária em Calde. Seria provavelmente irmã de João, Lourenço, Pero, e Nuno Fernandes.

Património dos Cambar:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Peres de Cambar (filhos)	Os filhos de Pero Peres de Cambar partilham o direito de padroado com os filhos de Pero Rodrigues de Boi Alvo e Lourenço Cerveira.	Igreja	1	Herança		Campia	Vouzela	Inq. 914b

Património dos Cantim:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Maria de Cantim	Coproprietário com D. Pero Martins de Cantim.	Fogueira	1/2	Compra	Cantim	S. Martinho dos Mouros	Resende	Inq. 994a
Pero Fernandes de Cantim	Cavaleiro Comprou a Elvira Gonçalves.	Bouça	1	Compra	Peneda	S. Martinho dos Mouros	Resende	Inq. 996b
Pero Martins de Cantim	Cavaleiro.	Casal	1		Soutelo	Tendais	Cinfães	Inq. 980a
	Coproprietário com D. Maria de Cantim.	Fogueira	1/2	Compra	Cantim	S. Martinho dos Mouros	Resende	Inq. 994a

Património dos Chã:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Martins de Chã	Cavaleiro	Herdade	1 peça		Mourelas	Tendais	Cinfães	Inq. 979a
	Cavaleiro.	Bouça	1	Compra	Mourelas	Tendais	Cinfães	Inq. 979a
	Cavaleiro.	Herdade	1		Fermentões	Tendais	Cinfães	Inq. 979b - 980a
		Campo	1/2	Usurpação	Soutelo	Tendais	Cinfães	Inq. 980a
	Coproprietário com seu irmão Pero Martins. Comprada pelo seu pai, Martim Mendes, a Paio Mouro (vilão).	Quintã	1	Herança	Vila Boa	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 984a
		Herdade	2 peça		Vila Boa	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 984a
		Casal	2			Bustelo	Cinfães	Inq. 985a
Pero Martins de Chã	Coproprietário com seu irmão Estevão Martins de Chã. Comprada pelo seu pai, Martim Mendes, a Paio Mouro (Vilão).	Quintã	1	Herança	Vila Boa	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 984a

Património dos Coreixas:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Gil de Coreixas		Casal	1		Joazim	Cinfães	Cinfães	Inq. 973b
		Casal	1		Vila do Meio	Espadanedo	Cinfães	Inq. 973b
		Campo	1		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 977a
	Leira usurpada por Rui Hermiges de Cinfães.	Leira	1		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 975a
	Casal usurpada por Ermigio Sarracins ⁵⁹⁵ . Casal partilhado com Urraca Hermiges de Cinfães, irmã de Rui Hermiges de Cinfães.	Casal	1		Avitoure	Cinfães	Cinfães	Inq. 975b
	As propriedades foram compradas por Rui Hermiges de Cinfães.	Leira	1		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 975a
		Herdade	1 peça		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 975b
		Leira	2		Açoreira	Cinfães	Cinfães	Inq. 976a
		Vinha	1		Avitoure	Cinfães	Cinfães	Inq. 976b
		Herdade	1 peça		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 976b
		Leira ⁵⁹⁶	1		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 977a
		Casa ⁵⁹⁷	2		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 978a
		Leira	1		Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 978a

⁵⁹⁵ Ermigio Sarracins era muito provavelmente o pai de Rui Hermiges de Cinfães (BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa* (...), Vol. 2, Tomo 2, p. 1244).

⁵⁹⁶ Leira comprada Pero e João Soares Coelho (*PMH-Inq.* 977a).

⁵⁹⁷ Casas compradas a Maria Sequeira (*PMH-Inq.* 978a).

Património dos Correia:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Pais Correia		Casal	2			Cepões	Lamego	Inq. 1060a
João Correia		Herdade	1			Tões	Armamar	Inq. 1088b
		Herdade	1	Doação		Queimada	Armamar	Inq. 1093a
Paio Correia	Em 1258, a herdade estava na posse de Gonçalvinho de Silvã de Cima, seu vassalo.	Herdade	1		Silvã de Baixo	Romãs	Sátão	Inq. 796a
		Casal	1	Matrimónio	Vila Cova	Vila Cova do Covelo	Penalva do Castelo	Inq. 804a

Património dos Cunha:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Lourenço da Cunha		Honra	1		Cidadelhe Painçais Souto Teixeira	Cinfães	Cinfães	Inq. 978a
Vasco Lourenço de Cunha		Herdade	1		Covelo	Souselo	Cinfães	Inq. 952a
		Várzea ⁵⁹⁸	1		Covelo	Souselo	Cinfães	Inq. 952a
		Bouça	1		Sequeiros	Cárquere	Resende	Inq. 959a

⁵⁹⁸ Coproprietário com D. Lourenço Pais, o Curvo, de Alvarenga, e com Mor Peres (viúva de Afonso Rodrigues de Rendamor (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 351).

Património dos Dade:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Dade ⁵⁹⁹		Leira	2	Herança	Dade	Couto de Baixo	Viseu	Inq. 843a

Património dos Dálvares:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Maria de Dálvares		Herdade	1		"Basia"		Tarouca	Inq. 1079b
		Herdade	1			Dálvares	Tarouca	Inq. 1085a

Património dos Espinhel:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Peres Espinhel		Vila	1		Selores	Campia	Vouzela	Inq. 915a

⁵⁹⁹ Aparece a testemunhar um doc. de 4 de Abril de 1255 em Santarém, no qual Gomes Peres de Alvarenga e seu irmão Estevão Peres prometem diante do rei não praticar malfetorias e perdoar o concelho de Elvas pela morte dos seus irmãos (CAIII – doc. nº 714, p. 285-286).

Património dos Espinho:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Simão Peres de Espinho	Recebe cavalarias por parte da mulher Teresa Soares, neta de Paio Salvador (antigo proprietário).	Cavalaria	1			Tarouca	Tarouca	Inq. 1071a
		Cavalaria	1		Vila Meã	Ferreirim	Lamego	Inq. 1085a/b

Património dos Ferreira:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Fernandes de Ferreira	Cavaleiro.	Herdade	1		Eiró	Cambres	Lamego	Inq. 1009a
	Cavaleiro.	Vinha	1		Sande de Cima	Sande	Lamego	Inq. 1018b

Património dos Ferreiros:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Maria de Ferreiros	Casal comprado por Pero Anes de Ferreiros.	Casal	1	Herança (?)	Ameixas	Paços de Vilharigues	Vouzela	Inq. 907b

Património dos Figueiredo:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Martins de Figueiredo	Cavaleiro. Coproprietário com o irmão Soeiro Martins.	Cavalaria	¼	Compra	Masgalos	Couto de Cima	Viseu	Inq. 844a
Soeiro Martins de Figueiredo ⁶⁰⁰	Cavaleiro. Coproprietário com o irmão Egas Martins.	Cavalaria	¼	Compra	Masgalos	Couto de Cima	Viseu	Inq. 844a

⁶⁰⁰ Soeiro Martins foi casado com Estevaínha Peres de Góis (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 469).

Património dos Góis-Farinha:

» Góis

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Elvira Peres de Góis		Casal	1			Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 982b
Martim Salvador de Góis	Vila doada por D. Sancho I.	Vila ⁶⁰¹	1	Doação	Vila Meã	Povolide	Viseu	Inq. 863b-864a
Mem Anaia [de Góis] (filhos e netos)	Mem Anaia usurpou os 3 casais no tempo em que D. Gonçalo Mendes era tenente de Viseu.	Casal	3	Herança	Canelas	S. Cipriano	Viseu	Inq. 840b
Mem Lourenço [de Góis] ⁶⁰²	Neto de Mem Anaia e filho de Lourenço Mendes (que comprou o casal).	Casal	1	Herança		Vil de Souto	Viseu	Inq. 841a

⁶⁰¹ Ao morrer sem descendência a dita vila passou para a posse partilhada da Ordem do Templo; Ordem do Hospital; e 1 herdade para Pero Rodrigues e respetiva mulher D. Maior (que tinha sido casada com D. Martim) (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 245).

⁶⁰² Não é de todo impossível que este indivíduo, a partir de certa altura, tenha optado por se designar por Mem Lourenço do Fojo, por deter importante património numa vila do mesmo nome em Viseu.

» Góis > Farinha

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Peres de Farinha “Podre”	Casal comprado por Gonçalo Viegas de Ferreirim. Coproprietário com Estevão Anes de Almeida.	Casal	1			Calde	Viseu	Inq. 881b

Património dos Granja:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Garcia da Granja	Herdade comprada a Mónio Garcia.	Herdade	1 peça	Compra	Valbom	S. Cristóvão de Nogueira	Cinfães	Inq. 962a

Património dos Matela

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Viegas Matela	Cavaleiro. Coproprietário com os irmãos Pero e Gonçalo Viegas.	Herdade	1			Sande	Lamego	Inq.1017b
		Pereira	1			Sande	Lamego	Inq.1017b
		Castanheiro	2			Sande	Lamego	Inq.1017b
Gonçalo Viegas Matela	Filho de Egas Matela. Coproprietário com irmão Pero Viegas.	Quintã	1			Sande	Lamego	Inq.1017a
		Vinha	1	Compra		Sande	Lamego	Inq.1017b
	Cavaleiro. Coproprietário com irmãos Pero e Estevão Viegas.	Herdade	1			Sande	Lamego	Inq.1017b
		Pereira	1			Sande	Lamego	Inq.1017b
		Castanheiro	2			Sande	Lamego	Inq.1017b
Pero Viegas Matela	Cavaleiro. Coproprietário com irmão Gonçalo Viegas.	Quintã	1			Sande	Lamego	Inq.1017a
		Vinha	1	Compra		Sande	Lamego	Inq.1017b
	Coproprietário com irmãos Gonçalo e Estevão Viegas.	Herdade	1			Sande	Lamego	Inq.1017b
		Pereira	1			Sande	Lamego	Inq.1017b
		Castanheiro	2			Sande	Lamego	Inq.1017b
	Pero Viegas usurpou uma herdade e fez dela vinha.	Vinha	1	Usurpação	Sande de Cima	Sande	Lamego	Inq.1019a

Património dos Matos:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Peres de Matos		Herdade	1		Meridões	Tendais	Cinfães	Inq. 979b
		Vinhas			Covelas	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 982a
	Deixou o Casal em sua vida, no tempo de D. Afonso III, à Igreja de Ferreiros.	Casal	1			Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 982b
		Herdade	3		Vila Boa	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 984b
		Casal	1			Bustelo	Cinfães	Inq. 985a
	Cavaleiro	Vinha	1		Ganchada	Nespereira	Cinfães	Inq. 954b
	Casal foi de D. Gomes Mendes de Pinheiro.	Casal	1	Doação	Nogueira	S. Cipriano	Resende	Inq. 990a
Martim Lourenço de Matos	Filho de Lourenço Peres de Matos. Coproprietário com Martim Anes de Vinhal, e Pero Rabelo.	Herdade	1		Meridões	Tendais	Cinfães	Inq. 979b
	Coproprietário com filhos de Mendo Faber.	Vinha	1			Tendais	Cinfães	Inq. 979a
Urraca Peres de Matos		Casal	1		Louredo	S. Cipriano	Resende	Inq. 990a

Património dos Milheiro:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui Milheiro ⁶⁰³	Cavaleiro.	Leiras	1		Oleiros	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960b
	Cavaleiro.	Casal	1.5		Valbom	S. Cristóvão de Nogueira	Cinfães	Inq. 962a

Património dos Moreira:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Moreira	Cavaleiro.	Fogueira	3 partes	Compra	Sande de Baixo	Sande	Lamego	Inq. 1018a
	Cavaleiro.	Vinha	2		Sande de Cima	Sande	Lamego	Inq. 1018b

⁶⁰³ Segundo indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, Rui Milheiro podia muito bem ser filho, ou irmão, do cavaleiro Martim Gonçalves Milheiro, documentado em 1247.

Património dos Oleiros:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Soares de Oleiros		Quintã	1		Oleiros	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960b

Património dos Ortigosa:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Moniz de Ortigosa (Descendência)		Igreja	1			Travanca	Cinfães	Inq. 950a

Património dos Quartela (Paiva):

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Ramires Quartela	Cavaleiro. Marido de Maria Cristina Soares da Paiva.	Leiras	5		Ortigosa	Travanca	Cinfães	Inq. 950b
	Em 1258, o casal pertencia a Afonso Peres Alcoforado.	Casal	1		Oliveira	Souselo	Cinfães	Inq. 952b

Património dos Pacheco:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Pacheco	A herdade tinha sido comprada pelo cónego de Viseu Mem Mendes.	Herdade	1		Vale de Medeiros	Vila Chã de Sá	Viseu	Inq. 854a

Património dos Palaiol:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Afonso Rodrigues Palaiol	Compradas pelo pai Rui Martins Palaiol. Coproprietários.	Herdades			Calvelhe	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1059a/b
Gonçalo Rodrigues Palaiol		Herdades			Calvelhe	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1059a/b
Mem Rodrigues Palaiol		Herdades			Calvelhe	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1059a/b

Património dos Penongel

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Gonçalves [de Bodiosa] Penongel ⁶⁰⁴	Cavaleiro. Herdades detidas anteriormente por Gonçalo Rodrigues e Abril Gonçalves de Travassos, pai e irmão de sua mulher respetivamente.	Herdade	1	Matrimónio	Salgueiro	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 869b
		Herdade	1	Matrimónio	Sanguinhedo	Cota	Viseu	Inq. 878b
		Casal	1		Almargem	Calde	Viseu	Inq. 878b
	Herdades detidas anteriormente por seu pai Gonçalo Fernandes, cavaleiro.	Herdade	2	Herança	Casal	Ribafeita	Viseu	Inq. 886a

Património dos Pinho:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Nunes de Pinho	Filho de D. Nuno Peres de Pinho, que comprou herdade.	Herdade	1		Casal Covo	Ribafeita	Viseu	Inq. 884b
		Herdades Casas Vinhas		Herança	Joazim	Vila Maior	S. Pedro do Sul	Inq. 894a
João Fernandes de Pinho	Cavaleiro.	Casal	1		Cotões	S. Pedro do Sul	S. Pedro do Sul	Inq. 896b

⁶⁰⁴ Segundo indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, Gonçalo Gonçalves Penongel está documentado em 1277 como cavaleiro de Covelo, e testemunha de uma doação a um cónego de Viseu.

Património dos Porcalho:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Peres Porcalho	Filho de Martim Porca.	Herdade	1		<i>"Miliageoso"</i>	Nespereira	Cinfães	Inq. 946a

Património dos Portugal:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mor Peres Portugal	Coproprietário com D. Lourenço Pais, o Curvo, de Alvarenga, e com Vasco Lourenço da Cunha.	Várzea	1		Covelo	Souselo	Cinfães	Inq. 952a

Património dos Rabelo

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero [Vasques?] Rabelo	Copadroadado com Martim Anes de Vinhal e Gonçalo Anes de Vinhal.	Igreja	1	Usurpação		Reriz	Castro Daire	Inq. 925a
	Coproprietário com Martim Anes de Vinhal, e Martim Lourenço de Matos.	Herdade	1		Meridões	Tendais	Cinfães	Inq. 979b

Património dos Riba de Vizela – Freire - Melo:

» Riba de Vizela

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Gil Martins de Riba de Vizela		Cavalaria	1		Moreira de Baixo	Moreira	Nelas	Inq. 814a
		Vila	1		Moreira	Moreira	Nelas	Inq. 814b
D. Martim Fernandes de Riba de Vizela	Coproprietário com D. Estevão. Couto doado por D. Afonso II.	Couto	1			Fráguas	Vila Nova de Paiva	Inq. 1085b
D. Pero Anes Gago de Riba de Vizela	Documento de 1265.	Couto	1	Herança (materna)		S. Martinho das Chãs	Armamar	CAIII, liv. 1, vol. 1, p. 386-387.
	Documento de 1265.	Herdamentos				Ranhados	Viseu	CAIII, liv. 2 e 3, p. 306-307.
	Documento de 1265.	Herdamentos				Caria	Moimenta da Beira	CAIII, liv. 2 e 3, p. 306-307.

» Riba de Vizela > Freire

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Soares de [Freire]	Cavaleiro.	Herdade	1	Compra	S. Cosmade	Mangualde	Mangualde	Inq. 806b
		Herdade	1	Doação		Fornos de Maceira Dão	Mangualde	Inq. 809b
	Doação de D. Afonso II	Herdade	1			Fontelo	Armamar	Inq. 1086b

» Riba de Vizela > Melo

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mem Soares de Melo ⁶⁰⁵		Casal	5	Compra	Travancela	S. Miguel de Vila Boa	Sátão	Inq. 799a
		Herdade	1	Compra	Nogueira	Antas	Penalva do Castelo	Inq. 802a
Soeiro Mendes de Melo ⁶⁰⁶		Herdade	1	Compra	Fundões	Santiago de Cassurães	Mangualde	Inq. 808a

⁶⁰⁵ D. Mem Soares de Melo teve também uma filha, D. Maria Mendes de Melo, que casou com D. Paio Correia. Por este casamento D. Paio adquire bens em Penalva do Castelo (PMH- Inq. 804a).

⁶⁰⁶ Soeiro Mendes de Melo não é referido no *Livro de Linhagens*, mas nas *Inquirições de 1258* aparece como “*filius de Donno Menendo Suierii de Merloo*” (PMH- Inq. 808a).

Património dos Riba Douro:

» Riba Douro

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Viegas de Riba Douro	Cavaleiro. Coproprietário com irmão Nuno Viegas.	Bouça	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992b
		Herdade	1	Compra	Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 993a
Nuno Viegas de Riba Douro	Cavaleiro. Coproprietário da herdade com irmão Gonçalo Viegas.	Bouça	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992b
		Herdade	1	Compra	Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 993a
Ramiro Nunes de Riba Douro ⁶⁰⁷ (filhos)	Cavaleiro.	Herdade	1	Compra	Mourão	Várzea de Abrunhais	Lamego	Inq. 1066a

» Riba Douro > Alvarenga

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Gomes Lourenço de Alvarenga	Herdade usurpada depois de seus pais se quita rem dela.	Herdade	1	Usurpação	<i>Gomie</i>	Ribafeita	Viseu	Inq. 885a
	Moinho foi usurpado por D. Gomes Lourenço e suas irmãs.	Moinho	1	Usurpação	Moçâmedes	S. Miguel do Mato	Vouzela	Inq. 891b

⁶⁰⁷ Ramiro Nunes era muito provavelmente filho de Nuno Viegas de Riba Douro (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 495-496).

Lourenço Pais de Alvarenga		Souto	1		Portela	S. Cristóvão de Nogueira	Cinfães	Inq. 947b
	Copadroadado com Pero Pais, <i>o curvo</i> , de Alvarenga.	Igreja	1			Fornelos	Cinfães	Inq. 948b
	Coproprietário com D. Vasco Lourenço da Cunha, e com Mor Peres (viúva de Afonso Rodrigues <i>Rendamor</i>)	Várzea	1/3		Covelo	Souselo	Cinfães	Inq. 952a
D. Lourenço Viegas de Alvarenga	Recebeu por doação de uma mulher para que este não tirasse os olhos ao seu filho que tinha roubado umas cabras.	Herdade	1	Doação	Casal	Ribafeita	Viseu	Inq. 886a
		Moinho	1	Doação	Casal	Ribafeita	Viseu	Inq. 886a
	D. Sancho I doou tudo o que tinha em Lourosa a D. Lourenço e sua mulher D. Mor Pais.	Vila	1	Doação	Lourosa	S. Miguel do Mato	Vouzela	Inq. 891a
Pero Pais, <i>o curvo</i> , de Alvarenga	Copadroadado com Lourenço Pais de Alvarenga.	Igreja	1			Fornelos	Cinfães	Inq. 948b
		Casal	1		Cortegaça	Fornelos	Cinfães	Inq. 948a
	Afonso Anes de Gato morou no casal.	Casal	1		Ventoseia	Cinfães	Cinfães	Inq. 956a
		Casal	2		Vila Nova	Oliveira do Douro	Cinfães	VENTURA, Leontina – <i>A Nobreza</i>

								<i>de Corte de Afonso III (...), vol. II, p. 795.</i>
Rui Peres Curvo de Alvarenga (filhos)		Herdade	1		Porto de Barbosa		Penalva do Castelo	Inq. 804a
		Moinho	1		Porto de Barbosa		Penalva do Castelo	Inq. 804a
D. Sancha Lourenço de Alvarenga	Monja de Lorvão. Propriedades usurpadas pelos seus pais, D. Lourenço Viegas de Alvarenga e D. Mor.	Herdade	2	Herança	<i>Gomie</i>	Ribafeita	Viseu	Inq. 885a
		Moinho	1	Herança	<i>Gomie</i>	Ribafeita	Viseu	Inq. 885a
	Moinho foi usurpado por D. Gomes Lourenço de Alvarenga e suas irmãs.	Moinho	1	Usurpação	Moçâmedes	S. Miguel do Mato	Vouzela	Inq. 891b

» Riba Douro > Bezerra

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Soeiro Gonçalves Bezerra (filhos)		Casal	4		Corujais		Tarouca	Inq. 1080b
Teresa Anes Bezerra (filho)	Mãe de Martim Anes de S. Cosmade.	Herdade	1		Arcas de Cima	Arícera	Armamar	Inq. 1093b

» Riba Douro > Ferreirim

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Gonçalves da Fonseca [Ferreirim]	À data das inquirições os referidos bens já estavam na posse da sua mulher Teresa Miguéis.	Casal	1			Barrô	Resende	Inq. 992b-993a
		Paço	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992b-993a
		Prado	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992b-993a
Gonçalo Viegas de Ferreirim		Herdade	1	Usurpação	<i>Cabrum</i>	Calde	Viseu	Inq. 877b
		Vila	1			Calde	Viseu	DSV, Doc. 269, p. 262.
		Casal	1	Compra		Calde	Viseu	Inq. 881b

» Riba Douro > Fonseca

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Mendes [da Fonseca]	Cavaleiro.	Vinha	1		Oleiros	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960b
	Coproprietário com Soeiro Mendes (prelado).	Vinha	1	Compra	<i>Concela</i>	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960a
Mem Gonçalves da Fonseca	Copadroadado com Estevão Peres de Tavares, seu cunhado.	Igreja	1	Matrimónio		Vila Maior	S. Pedro do Sul	Inq. 893b
	Copadroadado com filhos e netos de Vicente Soares.	Igreja	1			Várzea	S. Pedro do Sul	Inq. 897b
		Vinhas Soutos				Várzea	S. Pedro do Sul	Inq. 898b
		Casal	2	Herança	Fonseca	S. Martinho dos Mouros	Resende	Inq. 991b
		Moinho	1	Usurpação	Fonseca	S. Martinho dos Mouros	Resende	Inq. 991b
	Comprado de Martim Afonso no tempo de D. Sancho II.	Herdade	1 peça	Compra	Fonseca	S. Martinho dos Mouros	Resende	Inq. 992a
Rui Mendes da Fonseca		Vinha	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992a
		Herdade	1 peça		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 993a
Teresa Mendes da Fonseca	Coproprietária com João Martins com quem foi casada.	Herdade	2 peça		Paredes	Paus	Resende	Inq. 997b

» Riba Douro > Lumiares

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Abril Peres de Lumiares		Vinha	1		Nadais	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 994a
D. Urraca Abril de Lumiares	Património comprado pelo seu pai D. Abril Peres de Lumiares.	Vila	1	Herança	Balisque	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 868a
		Herdade	1	Herança	Vila Verde	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 868a
	1 vinha foi comprada e 1 usurpada pelo seu pai D. Abril Peres de Lumiares.	Vinha	2			Tarouca	Tarouca	Inq. 1075b
	Linhares usurpados pelo seu pai D. Abril Peres de Lumiares.	Linhar	2			Tarouca	Tarouca	Inq. 1075b
D. Urraca Fernandes de Lumiares	Coproprietário com seu marido Afonso Peres Gato. Recebem vila por emprazamento feito por D. Gil, bispo de Viseu, em setembro de 1228. Sabemos que a 1 de Janeiro de 1267 já era viúva, pois pela confirmação do emprazamento desse ano sabemos que seu marido já tinha falecido.	Vila	1			Ermida	Castro Daire	DSV, Doc. 259, p. 254.

Património dos Ribeiros:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Ribeira	Cavaleiro Coproprietário com Pero Gonçalves de Vale (cavaleiro) e D. Toda de Amaral.	Herdade	1	Compra	Lustosa	Ribafeita	Viseu	Inq. 882a
Gomes Peres da Ribeira (filhas)	Coproprietárias com Martim Fernandes de Urgezes.	Herdade	1		Enviande	Ribeiradio	Oliveira de Frades	Inq. 917b

Património dos Ruvós:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Martins de Ruvós	Cavaleiro	Herdade	1	Usurpação	Ruvós		Lamego	Inq. 1040b

Património dos S. Cosmade:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Anes de S. Cosmade ⁶⁰⁸	Cavaleiro.	Linhar	1		Mós	Ferreirim	Lamego	Inq. 1078b
	Herdada de sua mãe D. Teresa Anes de Bezerra.	Herdade	1	Herança	Arcas de Cima	Arícera	Armamar	Inq. 1093b
		Casal	1		Galvão	Cepões	Lamego	Inq. 1063b
	Coproprietário com Mem Fernandes, cavaleiro.	Herdade	1	Emprazamento	“Cornias”	Boa Aldeia	Viseu	Inq. 830a
	Herdade comprada por Mem Anaia.	Herdade	1		Torneirós		Sátão	Inq. 799b

Património dos Sá:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Guilherme [Gonçalves] de Sá	Cavaleiro.	Vinha	1		Vila Plana	Vila Chã de Sá	Viseu	Inq. 854a
	Coproprietário com outros filhos e netos de Gonçalo Pais.	Herdade ⁶⁰⁹	1	Herança	Vila Plana	Vila Chã de Sá	Viseu	Inq. 854b
Maria [Gonçalves] de Sá	Filha de D. Gonçalo de Sá	Herdade	1		Porrinheiro	Silgueiros	Viseu	Inq. 833b
		Herdade	1		Passos	S. Cipriano	Viseu	Inq. 833b

⁶⁰⁸ Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Martim Anes é filho de Teresa Gonçalves Bezerra e João Soares, o Chico, (de Leomil). (LL66G2-3).

⁶⁰⁹ Herdade usurpada por Gonçalo Pais, pai do *miles* Guilherme [Gonçalves] de Sá referido nas *Inquirições de 1258*.

Património dos Sardinha:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim (Anes) Sardinha ⁶¹⁰	Cavaleiro. Coproprietário com Raimundo Viegas (cavaleiro).	Herdade	1		Alvelos	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1058a

⁶¹⁰ Este indivíduo foi casado com Sancha Peres de Góis (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 2, p. 469.)

Património dos Sarracins:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Paio Ermiges Sarracins	Pai de Pero Pais de Sarracins.	Casal	1			Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 982b
		Herdade	2 peça	Compra	Santa Maria	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 983a
		Herdade	1 peça	Usurpação	Ruivais	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 983b
		Leira	2		Vila Boa	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 984a
Pero Pais Sarracins	Filho de Paio Ermiges Sarracins. Herdade comprada pelo seu avô a Paio Moniz.	Herdade	1		Vila do Meio	Espadanedo	Cinfães	Inq. 974a
Urraca Hermiges Sarracins	Irmã de Rui Hermiges de Cinfães.	Herdade	1		Contensa	Cinfães	Cinfães	Inq. 974b
		Reguengo	1	Compra	Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 975a
	Propriedade usurpada por Ermígio Peres Sarracins. Coproprietária com Martim Gil de Coreixas.	Casal	1		Avitoure	Cinfães	Cinfães	Inq. 975b
		Herdade	2 peça	Compra	Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 976a
		Leira	2	Doação	Travassos	Cinfães	Cinfães	Inq. 976a

Património dos Seabra:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Teresa Fernandes de Seabra	Filha de D. Fernão Garcia. Barregã régia. Documento de 9 de Abril de 1269.	Vila	1	Doação régia		Mortágua	Mortágua	CAIII, liv. 1, vol. 1, p. 446-447.
		Vila	1	Doação régia	Ferreiros	Ferreirós do Dão	Tondela	

Património dos Sequeiros:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Pais de Sequeiros ⁶¹¹	Filho de Paio Peres de Sequeiros.	Casal	1			Cavernães	Viseu	Inq. 871b

⁶¹¹ Segundo indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, existe um Fernão Pais de Sequeiros documentado em Valença, no ano de 1301, possivelmente neto do indivíduo detetado nas *Inquirições de 1258*.

Património dos Sousa:

» Sousa:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Garcia de Sousa	Tem este património em 1273.	Casa	1			Sande	Lamego	VENTURA, Leontina – <i>A Nobreza de Corte de Afonso III</i> (...), Vol. 2, p. 945.
		Souto	1		<i>Megilde</i>	Sande	Lamego	

» Sousa > Albugia

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Garcia Peres Albugia	Cavaleiro.	Casal	1	Compra	Crescido	Fatunços	Vouzela	Inq. 892a

Património dos Soutelo:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Isidoro de Soutelo	Cavaleiro.	Reguengo	1	Herança	Casal		Castro Daire	Inq. 931a

Património dos Soverosa:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Elvira Vasques de Soverosa II	Casal tinha sido usurpado pelo seu avô materno D. Fernão Anes de Riba de Vizela.	Casal	1	Herança	Arrifana	Campo de Besteiros	Tondela	Inq. 825a
Vasco Gil de Soverosa	Todos estes bens pertenceram ao sogro de Vasco Gil, Fernão Anes de Riba de Vizela.	Póvoa	1	Matrimónio	Alcoba	S. João do Monte	Tondela	Inq. 824a
		Casal	4	Matrimónio	Ribeira	Vilar de Besteiros	Tondela	Inq. 824a
		Couto	1	Matrimónio		Guardão	Tondela	Inq. 825b
		Póvoa	1	Matrimónio	Jueus	Guardão	Tondela	Inq. 825b
		Póvoa	1	Matrimónio	Caselho	Guardão	Tondela	Inq. 825b

Património dos Tabuadelo:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
D. Sancha de Tabuadelo	Herdades compradas pelo marido, o cavaleiro Fernão Martins, a D. Teresa de Vilar Maior, mãe de Estevão Peres de Tavares.	Herdades		Herança	Joazim	Vilar Maior	S. Pedro do Sul	Inq. 894b

Património dos Tavares:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Peres de Tavares ⁶¹²		Herdade	1	Compra	Nogueira	Antas	Penalva do Castelo	Inq. 801b
		Herdade	1	Compra		Antas	Penalva do Castelo	Inq. 803b
		Herdade	1	Usurpação		Real	Penalva do Castelo	Inq. 804a
		Igreja		Usurpação		Chãs de Tavares	Mangualde	Inq. 805b-806a
	Copadroadado com Mem Gonçalves da Fonseca, casado com a sua irmã D. Maria Peres.	Igreja	1			Vilar Maior	S. Pedro do Sul	Inq. 893b

⁶¹² Estevão Peres de Tavares é filho de D. Teresa de Vilar Maior e do alcaide da Guarda D. Pero Viegas de Tavares (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 722).

Património dos Tavoado:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Gonçalves de Tavoado	Coproprietário com Garcia Fernandes de Barreiros.	Souto	1		Mourelas	Tendais	Cinfães	Inq. 979a
		Vinha	1		Mures	Tendais	Cinfães	Inq. 981a
		Souto	1		Mures	Tendais	Cinfães	Inq. 981a
		Casal	2			Ferreiros de Tendais	Cinfães	Inq. 983a

Património dos Távora:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Anes de Távora	Recebeu a herdade do concelho de Paredes.	Herdade	1	Doação		Paradela	Tabuaço	Inq. 1095b
	Cavaleiro.	Herdades		Compra	Galinhas Paramos Bavio Britelo	Paredes da Beira	S. João da Pesqueira	Inq. 1095b
		Herdades		Usurpação	Galinhas	Paredes da Beira	S. João da Pesqueira	Inq. 1095b

Património dos Tonda:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Soeiro Pais de Tonda	Cavaleiro.	Herdades		Doação		Santiago de Besteiros	Tondela	Inq. 827a
	Cavaleiro.	Herdade	1	Usurpação		Tonda	Tondela	Inq. 817b

Património dos Travassos:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Rodrigues de Travassos ⁶¹³ (filhos)	Cavaleiro. Comprada por Gonçalo Rodrigues.	Herdade	1	Herança	Covelo	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 867b
	Egas Pato repartiu quintã com Gonçalo Rodrigues.	Quintã	1/2	Herança	Figueiredo	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 867b
	Usurpada pelos filhos de Gonçalo Rodrigues.	Herdade	1	Usurpação	Figueiredo	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 867b
	Usurpada por Gonçalo Rodrigues.	Souto	1	Herança	Lamaçais	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 870a
		Fogueira	1/8	Herança	Casal de Esporão	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 870b

⁶¹³ Gonçalo Rodrigues era filho de Rodrigo Dias de Travassos (*PMH-Inq.* 870a); e pai de Abril Gonçalves (*PMH-Inq.* 878a). Este último é mencionado nas *Inquirições de 1258* pela destruição de um moinho em Viseu. Nesse ano, a herdade onde estava o moinho já pertencia a Gonçalo Gonçalves Penongel.

Património dos Urgezes:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Fernandes de Urgezes [Podentes - Leiria]	Coproprietário com filhos de D. Gomes Peres de Ribeira.	Herdades Vinha		Matrimónio	Enviande	Ribeiradio	Oliveira de Frades	Inq. 917b

Património dos Vaiões:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Afonso de Vaiões ⁶¹⁴	Fez aí casa de morada.	Casal	1/4	Herança	Rompecilha	S. Martinho das Moitas	S. Pedro do Sul	Inq. 924b
		Reguengo	1	Usurpação	Rompecilha	S. Martinho das Moitas	S. Pedro do Sul	Inq. 924b
Rui Pais de Vaiões ⁶¹⁵ (filhos e netos)		Igreja	1	Herança		Baiões	S. Pedro do Sul	Inq. 900a

Património dos Valbom:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mem Pais de Valbom	Cavaleiro. Homem do mosteiro de S. Cristóvão da Nogueira.	Vinha	1	Compra	Seixos	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 960a

⁶¹⁴ Filho de Afonso Rodrigues de Vaiões (“scutifer”) – *PMH-Inq.* 924b.

⁶¹⁵ Este Rui Pais de Vaiões pode muito bem ter sido pai de Afonso Rodrigues, e avô de Fernão Afonso de Baiões.

Património dos Vale:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Gonçalves do Vale	Cavaleiro.	Herdade	1	Compra	Paçô	Lordosa	Viseu	Inq. 880b
	Cavaleiro.	Casal	1	Compra	Paçô	Lordosa	Viseu	Inq. 880b
	Cavaleiro. Coproprietário com Fernando Ribeira (Cavaleiro) e D. Toda de Amaral.	Herdade	1	Compra	Lustosa	Ribafeita	Viseu	Inq. 882a
	Cavaleiro.	Casal	2		Porcelhe	Arcozelo das Maias	Oliveira de Frades	Inq. 916a

Património dos Veiros:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui de Veiros	Cavaleiro.	Herdade	1	Usurpação	“Balneo”		S. Pedro de Sul	Inq. 899b

Património dos Vilharigues:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Miguel Anes de Vilharigues	Cavaleiro.	Herdade	2	Usurpação	Quintela	Queirã	Vouzela	Inq. 903b- 904a
		Vila	1		Rabaçal	S. Miguel do Mato	Vouzela	Inq. 903b

Património dos Vinhal:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Anes de [Aguiar] Vinhal	Copadroadado com filhos, com irmão Martim Anes de Vinhal, com Pero Rabelo e respetivos filhos.	Igreja	1	Usurpação		Reriz	Castro Daire	Inq. 925a
	Doação de D. Afonso III.	Vila	1	Doação	Moimenta	Cabril	Castro Daire	Inq. 945a
Martim Anes de Vinhal	Copadroadado com Pero Rabelo e filhos, com irmão Gonçalo Anes de [Aguiar] Vinhal e com os sobrinhos.	Igreja	1	Usurpação		Reriz	Castro Daire	Inq. 925a
	Doação de D. Afonso III.	Couto	1	Doação	Rabelo	Reriz	Castro Daire	Inq. 926a
	Copadroadado.	Mosteiro	1	Património	Baltar	Cabril	Castro Daire	Inq. 945a
	Coproprietário com Martim Lourenço de Matos, e com Pero Rabelo.	Herdade	1		Meridões	Tendais	Cinfães	Inq. 979b
		Herdade	1		<i>Ascondel</i>	Paus	Resende	Inq. 996a

Património dos Viseu:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Peres de Viseu ⁶¹⁶	Cavaleiro. Antigo proprietário da herdade era Mem Mendes, cónego de Viseu.	Herdade	2		S. Martinho	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 849a
	Cavaleiro.	Moinhos	2		Vila de Moinhos	S. Salvador	Viseu	Inq. 852b

Património dos Vouga:

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Vouga ⁶¹⁷ (filhos)	Cavaleiro.	Herdade	1		“Castiizal”	Avelal	Sátão	Inq. 800b

⁶¹⁶ Segundo indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, João Peres podia muito bem ser pai do cavaleiro Soeiro Anes de Viseu, alcaide em Viseu e ali proprietário, pelo menos entre 1286 e 1292.

⁶¹⁷ Segundo indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, este indivíduo podia muito bem ser João Viegas de Vouga, já falecido em 1284, e pai de Teresa Anes de Vouga, proprietária em Sever nesse mesmo ano.

Património de Linhagem desconhecida

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Ausenda	“Domina”.	Fogueira	4	Compra	Travancela	S. Miguel de Vila Boa	Sátão	Inq. 799a
	Mulher de Martim Soeiro, porteiro de Sancho I.	Casas, Herdades, Vinhas				Ribafeita	Viseu	Inq. 884b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Diogo Martins	Cavaleiro	Herdade	1	Doação		Alcafache	Mangualde	Inq. 810a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Diogo Peres Faldropo (filho e filha)	Cavaleiro.	Casal	5	Compra		Vilar Seco	Mangualde	Inq. 811b
		Casal	1	Usurpação		Vilar Seco	Mangualde	Inq. 811b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Gonçalves	Cavaleiro de Ferreira.	Herdade	1		Nogueira	Avelal	Sátão	Inq. 800a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Lourenço	Cavaleiro.	Herdade	1	Compra	Ermegilde	Paus(?)	Resende	Inq. 997b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Egas Peres	Cavaleiro.	Herdades				Santiago de Besteiros	Tondela	Inq. 827a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Elvira Aryas	"Donna".	Leira	1		Pereira	Nespereira	Cinfães	Inq. 946a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Elvira Peres	Mulher de Raimundo Rodrigo de Góis.	Casal	1		Louredo	S. Cipriano	Resende	Inq. 989b-990a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Ermigio Peres	Cavaleiro de Celorico.	Leira	1		Redondelo	Nespereira	Cinfães	Inq. 945b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevaínha	Foi mulher de Rui Gonçalves de Calvos.	Vinha	1		Balneo		S. Pedro do Sul	Inq. 899b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevaínha Martins	"Donna".	Herdade	1		Vila Chã	Cepões	Viseu	Inq. 875a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Dias	Cavaleiro..	Vinha	1			Molelos	Tondela	Inq. 821a
	Cavaleiro	Fogueira	1/4			Molelos	Tondela	Inq. 821a
	Cavaleiro. Filho de Maria Peres. Coproprietário com irmão Fernão Dias (Cavaleiro).	Herdade	1	Doação	Carregozela	Cavernães	Viseu	Inq. 857b
		Casal	1	Usurpação	Carregozela	Cavernães	Viseu	Inq. 857b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Guedes	Cavaleiro. Coproprietário com seu irmão Raimundo Guedes (cavaleiro), e suas irmãs. Cavalaria comprada pelo seu pai.	Cavalaria	1	Herança	Alvarelhos	Oliveira do Conde	Carregal do Sal	Inq. 815b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Martins	Cavaleiro.	Casal	1		Castela		Nelas	Inq.813a
	Coproprietário com Pero Ermiges e João Garcia (Cavaleiros).	Herdade	1		Fontelo		Nelas	Inq. 813b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Vermundes (filhos)	Cavaleiro. Comprou herdade com sua mulher D. Mor Pais.	Herdade		Herança	“Ussaganios”		Viseu	Inq. 883b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Estevão Viegas	Escudeiro de Lourenço Pais de Alvarenga, que lhe doou as vilas.	Vilas	4		Vila Maior Dornelas Vila de Igreijó Vitoreira	Cabril	Castro Daire	Inq. 944a-b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Dias	Cavaleiro.	Herdade	1		Sarracela	Sátão	Sátão	Inq. 798b
	Cavaleiro.	Herdade	1	Doação	“Comaro de Borra”		Sátão	Inq. 800a
	Cavaleiro.	Herdade	1	Doação	“Couve”		Sátão	Inq. 800a
	Filho de Maria Peres. Coproprietário com irmão Estevão Dias (Cavaleiro).	Herdade	1	Doação	Carregozela	Cavernães	Viseu	Inq. 857b
		Casal	1	Usurpação	Carregozela	Cavernães	Viseu	Inq. 857b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Martins	Escudeiro.	Herdade	1 peça	Usurpação	Sande de Baixo	Sande	Lamego	Inq. 1019a
		Chouso	1		Sande de Baixo	Sande	Lamego	Inq. 1019a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Fernão Raimundes	Escudeiro.	Casal	1	Doação		Real	Penalva do Castelo	Inq. 805b
	Coproprietário com irmão Garcia Raimundes.	Herdade.	1	Herança	S. Romão	Castelo de Penalva	Penalva do Castelo	Inq. 805b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Garcia Rodrigues, o <i>Fresco</i>	Cavaleiro.	Herdade	1		Crastelo	Nespereira	Cinfães	Inq. 962b
		Herdade	1 peça		Sanfins	Santiago de Piães	Cinfães	Inq. 962b
		Casal	2			Paus	Resende	Inq. 995b
		Casal	1	Compra		Paus	Resende	Inq. 996a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gomes Pais, o <i>Gago</i>	Cavaleiro.	Herdade	1	Avoenga	“Ussaganios”		Viseu	Inq. 882a
	Casas feitas por D. Mor e D. Maria Peres.	Casas			“Ussaganios”		Viseu	Inq. 884a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Gonçalo Pais (filhos e netos)	Cavaleiro.	Reguengo	1		Rio de Asnos	Lobão da Beira	Tondela	Inq. 819a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Afonso ⁶¹⁸	Escudeiro.	Casal	2			Travanca	Cinfães	Inq. 950b

⁶¹⁸ Escudeiro de D. Pero Pais de Alvarenga (VENTURA, Leontina – *Nobreza de Corte de Afonso III* (...), p. 585).

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Fernandes	Cavaleiro de Barroso. Coproprietário do reguengo.	Reguengo	1		Barbas	Carvalhais	S. Pedro do Sul	Inq. 901b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Garcia	Cavaleiro. Coproprietário com Estevão Martins e Pero Ermiges (cavaleiros).	Herdade	1		Fontelo		Nelas	Inq. 813b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Lopes	Cavaleiro. Casais doados por D. Soeiro Gomes.	Casal	2	Doação	Povoação	Povolide	Viseu	Inq. 866a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Martins	Herdade doada pelo seu tio, o cavaleiro Pero Gonçalves de Vale.	Herdade	1	Doação	“Ribeira de Rio Trozi”	Bodiosa	Viseu	Inq. 887b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Mendes, o <i>Gaio</i>	Cavaleiro. Coproprietário com irmãos.	Herdade	2 peça		Bairral	Anreade	Resende	Inq. 986a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Pais	Cavaleiro.	Cavalaria	1			Cabanas de Viriato	Carregal do Sal	Inq. 815b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
João Peres	Cavaleiro.	Herdade	1		Miusela	Antas	Penalva do Castelo	Inq. 804b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Martins	Escudeiro.	Herdade	1		Quintela	Penude	Lamego	Inq. 1056b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Soares	Cavaleiro. Moinho comprado pelo cavaleiro Paio Soares de Rebordinho.	Moinho	1		Teivas	S. João de Lourosa	Viseu	Inq. 854b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Lourenço Viegas	Escudeiro.	Casal	2		Ferreirós	Paus	Resende	Inq. 996a
	Escudeiro.	Herdade	3 peça			Paus	Resende	Inq. 996b
	Escudeiro.	Herdade	3 peça		S. Pedro	Paus	Resende	Inq. 996b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Maria Mendes ⁶¹⁹		Casal	2			Sendim	Tabuaço	DSV – doc. nº 385.

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Anes	Cavaleiro. Coproprietário com Mem Fernandes, cavaleiro.	Herdade	1			Boa Aldeia	Viseu	Inq. 830a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Garcia	Cavaleiro.	Bouça	1		Crastelo		Cinfães	Inq. 959a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Gonçalves	Cavaleiro.	Herdade	1		Vilarinho		Resende	Inq. 1001a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Gonçalves	Escudeiro.	Herdade	1	Compra	Vila Garcia	Pindo	Penalva do Castelo	Inq. 805a

⁶¹⁹ Em 1278, D. Maria Mendes aparece, na qualidade de viúva de Martim Anes de S. Cosmade, a doar estes 2 casais em Tabuaço ao Mosteiro de S. Pedro das Águias (DSV – doc. nº 385).

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Mendes, o <i>Raboulo</i>	Cavaleiro.	Reguengo	1 peça			Fornelo	Cinfães	Inq.950a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Rodrigues	Cavaleiro.	Herdade	1 peça			Gouviães	Tarouca	Inq. 1084b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Rodrigues (filho)	Cavaleiro. Martim Rodrigues comprou.	Quintã	1	Herança	Vila Chã	Cepões	Viseu	Inq. 875a
		Casal	1	Herança	Vila Chã	Cepões	Viseu	Inq. 875a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Soares, o <i>Coiros</i>		Casal	1		Nogueira	S. Cristóvão de Nogueira	Cinfães	Inq. 962a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Viegas	Escudeiro. Coproprietário com Rui Viegas (escudeiro).	Herdade	1	Compra		Dardavaz	Tondela	Inq. 821b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Martim Viegas	Alferes (<i>armiger</i>). Quando morreu, propriedade passou para sua mulher D. Onega.	Herdade	1	Usurpação	Vessada	Povolide	Viseu	Inq. 864a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mem Fernandes	Cavaleiro. Coproprietário com Martim Anes (Cavaleiro).	Herdade	1			Boa Aldeia	Viseu	Inq. 830a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mem Fernandes	Cavaleiro.	Casal	2		Gondim	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1062b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mem Gomes	Fidalgo.	Casal	1			Arcozelo de Maías	Oliveira de Frades	Inq. 916b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mónio Ermiges	Cavaleiro.	Casal	4		Moimentinha	Cepões	Lamego	Inq. 1061b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mor Fernandes	Casada com o escudeiro D. Soeiro Lourenço.	Herdades				Reriz	Castro Daire	Inq. 925b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Mor Pais ⁶²⁰	Mulher de D. Lourenço Viegas de Alvarenga.	Herdade	1	Usurpação	Gomie	Ribafeita	Viseu	Inq. 887b
		Vila	1	Doação	Lourosa	S. Miguel do Mato	Vouzela	Inq. 891a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Ermiges	Cavaleiro.	Herdade	1			Senhorim	Nelas	Inq. 813a
	Cavaleiro. Coproprietário com Estevão Martins e João Garcia (cavaleiros).	Herdade	1		Fontelo		Nelas	Inq. 813 b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Rodrigues	Cavaleiro.	Casal	3		Carragozela	Cavernães	Viseu	Inq. 858b

⁶²⁰ Mor Pais, de linhagem desconhecida, foi criada em casa do rei, como refere D. Sancho I na doação que fez ao casal, em Outubro de 1205, da vila de Lourosa, no termo de Lafões (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 466).

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Soares	Cavaleiro.	Casas Herdades					S. João da Pesqueira	Inq. 1098a
	Cavaleiro.	Vinha	1	Compra			S. João da Pesqueira	Inq. 1098a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Pero Soares, o <i>Coiros</i> ⁶²¹	Cavaleiro.	Herdade	1		Sernada	Santos Evos	Viseu	Inq. 847b
	Cavaleiro.	Cavalaria	3/4	Compra	Travassós	Rio de Loba	Viseu	Inq. 848a
	Antigo proprietário era Mem Mendes, cônego de Viseu.	Herdade			S. Martinho	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 849a
	Cavaleiro.	Vinha	1	Compra	S. Martinho	S. Pedro de France	Viseu	Inq. 849a
	Coproprietário com Durão Domingues, cônego.	Cavalaria	1/4		“Mouri de Medio”		Viseu	Inq. 860b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Raimundo Guedes	Cavaleiro. Coproprietário com seu irmão Estevão Guedes (cavaleiro) e suas irmãs. Cavalaria foi comprada pelo seu pai.	Cavalaria	1	Herança	Alvarelhos	Oliveira do Conde	Carregal do Sal	Inq. 815b

⁶²¹ Segundo indicação do Professor Doutor Sottomayor-Pizarro, Pero Soares aparece como proprietário na Covilhã em 1265, ligado a D. Diogo Lopes de Baião.

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Raimundo Viegas	Cavaleiro. Coproprietário com Martim Sardinha (cavaleiro).	Herdade	1		Alvelos	Lamego (Sé)	Lamego	Inq. 1058a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui Garcia	Cavaleiro.	Fogueira	½	Compra		Germil	Penalva do Castelo	Inq. 803b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui Guterres (filhos)	Cavaleiro.	Herdade	1	Compra		Esmolfe	Penalva de Castelo	Inq. 802a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Rui Viegas	Escudeiro. Coproprietário com Martim Viegas, escudeiro.	Herdade	1	Compra		Dardavaz	Tondela	Inq. 821b

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Sancha (e filhos)	Mulher casou com Rui Gonçalves de Calvos, que usurpou propriedade e fez aí quintã.	Quintã	1	Herança	Calvos	Baiões	S. Pedro do Sul	Inq. 900a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Teresa Miguéis ⁶²²		Casal	1			Barrô	Resende	Inq. 992b-993a
		Paço	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992b-993a
		Prado	1		Bairro	S. João de Fontoura	Resende	Inq. 992b-993a

Proprietário(Nome)	Obs.	Propriedade	Qtd.	Forma de Aquisição	Lugar	Freguesia	Concelho	Fonte
Toda Martins	"Donna".	Souto	1		Eiró	Cambres	Lamego	Inq. 1009a

⁶²² Em 1258, Teresa Miguéis, viúva de Egas Gonçalves da Fonseca e mãe de Gonçalo Viegas de Ferreirim, já se encontrava na posse de alguns bens que tinham sido do seu marido (SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens medievais portuguesas* (...), Vol. 1, p. 497-498).

II – Circunscrições administrativas no território de Lamego-Viseu em 1258

Nº	FREGUESIA	CONCELHO	JULGADO/COUTO/HONRA
1	Alcofra	Vouzela	Alcofra (couto)
2	Pepim	Castro Daire	Alva
3	Alva	Castro Daire	
4	Mamouros	Castro Daire	
5	Ribolhos	Castro Daire	
6	Anreade	Resende	
7	S. Romão de Aregos	Resende	Aregos
8	Miomães	Resende	
9	Freigil	Resende	
10	Ovadas	Resende	
11	Panchorra	Resende	
12	S. Cipriano	Resende	
13	Cárquere	Resende	
14	Feirão	Resende	
15	Felgueiras	Resende	
16	Armamar	Armamar	Armamar
17	Aldeias	Armamar	
18	Queimada	Armamar	
19	S. Romão	Armamar	
20	Santiago	Armamar	
21	Coura	Armamar	
22	Arícera	Armamar	
23	Folgosa	Armamar	
24	Mangualde	Mangualde	Azurara
25	Santiago de Cassurrães	Mangualde	
26	Cunha Alta	Mangualde	
27	Mesquitela	Mangualde	
28	Freixiosa	Mangualde	
29	Lobelhe do Mato	Mangualde	
30	Cunha Baixa	Mangualde	
31	Quintela de Azurara	Mangualde	
32	Alcáface	Mangualde	
33	Fornos de Maceira Dão	Mangualde	
34	Espinho	Mangualde	
35	Abrunhosa-a-Velha	Mangualde	
36	Tonda	Tondela	Besteiros
37	Tondela	Tondela	
38	Lobão da Beira	Tondela	
39	Molelos	Tondela	
40	Dardavaz	Tondela	
41	Barreiro de Besteiros	Tondela	
42	Castelões	Tondela	
43	Campo de Besteiros	Tondela	
44	Santiago de Besteiros	Tondela	
45	Vilar de Besteiros	Tondela	
46	Mosteiro de Fráguas	Tondela	
47	Caparrosa	Tondela	

48	Boa Aldeia ⁶²³	Viseu	Besteiros (Continuação)
49	Silvares	Tondela	
50	Britiande	Lamego	Britiande (Honra)
51	Canas de Santa Maria	Tondela	Canas de Santa Maria (Couto)
52	Canas de Senhorim	Nelas	Canas de Senhorim (Couto)
53	Caria	Moimenta da Beira	Caria (Honra)
54	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire
55	Gafanhão	Castro Daire	Cavalão (Couto)
56	S. Martinho das Moitas ⁶²⁴	S. Pedro do Sul	Cavanhon (Couto)
57	Cota	Viseu	Cota (Couto)
58	Ferreira de Aves	Sátão	Ferreira de Aves
59	Ferreiros de Tendais	Cinfães	Ferreiros
60	Alhões	Cinfães	
61	Bustelo	Cinfães	
62	Gralheira	Cinfães	
63	Oliveira do Douro	Cinfães	
64	Figueira	Lamego	S. João de Figueira (Honra)
65	Queimadela	Armamar	
66	Fonte Arcada	Sernancelhe	Fonte Arcada (Honra)
67	Escurquela	Sernancelhe	
68	Ferreirim	Sernancelhe	
69	Macieira	Sernancelhe	
70	Freixinho	Sernancelhe	
71	Chosendo	Sernancelhe	
72	Vilar	Moimenta da Beira	
73	Fontelo	Armamar	Fontelo (Honra)
74	Alhais	Vila Nova de Paiva	Fráguas (Couto)
75	Fráguas	Vila Nova de Paiva	
76	Vila Nova de Paiva	Vila Nova de Paiva	
77	Guardão	Tondela	Guardão (Couto)
78	Vila Longa	Sátão	Gulfar
79	Silvã de Cima	Sátão	

⁶²³ O topónimo Boa Aldeia não é referido nas *Inquirições de 1258*. No entanto, temos informação da vila de Córnia que, de acordo com José Amadeu Ferraz de Carvalho no seu estudo sobre Besteiros, corresponde precisamente à atual freguesia de Boa Aldeia, no concelho de Viseu. Esta transformação no topónimo deve ser anterior ao século XVI pois já aparece com a nova configuração no Cadastro de 1527 (CARVALHO, Amadeu Ferraz de - *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela* (...), p. 67-68).

⁶²⁴ Apesar da a Freguesia de S. Martinho das Moitas, corresponder na globalidade ao Couto de Cavanhon, atente-se que o lugar de Rompecilha (Fr. S. Martinho das Moitas; C. S. Pedro do Sul) pertence ao Julgado do Sul.

80	Romãs ⁶²⁵	Sátão	Gulfar (Continuação)
81	Ribafeita	Viseu	Lafões
82	Bodiosa	Viseu	
83	S. Miguel de Queirã	Vouzela	
84	S. Miguel do Mato	Vouzela	
85	Fatunços	Vouzela	
86	Vilar Maior	S. Pedro do Sul	
87	Pinho	S. Pedro do Sul	
88	S. Pedro do Sul	S. Pedro do Sul	
89	S. Félix	S. Pedro do Sul	
90	Figueiredo de Alva	S. Pedro do Sul	
91	Várzea	S. Pedro do Sul	
92	Bordonhos	S. Pedro do Sul	
93	Serrazes	S. Pedro do Sul	
94	Baiões	S. Pedro do Sul	
95	Carvalhais	S. Pedro do Sul	
96	Ventosa	Vouzela	
97	Fornelo do Monte	Vouzela	
98	Vouzela	Vouzela	
99	Paços de Vilharigues	Vouzela	
100	Souto de Lafões	Oliveira de Frades	
101	Campia	Vouzela	
102	Cambra	Vouzela	
103	Sejães	Oliveira de Frades	
104	Pinheiro	Oliveira de Frades	
105	Carvalhal de Vermilhas	Vouzela	
106	S. Vicente de Lafões	Oliveira de Frades	
107	S. João da Serra	Oliveira de Frades	
108	Varzielas	Oliveira de Frades	
109	Arcozelo das Maias	Oliveira de Frades	
110	Ribeiradio	Oliveira de Frades	
111	Pindelo dos Milagres	S. Pedro do Sul	
112	Arca	Oliveira de Frades	
113	Destriz	Oliveira de Frades	
114	Covas do Rio	S. Pedro do Sul	
115	Lalim	Lamego	Lalim (Honra)
116	Mondim da Beira	Tarouca	Lamego
117	Samodães	Lamego	
118	Cambres	Lamego	
119	Avões	Lamego	
120	Sande	Lamego	
121	Magueija	Lamego	
122	Ferreiros de Avões	Lamego	
123	Vila Nova de Souto d’el Rei	Lamego	
124	Penude	Lamego	
125	Cepões	Lamego	
126	Melcões	Lamego	

⁶²⁵ Romãs não aparece referido nas *Inquirições de 1258*. No entanto o julgado de Gulfar deveria corresponder a esta freguesia, onde ainda hoje se conserva a povoação de Souto de Gulfar (COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular*. Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1929-1949. Vol. X, p. 389).

127	Bigorne	Lamego	Lamego (Continuação)
128	Várzea de Abrunhais	Lamego	
129	Lamego (Almacave)	Lamego	
130	Leomil	Moimenta da Beira	Leomil (Honra)
131	S. Martinho das Chãs	Armamar	Lumiares (Couto)
132	Santa Cruz	Armamar	
133	Mézio	Castro Daire	Mézio (Honra)
134	Moura Morta	Castro Daire	Moção (Terra)
135	Pinheiro	Castro Daire	
136	Picão	Castro Daire	
137	Ester	Castro Daire	
138	Mões	Castro Daire	Mões e Moledo (Honra)
139	Moledo	Castro Daire	
140	Ferreirim	Lamego	Mós (Honra)
141	Mouraz	Tondela	Mouraz (Couto)
142	Oliveira de Frades	Oliveira de Frades	Oliveira (Couto)
143	Currelos	Carregal do Sal	Oliveira de Currelos (Couto)
144	Oliveira do Conde	Carregal do Sal	Oliveira do Conde
145	Cabanas de Viriato	Carregal do Sal	
146	Beijós	Carregal do Sal	
147	Papízios	Carregal do Sal	
148	Pinheiro de Ázere	Santa Comba Dão	
149	Óvoa	Santa Comba Dão	Óvoa
150	Sobral	Mortágua	
151	Parada de Ester	Castro Daire	Parada de Riba de Paiva (Terra)
152	Cabril ⁶²⁶	Castro Daire	
153	Paredes da Beira	S. João da Pesqueira	Paredes
154	Riodades	S. João da	
155		Pesqueira	
156	Penajóia	Lamego	Penajóia
157	Ínsua	Penalva do Castelo	Penalva do Castelo
158	Antas	Penalva do Castelo	
159	Esmolfe	Penalva do Castelo	
160	Matela	Penalva do Castelo	
161	Sezures	Penalva do Castelo	
162	Pindo	Penalva do Castelo	
163	Vila Cova do Covelo	Penalva do Castelo	
164	Lusinde	Penalva do Castelo	
165	Germil	Penalva do Castelo	
166	Castelo de Penalva	Penalva do Castelo	

⁶²⁶ Aparecem referências a Vila Maior (Cabril), Dornelas (Cabril), Vitureira (Cabril), durante a inquirição, presumivelmente na Terra de Parada (*PMH-Inq.* 944 a/b) em que o tenente da Terra, Lourenço Pais de Alvarenga doa estas vilas ao seu escudeiro Estevão Viegas.

167	Real	Penalva do Castelo	
168	Pendilhe	Vila Nova de Paiva	Pendilhe
169	Penela da Beira	Penedono	Penela
170	Reigoso	Oliveira de Frades	Reigoso (Couto)
171	Reriz	Castro Daire	Reriz
172	Resende	Resende	Resende (Honra)
173	Couto de Baixo	Viseu	Rio de Asnos (Couto)
174	Couto de Cima	Viseu	
175	Rio de Moinhos	Sátão	Rio de Moinhos
176	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira
177	Vilarouco	S. João da Pesqueira	
178	Soutelo do Douro	S. João da Pesqueira	
179	Nagoselo do Douro	S. João da Pesqueira	
180	S. João de Areias	Santa Comba Dão	S. João de Areias (Couto)
181	Parada	Carregal do Sal	
182	S. João de Tarouca	Tarouca	S. João de Tarouca (Couto)
183	S. João do Monte	Tondela	S. João do Monte (Couto)
184	Barrô	Resende	S. Martinho de Mouros
185	S. Martinho dos Mouros	Resende	S. Martinho de Mouros
186	Fontoura	Resende	
187	Paus	Resende	
188	Paradela	Tabuaço	S. Pedro das Águias (Couto)
189	Ervedosa do Douro	S. João da Pesqueira	
190	S. Cristóvão de Nogueira	Cinfães	S. Salvador
191	Cinfães	Cinfães	
192	Sabugosa	Tondela	Sabugosa (Couto)
193	Salzedas	Tarouca	Salzedas (Couto)
194	Souselo	Cinfães	Sanfins
195	Fornelos	Cinfães	
196	Santiago de Piães	Cinfães	
197	Nespereira	Cinfães	
198	Travanca	Cinfães	
199	Moimenta	Cinfães	
200	Santa Cruz de Trapa	S. Pedro do Sul	Santa Cruz de Trapa (Couto)
201	S. Miguel de Vila Boa	Sátão	Sátão
202	Avelal	Sátão	

203	Sátão	Sátão	
204	Lamego (Sé)	Lamego	Sé de Lamego (Couto)
205	S. Salvador	Viseu	Sé de Viseu (Couto)
206	Abraveses	Viseu	
207	Orgens	Viseu	
208	Ranhados	Viseu	
209	Vila Chã de Sá	Viseu	
210	Fragosela	Viseu	
211	Rio de Loba	Viseu	
212	Mundão	Viseu	
213	Repeses	Viseu	Senhorim
214	Santar	Nelas	
215	Senhorim	Nelas	
216	Vilar Seco	Nelas	
217	Nelas	Nelas	
218	Moreira	Nelas	
219	Carvalhal Redondo	Nelas	Sernancelhe
220	Sernancelhe	Sernancelhe	
221	Granjal	Sernancelhe	
222	Cunha	Sernancelhe	Souto
223	Souto	Penedono	
224	Sul	S. Pedro do Sul	Sul
225	Candal	S. Pedro do Sul	
226	Tarouca	Tarouca	Tarouca
227	Dálvares	Tarouca	
228	Mondim da Beira	Tarouca	
229	Lazarim	Lamego	Tarouca (Continuação)
230	Meijinhos	Lamego	
231	Gouviães	Tarouca	
232	Espadanedo	Cinfães	Tarouquela (Couto)
233	Tarouquela	Cinfães	
234	Chãs de Tavares	Mangualde	Tavares
235	Tendais	Cinfães	Tendais
236	Tões	Armamar	Tões (Honra)
237	Touro	Vila Nova de Paiva	Touro (Honra)
238	Vila Nova à Coelheira	Vila Nova de Paiva	
239	Treixedo	Santa Comba Dão	Treixedo (Couto)
240	Vila Nova da Rainha	Tondela	
241	Trevões	S. João da Pesqueira	Trevões
242	Valadares	S. Pedro do Sul	Valadares (Couto)
243	Valdigem	Lamego	Valdigem
244	Várzea da Serra	Tarouca	Várzea (Honra)

245	Vila Seca	Armamar	Vila Seca (Couto)
246	Lajeosa do Dão	Tondela	Viseu
247	Silgueiros	Viseu	
248	S. Miguel do Outeiro	Tondela	
249	Parada de Gonta	Tondela	
250	S. Cipriano	Viseu	
251	Fail	Viseu	
252	Vil de Souto	Viseu	
253	S. João de Lourosa	Viseu	
254	Santos Evos	Viseu	
255	Povolide	Viseu	
256	Campo	Viseu	
257	S. Pedro de France	Viseu	
258	Cavernães	Viseu	
259	Barreiros	Viseu	
260	Cepões	Viseu	
261	Lordosa	Viseu	
262	Calde	Viseu	

III – Circunscrições administrativas no território de Lamego-Viseu em 1288

Nº	FREGUESIA	CONCELHO	JULGADO/COUTO/HONRA
1	Alva	Castro Daire	Alva
2	Pepim	Castro Daire	
3	Mamouros	Castro Daire	
4	Anreade	Resende	Aregos
5	Miomães	Resende	
6	Cárquere	Resende	
7	S. Romão de Aregos	Resende	
8	Freigil	Resende	
9	S. Cipriano	Resende	
10	Ovadas	Resende	
11	Ramires	Cinfães	
12	Panchorra	Resende	
13	Armamar	Armamar	Armamar
14	Mangualde	Mangualde	Azurara
15	Alcafache	Mangualde	
16	Lobelhe do Mato	Mangualde	
17	Santiago de Cassurrães	Mangualde	
18	Espinho	Mangualde	
19	Santiago de Besteiros	Tondela	Besteiros
20	Mosteiro de Fráguas	Tondela	
21	Vilar de Besteiros	Tondela	
22	Canas de Santa Maria	Tondela	
23	Nandufe	Tondela	
24	Castelões	Tondela	
25	Lobão da Beira	Tondela	
26	Tondela	Tondela	
27	Tonda	Tondela	
28	Dardavaz	Tondela	
29	Rua	Moimenta da Beira	Caria (Honra)
30	Caria	Moimenta da Beira	
31	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire
32	Gouviães	Tarouca	Castro Rei
33	Ferreirim	Lamego	
34	Meijinhos	Lamego	
35	Dálvares	Tarouca	
36	Mondim da Beira	Tarouca	
37	Lazarim	Lamego	
38	Tarouca	Tarouca	
39	Várzea da Serra	Tarouca	
40	Cinfães	Cinfães	Cinfães
41	Ferreira de Aves	Saão	Ferreira de Aves
42	Oliveira do Douro	Cinfães	Ferreiros
43	Ferreiros de Tendais	Cinfães	
44	Fonte Arcada	Sernancelhe	Fonte Arcada (Honra)
45	Escurquela	Sernancelhe	
46	Ferreirim	Sernancelhe	
47	Macieira	Sernancelhe	

48	Freixinho	Sernancelhe	Fonte Arcada (Honra)⁶²⁷ (Continuação)
49	Chosendo	Sernancelhe	
50	Vilar	Moimenta da Beira	
51	Gafanhão	Castro Daire	Gafanhão (Couto)
52	Decermilo	Satão	Gulfar
53	Romãs	Satão	
54	Vila Longa	Satão	
55	Silvã de Cima	Satão	
56	Carvalhais	São Pedro do Sul	
57	Vilar Maior	São Pedro do Sul	Lafões
58	Pindelo dos Milagres	São Pedro do Sul	
59	Santa Cruz da Trapa	São Pedro do Sul	
60	S. Félix	São Pedro do Sul	
61	Pinho	São Pedro do Sul	
62	Bordonhos	São Pedro do Sul	
63	São Pedro do Sul	São Pedro do Sul	
64	Baiões	São Pedro do Sul	
65	Várzea	São Pedro do Sul	
66	Serrazes	São Pedro do Sul	
67	Sejães	Oliveira de Frades	
68	Figueiredo das Donas	Vouzela	
69	Arcozelo das Maias	Oliveira de Frades	
70	Oliveira de Frades	Oliveira de Frades	
71	Souto de Lafões	Oliveira de Frades	
72	Vouzela	Vouzela	
73	S. Miguel do Mato	Vouzela	
74	Ribeiradio	Oliveira de Frades	
75	Pinheiro	Oliveira de Frades	
76	Fataunços	Vouzela	
77	S. Vicente de Lafões	Oliveira de Frades	
78	Paços de Vilharigues	Vouzela	
79	Ventosa	Vouzela	
80	Queirã	Vouzela	
81	Cambra	Vouzela	
82	Campia	Vouzela	
83	Alcofra	Vouzela	
84	Arca	Oliveira de Frades	
85	Varzielas	Oliveira de Frades	
86	S. João do Monte	Tondela	
87	Lalim	Lamego	Lalim (Honra)
88	Cambres	Lamego	Lamego
89	Samodães	Lamego	
90	Sande	Lamego	
91	Avões	Lamego	
92	Ferreiros de Avões	Lamego	
93	Lamego (Almacave)	Lamego	
94	Lamego (Sé)	Lamego	

⁶²⁷ Nas *Inquirições de 1288-90*, é mencionado apenas que fazem parte desta honra 7 aldeias (“*Fonte Arcada que som VI aldeyas con a vila VII*” - *PMH-Inq. 1288* - Vol. IV/2, p. 642). Cremos por isso que se tratavam das mesmas 7 freguesias que pertenciam à honra em 1258.

95	Várzea de Abrunhais	Lamego	Lamego (Continuação)
96	Penude	Lamego	
97	Vila Nova de Souto D'El Rei	Lamego	
98	Cepões	Lamego	
99	Britiande	Lamego	
100	Melcões	Lamego	
101	Magueija	Lamego	Leomil (Couto)
102	Leomil	Moimenta da Beira	
103	Moura Morta	Castro Daire	Moção
104	Piçã	Castro Daire	
105	Ermida	Castro Daire	
106	Pinheiro	Castro Daire	
107	Mões	Castro Daire	Mões e Moledo (Honra)
108	Moledo	Castro Daire	
109	Ovoa	Santa Comba Dão	Óvoa
110	Parada de Ester	Castro Daire	Parada de Riba de Paiva
111	Paredes da Beira	São João da Pesqueira	Paredes
112	Penajóia	Lamego	Penajóia
113	Sezures	Penalva do Castelo	Penalva
114	Matela	Penalva do Castelo	
115	Castelo de Penalva	Penalva do Castelo	
116	Trancozelos	Penalva do Castelo	
117	Póvoa de Penela	Penedono	Penedono
118	Penedono	Penedono	
119	Reigoso	Oliveira de Frades	Reigoso (Couto)
120	Reriz	Castro Daire	Reriz
121	Resende	Resende	Resende (Honra)
122	Rio de Moinhos	Satão	Rio de Moinhos
123	Figueira	Lamego	S. João da Figueira (Honra)
124	Queimadela	Armamar	
125	Soutelo do Douro	São João da Pesqueira	S. João da Pesqueira
126	Nagozelo do Douro	São João da Pesqueira	
127	Ervedosa do Douro	São João da Pesqueira	
128	S. João da Pesqueira	São João da Pesqueira	
129	S. João de Tarouca	Tarouca	S. João de Tarouca (Couto)
130	Covas do Rio	São Pedro do Sul	S. Martinho de Cavanhão Sul
131	S. Martinho das Moitas	São Pedro do Sul	
132			
133	Sul	S. Pedro do Sul	S. Martinho de Mouros
134	Barrô	Resende	
135	S. João de Fontoura	Resende	
136	S. Martinho de Mouros	Resende	

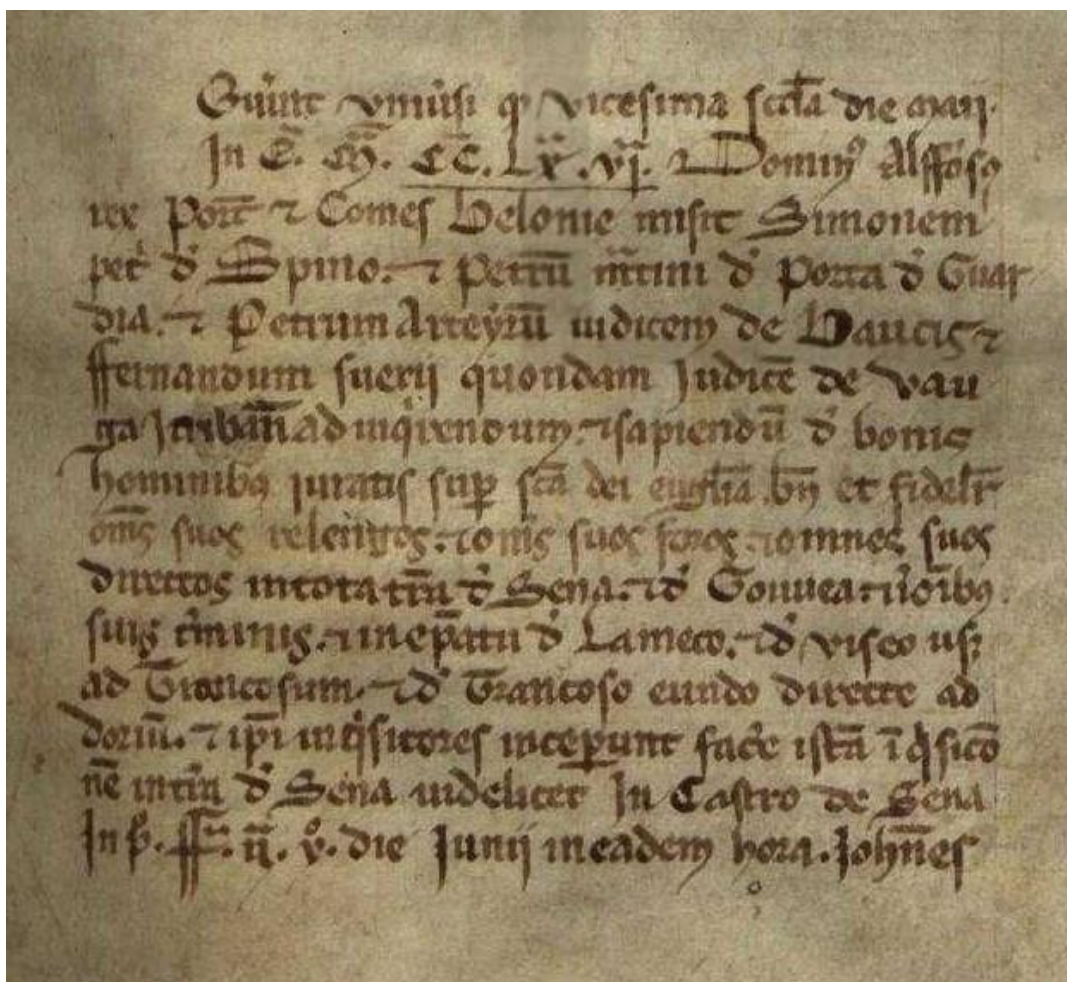
137	Paus	Resende	S. Martinho de Mouros (Continuação)
138	Valença do Douro	Tabuaço	S. Pedro das Águias (Couto)
139	Desejosa	Tabuaço	
140	Castanheiro do Sul	São João da Pesqueira	
141	Pereiro	Tabuaço	
142	Espinhosa	São João da Pesqueira	
143	Granjinha	Tabuaço	
144	Paradela	Tabuaço	
145	S. Cristovão de Nogueira	Cinfães	S. Salvador de Nogueira
146	Sabugosa	Tondela	Sabugosa (Couto)
147	Souselo	Cinfães	Sanfins
148	Santiago de Piães	Cinfães	
149	Moimenta	Cinfães	
150	Travanca	Cinfães	
151	Fornelos	Cinfães	
152	Nespereira	Cinfães	
153	Avelal	Satão	Satão
154	Mioma	Satão	
155			
156	Satão	Satão	
157	S. Miguel de Vila Boa	Satão	Senhorim
158	Santar	Nelas	
159	Vilar Seco	Nelas	
160	Carvalhal Redondo	Nelas	
161	Senhorim	Nelas	
162	Nelas	Nelas	
163	Souto	Penedono	Souto
164	Espadanedo	Cinfães	Tarouquela (Couto)
165	Tarouquela	Cinfães	
166	Travanca de Tavares	Mangualde	Tavares
167	Chãs de Tavares	Mangualde	
168	Várzea de Tavares	Mangualde	
169	Tendais	Cinfães	Tendais
170	Alhais	Vila Nova de Paiva	Terra de Cocha
171	Fráguas	Vila Nova de Paiva	
172	Cota	Viseu	
173	Várzea de Trevões	São João da Pesqueira	Trevões
174	Trevões	São João da Pesqueira	
175	Valdigem	Lamego	Valdigem
176	Touro	Vila Nova de Paiva	Vila Cova (Honra)

177	Vila Cova à Coelheira	Vila Nova de Paiva	Vila Cova (Honra) (Continuação)
178	Calde	Viseu	Viseu
179	Barreiros	Viseu	
180	Ribafeita	Viseu	
181	Cepões	Viseu	
182	Lordosa	Viseu	
183	Bodiosa	Viseu	
184	S. Pedro de France	Viseu	
185	Cavernães	Viseu	
186	Abraveses	Viseu	
187	Couto de Cima	Viseu	
188	Vil de Souto	Viseu	
189	Orgens	Viseu	
190	Viseu (S. José)	Viseu	
191	Couto de Baixo	Viseu	
192	Santos Evos	Viseu	
193	Rio de Loba	Viseu	
194	Povolide	Viseu	
195	Viseu (Santa Maria de Viseu)	Viseu	
196	Viseu (Coração de Jesus)	Viseu	
197	S. Salvador	Viseu	
198	Torredeita	Viseu	
199	Ranhados	Viseu	
200	S. Cipriano	Viseu	
201	Viseu (Repeses)	Viseu	
202	Fragosela	Viseu	
203	S. João de Lourosa	Viseu	
204	Farminhão	Viseu	
205	Vila Chã de Sá	Viseu	
206	S. Miguel do Outeiro	Tondela	
207	Parada de Gonta	Tondela	
208	Silgueiros	Viseu	
209	Lajeosa do Dão	Tondela	
210	Fornos de Maceira Dão	Mangualde	

IV – Reprodução gráfica, transcrição
e tradução de excerto das Inquirições
Gerais de 1258

Reprodução gráfica das Inquirições Gerais de D. Afonso III (3ª alçada)

(D. Afonso III ordena a 3ª alçada das Inquirições de 1258)



Gravura I - Inquirições Gerais de 1258. Livro 3 de Inquirições de D. Afonso III
(PT/TT/FC/2/6, fl. 1) - Imagem cedida pelo ANTT

Transcrição de excerto das Inquirições Gerais de 1258

Noverint universi, quod vicesima secunda. Die Maii, in Era M.CC XC. VI. Dominus Alfonsus, Rex Portugalie, et Comes Bolonie, misit Simonem Petri de Spino, et Petrum Martinum de Porta de Gardia, et Petrum Artheirum, Judicem de Baucis, et fernandum Suierii, quondam Judicem de Vauga, scribanum, ad inquirendum, et sapiendum de bonis hominibus juratis super Sancta Dei Evangelia, bene et fideliter omnes suos ragalengos, et omnes suos foros, et omnes suos directos, in tota terra de Sena, et de Gouvea, et in omnibus suis terminis, et in Episcopatu de Lameco, et de Viseo, usque as Trancosum, et de Trancoso eundo directe ad Dorium. Et ipsi Inquisitores inceperunt facere istam Inquisitionem in terra de Sena, videlicet, in Castro de Sena.

Tradução de excerto das Inquirições Gerais de 1258

Saibam todos que no dia 22 de Maio, na Era de M. CC XC.VI, Dom Afonso, Rei de Portugal, e Conde de Bolonha, mandou Simão Peres de Espinho, e Pedro Martins de Porta de Guarda, e Pedro Arteiro, Juiz de Bouças, e Fernando Soares, outrora Juiz de Vouga, escrivão, para inquirirem, e saberem pelos homens-bons, jurados pelos Santos Evangelhos de Deus, bem e fielmente todos os seus reguengos, e todos os seus foros, e todos os seus direitos, em toda a terra de Seia, e de Gouveia, e em todos os seus termos, e no Bispado de Lamego, e de Viseu, até Trancoso, e de Trancoso indo direto ao Douro. E os próprios inquiridores começaram a fazer estas Inquirições na terra de Seia, a saber, no Castelo de Seia.

V – Forais no território de
Lamego-Viseu
(1065-1279)

Forais outorgados no Território de Lamego-Viseu (1055-1279)⁶²⁸

1. Período Pré Afonsino (1055-1128)

Local	Data
S. João da Pesqueira ⁶²⁹	1055-1065
Santa Comba Dão ^{630*}	1102
Treixedo ^{631*}	1102
Sátão ⁶³²	1111
Azurara da Beira ⁶³³	1109-1112
Tavares ⁶³⁴	1114
S. Martinho dos Mouros ⁶³⁵	1121
Viseu ⁶³⁶	1123
Ferreira de Aves ⁶³⁷	1123-1126
Sernancelhe ^{638*}	1124

⁶²⁸ Vão assinalados com * (asterisco) os Forais de Doação Particular; e a *itálico* e **negrito** as confirmações. As presentes tabelas, foram construídas com base nos *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*, e com o precioso auxílio de REIS, António Matos – *Os Concelhos da Primeira Dinastia: à luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Tese de Doutoramento, p. 133-173; e HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, Vol. III, p. 568-573.

⁶²⁹ Foral outorgado por Fernando Magno (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 8). Publicado em *PMH-LC*, p. 343-348.

⁶³⁰ Foral outorgado pelo abade do Mosteiro de Lorvão.

⁶³¹ Treixedo corresponde atualmente a uma freguesia do Concelho de Santa Comba Dão. Foral outorgado pelo abade do Mosteiro de Lorvão (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 20).

⁶³² Foral outorgado pelo conde D. Henrique (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 21-22). Publicado em *PMH-LC*, p. 354-355.

⁶³³ Azurara da Beira corresponde ao atual concelho de Mangualde. Publicado em CAIII, Liv. I, vol.1, p. 199; *PMH-LC*, p. 353.

⁶³⁴ Tavares corresponde à atual freguesia de Chãs de Tavares, no concelho de Mangualde. Publicado em *PMH-LC*, p. 359-360.

⁶³⁵ Primeiro Foral outorgado por D. Teresa (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 39).

⁶³⁶ Foral outorgado por D. Teresa (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 42). Publicado em *PMH-LC*, p. 360-361.

⁶³⁷ Ferreira de Aves corresponde à atual freguesia do mesmo nome no concelho de Sátão. Foral outorgado por D. Teresa (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 42). Publicado em *PMH-LC*, p. 367-368.

⁶³⁸ Foral outorgado por João Viegas e Egas Gosendes. Como afirma António Matos Reis, Sernancelhe é um caso único na história do municipalismo português, por ser o primeiro foral de outorga senhorial (REIS, António Matos – *Origens dos Municípios Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Tese de Mestrado, p. 48). Publicado em *PMH-LC*, p. 362-365.

2. Reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185)

Local	Data
Banho ⁶³⁹	1152
Valdigem ⁶⁴⁰	1182
Caldas de Aregos ⁶⁴¹	1183
<i>Viseu</i>	1128-1185
<i>Satão</i>	1128-1185
<i>Ferreira de Aves</i>	1128-1185
<i>Sernancelhe</i>	1128-1185

3. Reinado de D. Sancho I

Local	Data
<i>Viseu</i> ⁶⁴²	1187
Moimenta ^{643*}	1189
Mortágua ^{644*}	1192
Fonte Arcada ^{645*}	1193
Marmelar ⁶⁴⁶	1194
Penedono ⁶⁴⁷	1195
Mouraz ^{648*}	1198
Parada de Ester ⁶⁴⁹	1202
Guardão ⁶⁵⁰	1207

⁶³⁹ Banho localiza-se no concelho de S. Pedro do Sul. Publicado em *PMH-LC*, p. 382-383.

⁶⁴⁰ Valdigem corresponde atualmente a uma freguesia do Concelho de Lamego. Publicado em *PMH-LC*, p. 428-429.

⁶⁴¹ Caldas de Aregos corresponde às atuais freguesias de Miomães e Anreade do concelho de Resende. Publicado em *PMH-LC*, p. 429.

⁶⁴² Publicado em *PMH-LC*, p. 460-462.

⁶⁴³ Publicado em *PMH-LC*, p. 473.

⁶⁴⁴ Publicado em *PMH-LC*, p. 482.

⁶⁴⁵ Fonte Arcada corresponde à atual freguesia do mesmo nome no concelho de Sernancelhe. Publicado em *PMH-LC*, p. 486.

⁶⁴⁶ Marmelar corresponde à atual freguesia de Vila Seco no concelho de Armamar. Publicado em *PMH-LC*, p. 489-490.

⁶⁴⁷ Publicado em *PMH-LC*, p. 498-500.

⁶⁴⁸ Mouraz corresponde à atual freguesia do mesmo nome no concelho de Tondela. Publicado em *PMH-LC*, p. 505.

⁶⁴⁹ Parada de Éster corresponde à atual freguesia do mesmo nome no concelho de Castro Daire. Publicado em *PMH-LC*, p. 519-520.

⁶⁵⁰ Guardão corresponde à atual freguesia do mesmo nome no concelho de Tondela. Publicado em *PMH-LC*, p. 536-537.

4. D. Afonso II

Local	Data
<i>Penedono</i>	1217
Penela ⁶⁵¹	1217
<i>Banho</i> ⁶⁵²	1217
<i>Viseu</i>	1217
<i>Sátão</i>	1218
Souto ⁶⁵³	1218
<i>S. João da Pesqueira</i>	1219
<i>Marmelar</i> ⁶⁵⁴	1219
<i>Valdigem</i> ⁶⁵⁵	1220
<i>Sernancelhe</i>	1220

5. Reinado de D. Sancho II

Local	Data
Mós ⁶⁵⁶	1241

6. Reinado de D. Afonso III

Local	Data
Gouviães ⁶⁵⁷	1257
Ferreiros ⁶⁵⁸	1258

⁶⁵¹ De acordo com António Matos Reis, Penela corresponde atualmente à pequena povoação de Vale de Penela, na freguesia de Riodades, no concelho de S. João da Pesqueira. No entanto fica a dúvida se não corresponde na realidade a Penela da Beira, freguesia do concelho de Penedono.

⁶⁵² Ver nota 12.

⁶⁵³ Souto suscita as mesmas dúvidas que anteriormente. Existe também a freguesia de Souto no concelho de Penedono, sendo então uma possibilidade em alternativa à hipótese de Souto no concelho de S. João da Pesqueira.

⁶⁵⁴ Ver nota 658.

⁶⁵⁵ Ver nota 652.

⁶⁵⁶ Mós corresponde atualmente a um pequeno povoado da freguesia de Parada de Ester, no concelho de Castro Daire. Publicado em *PMH-LC*, p. 630.

⁶⁵⁷ Gouviães corresponde à atual freguesia do mesmo nome no concelho de Tarouca. Publicado em *PMH-LC*, p. 668-669.

⁶⁵⁸ Ferreiros corresponde à Freguesia de Ferreiros de Tendais no Concelho de Cinfães. Publicado em *CAIII*, Liv. II, p. 38-40; *PMH-LC*, p. 678-679.

VI – Juízes no Território de Lamego-Viseu

Tabelas de Juizes no Território de Lamego-Viseu⁶⁵⁹

JULGADO DE GULFAR	
Egas Lourenço	PMH – Inq. 794b
JULGADO DE FERREIRA DE AVES	
João Fernandes	PMH – Inq. 796b
JULGADO DE SÁTÃO	
Pedro	PMH – Inq. 798a
Pedro Afonso (antigo Juiz)	PMH – Inq. 798a
JULGADO DE RIO DE MOINHOS	
D. Martim	PMH – Inq. 801a
JULGADO DE PENALVA	
João Miguéis	PMH – Inq. 802a
Mem Martins (antigo Juiz)	PMH – Inq. 805b
JULGADO DE TAVARES	
Pedro Viegas de Guimarães (antigo Juiz)	PMH – Inq. 805b
JULGADO DE AZURARA	
Estevão Martins ⁶⁶⁰	PMH – Inq. 806a DSV – doc. nº382
Martim Abas	PMH – Inq. 808b
Martim Peres (antigo Juiz) ⁶⁶¹	DSV – doc. nº 259, 376
Fernão Pais (antigo Juiz) ⁶⁶²	DSV – doc. nº 185
JULGADO DE SENHORIM	
Pedro Soares	PMH – Inq. 811b
D. Domingos de Moreira (antigo Juiz)	PMH – Inq. 814b
F. Gonçalves (antigo Juiz)	PMH – Inq. 813b
JULGADO DE OLIVEIRA DO CONDE	
Lourenço Nunes	PMH – Inq. 815a
JULGADO DE BESTEIROS	
Gonçalo Anes	PMH – Inq. 817a
Julião Pais (antigo Juiz)	PMH – Inq. 820a
João Diogo (antigo Juiz)	PMH – Inq. 820a
COUTO DE GUARDÃO	
Martim Tomé	PMH – Inq. 825b

⁶⁵⁹ Para a elaboração da presente tabela, além das *Inquirições de 1258*, também foi consultado o *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. (Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278). (ed. por VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Medievais; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN: 978-989-97066-0-6).

⁶⁶⁰ Pela referência a Estevão Martins, como destinatário de uma missiva do cabido de Viseu sobre a contenda que havia entre a Sé e os homens do couto de Canas de Senhorim, a 16 de Agosto de 1278, no doc nº 383 (DSV, p. 387) parece lógico que sendo ele o juiz inquirido em 1258, que tenha exercido o cargo pelo menos durante esse período (1258-1278).

⁶⁶¹ Pela análise do documento nº 259 (DSV, p. 254-255) sabemos que Martim Peres era juiz de Azurara em setembro de 1228. Ficamos também a saber que era irmão de Domingos Peres.

⁶⁶² Pelo documento nº 185 (DSV, p. 192) datado de fevereiro de 1194, além de ficarmos a saber que Azurara era já um Julgado, somos informados que Fernão Pais era seu juiz.

COUTO DE SANTA MARIA	
Martim Anes	PMH – Inq. 819b
JULGADO DE VISEU	
Soeiro Gonçalves ⁶⁶³	PMH – Inq. 832b DSV – doc. n° 350, 351, 371
Martim Peres (antigo Juiz) ⁶⁶⁴	PMH – Inq. 833b DSV – doc. n° 333, 337, 340, 344, 345, 347
Mem Soares (antigo Juiz) ⁶⁶⁵	PMH – Inq. 850a DSV – doc. 243, 25, 254, 263, 291, 297, 298, 304, 305, 307, 315, 320, 321, 322, 325, 330, 355
Egas Mendes (antigo Juiz) ⁶⁶⁶	PMH – Inq. 859a
Martim Pais (antigo Juiz)	PMH – Inq. 860b
D. Tição ⁶⁶⁷	DSV – doc. n° 224-241
Diogo Pais (antigo Juiz) ⁶⁶⁸	PMH – Inq. 868a DSV – doc. n° 182, 185, 214, 215, 223

⁶⁶³ Foi também vigário de D. Afonso Teles de Albuquerque (*PMH – Inq.* 833b). Pela análise do documento n° 371 (DSV, p. 378-379) ficamos a saber que em Outubro de 1265, Soeiro Gonçalves ainda desempenhava a função de juiz de Viseu. Parece, portanto, tendo em conta que foi o juiz inquirido em 1258 e que aparece em dois documentos desse ano (doc. 350 e 351), que Soeiro Gonçalves ocupou o cargo pelo menos entre 1258 e 1265. No entanto, esta datação revela algumas incompatibilidades. Pelo doc. n° 355 (DSV, p. 365-365) somos informados que Martim Anes era Juiz de Viseu em Maio de 1260. Parece impossível então que Soeiro Gonçalves tenha desempenhado o cargo por todos estes anos. Apresentam-se então três soluções. A primeira, embora menos provável parece também lógica, que se tratam de dois indivíduos diferentes com o mesmo nome, e que desempenharam o mesmo cargo em períodos relativamente próximos. A segunda proposta, mais efetiva, é que Soeiro Gonçalves ocupou o cargo entre 1258 e 1265, mas com interregnos, sendo um deles no ano de 1260 em que Martim Anes aparece como Juiz. Por fim, a terceira hipótese, também com alguma probabilidade, é de que Viseu, devido à sua importância e dimensões, tivesse mais de um juiz em exercício em simultâneo. Nesta proposta, os dois juizes, Soeiro Gonçalves e Martim Anes, não se anulam, e pelo contrário, dão pistas para uma nova perspetiva, na qual é possível que Julgados de maior densidade demográfica e dimensões, fossem servidos também por mais que um juiz.

⁶⁶⁴ Pelas Inquirições sabemos que Martim Peres foi Juiz ainda no tempo de D. Afonso III (*PMH – Inq.* 850a). Pelos documentos n° 333, 337, 340, 344, 345, e 347 (DSV, p. 284-319), conseguimos completar a informação, balizando o exercício do cargo de Juiz de Viseu por Martim Peres, pelo menos entre 6 de Janeiro de 1249 e Agosto de 1257, fazendo sentido a referência enunciada nas Inquirições.

⁶⁶⁵ A partir das Inquirições de 1258 e do Diplomatório da Sé de Viseu, rapidamente verificamos que Mem Soares é dos Juizes mais bem documentados. O documento mais antigo em que Mem Soares aparece no exercício do cargo de Juiz tem a data de Outubro de 1224 (doc. n° 243), e o mais recente é de Maio de 1244 (doc. n° 330). Por esta análise somos capazes de balizar o exercício de cargo de Mem Soares pelo menos entre 1224 e 1244.

⁶⁶⁶ Filho de antigo juiz de Viseu, Mem Soares (*PMH – Inq.* 859b).

⁶⁶⁷ Pela análise dos documentos 224-241 (DSV, p. 229-242) parece lógico que D. Tição desempenhou a função de Juiz de Viseu, pelo menos entre 1217 e 1224. Seria ainda possível recuar a data para 1216, tendo em conta que a referência anterior a um juiz é a de Diogo Pais em 1215, mas sem grandes certezas. Optámos então por não arriscar essa datação, pois seria igualmente possível avançar o período do cargo desse juiz.

⁶⁶⁸ Pela análise dos documentos n° 182, 185, 214, 215 e 223 (DSV, p. 201-228) sabemos que Diogo Pais era juiz, pelo menos em Abril de 1192 e Setembro de 1215, depreendendo que exerceu esse cargo durante esse período.

Diogo Peres (antigo Juiz) ⁶⁶⁹	DSV – doc. n° 244
COUTO DE RIO DE ASNOS	
Pedro Estevão	PMH – Inq. 844b
JULGADO DE COTA	
D. Sebastião	PMH – Inq. 876b
Martim Peres (antigo Juiz) ⁶⁷⁰	PMH – Inq. 876b
Martim Pais de Aguiar ⁶⁷¹ (antigo Juiz)	PMH – Inq. 876b
JULGADO DE LAFÕES	
Domingos Gonçalves	PMH – Inq. 888b
João Garcia (antigo Juiz)	PMH – Inq. 891b
João Domingos de Várzea (antigo Juiz)	PMH – Inq. 893a
Gonçalo (Anes) de Vale (antigo Juiz) ⁶⁷²	PMH – Inq. 893 ^a DSV – doc. N° 215
Martim Anes de Ventosa (antigo Juiz)	PMH – Inq. 912b
JULGADO DO SUL	
Domingos Mendes (antigo Juiz)	PMH – Inq. 923a
Soeiro Dias (antigo Juiz)	PMH – Inq. 923a
JULGADO DE RERIZ	
João Peres	PMH – Inq. 925a
COUTO DE CAVALÃO	
Mónio Ermiges	PMH – Inq. 926a
JULGADO DE ALVA	
Martim Anes de Mosteiró	PMH – Inq. 928a
JULGADO DE CASTRO DAIRE	
Mauro Pais	PMH – Inq. 933a
TERRA DE MOÇÃO	
Estevão Anes	PMH – Inq. 940a
TERRA DE PARADA DE RIBA DE PAIVA	
Domingos Peres	PMH – Inq. 944b
JULGADO DE SANFINS	
Pedro Gomes	PMH – Inq. 945b
JULGADO DE S. SALVADOR DE NOGUEIRA	
Egas Anes	PMH – Inq. 962b
D. Durão (antigo Juiz)	PMH – Inq. 973a
JULGADO DE TENDAIS	
Domingos Pais	PMH – Inq. 978b
JULGADO DE FERREIROS	
Lourenço Gonçalves	PMH – Inq. 981b
JULGADO DE AREGOS	
Pedro Martins	PMH – Inq. 985b
JULGADO DE S. MARTINHO DOS MOUROS	
João Gomes	PMH – Inq. 990b
Martim Peres de Peneda (antigo Juiz)	PMH – Inq. 991a

⁶⁶⁹ Pela análise do documento n° 244 (DSV, p. 243-245) sabemos que Diogo Peres era juiz de Viseu em Outubro de 1224.

⁶⁷⁰ Em 1258 já não era Juiz, mas sabemos que foi confirmado pelo monarca D. Afonso III.

⁶⁷¹ Foi nomeado por D. Afonso III. Temos também informação que é filho de Paio Arias de Queiriga.

⁶⁷² Pela análise do documento n° 215 (DSV, p. 223) sabemos que Gonçalo Anes (possivelmente o mesmo que Gonçalo de Vale referido na Inquirições) era juiz de Lafões em 1211.

Pedro Garcia (antigo Juiz)	PMH – Inq. 991b
Martim Martins de Peneda (antigo Juiz)	PMH – Inq. 994a
Mem Peres (antigo Juiz)	PMH – Inq. 997a
JULGADO DE PENAJÓIA	
Pedro Anes	PMH – Inq. 1002b
JULGADO DE LAMEGO	
Rui Egídio	PMH – Inq. 1005b
Afonso Martins (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1025a
Martim Mendes (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1029a
Egas Anes (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1029a
Soeiro Soares (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1035b
COUTO DA SÉ DE LAMEGO	
João Peres de Pereira	PMH – Inq. 1048a
HONRA DE BRITIANDE	
Herilino de Britiande	PMH – Inq. 1063a
JULGADO DE VALDIGEM	
Martim Peres (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1069a
JULGADO DE TAROUCA	
Paio Anes	PMH – Inq. 1070a
Garcia Fernandes (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1070a
JULGADO DE ARMAMAR	
Egas Pais	PMH – Inq. 1086a
Pedrelon (antigo Juiz)	PMH – Inq. 1091a
João Sentimires	PMH – Inq. 1094a
JULGADO DE TREVÕES	
João Viegas	PMH – Inq. 1095a
JULGADO DE PAREDES	
João Mendes	PMH – Inq. 1095a
JULGADO DE PENELA	
Domingos Afonso	PMH – Inq. 1096a
JULGADO DE SOUTO	
Aparício Peres	PMH – Inq. 1097a
Gonçalo Peres	PMH – Inq. 1097a
JULGADO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA	
Mateus Martins	PMH – Inq. 1097b
JULGADO DE SERNANCELHE	
Martim Peres de Aguiar	PMH – Inq. 1100b
HONRA DE FONTE ARCADA	
Martim Durão	PMH – Inq. 1103a
HONRA DE CARIA	
Paio Cavaleiro	PMH – Inq. 1103b

VII – Tenentes no Território de Lamego-Viseu

Tenentes do Território de Lamego-Viseu

(Terras dotadas de administração no tempo de D. Afonso III)

1. Cinfães

Tenentes	Datas
D. Nuno Sanches de Barbosa	1180
D. Egas Afonso de Riba Douro	1189
D. Pero Ponces de Baião	1279-1282

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1015.

2. Lafões

Tenentes	Datas
D. Monio Viegas	1047
D. Piniolo Garcia	1070
D. Gonçalo Gonçalves [de Marnel]	1120
D. Diogo Gonçalves de Marnel	1128
D. Fernão Peres “Cativo”	1152
D. Sancho Nunes de Barbosa	1152-1169
D. Fernão Veilaz de Riba Douro	1186
D. Egas Afonso de Alvarenga	1199
D. Rodrigo Sanches	1235
D. Afonso [Anes de Cambra]	1242
D. Martim Afonso Telo de Albuquerque	1256-1257
D. Pero Anes de Riba de Vizela	1266-1271

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1017-1018.

3. Lamego

Tenentes	Datas
D. Afonso Peres de Riba Douro	1098
D. Egas Godosendes de Baião	1100
D. Egas Moniz de Riba Douro	1102-1111
D. Fernão Fernandes	1111
D. Egas Moniz de Riba Douro	1113-1146
D. Moço Viegas de Riba Douro	1147
D. Mem Moniz de Riba Douro	1152-1169
D. Soeiro Viegas de Riba Douro	1175-1187
D. Vermudo Soares de Riba Douro	1187-1188
D. Gonçalo Gonçalves de Palmeira	1191-1194
D. Lourenço Soares de Riba Douro	1199
D. Soeiro Viegas de Riba Douro	1208-1221
D. Gonçalo Mendes de Sousa II	1221-1222
D. Abril Peres de Lumiares	1222-1232
D. Gonçalo Mendes de Sousa II	1234-1236
D. Soeiro Gomes de Tougues	1237-1238

D. Ponço Afonso de Baião	1237
D. Soeiro Gomes de Tougues	1237-1238
D. Abril Peres de Lumiares	1239-1244
Infante D. Fernando	1244
D. Afonso Lopes de Baião	1247
D. João Garcia de Sousa, o Pinto de Alegrete	1250-1253
D. Diogo Lopes de Baião	1254-1278
Infante D. Afonso	1279-1287

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1018-1019.

4. Penalva

Tenentes	Datas
D. Estevão Peres de Tavares	1223-1248
D. Lopo Afonso Gato	1270

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1020.

5. Sanfins

Tenentes	Datas
D. Afonso Peres	1092
D. Egas Gondendes	1110
D. Egas Moniz	1127-1130
D. Nuno Sanches	1183-1185
D. Pero Fernandes de Portugal	1226
D. Pero Pais [de Alvarenga]	1258

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1023.

6. Tarouca

Tenentes	Datas
D. Sancho Nunes de Barbosa	1155
D. Abril Peres de Lumiares	1229
D. Pero Anes Gago de Riba de Vizela	1258

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1023.

7. Viseu

Tenentes	Datas
D. Monio Veilaz	1102-1103
D. Paio Aires	1111
D. Vermudo Peres de Trava	1128-1130
D. Fernão Peres “Cativo”	1132-1145
Conde D. Fernão Vermudes de Trava	1173

D. Pero Rodrigues de Palmeira	1180-1183
D. Pero Fernandes de Bragança	1186
D. Pero Gomes	1187
D. Gonçalo Gonçalves de Palmeira	1194
D. Lourenço Soares [de Riba Douro]	...
D. Abril Peres de Lumiares	1222-1229
D. Gonçalo Mendes de Sousa II	1235
D. Abril Peres de Lumiares	1238-1243
D. Afonso Teles de Albuquerque	1250-1256
D. Diogo Lopes de Baião	1256-1276
Infante D. Afonso	1287

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1024-1025.

(Terras não dotadas de administração no tempo de D. Afonso III)

1. Besteiros

Tenentes	Datas
D. Raimundo Pais de Riba de Vizela	1211-1212
D. Rodrigo Sanches	1235
D. Fernão Anes de Riba de Vizela, “o Cheira”	1235-1236

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1035.

2. Parada

Tenentes	Datas
D. Afonso Peres	c. 1092
D. Egas Moniz	1130-1139
D. Monio Ermiges	1185-1211
D. Pero Fernandes de Portugal	1223-1239
D. Pero Anes de Portocarreiro	1239-1248

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1036-1037.

3. S. Salvador e Tendais

Tenentes	Datas
D. Nuno Sanches	1183-1185

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1037.

4. Sátão

Tenentes	Datas
D. Martim Anes de Riba de Vizela	1233-1247

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1037.

5. Zurara

Tenentes	Datas
D. Pero Fernandes de Portugal	1226?

Fonte: VENTURA, Leontina – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. Policopiada), 1992, vol. II, p.1038.

VIII – Direitos de Padroado no Território de Lamego-Viseu

Direitos de Padroado no Território de Lamego-Viseu⁶⁷³

	Igreja	Padroado	Fonte (INQ.)
1	Gulfar ⁶⁷⁴ (Sátão)	Paroquianos	794b
2	Ferreira (Sátão)	Nobres	797a
3	Santa Maria de Sátão (Sátão)	Nobres e Paroquianos	797b
4	S. Miguel de Vila Boa de Satão(Sátão)	Paroquianos	798a
5	Rio de Moinhos (Sátão)	Rei	800b/801a
6	Pindo (Penalva do Castelo)	Paroquianos	802b
7	Vila Cova do Covelo (Penalva do Castelo)	Paroquianos	803b
8	Santa Maria de Castro de Tavares (Mangualde)	Nobre	805b/806a
9	S. Julião de Azurara (Mangualde)	Rei	806a
10	Santiago de Cassurrães (Mangualde)	Paroquianos	806a/b
11	Espinho (Mangualde)	Paroquianos	806b
12	Fornos (Mangualde)	Paroquianos	806b
13	Alcáface (Mangualde)	Paroquianos	806b
14	S. Pedro de Santar (Nelas)	Paroquianos	811a
15	Santa Maria de Senhorim (Nelas)	Nobres e Paroquianos	812a
16	S. Pedro de Vila do Conde (Carregal do Sal)	Paroquianos	815a
17	Igreja de Óvoa (Santa Comba Dão)	Clero e Paroquianos	816b
18	S. Salvador de Tonda (Tondela)	Paroquianos	817a
19	Tondela (Tondela)	Paroquianos	818a
20	Lobão da Beira (Tondela)	Paroquianos	818b
21	Dardavaz (Tondela)	Paroquianos	822a
22	Santiago de Besteiros (Tondela)	Nobres e Paroquianos	826b
23	Fráguas (Tondela)	Clero	829a
24	Caparrosa (Tondela)	Paroquianos	829b
25	Igreja de Santa Maria de Canas (Tondela)	Clero	831a
26	Santa Maria de Silgueiros (Viseu)	Nobres e Paroquianos	832a
27	S. Miguel do Outeiro (Tondela)	Paroquianos	835a
28	S. Cipriano de Fail (Viseu)	Paroquianos	837a
29	S. Pedro de Povolide(Viseu)	Paroquianos	864b
30	S. Pedro de France (Viseu)	Paroquianos	867a
31	Santo Isidoro de Cavernães (Viseu)	Paroquianos	870b
32	Santa Maria de Barreiros (Viseu)	Nobres	874b

⁶⁷³ A maioria das paróquias encontradas nas *Inquirições de 1258* correspondem atualmente a freguesias que mantiveram o mesmo topónimo, facilitando assim a sua identificação. Nos casos em que tal situação não se verificou, procederemos a um esclarecimento sumário em nota de rodapé.

⁶⁷⁴ Gulfar deveria corresponder à atual freguesia de Romãs no concelho de Sátão, onde ainda hoje se conserva o topónimo de Souto de Gulfar (COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular*. Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1929, vol. XI, p. 529).

33	Santiago de Cepões (Viseu)	Nobres	875a
34	S. Pedro de Lordosa (Viseu)	Paroquianos	877b
35	Santa Maria de Ribafeita (Viseu)	Paroquianos	882b
36	S. Miguel de Bodiosa (Viseu)	Paroquianos	886b
37	Igreja de S. Miguel de Queirã (Vouzela)	Paroquianos	888a
38	S. Miguel do Mato (Vouzela)	Nobres e Paroquianos	890b
39	Felgosa (Vouzela) ⁶⁷⁵	Nobres	892b
40	Igreja de Santa Maria de Vila Maior (S. Pedro do Sul)	Nobres ⁶⁷⁶	893b
41	S. João de Pinho (S. Pedro do Sul)	Nobres	895a
42	S. Pedro do Sul (S. Pedro do Sul)	Rei	895a
43	Santa Maria de Várzea (S. Pedro do Sul)	Nobres	897b
44	Santa Eulália de Baiões (S. Pedro do Sul)	Nobres	900a
45	S. Salvador de Serrazes (S. Pedro do Sul)	Paroquianos	900a/b
46	Santiago de Carvalhais (S. Pedro do Sul)	Nobres	901b
47	S. Mamede de Barroso (S. Pedro do Sul)	Nobres	902b
48	S. João de Bordonhos (S. Pedro do Sul)	Nobres	903a
49	Santa Maria de Ventosa (Vouzela)	Paroquianos	903b
50	Vouzela (Vouzela)	Nobres	906b - 907a
51	S. Vicente de Lafões (Oliveira de Frades)	Nobres	910b
52	Souto de Lafões (Oliveira de Frades)	Clero e Paroquianos	911b
53	S. Julião de Cambra (Vouzela)	Nobres	912a
54	Sejães (Oliveira de Frades)	Nobres	913a/b
55	Santa Maria de Pinheiro (Oliveira de Frades)	Nobres	913b
56	Valadares (S. Pedro do Sul)	Clero	914b
57	São Miguel de Campia (Vouzela)	Nobres	914b
58	S. João do Monte de Alcoba (Tondela)	Clero	915b
59	S. Pedro de Arcozelo (Oliveira de Frades)	Paroquianos	915b - 916a
60	Igreja de S. Miguel de Ribeira (Oliveira de Frades)	Nobres e Paroquianos	917a
61	Santo Adrião do Sul (S. Pedro do Sul)	Paroquianos	923a
62	S. Martinho de Reriz (Castro Daire)	Rei e Nobres ⁶⁷⁷	925a
63	São Martinho de Cavanhon ⁶⁷⁸ (S. Pedro do Sul)	Nobres	926b
64	Santa Maria de Pepim (Castro Daire)	Paroquianos	928a
65	S. Martinho de Alva (Castro Daire)	Paroquianos	929a
66	S. Miguel de Mamouros (Castro Daire)	Paroquianos	930a

⁶⁷⁵ Felgosa é um lugar que pertence à atual freguesia de Fataunços no concelho de Sátão, onde ainda hoje se conserva o topónimo. No final do séc. XVIII a freguesia foi extinta e anexada a Fataunços (COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular* (...) vol. VI, p. 619 e 819).

⁶⁷⁶ O texto relativo à paróquia de Santa Maria de Vila Maior é das poucas na qual é possível identificar os elementos nobres detentores do direito de padroado, sendo eles D. Estevão Peres de Tavares e D. Mem Gonçalves da Fonseca.

⁶⁷⁷ Pelo texto das Inquirições de 1258 sabemos que o copadroado resultou de uma usurpação por parte de cavaleiros ao Rei.

⁶⁷⁸ S. Martinho de Cavanhon corresponde à atual freguesia de S. Martinho das Moitas no concelho de S. Pedro do Sul.

67	S. Salvador de Figueiredo (S. Pedro do Sul)	Nobres	931b
68	Santa Maria de Pindelo (S. Pedro do Sul)	Nobres e Paroquianos	932b
69	Santo André de Ribolhos (Castro Daire)	Paroquianos	933a
70	S. Pedro de Castro Daire (Castro Daire)	Rei	933a
71	S. João de Pinheiro (Castro Daire)	Rei	940a
72	S. João de Parada (Castro Daire)	Rei	943b
73	Mosteiro de Baltar (Castro Daire)	Nobres	945a
74	Santa Marinha da Nespereira (Cinfães)	Nobres	945b
75	Igreja de Santo Erício ⁶⁷⁹ (Cinfães)	Clero	947b
76	S. Martinho de Fornelos (Cinfães)	Nobres	948b
77	Santa Leocádia de Travanca (Cinfães)	Nobres	950a
78	Santo André de Souselo (Cinfães)	Clero	950b-951a
79	S. Martinho de Moimenta (Cinfães)	Nobres	953b
80	S. Cristóvão de Espadanedo (Cinfães)	Clero	954a
81	Santiago de Piães (Cinfães)	Nobres	954a
82	S. Cristóvão de Nogueira (Cinfães)	Nobres	961a
83	S. João de Cinfães (Cinfães)	Clero ⁶⁸⁰	972b
84	Santa Cristina de Tendais (Cinfães)	Rei e Paroquianos	978b
85	S. Miguel de Oliveira (Cinfães)	Clero ⁶⁸¹	981a
86	S. Pedro de Ferreiros (Cinfães)	Paroquianos	982a
87	S. Miguel de Anreade (Resende)	Clero e Paroquianos	985b
88	S. Paio de Ovadas (Resende)	Nobres	987b - 988a
89	Santa Maria de Freigil (Resende)	Nobres	988a
90	S. Cipriano (Resende)	Nobres e Clero ⁶⁸²	989b
91	S. Martinho de Mouros (Resende)	Rei	990b
92	Santa Maria do Barrô (Resende)	Clero ⁶⁸³	999b
93	S. Salvador de Penajoia (Lamego)	Paroquianos	1002b
94	S. Pedro de Samodães (Lamego)	Rei	1005a
95	S. Martinho de Cambres (Lamego)	Paroquianos	1005b - 1006a
96	Santa Maria de Ferreiros (Lamego)	Nobres	1016a
97	S. João de Avões (Lamego)	Clero	1016b
98	Santiago de Sande (Lamego)	Clero	1016b
99	Souto Covo (Lamego) ⁶⁸⁴	Clero	1020a

⁶⁷⁹ Santo Erício corresponde à freguesia da Nespereira no concelho de Cinfães, local onde ainda hoje se conserva o topónimo ((COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular* (...), vol. X, p. 799).

⁶⁸⁰ O referido Padroado é detido pelas Ordens do Templo e Hospital.

⁶⁸¹ O referido Padroado é detido pelo Mosteiro de Ancede.

⁶⁸² O referido Padroado é detido pelo Mosteiro de Ancede e por Cavaleiros.

⁶⁸³ O referido Padroado é detido pela Ordem dos Hospital, que a recebeu de D. Sancha Vermudes.

⁶⁸⁴ Pelas Inquirições de 1288 sabemos que se tratava da Paróquia de Santa Maria de Souto Covo. Corresponde atualmente a um lugar da freguesia de Almacave, no concelho de Lamego (COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular* (...), vol. XI, p. 523).

100	S. Pedro de Balsemão ⁶⁸⁵ (Lamego)	Clero	1020b - 1021a
101	Santa Maria de Almacave (Lamego)	Clero ⁶⁸⁶	1023b
102	Igreja Maior de Lamego (Lamego)	Rei	1045a
103	S. Pedro de Penude (Lamego)	Paroquianos	1049a
104	S. Silvestre de Britiande (Lamego)	Nobres	1063b- 1064a
105	S. Pedro de Várzea (Lamego)	Nobres	1065a
106	S. Miguel de Belães ⁶⁸⁷ (Lamego)	Rei	1067a
107	S. João de Figueira (Lamego)	Paroquianos	1067b
108	S. Martinho de Valdigem (Lamego)	Rei	1069a
109	S. Pedro de Tarouca (Tarouca)	Rei	1070a
110	S. Miguel de Lazarim (Lamego)	Rei e Paroquianos	1081a
111	Santa Maria de Meijinhos (Lamego)	Rei e Paroquianos	1081b
112	Santa Maria de Mós ⁶⁸⁸ (Lamego)	Nobres e Clero	1084a
113	Mosteiro de S. João de Tarouca (Tarouca)	Rei	1085b
114	S. Paio de Fráguas (Vila Nova de Paiva)	Nobres	1085b
115	S. Miguel de Armamar (Armamar)	Rei	1086a
116	S. Pedro de Queimada (Armamar)	Rei e Paroquianos	1092b
117	Mosteiro de S. Pedro das Águias (Tabuaço)	Rei	1095a
118	S. Pedro de Souto (Penedono)	Paroquianos	1097a
119	S. João da Pesqueira (S. João da Pesqueira)	Paroquianos	1097b
120	S. João de Sernancelhe (Sernancelhe)	Paroquianos	1100b

⁶⁸⁵ Balsemão corresponde a um lugar da freguesia da Sé no concelho de Lamego, onde ainda hoje se conserva o topónimo (COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular* (...), vol. III, p. 107).

⁶⁸⁶ O padroado da Igreja de Santa Maria de Almacave foi doado à Sé de Lamego pelo monarca D. Sancho II, seu anterior detentor.

⁶⁸⁷ Esta paróquia correspondia à freguesia de Belães no Julgado de Lamego. Por volta de 1850 terá sido extinta e anexada à atual freguesia de Britiande no concelho de Lamego (FERNANDES, A. de Almeida – *Povoações do Distrito de Viseu (origens)*, In *Beira Alta*, vol. LXI, nº 3 e 4, 2002, p. 283).

⁶⁸⁸ Mós é uma povoação da freguesia de Ferreirim no concelho de Lamego, onde ainda hoje se conserva o topónimo (COSTA, Américo – *Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular* (...), vol. VIII, p. 511).

IX – Episcopologio do Território de
Lamego-Viseu
(1147-1505)

Catálogo episcopal do território de Lamego-Viseu⁶⁸⁹

A- Lamego

1. Mendo (1147-1173)
2. Godinho Afonso (1174-1189)
3. João I (1190-1196))
4. Pedro Mendes (1196-1209)
5. Paio Furtado (1211-1246)
6. Martinho (1247-1248)
7. Egas Pais (1248-1257)
8. Pedro Anes (1257-1270)
9. Domingos Pais (1271-1274)
10. Gonçalo (1275-1282)
11. João II (1285-1296)
12. Vasco Martins de Alvelos (1297-1302)
13. Afonso das Astúrias (1392-1307?)
14. Diogo (1309-1310)
15. Rodrigo de Oliveira (1312-1330)
16. Frei Salvado Martins (1331-1349)
17. Durão ou Durando (1350-1362)
18. Lourenço (1363-1393)
19. Gonçalo Gonçalves (1393-1419)
20. Álvaro de Abreu (1419-1421)
21. Garcia de Meneses (1421-1446)
22. Luís Gonçalves de Amaral (1426-1430); transferido para Viseu
23. João Vicente (1432?-1446)
24. Gonçalo Anes (1446-1448)
25. João da Costa ou Gomes de Abreu (1448-1464)
26. Rodrigo de Noronha (1464-1477); Pedro Martins? (1477-1479)
27. Gomes de Miranda (1477-1492)
28. Fernando Coutinho (1492-1502)

⁶⁸⁹ O presente anexo, referente apenas às sedes de diocese abrangidas pelo território de Lamego-Viseu (Lamego e Viseu), tem como fontes o “Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses)”, coordenado por Ana Maria Jorge, para o Dicionário de História Religiosa (JORGE, Ana Maria C. M. (coord.) - EPISCOPOLÓGIO (Catálogo dos bispos católicos portugueses). In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. ISBN 972-42-2383-3. Vol. 2, p. 131-146.); e o Episcopologio de Viseu (1147 a 1639) coordenado por Anísio Saraiva (SARAIVA, Anísio Miguel (coord.) - *Monumentos de Escrita: 400 Anos da História da Sé e da Cidade de Viseu (1230- 1639). Roteiro da exposição (17 de Novembro de 2007 a 17 de Fevereiro de 2008)*. Viseu: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. p. 107).

B- Viseu

1. Odório (1147-1166)
2. Gonçalo (1165-1169)
3. Marcos (1170)
4. Godinho Soares (1171-1176)
5. João Peres (1179-1192)
6. Nicolau (1192-1213)
7. Fernando Raimundes (1213-1214)
8. Bartolomeu (1215-1222)
9. Gil (1223-1248?)
10. Pedro Gonçalves (1249-1253)
11. Mateus Martins (1254-1268); transferido para Coimbra: voltou para Viseu (1279-1287)
12. Egas (1288-1313)
13. Martinho Peres (1313-1323)
14. Gonçalo (1323-1329)
15. Miguel Vivas (1329-1333)
16. João Homem (1333-1349)
17. João Martins (1349-1365)
18. Gonçalo de Figueiredo (1365-1373)
18. D. João Eanes (1373-1383)
19. Pedro Lourenço Buval (1383-1385)
20. João Peres II (1385-1391)
21. João Homem II (1391-1425)
22. Garcia de Magalhães (1426-1429)
24. Luís Gonçalves de Amaral (1430-1439)
25. Luís Coutinho (1439-1444)
26. João Vicente (1444-1463)
27. João Gomes de Abreu (1464-1482)
28. Fernando Gonçalves de Miranda (1487-1505)